

**UNIVERSIDAD DE SALAMANCA  
FACULTAD DE GEOGRAFIA E HISTORIA  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**



**TESIS DOCTORAL**

**(TESE DE DOUTORAMENTO)**

***PLATAFORMAS ASSOCIATIVAS, PATRIMÓNIO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL  
A CONTRIBUIÇÃO DO PARQUE NATURAL DE MONTESINHO  
NO NORDESTE TRANSMONTANO***

*Elaborado por:*

**HUMBERTO JOSÉ FERNANDES SOBRINHO ALVES**

*Dirigida por el Doctor D.*

**VALENTÍN CABERO DIÉGUEZ**

**Salamanca, 2008**

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	1
1. Formulação do Problema .....	5
2. Metodologia .....	6
2.1. Objectivos .....	6
3. Hipóteses .....	8
4. Caracterização do Universo .....	10
5. Instrumento de Recolha de Dados .....	11
5.1. Método de Recolha de Dados .....	11
5.2. Método de Tratamento de Dados .....	13
5.3. Trabalho de Campo .....	14
<b>PARTE I</b>	
<b>SUPORTE AMBIENTAL E FÍSICO .....</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO 1 – Caracterização Geográfica, Ecológica e Cultural do</b>	
<b>Parque Natural de Montesinho .....</b>	<b>21</b>
1.1. O Porquê do Surgir do Parque Natural de Montesinho .....	21
1.2. Situação e Localização do Parque Natural de Montesinho .....	22
1.3. Geomorfologia .....	26
1.4. Geologia E Relevo .....	27
1.5. Solos .....	29
1.6. Climatologia .....	31
1.7. Flora, Vegetação e Fauna .....	32
1.8. Património Histórico, Arqueológico e Cultural .....	38
1.9. Gastronomia .....	48
1.10. A Economia .....	50
<b>CAPÍTULO 2 – Evolução, Densidades e Centros Populacionais .....</b>	<b>52</b>
2.1. Evolução Demográfica: Variações Desde 1960 Até 2001 .....	52
<b>CAPÍTULO 3 – Estrutura E Dinâmica da População .....</b>	<b>57</b>
3.1. Pirâmides Populacionais .....	57
3.2. Sectores de Actividade no Parque Natural de Montesinho .....	62
3.3. Situação da População/Emprego .....	64

3.4. Sectores de Actividade .....	67
3.4.1. Sector Primário .....	67
3.4.1.1. Apoios Destinados ao Sector Primário .....	68
3.4.1.2. Produtos com Certificado de Qualidade .....	69
3.4.2. Sector Secundário .....	69
3.4.3. Sector Terciário .....	70
<b>CAPÍTULO 4 – Infraestruturas .....</b>	<b>72</b>
4.1. A Rede Viária .....	72
4.2. Transportes Aéreos .....	73
4.3. Transportes Rodoviários .....	73
4.4. Abastecimento de Águas e Saneamentos .....	73
4.5. Recolha de Lixo .....	74
<b>PARTE II</b>	
<b>OS SISTEMAS PRODUTIVOS .....</b>	<b>75</b>
<b>CAPÍTULO 5 – Os Sistemas Produtivos Locais .....</b>	<b>79</b>
5.1. Os Sistemas Produtivos e o Desenvolvimento Endógeno .....	79
5.2. Crescimento e Desenvolvimento .....	87
5.3. O Associativismo Local .....	90
5.4. Microproduções: Produtos de Qualidade .....	103
5.4.1. O Mel .....	105
5.4.1.1. Evolução Geral do Número Total de Colmeias .....	108
5.4.1.2. Evolução Geral do Número Total de Colmeias por Concelho ..	109
5.4.1.3. Evolução Geral do Número Médio de Colmeia/Apicultor .....	112
5.4.1.4. Evolução Geral do Número Médio de Colmeia / Freguesia .....	115
5.4.1.5. A Situação Actual .....	117
5.4.2. A Castanha .....	120
5.4.2.1. Evolução Geral da Quantidade de Castanha e de Castanheiro .	122
5.4.2.2. A Situação Actual .....	124
5.4.3. O Porco Bísaro .....	133
5.4.3.1. Evolução Geral do Número Total Associados .....	133
5.4.3.2. Evolução Geral do Número Total de Fêmeas Reprodutoras .....	135
5.4.3.3. A Situação Actual .....	136
5.4.4. Evolução Geral do Número de Nogueiras .....	140

5.4.5. A Raça Mirandesa .....	145
5.4.5.1. Produções .....	146
5.4.6. A Ovelha Churra Galega Bragançana .....	153
5.4.6.1. Produções .....	155
5.4.7. Prados, Cereais, Produtos Hortícolas e Fruticultura .....	159
5.5. Infraestruturas de Transformação e Distribuição das Microproduções Produtos de Qualidade .....	167
 <b>PARTE III</b>	
<b>AS ACTIVIDADES EMERGENTES: O TURISMO .....</b>	<b>171</b>
<b>CAPÍTULO 6 – O Turismo .....</b>	<b>175</b>
6.1. Definição de Turismo .....	175
6.2. Turismo e Cultura .....	178
6.3. O Turismo Sustentável: um Mosaico Conseguído .....	183
6.3.1. Os Desafios e Objectivos do Turismo Sustentável .....	185
6.3.2. Turismo Sustentável e Desenvolvimento Local .....	188
6.3.3. Desafios da Interioridade: A Riqueza Ambiental e a Vantagem para a Sustentabilidade .....	191
6.3.4. A Situação Actual.....	196
6.3.5. Opções de Futuro a Nível Comunitário .....	199
6.4. A Avaliação Local .....	200
6.4.1. Os Operadores Turísticos da Tft – Operadores de Alojamento Turístico	210
6.4.2. Exploração Turística na Tft .....	225
6.4.3. Organização Regional do Turismo .....	230
6.5. Os Sistemas de Apoio à Decisão .....	257
 <b>PARTE IV</b>	
<b>ESTRATÉGIAS À ESCALA LOCAL .....</b>	<b>261</b>
<b>CAPÍTULO 7 – Entrada na União Europeia e as Dinâmicas Locais .....</b>	<b>265</b>
7.1. Mercado Único .....	265
7.2. O Centro Rural de Montesinho .....	269
7.2.1. Localização .....	271
7.3. Parques com Vida .....	294
7.4. Terres de Rivieres .....	296

**PARTE V**

<b>ANÁLISE E CONCLUSÕES</b> .....	299
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	317
<b>ANEXOS</b> .....	327
Anexo 1 .....	329
Anexo 2 .....	333
Anexo 3 .....	343
Anexo 4 .....	347
Anexo 5 .....	363
Anexo 6 .....	367
Anexo 7 .....	373
Anexo 8 .....	377
Anexo 9 .....	381
Anexo 10 .....	389

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Encostas declivosas expostas ao sol .....	33
Figura 2 – Comunidades de plantas anuais de <i>Helianthemetea guttati</i> .....	34
Figura 3 – Caretos em Baçal .....	46
Figura 5 – O emergente papel do território: uma visão diafragmática dos quatro factor-chave .....	82
Figura 6 – Os processos de desenvolvimento territorial, da base ao ponto de chegada ....	87
Figura 7 – Circuito de Comercialização da raça Mirandesa .....	153
Figura 8 – Carvalhal no vale do Rio Baceiro .....	276
Figura 9 – Lameiros em Cova de Lua .....	277
Figura 10 – Castanheiro ( <i>Castanea sativa</i> ) .....	278
Figura 11 – Lobo ibérico ( <i>Canis lupus signatus</i> ) .....	279
Figura 12 – Águia-real ( <i>Aquila chrysaetos</i> ) .....	280
Figura 13 – Javali ( <i>Sus scrofa</i> ) .....	281
Figura 14 – Castro da Carcaveilha – Dine .....	282
Figura 15 – Igreja Matriz da Moimenta .....	283
Figura 16 – Recolhimento de raparigas das Irmãs Oblatas do Menino Jesus – Mofreita ..	283
Figura 17 – Festa na aldeia da Moimenta .....	284
Figura 18 – Casa típica no Centro Rural de Montesinho .....	285
Figura 19 – Pombais em Cova de Lua .....	286
Figura 20 – Moinho de Santa Cruz .....	287
Figura 21 – Posta Mirandesa .....	288

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Fonte: Gafeira, C., 1989 .....	57
Gráfico 2 –	Fonte: Gafeira, C., 1989 .....	58
Gráfico 3 –	Taxa de mortalidade. P.N.M. ....	61
Gráfico 4 –	Taxa de Mortalidade no PNM segundo os censos de 2001 .....	61
Gráfico 5 –	Taxa de natalidade. P.N.M. ....	62
Gráfico 6 –	Taxa de Natalidade no PNM segundo os censos de 2001 .....	62
Gráfico 7 –	Evolução da população activa do concelho de Bragança por sectores de actividade .....	65
Gráfico 8 –	Evolução da população activa do concelho de Vinhais por sectores de actividade .....	66
Gráfico 9 –	Distribuição da população do PNM pelos sectores de actividade em 2001 ..	66
Gráfico 10 –	Evolução do número total de colmeias dentro e fora do parque por ano ....	109
Gráfico 11 –	Evolução do número total de colmeias dentro e fora do parque por ano no concelho de Bragança .....	110
Gráfico 12 –	Evolução do número total de colmeias dentro e fora do parque por ano no concelho de Vinhais .....	111
Gráfico 13 –	Distribuição do nº de colmeias por Apicultor no intervalo de tempo considerado (1998 – 2001) utilizando a análise por percentis .....	112
Gráfico 14 –	Colmeias por Apicultor segundo o ano .....	113
Gráfico 15 –	Evolução do número total de colmeias dentro e fora do parque por ano .....	113
Gráfico 16 –	Evolução do número médio de colmeias dentro e fora do parque por ano no concelho de Bragança .....	114
Gráfico 17 –	Evolução do número médio de colmeias dentro e fora do parque por ano no concelho de Vinhais .....	115
Gráfico 18 –	Evolução do número médio de Colmeias por freguesias – dentro e fora do parque .....	116
Gráfico 19 –	Evolução do número médio de Colmeias por freguesias – dentro e fora do parque por ano no concelho de Bragança .....	116
Gráfico 20 –	Evolução do número médio de Colmeias por freguesias dentro e fora do parque por ano no concelho de Vinhais .....	117

Gráfico 21 – Área de ocupação do castanheiro em Portugal .....	121
Gráfico 22 – Produção total de castanha em Portugal .....	121
Gráfico 23 – Evolução da produção de castanhas dentro e fora do parque .....	122
Gráfico 24 – Evolução do número médio de castanhas por freguesias– dentro e fora do parque por ano no concelho de Bragança .....	123
Gráfico 25 – Evolução do número médio de castanhas por freguesias dentro e fora do parque por ano no concelho de Vinhais .....	123
Gráfico 26 – Evolução da Produção de castanha dentro e fora do PNM .....	124
Gráfico 27 – Evolução da Produção de castanha dentro e fora do PNM no Concelho de Vinhais .....	125
Gráfico 28 – Evolução da Produção de castanha dentro e fora do PNM no Concelho de Bragança .....	126
Gráfico 29 – Evolução da Produção de castanha dentro PNM nos Concelhos de Bragança e Vinhais .....	127
Gráfico 30 – Evolução da Produção de castanha Fora do PNM nos Concelhos de Bragança e Vinhais .....	127
Gráfico 31 – Evolução da plantação de castanheiros dentro e fora do parque entre 1989 e 1999 .....	131
Gráfico 32 – Evolução do número total de associados .....	134
Gráfico 33 – Evolução do número total de associados dentro e fora do parque .....	134
Gráfico 34 – Evolução do número total de fêmeas reprodutoras .....	135
Gráfico 35 – Evolução do número de fêmeas reprodutoras dentro e fora do parque .....	136
Gráfico 36 – Evolução do número de nascimentos e adultos de 1995 a 2005 .....	137
Gráfico 37 – Evolução da plantação de nogueiras dentro e fora do parque entre 1989 e 1999. ....	140
Gráfico 38 – Biplot da evolução da produção entre 1998 e 2001 .....	143
Gráfico 39 – Perfis da evolução segundo os seis clusters .....	145
Gráfico 40 – Criação da raça Mirandesa por ano e por criador/produtor .....	148
Gráfico 41 – Número de bovinos criados por ano .....	149
Gráfico 42– Distribuição da População Agrícola por idades (INE, 1999) .....	162
Gráfico 43 – Nível de instrução (INE;1999) .....	163
Gráfico 44 – Nº de explorações agrícola entre 1989 e 1999 (INE, 1999) .....	163
Gráfico 45 – Ocupação da SAL (INE, 1999) .....	164
Gráfico 46 – Culturas Principais (INE, 1999) .....	165



Gráfico 47 – Evolução das principais culturas na última década (INE,1999) .....	166
Gráfico 48– Mercados emissores de turistas para a TFT. (adaptado de RTNT 2005) ....	231
Gráfico 49 – Capacidade do número de quartos TU e TER .....	251
Gráfico 50 – Serviços de Apoio e Complementares em TER e TU .....	252
Gráfico 51 – Origem dos Turistas – TER e TU .....	252
Gráfico 52 – A procura em TER e TU .....	253
Gráfico 53 – As principais preferências dos turistas por ordem de preferência .....	253
Gráfico 54 – A divulgação da actividade – TU e TER .....	254
Gráfico 55 – Tipo de Entidade junto ao qual promove a Unidade Hoteleira .....	254
Gráfico 56 – Reacções da comunidade local à presença dos turistas .....	255
Gráfico 57 – Reacções manifestadas pelos turistas .....	255
Gráfico 58 – A procura tem sido acentuada em TER e TU .....	256
Gráfico 60 – Estabelecimento de complementaridades em TER e TU .....	256
Gráfico 61 – Conservação das características especiais dos Concelhos .....	257

## ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 2 –	Divisão proposta para Trás-os-Montes Oriental .....	27
Mapa 3 –	Carta Geológica de Trás-os-Montes Oriental .....	28
Mapa 4 –	Mapa dos solos da área do P.N.M. ....	30
Mapa 5 –	Evolução do número de colmeias/freguesia – concelho de Bragança e Vinhais .....	119
Mapa 6 –	Evolução da Castanha (1998/2005) .....	129
Mapa 7 –	Evolução do Castanheiro (1998/2005) .....	132
Mapa 8 –	Evolução do Bísaro .....	138
Mapa 9 –	Evolução da Nogueira .....	141
Mapa 10 –	Análise de Clusters por freguesia .....	144
Mapa 11 –	Concentração do alojamento nos principais núcleos urbanos da TFT. Adaptação gráfica de dados recolhidos por INE, 2001 .....	217
Mapa 12 –	Itinerários turístico-culturais. Adaptado de Corane, 2005 .....	236
Mapa 13 –	Itinerário principal: A rota dos castelos da TFT. Adaptado de Corane, 2005 .....	237
Mapa 14 –	Itinerário complementar: Circuito dos Altos Vale do Tuela e do Rabaçal. Adaptado de Corane, 2005 .....	240
Mapa 15 –	Itinerário complementar: Circuito das Três Serras. Adaptado de Corane, 2005 .....	243
Mapa 16 –	Itinerário complementar: Circuito da Raia de Montesinho. Adaptado de Corane, 2005 .....	246
Mapa 17 –	Mapa de localização do Centro Rural de Montesinho .....	271
Mapa 18 –	Limites do Centro Rural de Montesinho .....	273
Mapa 19 –	Estradas de Acesso ao Centro Rural de Montesinho .....	274
Mapa 20 –	Extracto da Carta de Vegetação do Parque Natural de Montesinho .....	276

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 –	Número de colmeias/ano dentro e fora do P.N.M. ....	108
Tabela 2 –	Comparação do número total de colmeias, dentro e fora do parque por ano .....	109
Tabela 3 –	Número total de colmeias/concelho dentro e fora do Parque, por ano .....	110
Tabela 4 –	Comparação do número total de colmeias, dentro e fora do parque por ano no Concelho de Bragança .....	111
Tabela 5 –	Comparação do número total de colmeias, dentro e fora do parque por ano no Concelho de Vinhais .....	112
Tabela 6 –	Estatísticas de Ordem do Número de Colmeias por Apicultor (Todos os Anos) .....	112
Tabela 7 –	Comparação do número médio de colmeias/apicultor por ano – dentro e fora do parque .....	114
Tabela 8 –	Comparação do número médio de colmeias por ano – dentro e fora do parque no concelho de Bragança .....	115
Tabela 9 –	Comparação do número médio de colmeias por ano – dentro e fora do parque no concelho de Vinhais .....	115
Tabela 9 –	Número de colmeias/ano dentro e fora do P.N.M. ....	117
Tabela 10 –	Evolução da produção de castanhas dentro e fora do parque .....	122
Tabela 11 –	Evolução da plantação de castanheiros dentro e fora do parque entre 1989 e 1999 .....	131
Tabela 12 –	Evolução do número total de associados dentro e fora do parque .....	135
Tabela 13 –	Evolução do número de fêmeas reprodutoras dentro e fora do parque .....	136
Tabela 14 –	Inscrições Registo Zootécnico .....	137
Tabela 15 –	Evolução da plantação de nozeiras dentro e fora do parque entre 1989 e 1999 .....	140
Tabela 16 –	Evolução das variáveis .....	145
Tabela 17 –	Fundos recorridos para a criação da raça bovina mirandesa .....	146
Tabela 18 –	Subsídios específicos a que os agricultores recorrem .....	147
Tabela 19 –	Início de criação da raça mirandesa .....	147
Tabela 20 –	Criação de bovinos por ano .....	149

Tabela 21 – Fornecimento e criação de outros produtos .....	150
Tabela 22 – Finalidade da criação da raça mirandesa .....	150
Tabela 23 – Tipo de alimentação .....	151
Tabela 24 – Comercialização dos bovinos .....	152
Tabela 25 – Produtos extraídos da raça mirandesa .....	152
Tabela 26 – Evolução da produção .....	152
Tabela 27 – Subsídios específicos a que os agricultores recorrem .....	155
Tabela 28 – Início de criação da ovelha churra galega bragançana .....	155
Tabela 29 – Criação de bovinos por ano .....	156
Tabela 30 – Fornecimento e criação de outros produtos .....	157
Tabela 31 – Finalidade da criação da ovelha churra galega bragançana .....	157
Tabela 32 – Tipo de alimentação .....	157
Tabela 33 – Número de cordeiros vendidos .....	158
Tabela 34 – Produtos extraídos da ovelha churra galega bragançana .....	159
Tabela 35 – Evolução da produção .....	159
Tabela 36 – Número de alojamentos tradicionais (hotéis, pensões e estabelecimentos hoteleiros e similares) na TFT. (adaptado de RTNT 2005) .....	210
Tabela 37 – Número de quartos na TFT. (adaptado de RTNT 2005) .....	211
Tabela 38 – Alojamento alternativo (TER ). (adaptado de RTNT 2005) .....	214
Tabela 39 – Nacionalidade dos turistas que pernoitam na hotelaria tradicional na TFT (evolução em dormidas absolutas). (adaptado de RTNT 2005) .....	226
Tabela 40 – Descrição do Itinerário da rota dos Castelos da Terra Fria (TFT) .....	238
Tabela 41 – Descrição do itinerário do Circuito dos Altos Vale do Tuela e do Rabaçal. Adaptado de Corane, 2005 .....	241
Tabela 42 – Descrição do itinerário do Circuito das Três Serras. Adaptado de Corane, 2005 .....	244
Tabela 43 – Descrição do itinerário do Circuito da Raia de Montesinho. Adaptado de Corane, 2005 .....	247
Tabela 44 – Freguesias pertencentes ao Centro Rural de Montesinho .....	272
Tabela 45 – Acessibilidades internas e externas do Centro Rural .....	275



## SIGLAS

ACOB – Associação dos Criadores de Ovinos de Raça Churra Galega Bragançana  
ADETURN – Associação de Desenvolvimento do turismo da Região Norte  
ANCSUB – Associação Nacional dos Criadores de Suínos da Raça Bisara  
APCNT – Associação de Produtores de Castanha do Nordeste Transmontano  
CAE – Centro de Acção Educativa  
CE – Comunidade Europeia  
CORANE – Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina  
CRM – Centro Rural de Montesinho  
DGEMN – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais  
DGT – Direcção Geral de Turismo  
DOP – Denominação de Origem Protegida  
E – Este  
EDP – Electricidade de Portugal  
EN – Estrada Nacional  
ENATUR – Empresa Nacional de Turismo S.A.  
EU – União Europeia  
FSE – Fundo Social Europeu  
Ha – Hectare  
I&D – Inovação e Desenvolvimento  
ICN – Instituto de Conservação da Natureza  
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional  
IFADAP – Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e das Pescas  
IGP – Indicação Geográfica Protegida  
INATEL – Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores  
INE – Instituto Nacional de Estatística  
INGA – Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola  
IP4 – Itinerário Principal Nº 4  
IPB – Instituto Politécnico de Bragança  
IPJ – Instituto Português da Juventude  
IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico

IV – Índice de Envelhecimento  
Kg – Kilograma  
Km – Kilómetros  
LA – Lista de Adultos  
LN – Lista de Nascimentos  
N – Norte  
NNE – Nor-Noroeste  
OMT – Organização Mundial de Turismo  
PAC – Política Agrícola Comum  
PAMAF – Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal  
PDEC – Plano de Desenvolvimento do Espaço Comunitário  
PDM – Plano director Municipal  
PME – Pequenas e Médias Empresas  
PNM – Parque Natural de Montesinho  
PNUA – Programa das Nações Unidas para o Ambiente  
PPDR – Programa Potencial de Desenvolvimento Regional  
QCA – Quadro Comunitário de Apoio  
RGA – Recenseamento Geral Agrícola  
RNAP – Rede Nacional de Áreas Protegidas  
RTNT – Região de Turismo do Nordeste Transmontano  
SAD – sistema de apoio à Decisão  
SAU – Superfície Agrícola Utilizável  
SSW – Sul-Sudoeste  
TAC – Terreno Continental Alóctone  
TER – Turismo em Espaço Rural  
TFT – Terra Fria Transmontana  
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação  
TU – turismo Urbano  
UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza e seus Recursos  
UTAD – Universidade de Trás os Montes e Alto Douro  
UTdR – Union des Terres de Rivieres  
WWI – Fundo Mundial para a Natureza  
ZEC – Zona Especial de Conservação  
ZPE – Zona de Protecção Especial

ZPEA – Zona de Protecção Especial de Aves





A presente Tese de Doutoramento foi elaborada por Humberto José Fernandes Sobrinho Alves, sob a direcção e orientação do Professor Doutor Valentín Cabero Diéguez, Catedrático de Análisis Geografico Regional da Universidade de Salamanca, tendo como objectivo a obtenção do título de Doutor pela Universidade de Salamanca.

*O Director,*

---

Dr. Valentín Cabero Diéguez

---

Humberto José Fernandes Sobrinho Alves

*Salamanca \_\_\_\_\_ de 2008*



## **AGRADECIMENTOS**

Para a realização deste trabalho tivemos a honra de poder ser orientados cientificamente pelo Professor Doutor D. Valentin Cabero Diéguez, Catedrático de Geografia (Análisis Geográfico Regional) do Departamento de Geografia da Universidade de Salamanca. A forma como aceitou o nosso projecto de investigação, a disponibilidade manifestada ao longo deste tempo, as sugestões apresentadas com vista a uma melhoria da sua qualidade e o interesse sempre constante com que acompanhou as várias fases do trabalho foram decisivos para a concretização do nosso objectivo.

A todas as Instituições que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho: ICN (Instituto de Conservação da Natureza); INE (Instituto Nacional de Estatística); Faculdade de Geografia e História da Universidade de Salamanca; Departamento de Geografia; Direcção Escolar do Distrito de Bragança; Direcção do Ensino Recorrente do Distrito de Bragança; APCNT (Associação de Produtores de Castanha do Nordeste Transmontano); Associação dos Apicultores do Parque Natural de Montesinho; ANCSUB (Associação Nacional de Criadores de Suínos de Raça Bísara); PNM (Parque Natural de Montesinho); CMB (Câmara Municipal de Bragança); CMV (Câmara Municipal de Vinhais).

A todas as pessoas, que de uma maneira ou de outra contribuíram para a realização deste trabalho, o nosso melhor reconhecimento.

À minha mulher, a minha profunda gratidão pelo estímulo que sempre me proporcionou nas horas difíceis por que passei, pelo sacrifício que teve de suportar ao longo deste tempo.



## RESUMO

O que faz desenvolver mais uma região do que outras? Como é que uma região se “começa” a desenvolver? Será que se pode impulsionar esse processo partindo do nível local? Estas três questões, intimamente ligadas, têm sido questões chaves para a ciência regional. Num mundo em que a globalização é a “palavra do dia”, qual pode ser o futuro para as regiões mais desfavorecidas, perante estas dinâmicas de desenvolvimento? Poder-se-á impulsionar o desenvolvimento partindo do nível local? Como?

É partindo desta última questão que este trabalho vai discutir a importância de nas regiões com baixa densidade institucional existirem agentes de mediação, que sirvam de elo de ligação entre os vários actores importantes para o desenvolvimento territorial. Ao descrever a realidade e o quotidiano da população desta área, bem como das suas condições naturais, e ao reflectir sobre algumas propostas de solução dos problemas detectados, este trabalho pretende dar um conhecimento acerca do desenvolvimento local que adveio da criação de uma zona protegida - Parque Natural de Montesinho. Aqui o território aparece no “locus” das chamadas “interdependências não-transaccionáveis” – as convenções, regras e hábitos informais que regulam a actividade económica e constituem os activos específicos de cada região, peças centrais num desenvolvimento construído com base em quatro factores-chave que são a inovação, os processos de aprendizagem, as redes e a governância: a inovação entendida como um motor de crescimento, os processos de aprendizagem necessários para responder aos desafios da globalização e da learning economy, as redes de empresas como a estrutura base dos sistemas produtivos locais e a governância como o processo organizativo que os une na elaboração duma estratégia de desenvolvimento.

O problema para as regiões menos desenvolvidas é não possuírem uma densidade institucional capaz de providenciar os bens públicos necessários a uma organização dos sistemas produtivos locais que permita processos de desenvolvimento baseado nos quatro factores chave atrás referidos. Com novos desafios (ameaças e oportunidades), há uma obrigatoriedade de reinventar o “local” enquanto espaço produtivo e relacional, no sentido em que este consiga colocar no circuito global de produção as suas vantagens competitivas.

Havendo um conjunto de pressupostos a ser seguido na elaboração de políticas de desenvolvimento local, tais como soluções à medida das necessidades do terreno, participação da comunidade e uma integração com as políticas nacionais, existe uma ferramenta territorial

de desenvolvimento privilegiada para conceber e operacionalizar no terreno essas políticas: o conceito de parcerias, definidas como uma forma de cooperação entre todos os actores envolvidos na gestão de cada factor de produção, num sistema que permita um desenvolvimento local sustentável. Existem assim potencialidades para operacionalizar as políticas públicas de desenvolvimento para zonas de baixa densidade institucional (chamadas de “zonas desfavorecidas”), em parceria com os designados agentes de mediação ou integradores do sistema. Porque este desenvolvimento local pode (e deve) ser a base duma nova política pública para encarar problemas como a dicotomia litoral/interior e outras assimetrias que em Portugal vão persistindo.

## RÉSUMÉ

Pourquoi une région se développe-t-elle plus qu'une autre? Comment une région commence-t-elle à se développer? Peut-on inciter ce processus en partant du niveau local? Ces trois questions, intimement liées, sont des questions clé en ce qui concerne la science régionale. Dans un monde où la globalisation est à l'ordre du jour, quel peut être l'avenir des régions les plus défavorisées face à ces dynamiques de développement? Peut-on actionner le développement à partir du niveau local? Comment?

C'est en partant de cette dernière question que ce travail va débattre de l'importance, dans les régions à faible densité institutionnelle, de l'existence d'agents de médiation qui servent de lien entre divers acteurs essentiels au développement territorial. En décrivant la réalité quotidienne de la population de cette région et de ses conditions naturelles, et en réfléchissant à d'éventuelles solutions aux problèmes détectés, ce travail vise à étendre les connaissances concernant le développement autour de la création d'une zone protégée, le Parc Naturel de Montesinho, dans le district de Bragança, au Nord Est du Portugal.

Le territoire apparaît ici au coeur de ce que l'on dénomme "interdépendances non-transactionnables", c'est à dire les conventions, usages et coutumes qui régissent l'activité économique et constituent les aspects spécifiques de chaque région, autant de pièces essentielles d'un développement construit sur la base de quatre facteurs-clé que sont l'innovation, les procédés d'apprentissage, les réseaux et la gouvernance: l'innovation comme moteur de croissance, les procédés d'apprentissage nécessaires pour répondre aux défis de la globalisation et de la learning economy, les réseaux d'entreprises comme structure de base des systèmes de productifs locaux et la gouvernance comme processus d'organisation les réunissant dans l'élaboration d'une stratégie de développement.

Pour les régions les moins développées, le problème réside dans l'absence de densité institutionnelle capable de fournir les biens publics nécessaires à une organisation des systèmes de production locaux et permettant des processus d'apprentissage basés sur les quatre facteurs clé mentionnés précédemment. De nouveaux défis (menaces et opportunités) impliquent l'obligation de réinventer le local en tant qu'espace productif et relationnel dans la mesure où ce dernier parvienne à placer ses avantages compétitifs dans le circuit global de production.



En tenant compte de l'existence de paramètres à suivre dans la mise en place de politiques de développement local, tels que des solutions à la hauteur des besoins sur le terrain, la participation de la communauté et une intégration avec les politiques nationales, il existe un outil territorial de développement privilégié afin de concevoir ces politiques et de les mettre en pratique sur le terrain : il s'agit du concept de collaboration définie en tant que coopération entre tous les acteurs impliqués dans la gestion de chaque facteur de production dans un système qui permette un développement local durable. Il existe ainsi des possibilités de rendre opérationnelles les politiques publiques de développement pour les régions de faible densité institutionnelle (appelées « régions défavorisées ») en collaboration avec les agents de médiation ou intégrateurs de systèmes. C'est en cela que le développement local peut (et doit) être la base d'une nouvelle politique publique afin de faire face à des problèmes tels que la dichotomie entre littoral et intérieur et d'autres asymétries qui perdurent au Portugal.

## **ABSTRACT**

What makes a region develop more than others? How does a region start developing? Is it possible to drive this process forward starting from the local level? These three questions are inextricably linked as well as essential for regional science. In a world in which globalization is on top of the agenda, what may be the future of the less developed regions as far as these dynamics of development are concerned? Can development be started from the local level? How?

Starting from this last question, this work tries to discuss the importance of mediation agents, who may be used as links between various important actors for territorial development, in regions with a low institutional density. By describing the daily reality of the population of that region, as well as its natural conditions, and by reflecting on some solutions proposed for the problems found, one of the ambitions of this work is to widen knowledge about local development by means of the study of the case of the creation of a protected area, the Montesinho Natural Park, in the North East of Portugal.

There, territory surges at the heart of the so-called “non-transactional interdependences”, meaning the conventions, rules and informal habits which regulate the economic activity and represent the specific dynamic factors of every region. These are essential elements in the development based on four key factors: innovation, learning processes, networks and local authorities: innovation as a vehicle of growth, learning processes necessary to respond to the challenges of globalization, networks as the basic structure of local production systems and management as the organizing process of the other three in order to work out a development strategy.

The problem for less developed regions is that they do not have enough institutional density to provide the public goods that would be necessary to organize local production systems. This, in its turn, would allow development processes based on the four key factors mentioned earlier. With new challenges, threats as well as opportunities, the “local” must be reinvented as a relational and productive space, insofar as it manages to put on the global production circuit its own strengths.

With a whole of designs to be followed when elaborating local development policies, such as solutions adapted to the reality of the field, the community’s participation and integration of national policies, there is a territorial tool of privileged development to

conceive these policies and apply them on the field: the concept of partnerships, defined as a form of cooperation between all the actors involved in the management of each production factor, in a system allowing a local lasting development.

This way, it is possible to make public policies of development possible in regions of low institutional density (called disfavoured zones), in collaboration with the so-called mediation agents or system integrators. Indeed, local development can and must be the basis for a new public policy in order to face problems such as the dichotomy between coastal and inland regions as well as other asymmetries which have been going on for many years in Portugal.








## ITINERÁRIO PRINCIPAL - Rota dos Castelos da Terra Fria Transmontana

Desvios sugeridos	Percurso	km	🕒	Visitas atentas	(Visitas rápidas)	(Paragens)	Observações
<p>Na terra onde nasceu e morreu o Abade de Baçal, na casa do Pádo (19 de Abril de 1865 – 13 de Novembro de 1947), pode visitar-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A Igreja matriz de S. Romão, reconstruída no século XVIII, apresenta uma fachada barroca e no interior ostenta um retábulo-mor rocaille e tecto da capela-mor forrado a caixotões de madeira com pintura hagiológica.</li> <li>- A Atalaia da Candala (IP), uma construção medieval de planta quadrangular em xisto argamassado que preserva vestígios de íssicos. Se fizer um pequeno desvio para a localidade de Sacóias, que pertence a Baçal, pode ainda ver-se a Igreja de Nossa Senhora da Assunção de Sacóias (século XVIII), em cujo portal se guarda uma imagem da padroeira e que no interior apresenta boa talha e pintura religiosa, nomeadamente nos caixotões que cobrem a capela-mor.</li> </ul>	<b>Vinhais</b>	33	35min	<p>No centro histórico:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Castelo de Vinhais (IP) – Ruínas do castelo do século XIII, que mantém troços de muralha de planta oval e parte da torre quadrangular. O seu espaço interior foi ocupado com casas.</li> <li>- Pelourinho de Vinhais (IP) – Dentro do recinto amuralhado destaca-se o pelourinho de Vinhais (século XVI) recuperado em 1929.</li> <li>- Igreja paroquial de N. Sra. da Assunção – Ainda dentro da muralha fica a igreja paroquial da invocação da Senhora da Assunção.</li> <li>- Edifício dos Antigos Condes de Vinhais (IP) – Solar brasonado do século XVIII também conhecido como “Casas Novas”.</li> <li>- Igreja de S. Francisco e Seminário – A Igreja Grande é uma obra barroca que ostenta uma imponente fachada, onde se destaca uma imagem de N. Sra. da Encarnação, albergada num nicho. É um templo de uma nave, com capela-mor rectangular, sacristia e coro alto, onde foram sepultadas importantes figuras. No século XVIII foi criado o Seminário dos Missionários Apostólicos Franciscanos de Vinhais.</li> </ul> <p>Nas redondezas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Igreja de S. Jacinto (IP) – Igreja do século XIII, de raiz românica, edificada no Bairro do Além, junto ao cemitério, fora do centro da vila de Vinhais. Este templo tem a particularidade de apresentar dois grupos de figuras esculpidas na sua fachada. No lado da Epístola estas parecem representar Deus, enquanto que no lado do Evangelho representam a Santíssima Trindade. No seu interior guarda-se um túmulo de xisto do século XV.</li> <li>- Cidadela de Vinhais – Povoado fortificado da proto-história, rodeado por muralha de planta elíptica que pode atingir 4 metros de altura e 5 metros de espessura.</li> </ul>	<p><b>Vila Verde + 20 min</b> Ponte D. Marinha, possivelmente de raiz romana, depois reconstruída entre o XVII e XIX; a Igreja paroquial de S. Miguel; e as ruínas de Forte Velho ou Modorra (IP) onde se podem ver vestígios de um muro pertencente a uma torre romana do xisto dos séculos I e II.</p>	<p><b>Soeira (a 1 km à Dta.) + 10 min</b> Igreja matriz de S. Martinho (Época Moderna) e a Ponte Velha de Soeira, que poderá ser uma ponte romana reconstruída no período Moderno.</p> <p><b>Castrelos (a 0,5 km, à Esq.) + 10 min</b> Igreja paroquial de S. João Baptista (Época Moderna) e Ponte de Castrelos (1880), Unidade TER.</p> <p><b>Gondesende (a 0,5 km à Dta.) + 15 min</b> Igreja matriz de N. Sra. da Assunção, (século XVII ou XVIII)</p>	<p>Porta dos Circuitos dos “Altos Vales do Tuela e do Rabaçal” e das “Três Seras”</p> <p>Várias casas solarengas e outras de interessante traça.</p> <p>Oferta diversificada de serviços de restauração e similares.</p> <p>Alojamento turístico.</p> <p>Comércio tradicional e artesanato local.</p> <p>Serviços de apoio ao turista completos.</p>
				<p><b>Percurso</b>      <b>Km</b>      🕒</p> <p>Baçal (atalaia)    15      40min</p>			
<p>A visita pode começar no rústico Pelourinho medieval (IP) e seguir na Igreja de N. Sra. da Conceição, reformada no período barroco. Já fora do centro da freguesia encontram-se o Castelo de Rebordãos ou Taurões (IP), uma estrutura defensiva medieval de planta elíptica edificada num pico rochoso, onde terá existido um povoado fortificado da Idade do Ferro, e do qual subsistem apenas alguns vestígios.</p>	<b>Bragança</b>	31	40min	<p><b>Cidadela:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Castelo de Bragança (MN)</b> – Construção gótica de planta oval, do tempo de D. João I, considera pelo historiador Pedro Dias como o mais importante conjunto defensivo quatrocentista de Portugal. Ele é composto pelas muralhas e portas, pela Torre de Menagem, a Torre da Princesa e o “Poço do Rei”. Na Torre de Menagem está instalado um Museu Militar.</li> <li>- <b>Igreja de Sta. Maria</b> – A Igreja de Sta. Maria, ou de N. Sra. do Sardo, situa-se junto ao Domus Municipalis. É um templo de 3 naves de raiz medieval, transformado no período Moderno, de onde se deve destacar: o portal tipo retábulo; o tecto do corpo da igreja forrado a pintura cenográfica barroca; a capela quinhentista dos Figueiredos e o retábulo-mor, de talha dourada, com a imagem de Sta. Maria Madalena que será da Escola de Gregório Fernandes de Valhadolid.</li> <li>- <b>Domus Municipalis (MN)</b> – Construção civil medieval bifuncional, extremamente rara na Península Ibérica, usada como cisterna e casa da Câmara. Apresenta uma planta pentagonal com 5 faces diferentes. Sobre a cisterna foi edificada uma sala de reuniões onde funcionavam as sessões camarárias, iluminada por um conjunto de arcos de volta perfeita e percorrida por um banco de pedra.</li> <li>- <b>Pelourinho e Porca da Vila (MN)</b> – Nas traseiras da torre de Menagem ergue-se o pelourinho de Bragança. Sobre a base poligonal, assente em 3 degraus, surge uma figura zoomórfica identificada com um berrão conhecido pelo nome de Porca da Vila.</li> <li>- <b>Casas da Costa Grande</b> – Nesta rua há diversas casas de grande valor patrimonial, a começar pela casa quinhentista que terá sido o velho hospital da Misericórdia.</li> </ul> <p><b>Centro Histórico:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Museu do Abade de Baçal</b> – Os antigos Paços Episcopais foram convertidos num Museu que tem o nome de uma das figuras mais ilustres de Trás-os-Montes, o etnógrafo, arqueólogo e historiador, autor, entre outras obras, das monumentais Memórias Arqueológico-históricas do Distrito de Bragança.</li> <li>- <b>Outros edifícios a visitar são:</b> A Igreja e Convento de S. Francisco (séculos XIII-XVIII) onde foi instalado o Arquivo de Bragança; a Igreja de S. Bento e Mosteiro de Santa Escolástica (século XVI, transformada no século XVIII); a Igreja de S. Vicente e o Edifício do Principal; a casa dos Caláirhos e a Casa do Arco; o Cruzeiro da Sé (1689); a Igreja de S. João Baptista da Sé (séculos XV-XVIII); a Igreja da Misericórdia (séculos XVI-XVII-XVIII); a Igreja do Loreto do século XVI;</li> </ul>	<p><b>Rio Frio + 15 min</b> Harmonioso conjunto arquitectónico composto: pela capela de N. Sra. das Dores ou de N. Sra. do Pé da Cruz do século XVIII, pela Igreja matriz de N. Sra. da Assunção, pela Fonte do Olmo, pela casa do “Joãozinho” e ainda pela Capela de N. Sra. das Necessidades.</p>	<p>Porta do Circuito das Três Seras, do Circuito da Raia de Montesinho e do Circuito das Terras Bragantinas.</p> <p>Centro histórico importante e bem preservado, recentemente objecto de profunda requalificação urbana, com curiosidades tão ecléticas como a Ponte do Jorge (1557) ou a antiga estação de comboios.</p> <p>Oferta diversificada e completa de serviços de restauração e similares.</p> <p>Bem servida de alojamento turístico.</p> <p>Maior centro de comércio tradicional da TFT.</p> <p>Importante centro administrativo, de ensino e de serviços urbanos.</p>	
				<p><b>Percurso</b>      <b>Km</b>      🕒</p> <p>Rebordãos (castelo) 16      40min</p>			

Continua

Continuação

## ITINERÁRIO PRINCIPAL - Rota dos Castelos da Terra Fria Transmontana

Desvios sugeridos	Percurso	Km 	Visitas atentas	(Visitas rápidas)	(Paragens)	Observações	
	<b>Outeiro</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Igreja paroquial de N. Sra da Assunção de Outeiro (VC)</b> – Igreja de raiz medieval edificada no primitivo núcleo populacional de Outeiro. No alçado Sul tem um pórtico de arco quebrado, protegido por um alpendre, e um cornateiro gótico.</li> <li>- <b>Fortaleza de Outeiro (BP)</b> – No Monte do Castelo, a 1 km da povoação surge a arruinada fortaleza de Outeiro, de planta ovalada, bem adaptada à morfologia do terreno.</li> <li>- <b>Igreja de Sto Cristo (MN)</b> – Grandioso templo barroco de sabor maneirista, construído entre os séculos XVII e XVIII, com excelentes trabalhos de talha, escultura e pintura, de onde se pode destacar a sacristia forrada a cabóões de pintura hagiológica da autoria do mestre Damião Bustamante.</li> <li>- <b>Cruzeiro de Outeiro (IIP)</b> – Cruzeiro do século XVI localizado no terreno em frente da fachada da Igreja de Sto Cristo.</li> <li>- <b>Capela de Sto Cristo</b> – Capela reedificada em 1755, com a cobertura interior abobada e uma imagem da Sra da Piedade no retábulo-mor.</li> <li>- <b>Pelourinho</b> – No Largo da Cadeia, situa-se o pelourinho quinhentista, que segundo a tipologia de Luís Chaves é um pelourinho de “tipo bragançano”.</li> <li>- <b>Capela de S. Gonçalo</b>: Capela de pequenas dimensões nas imediações da Igreja de Sto Cristo e do Cruzeiro de Outeiro.</li> </ul>			<p>A aldeia pitoresca, relativamente bem preservada, no sopé do monte piramidal encimado pela fortaleza de Outeiro.</p> <p>Aldeia de grande qualidade cénica, ao ser avistada ao longe no sopé da sua fortaleza.</p>	
		24	40min	<p><b>Argozelo + 20 min</b> Igreja de S. Frutuoso, reedificada no século XVIII. Na freguesia há um interessante conjunto de capelas (Senhor do Bonfim, S. Sebastião, S. Bartolomeu, Sto Amaro e Senhor da Boa Morte).</p> <p><b>Carção + 20 min</b> Capela setecentista de Sta Marinha, a Igreja de N. Sra das Graças da Época Moderna e a Ponte sobre o rio Maças, reconstruída entre os séculos XVIII e XIX.</p>	<p><b>Santuário de S. Bartolomeu + 20 min</b> A 2 km à Esq. da EN 218, entre Outeiro e Argozelo, o santuário é o palco de uma grande romaria anual no dia 24 de Agosto e está ligado a uma lenda segundo a qual três malfeteiros retiraram a imagem do Santo da capela e lançaram a um poço tendo por isso tido um triste fim. Vista sobre o vale do rio Sabor.</p>	<p>Paisagem de pomares em planalto.</p> <p>Após Carção, o atravessamento do vale do rio Maças cria paisagens grandiosas.</p> <p>Actividade pecuária muito presente, com destaque para o gado bovino e os burros.</p>	
<p>Algozo é vila de grande interesse patrimonial. Nela vale a pena visitar o Castelo (IIP) edificado a sul da antiga povoação, uma construção de planta rectangular com uma pequena muralha muito destruída, em cujo perímetro se encontra a capela de N. Sra da Assunção (século XVIII). Do castelo pode avistar-se a ponte sobre o rio Angreina que ligava Algozo a Valcento. No centro da vila ficam a Igreja paroquial de S. Sebastião edificada entre os séculos XVI e XVII, onde terá trabalhado o mestre pedreiro Belchior Fernandes; a capela da Misericórdia construída entre o final do século XVI e o início do século XVII; a capela seiscentista de S. Roque e no caminho para a ponte de Algozo a capela de S. João e a Fonte Milagrosa também do século XVII. A quatro quilómetros, em Vale Algozo, existe alojamento rural.</p>	<b>Vimioso</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Torre da Atalala</b> – No Bairro da Atalala encontra-se uma torre que integrava o sistema defensivo do castelo de Vimioso. Trata-se de uma construção de planta circular, feita em xisto argamassado, com 6 metros de altura, circundada por um fosso que poderá ser do período romano.</li> <li>- <b>Pelourinho de Vimioso (IIP)</b> – No largo Mendo Rufino, no centro cívico e cultural de Vimioso, ergue-se um Pelourinho de “colução” assente em 3 degraus.</li> <li>- <b>Igreja matriz de S. Vicente (IIP)</b> – Igreja maneirista promovida pelo cavaleiro João Mendes Antas, de planta longitudinal de uma nave com capela-mor e sacristia, edificada entre o final do século XVI e o início do século XVII.</li> <li>- <b>Fonte do Cano ou Tanque brasonado</b> – Fonte de cantaria do século XVII ou XVIII, que em meados do século XX terá sido transferida para um dos lados do Largo fronteiro da Igreja matriz de Vimioso.</li> <li>- <b>Outros edifícios</b> – Antiga e nova Câmara Municipal de Vimioso, a casa do Conde de Antas, a capela de S. Sebastião, etc.</li> </ul>			<p>Porta do Circuito dos Vales do Maças e do Algozo.</p> <p>Simpatico e bem cuidado centro histórico.</p> <p>Serviços de restauração e similares.</p> <p>Oferta limitada de alojamento turístico.</p> <p>Serviços de apoio aos turistas.</p>	
		31	50min	<p><b>Genísio + 20 min</b> Capela de Sta Cruz e Igreja setecentista de Santa Eufélia onde terá trabalhado o mestre José Gonçalves de Vila Praia de Ancora e a Igreja de Genísio da Espiceira, uma obra erigida entre os séculos XVI e XVIII.</p> <p><b>Malhadas + 30 min</b> No centro desta freguesia há um conjunto de construções do período medieval: a Igreja de Nossa Senhora da Expectação (IIP) de raiz medieval depois reformada nos séculos XVI e XVII; o Cruzeiro de Malhadas (IIP) e a Capela de S. Bartolomeu construída entre os séculos XV e XVI, pode ainda visitar-se o Cruzeiro e as Alminhas do século XVIII.</p>	<p><b>Grutas de Sto Adrião + 10 min</b> A 1 km à Esq. da EN 218, entre Vimioso e Caçarelhos, surge uma raridade geológica incrustada no velho solo nordestino, aproveitada para a extração de mármore.</p> <p><b>Caçarelhos + 20 min</b> Bela localidade onde vale a pena visitar a capela de S. José (1893) junto aos cabanais; a Igreja matriz da invocação de S. Pedro; o Cruzeiro de Caçarelhos (1777) nas proximidades da Capela de S. Bartolomeu ou de Santo Cristo e ainda a Fonte de Andóia.</p>	<p>Depois de se atravessarem algumas colinas arredondadas, entra-se, por alturas de Caçarelhos, no Planalto de Mianda.</p> <p>Paisagem agrícola de planalto de grande qualidade cénica, com bosques de folhosas, terrenos de cultivo de cereais utilizados como campos de pasto no inverno e lameiros.</p> <p>Em Malhadas há um posto de abastecimento de combustíveis.</p>	
<p><b>Percurso</b>  <b>Km</b> </p> <p><b>Algozo (castelo)</b>  30  40min</p>							
	<b>Miranda do Douro</b>		1-4 h	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Castelo (IIP)</b> – Castelo gótico (Séculos XIV-XV), do qual ainda se podem ver parte da cidadela, panos da muralha, torres, a torre de menagem de planta quadrada com o escudo de D. João I e algumas portas.</li> <li>- <b>Igreja de Sta Cruz</b> – Este templo foi erigido, a partir do século XVI, pela Condição de Sta Cruz, tendo depois sido terminado nos séculos XVII e XVIII. É uma igreja barroca de planta longitudinal, de uma nave, cuja fachada sul terá sido desenhada por Damião Bustamante.</li> <li>- <b>Casa da Alfândega</b> – Edifício do século XV ou XVI, construído no tempo de D. Afonso V.</li> <li>- <b>Igreja da Misericórdia</b> – a Santa Casa da Misericórdia de Miranda foi fundada pelo bispo de Miranda, D. Rodrigo da Cunha de Carvalho entre 1554 e 1559. A Igreja da Misericórdia, templo maneirista, terá sido edificada logo depois.</li> <li>- <b>Casas da rua Costanilha</b>, do século XV e XVI (casas nºs 5, 7, 9, 10, 10-A e 10-B e casa nº16).</li> <li>- <b>Casa da Câmara</b> – O Museu de Miranda do Douro está instalado nesta casa manuelina do século XVI. Do seu espólio fazem parte colecções de Arqueologia e Etnografia de Trás-os-Montes.</li> <li>- <b>Igreja matriz de Miranda do Douro, antiga Sé do bispado</b> – Esta igreja de planta cruciforme, edificada entre o século XVI e o século XVIII, foi uma obra promovida por D. João III, de risco dos arquitectos Gonçalo de Torralva e Miguel Ançada, onde trabalharam os mestres Pero de la Faja, Francisco Velásquez, Manuel Camele e Gaspar da Fonseca. A fachada deste templo é maneirista e no seu interior destaca-se o retábulo-mor, um trabalho em parceria de Gregório Hernandez de Valhadolid e Francisco Velásquez.</li> <li>- <b>Antigo Convento</b> – Edifício do século XVIII de planta longitudinal de dois pisos, situado no Largo da Sé;</li> <li>- <b>Ruínas do Paço Episcopal</b> do século XVII.</li> <li>- <b>Igreja do convento dos Frades Trinos</b> – Uma igreja do século XVIII convertida em Biblioteca.</li> </ul>			<p>Porta do Circuito das Terras Mirandesas.</p> <p>Harmonioso centro histórico bem preservado e bem cuidado, com bela vista para o rio Douro e para o rio Fresno.</p> <p>Boa oferta de serviços de restauração e similares. A especialidade gastronómica é a posta mirandesa.</p> <p>Oferta satisfatória de alojamento turístico.</p> <p>Centro de comércio tradicional com forte presença espanhola.</p> <p>Serviços de apoio aos turistas completos.</p>



## ITINERÁRIO COMPLEMENTAR - Circuito dos Altos Vales do Tuela e do Rabaçal

Desvios sugeridos	Percurso	km	🕒	Visitas atentas	(Visitas rápidas)	(Paragens)	Observações
<p>Nesta freguesia, a igreja paroquial da Época Moderna com a torre sineira destacada do edifício religioso desperta as atenções, assim como a capela de S. Roque. São também bons atractivos as pouco conhecidas minas de Brobo, já desactivadas, e as zonas de caça e de pesca. Nesta aldeia também se fazem os tradicionais caretos.</p> <p>Entre Vila Boa e Almondê, sobre o ribeiro de Vila Boa (2 km), há uma ponte de um arco de xisto, provavelmente de raiz medieval.</p>	Vinhais	10	1-2h	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Castelo de Vinhais (IIP)</b> – Ruínas do castelo do século XIII, que mantém troços de muralha de planta oval e parte da torre quadrangular. O seu espaço interior foi ocupado com casas.</li> <li>- <b>Pelourinho de Vinhais (IIP)</b> – Dentro do recinto amuralhado destaca-se o pelourinho de Vinhais (século XV) recuperado em 1929.</li> <li>- <b>Igreja paroquial de N. Sra da Assunção</b> – Ainda dentro da muralha fica a igreja paroquial da invocação da Senhora da Assunção.</li> <li>- <b>Edifício dos Antigos Condes de Vinhais (IIP)</b> – Solar brasão do século XVIII também conhecido como "Casas Novas".</li> <li>- <b>Igreja de S. Facundo (IIP)</b> – Igreja do século XIII, de raiz românica, edificada no Bairro do Além junto ao cemitério, fora do centro da vila de Vinhais. Este templo tem a particularidade de apresentar dois grupos de figuras esculpidas na sua fachada. No lado da Epístola estas parecem representar Deus, enquanto que no lado do Evangelho representarão a Santíssima Trindade. No seu interior guarda-se um túmulo de xisto do século XV.</li> </ul>			<p>Porta da "Rota dos Castelos da TFT" e das "Três Seras"</p> <p>Várias casas solarengas e outras de interessante traça.</p> <p>Comércio tradicional e artesanato local.</p>
			20min		<p><b>Nunes + 15 min</b> No centro da aldeia surge a Igreja paroquial de S. Cipriano.</p>	<p><b>Santuário de Romariz (1 km à Dta) + 15 min</b> Aqui fica a capela de Sto Antão com um amplo terreno fronteiro usado em festividades e romarias. Excelente miradouro sobre a Serra da Coroa.</p>	<p>Após Vinhais, atravessa-se o Rio Tuela pela Ponte de França, de origem romana. Porto de Nunes podem visitar-se a Gruta da Curvaceira nas margens do Tuela e a Fraga do Cavalo Branco. Na aldeia, o artesão André Gonçalves faz cestos tradicionais de verga e de estradura.</p>
<p><b>Percurso</b> Km 🕒</p> <p><b>Vila Boa de Ousilhão</b> 5 20min</p>	Ousilhão	22	20min	<p>A aldeia é mais conhecida pelos seus Caretos – usados na Festa de Sto Estêvão também conhecida por Festa dos Rapazes ou F. dos Caretos, no dia 26 de Dezembro de cada ano. Malgrado alguns sinais de degradação e abandono, Ousilhão conserva uma forte vivência rural, com abundantes patrimónios rurais ainda hoje usados quotidianamente: fontes, moinhos e pombais. A Igreja matriz de Sto André, que ostenta na fachada uma imagem de Sto Estêvão, e a capela de N. Sra da Alegria também são dignas de visita.</p> <p>Na freguesia pode ainda visitar-se o <b>castro</b> de Santa Comba (um povoado castrejo romanizado).</p>			<p>Os caretos de Ousilhão são ainda hoje feitos artesanalmente por artesãos como João Esteves e Carlos Rodrigues. Nas proximidades existem os sítios arqueológicos das Lagas da Ferradura e da Vela.</p>
			40min	<p><b>Zoio (0,3 km à Esq) + 15 min</b> Aqui pode visitar-se a igreja matriz de S. Pedro, a capela de Sta Ana, a capela de Sta Eufémia, a capela de Sta Luzia, a igreja de S. Martinho de Martim e a Igreja de N. Sra do Ó de Refóios.</p> <p><b>Penhas Juntas + 25 min</b> Aldeia que conserva ainda alguma da sua harmonia arquitectónica e em que se pode visitar templos como a igreja de paroquial de S. Pedro, a igreja de Sta Bárbara de Brito de Baixo e as capelas de S. Sebastião e de S. Gilaco em Quinta das Eiras Malores. Também se encontram fontes, moinhos e nichos. Junto a P. Juntas há marcos arqueológicos (Castelo dos Mouros, Castro de Múrio).</p>	<p><b>Edrosa + 10 min</b> Aqui pode ver-se a Igreja paroquial de S. Eulália, as 7 capelas do Sr. dos Passos, fontes, alminhas, moinhos; a estalagem dos almocreves e a igreja de Melhe.</p>	<p>Em termos paisagísticos a EN 316 entre Vinhais e Zoio é muito interessante. O percurso inclui vistas panorâmicas sobre a Serra da Coroa, paisagens de lameiros e pastagens e o atravessamento de uma zona florestal. Após Zoio, pela EN 206, o interesse não é menor: começa-se por atravessar um planalto dominado por soutos de castanheiros e, próximo de Agrochão, a paisagem já é a da Terra Quente (mediterrânica), cultivando-se a vinha, a oliveira e os cereais de sequeiro.</p>	
	Agrochão	5	20min	<p>No centro da aldeia, deve visitar-se a igreja de S. Mamede, na rua do Souto, enquadrada pelo casario tradicional (que patenteia já muitas influências da Terra Quente) pelo Museu Etnográfico Rural e pela "fonte milagrosa". O centro histórico de Agrochão apresenta muitos sinais de abandono e degradação. Mas, em contrapartida, a aldeia tem crescido, de forma algo desordenada, no sentido da EN 206, como reflexo do regresso de emigrantes.</p> <p>Recomenda-se uma deslocação ao Santuário do Divino Senhor da Piedade, a curta distância, tendo em atenção um cruzeiro e os moinhos na bacia do Rio de Macedo.</p>			<p>Nas proximidades de Agrochão pode visitar-se o que resta do Castro de N. Sra da Piedade.</p>
			10min			<p>Paisagem mediterrânica de montanha. Avista-se a crista quartzítica do Cerro.</p>	
	Ervedosa	14	20min	<p>Atravessando o coração da aldeia, surge um pelourinho medieval de granito, assente em duas pedras de mós, localizado no adro da igreja de S. Martinho (em cujo portal está gravada a data de 1720). Como complemento de visita, a aldeia possui ainda várias capelas: Sta Ana, S. Cristóvão (1848), de S. Nicolau e Sta Luzia em Falgueiras.</p> <p>Ervedosa também oferece sinais de abandono e degradação, mas menos pronunciados para quem passa. Possui ainda valores antropológicos que poderão interessar os turistas: o forno comunitário; o nicho do Senhor dos Perdidos; os cruzeiros; as alminhas e as fontes.</p>			<p>Povoação relativamente extensa que terá florescido graças à actividade mineira. Entre Agrochão e Rebordelo, dominando o Vale do Tuela, Ervedosa marca, com estas localidades, o termo da Terra Fria.</p>
			30min	<p><b>Nuzedo de Baixo + 15 min</b> No centro deste lugar (que se desenvolveu à sombra do vizinho complexo mineiro), surgem a capela de N. Sr. dos Altos (com a data de 1800 inscrita na fachada) e a igreja de N. Sra do Ó. A aldeia, apesar de muito envelhecida, ainda se mantém muito.</p>	<p><b>Ruínas do Complexo Mineiro Nuzedo/ Ervedosa.</b> (1 km à Dta) + 15 min Hoje desactivado, o complexo era composto pelo Bairro das Minas e pelas instalações industriais que hoje se encontram ao abandono. Situado a curta distância da aldeia de Nuzedo, nas margens do Rio Tuela, o centro mineiro possui belo enquadramento paisagístico.</p>	<p>Nosopé de um cabeço encontra-se a capela de Sta Bárbara, de traça moderna, com vista sobre Nuzedo e o Tuela. Nas trazeiras do templo foi sepultado Charles Lindbergh, o patrão das minas, que aqui morreu vítima de um acidente de avião. De saída para Rebordelo, atravessa-se o Rio Tuela, por um belo anfiteatro natural.</p>	

Continua

## ITINERÁRIO COMPLEMENTAR - Circuito dos Altos Vales do Tuela e do Rabaçal

Desvios sugeridos	Percurso	km	🕒	Visitas atentas	(Visitas rápidas)	(Paragens)	Observações
<p>As Terras de Lomba são uma preciosa ruralidade da TFF que merece visita cuidada. Este é um espaço de fortes vivências tradicionais, rico em caça e pesca, onde abundam os patrimónios rurais: currais, celeiros, moinhos e fornos comunitários, pombeiros, etc. As Terras de Lomba são um verdadeiro ecomuseu vivo.</p> <p>Na EN 308, tome-se o sentido de <b>Gestosa</b>. Veja-se a Igreja de N. Sra da Assunção da Gestosa e o "Bairro das Adegas" que aqui se chama "B. da Alegria". <b>Vilar Seco de Lomba</b> tem pelourinho dos séculos XIII-XV, de tipo bragança, assente em plataforma de 3 degraus circulares face aos antigos Paços do Concelho, hoje muito descaracterizados. A igreja de S. Julião tem um magnífico portal com representação escultórica do padroeiro e, no seu interior, guarda altares de talha, o púlpito de balustrada de madeira pintada e o arco cruzeiro com pintura vegetalista no intradós. A aldeia possui ainda as capelas de N. Sra da Boa Monte, de N. Sra da Caridade e de N. Sra dos Aliados. Em <b>Passos de Lomba</b> visita-se a Pousa dos Mouros, conjunto de sepulturas escavadas na rocha dos séculos IX/XI. Pela entrada poente de <b>Pinheiro Novo</b> avista-se os vestígios da lendária capela de Santa Rufina e uma pequena ponte. No centro da aldeia veja-se a Igreja matriz de Sta. Marinha, enquadrada por algumas casas com telhados de lousa e colmo, e as capelas de Sta. Ana, de S. António, S. Sebastião. Há ainda um belo cruzeiro de granito com uma imagem de Cristo na cruz numa das faces e a Virgem na outra. Ao redor, pode ver-se a Mina de Portelas (já desactivada) e vestígios arqueológicos (o menhir de Semande, o Castrião ou Cidade de Santa Rufina, a insculptura da Fraga do Sarilho). No centro <b>Santalha</b> visita-se a Igreja paroquial de Sta. Eulália, reconstruída no século XVII. Nas proximidades podem ver-se as capelas de S. Marçal, em Penso, de Sta. Margarida, em Contim, e de S. Clemente, em Sebas. Visita-se ainda o castro pré-romano "Castelo de Seixão" e o "Castelo de Santalha" e curiosidades como a gruta do "Forno dos Mouros" e a Fonte de Ferro. De regresso a <b>Gestosa</b>, visite-se a ponte de raiz medieval, de dois arcos com lajeado de xisto.</p>	<b>Rebordelo</b>			Rebordelo possui um simpático centro histórico de certa dimensão, sobranceiro ao Alto Vale do Rabaçal. No centro do povo, pode encontrar-se a igreja matriz de S. Lourenço (com a data de 1771 inscrita no portal lateral), que apresenta tectos com cobertura policroma. No tecto da nave estão representados o padroeiro e S. Venâncio, invocado contra as trovoadas e as doenças da vinha, enquanto na capela-mor se representa a Eucaristia.			Rebordelo possui uma oferta limitada de serviços restauração e de apoio aos turistas. A 1 km da povoação, pode visitar-se a capela da invocação de N. Sra da Penha da França.
		10	15min				Perto do actual atravessamento do Rio Rabaçal situa-se a velha ponte sobre o Rabaçal, de fundação medieval.
	<b>S. Jomil</b>			A localidade mantém muita da sua rusticidade granítica, sendo das melhores preservadas do circuito. Nela se pode apreciar a igreja paroquial de S. Pedro, com a torre sineira destacada do edifício da igreja, e a capela de Nossa Senhora de Fátima. A aldeia possui um relevante património rural, que compreende moinhos, o forno e a forja comunitária e, sobretudo, um magnífico núcleo de dependências rurais conhecido como o "Bairro das Adegas" ou "B. da Travessa". Património do século XVIII, o núcleo é composto por um conjunto de casas de dois registos com duas entradas originalmente cobertas com telhados de colmo, com ligações directas aos lagares.	<b>Capela de S. Tiago (a 6 km de Edral, à Dta) + 15 min</b> Esta capela ou santuário foi edificado num despenhadeiro sobre o rio Rabaçal e tem festa no penúltimo Domingo de Agosto. A sua construção está ligada a uma lenda muito popular segundo a qual ela teria sido patrocinada por um homem que se apaixonou por uma dama-de-pé-de-cabra, que o tentou atirar aos penhascos, sendo salvo pela invocação de S. Tiago a quem dedicou este templo. Perto da ermida fica a Fonte do Angaranho, de 1745.	<b>Vilar de Lomba + 15 min</b> A visita: a Igreja paroquial de Santo André com a torre sineira isolada da igreja; moinhos; casas de xisto; a capela de Santa Luzia de Ferreiros de Lomba e o Castro de Ferreiros onde as Fragas mais altas têm o nome de "Gruta da Moura". Conta uma lenda que à entrada da Gruta da Moura aparecia uma moura a pentear os cabelos ou a estender barreira ao sol. <b>Frades e Cabeça de Igreja + 10 min, cada</b> Visitem-se as respectivas igrejas. <b>Sobreiro de Cima (1 km à Esq) + 15 min</b> Visite-se o Santuário de Santa Luzia	A paisagem de características mediterrânicas dá aqui lugar a terrenos de pastagem para a criação de gado. Está-se de regresso ao coração da Terra Fria.
	<b>Vinhais</b>			<b>- Igreja de S. Francisco e Seminário</b> - Na entrada poente da vila, nas proximidades da casa dos condes de Vinhais, destaca-se um conjunto de edifícios formado pela igreja e o seminário de Vinhais, fundados na segunda metade do século XVII. A "Igreja Grande" é uma obra barroca, que ostenta uma imponente fachada, onde se destacam uma imagem de Nossa Senhora da Encarnação albergada num nicho, as armas de D. Maria I e no frontão o escudo dos franciscanos. É um templo de uma nave, com capela-mor rectangular, sacristia e coro alto, onde foram sepultadas importantes figuras como José de Morais Sarmento e Pedro de Maria Sarmento. O seminário é um edifício de planta longitudinal, de paredes de alvenaria com reboco caiado, com dois varandins dos lados da fachada do templo. No seu interior há um claustro quadrado, no centro do qual há um tanque rocaille com uma escultura neoclássica. Depois de 1834 o templo foi convertido na igreja matriz de Vinhais e o seminário dos missionários da Ordem de S. Francisco, durante o bispado de José Leite de Faria, passou a albergar o Seminário Diocesano.			Oferta diversificada de serviços de restauração e similares.
			1-2 h	<b>- Cidadela de Vinhais</b> - Nas proximidades de Vinhais, e dominando a vila desde um monte surge o povoado fortificado da proto-história, rodeado por muralha de planta elíptica que pode atingir 4 metros de altura e 5 metros de espessura.			Alojamento turístico. Serviços de apoio ao turista completos.

Percurso Km 🕒  
Terras de Lomba\* 26 4h

\*Ligação de linha em construção entre Castelo e Pinheiro Novo.



## ITINERÁRIO COMPLEMENTAR - Circuito das Três Serras

Desvios sugeridos	Percurso	km	🕒	Visitas atentas	(Visitas rápidas)	(Paragens)	Observações
	<b>Bragança</b>			<p><b>Comece-se pela cidadela de Bragança:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Castelo (MN)</b> – O Castelo de Bragança é uma construção gótica de planta oval, do tempo de D. João I, considera pelo historiador Pedro Dias como o mais importante conjunto defensivo quatuorcentista. Ele é composto pelas muralhas e portas, pelo Torre de Menagem, a Torre da Princesa e o "Poço do Rei".</li> <li>- <b>Igreja de Santa Maria</b> – A Igreja de Sta Maria ou de N. Sra do Saldão situa-se junto ao Domus Municipais. É um templo de nave de raiz medieval, transformado no período Moderno, de onde se podem destacar: o portal tipo retábulo; o tecto do corpo da igreja forrado a pintura cenográfica barroca; a capela quinhentista dos Figueiredo e o retábulo moç de talha dourada, com a imagem de Sta. Maria Madalena que será da Escola de Gregório Fernandes de Valladolid.</li> <li>- <b>Domus Municipais (MN)</b> – Construção civil medieval bifuncional, rara na Península Ibérica, usada como câmara e casa da Câmara, de planta pentagonal com 5 faces diferentes. Sobre a câmara foi edificada uma sala de reuniões onde funcionavam as sessões camarárias, iluminada por um conjunto de arcos de volta perfeita e percorrida por um banco de pedra.</li> <li>- <b>Pelourinho e Porca da Vila (MN)</b> – Nas traseiras da torre de Menagem ergue-se o pelourinho de Bragança em cuja base poligonal, assente em 3 degraus, surge uma figura zoomórfica identificada com um berrão conhecido pelo nome de Porca da Vila.</li> <li>- <b>Casas da Costa Grande</b> – Nesta rua há diversas casas de grande valor patrimonial, a começar por uma casa quinhentista com uma inscrição que terá sido o velho hospital da Misericórdia, seguida da Fundação Os Nossos Livros (antiga casa dos Teixeira, do século XVIII).</li> </ul>			<p>Porta da Rota dos castelos da TFT e dos Circuitos dos "Terras Brigantinas" e da "Baía de Montesinho".</p> <p>Maior centro de comércio tradicional da TFT.</p> <p>Oferta diversificada e completa de serviços de restauração e similares.</p> <p>Importante centro administrativo, de ensino e de serviços urbanos.</p>
		13	20min	<p><b>Carragosa + 20 min</b> A Igreja paroquial de Sto António, na rua da Sra da Assunção, é um templo dos séculos XVIII/XIX de planta rectangular, com uma nave, capela-mor e sacristia do lado esquerdo. Na fachada surge uma empena cortada pela sineira de arco de volta perfeita, cujo acesso é feito por uma escada adossada do lado esquerdo do frontispício, criando um arco de passagem inferior. Tem altares de talha e o arco cruzeiro criado com motivos vegetais. Além da matriz há fontes, moinhos, minas de ferro.</p>	<p><b>So utelo (0,5 km à Dta) + 15 min</b> Visite-se a capela de S. Sebastião e a Igreja de S. Pedro.</p>		<p>Atravessa-se uma área densamente arborizada; bosque de carvalhos de grande valor ambiental.</p>
	<b>Cova da Lua</b>			<p>Nesta aldeia muito peculiar, visite-se a Igreja matriz, no centro da localidade, e a capela da Sra da Hera, os fornos de cal, a forja e o lagar comunitário. Na EN 308, em direcção a Parâmio, surge o santuário da Sra. da Hera, sito em local verdejante, muito procurado como zona de lazer. À esquerda, a 150 metros, encobertas por denso arvoredor, surgem as ruínas da capela da Hera, classificada IP. Este imóvel é composto pela parede e vão, de um arco quebrado, que pertenceu a uma capela de xisto argamassado. Entre as suas ruínas foi encontrada (1905) uma lápide de granito, dedicada a Baudue (ao culto da Lua).</p>			<p>Povoação agradável, que dispõe de alojamento TET, está associada à mística e ao culto da lua como o parece confirmar a toponímia.</p>
		38	40min	<p><b>Parâmio + 20 min</b> A aldeia situa-se entre as serras da Coroa e de Montesinho, nas proximidades do Rio Baceiro. A riqueza hidro-lógica manifesta-se na abundância de fontes e moinhos. Deve visitar-se a Igreja matriz de S. João Baptista e a capela de S. João fora do Povo. Tem uma ponte composta por um arco de xisto.</p> <p><b>Mofreita + 20 min</b> Situada à entrada da Serra da Coroa, a 900 metros de altitude, e sobranceira ao Rio Tuela, abundam aqui as zonas de pesca e caça, as fontes e os moinhos e marcas próprias de religiosidade: nichos, cruzeiros, etc. Na aldeia visita-se a Igreja paroquial de S. Vicente, a capela do Divino Sr. dos Milagres e as ruínas de um antigo convento.</p>	<p><b>Maços (1 km à Esq) + 15 min</b> Este é um coeso e muito característico lugar da freguesia de Parâmio. Para além da aldeia visite-se a Igreja paroquial, no adro da qual há sepulturas.</p> <p>Após Mofreita, a caminho para Moimenta, passa-se junto à <b>fronteira espanhola</b> e tem-se uma bela perspectiva sobre o vale do Rio Tuela, no curso do qual, se descobre, à Esq., a chamada ponte das Vinhas. Com tempo, descubra-se o povoado fortificado proto-histórico de Cigadonha (ou Cigarosa) situado num esporão sobranceiro à foz da Ribeira da Anta, no rio Tuela (Idade Média/Idade Moderna).</p>		<p>Num caminho que bordeja uma paisagem vincadamente rural, em que predominam os soutos de castanheiro e as pastagens, as aldeias que se situam entre as serras de Montesinho e da Coroa são marcadas ainda por uma profunda ruralidade que diminui os evidentes sinais de abandono e de degradação. Após Cova da Lua é pare-se para visitar antigos fornos de cal. Em Parâmio e Mofreita há praias fluviais sobre os rios Baceiro e Tuela, respectivamente.</p> <p>* Ligação em construção entre Mofreita e Moimenta: 1,05 km</p>
	<b>Moimenta</b>			<p>Sede de freguesia, domina um pequeno enclave que penetra em território espanhol, dominando – dos seus quase 1000 metros de altitude – a margem direita do rio Tuela. Em termos patrimoniais, a aldeia é das mais ricas do concelho de Vinhais, salientando-se, a sul da povoação (junto à Fonte dos Canos e de umas Alminhas), a Igreja paroquial de S. Pedro – um imponente templo maneirista dos séculos XVI e XVII. O povoado consiste num harmonioso conjunto edificado de casas de granito bem trabalhado, do qual se destaca o solar dos Ataídes. Há também muitos atractivos etnográficos que realçam as tradições comunitárias desta área da TFT: foijas, moinhos e fornos comunitários.</p>			<p>Moimenta possui também zonas de caça e de pesca e uma área de lazer também utilizada como praia fluvial. A aldeia tem um restaurante e uma casa de abrigo do Parque Natural de Montesinho.</p>
		21	10min	<p><b>Vilar de Ossos (0,3 km à Dta) + 25 min</b> Na aldeia visite-se a Igreja paroquial de S. Cipriano (século XVII) no Bairro do Outeiro, junto ao solar da família Pinto Baccelas (visconde de Monte Alegre). A Igreja de N. Sra da Conceição e as capelas de S. Tiago, do Divino Sr. do Campo e da Sra das Neves também merecem uma visita.</p>	<p><b>Montouto (1 km à Esq) + 15 min</b> A aldeia situa-se junto ao cume da Serra da Coroa, a mais de 1000 metros. Veja-se a Igreja paroquial de S. Pedro e as capelas de Sta Marta, de Sto Estevão e de S. Jorge.</p> <p><b>Qu adra (0,7 km à Dta) + 10 min</b> Visite-se a Igreja matriz.</p>		<p>Na linha da fronteira com Espanha encontra-se o chamado marco dos três reinos: de Portugal, da Galiza e de Leão. Depois de atravessar as alturas despojadas da Serra da Coroa, começa a decida da sua vertente sul. Descobre-se então uma paisagem de montanha densamente arborizada.</p>

Continua

## ITINERÁRIO COMPLEMENTAR - Circuito das Três Serras

Desvios sugeridos	Percurso	km	🕒	Visitas atentas	(Visitas rápidas)	(Paragens)	Observações
<p>A aldeia, ainda bem preservada, está implantada em plena vertente poente da Serra da Nogueira, a cerca de 900 metros de altitude, por entre denso arvoredo. Visite-se a Igreja Matriz.</p>	Vinhais	27	20min	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Igreja de S. Fausto (IIP)</b> – Igreja do século XIII, de raiz românica, edificada no Bairro do Além junto ao cemitério, fora do centro da vila de Vinhais. Este templo tem a particularidade de apresentar dois grupos de figuras esculpidas na sua fachada. No lado da Epístola estas parecem representar Deus enquanto que no lado do Evangelho representam a Santíssima Trindade. No seu interior guarda-se um túmulo de xisto do século XV.</li> <li>- <b>Castelo de Vinhais (IIP)</b> – Ruínas do castelo do século XIII, do qual se mantêm alguns troços da muralha de planta oval e parte da torre quadrangular. O seu espaço interior foi ocupado pela população local.</li> <li>- <b>Pelourinho de Vinhais (IIP)</b> – Dentro do recinto amuralhado destaca-se o pelourinho de Vinhais do século XVI recuperado em 1929.</li> <li>- <b>Igreja paroquial de Nossa Senhora da Assunção</b> – Ainda dentro da muralha fica a Igreja paroquial da invocação da Senhora da Assunção.</li> <li>- <b>Edifício dos Antigos Condes de Vinhais (IIP)</b> – Solar brasonado do século XVIII também conhecido como “Casas Novas”.</li> <li>- <b>Igreja de S. Francisco e Seminário</b> – A “Igreja Grande” é uma obra barroca que ostenta uma imponente fachada onde se destaca uma imagem de Nossa Senhora da Encarnação albergada num nicho. É um templo de uma nave, com capela-mor rectangular, sacristia e coro alto, onde foram sepultadas importantes figuras. No século XVIII foi criado o Seminário dos Missionários Apostólicos Franciscanos de Vinhais.</li> <li>- <b>Cidade de Vinhais</b> – Fora do centro histórico fica um povoado fortificado da proto-história, rodeado por uma muralha de planta elíptica que pode atingir 4 metros de altura e 5 metros de espessura.</li> </ul>			<p>Porta dos Circuitos dos “Altos Vales do Tuela e do Rabaçal” e das “Três Serras”</p> <p>Várias casas solengas e outras de interessante traça.</p> <p>Oferta diversificada de serviços de restauração e similares.</p> <p>Alojamento turístico.</p> <p>Comércio tradicional e artesanato local.</p> <p>Serviços de apoio ao turista completos.</p>
			30min			<p>Partindo de Vinhais e depois de atravessar o Rio Tuela sugerem-se curtas paragens nas aldeias de Nunes com o seu santuário em Romariz e de Ousilhão.</p>	<p>Após Vinhais, atravessa-se o Rio Tuela pela Ponte de Bança, de origem romana. Em termos paisagísticos o caminho é muito interessante. O percurso inclui vistas panorâmicas sobre as serras da Coia e da Nogueira e o atravessamento de terrenos agrícolas de lameiros e pastagens e de vasta zona florestal. Destaque também para o artesanato dos caretos.</p>
<p><b>Percurso</b> Km 🕒</p> <p><b>Carrizado</b> 6 20min</p>	Santuário da Sra. da Serra	19	30min	<p>Em plena Serra da Nogueira surge o Santuário de N. Sra. da Serra (ou da Sra das Neves), construído entre os séculos XV e XVI e depois reformado no século XVIII. Trata-se de um dos maiores centros religiosos, se não o maior, de todo o Nordeste Transmontano. Aqui tem lugar anualmente, em vasto terreiro que se apresenta actualmente em obras, uma festa que decorre entre 30 de Agosto e 8 de Setembro, culminando com a romaria no último dia. A fundação deste santuário é lendária e está ligada à história de uma pastora muda a quem a Virgem apareceu e pediu para edificar esta ermida no ponto mais alto da serra. No século XVII, a Confraria da Senhora da Serra mandou erigir os quartéis ou hospícios do santuário para a acomodação dos fiéis durante a novena. O local, a cerca de 1300 metros, também oferece excelentes panorâmicas sobre um vasto horizonte, mas é em direcção a Este, a Sudeste e a Sul que as vistas são particularmente vastas, pelo que facilmente se apreende a diversidade geográfica e paisagística do Nordeste Transmontano.</p>			<p>O caminho para o santuário atravessa uma zona muito arborizada com bosques de folhosas e resinosas. No cume da serra, passa-se diante de um posto de antenas retransmissoras. A mesma agressividade da intervenção humana sobre a paisagem e o meio natural encontra-se no próprio santuário, algo descaracterizado e com o aspecto de manter obras intermináveis.</p>
			50min			<p>Pouco a pouco deixa-se a Serra de Nogueira e entra-se em zona agrícola de encosta com prados, lameiros onde pasta o gado bovino e soutos de castanheiro e carvalho. Em Couto entra-se nos subúrbios de Bragança.</p>	
	Bragança		1-2h + 1 noite	<p>Com tempo, termine o circuito à descoberta do <b>Centro Histórico</b> de Bragança e visite a Igreja e Convento de S. Francisco (séculos XIII-XVIII) onde foi instalado o Arquivo de Bragança, a Igreja de S. Bento e Mosteiro de Santa Escolástica (do século XVI transformada no século XVIII), a Igreja de S. Vicente e o Edifício do Príncipe, a casa dos Cabalheiros e a Casa do Arco, o Cruzeiro da Sé (1689), a Igreja de S. João Baptista da Sé (séculos XV-XVIII), a Igreja da Misericórdia (séculos XVI-XVII-XVIII), a Igreja do Loreto do século XVI e a Ponte do Jorge (1557). Recomenda-se uma pernoita na cidade de Bragança para aproveitar o dia seguinte para completar a visita ao centro histórico e conhecer o <b>Museu do Abade de Baçal</b>, instalado nos antigos Paços Episcopais.</p>			<p>Centro histórico bem preservado, recentemente objecto de profunda requalificação urbana, com curiosidades tão edélicas como a Ponte do Jorge (1557) ou a antiga estação de comboios.</p> <p>Bem servida de alojamento turístico.</p>



## ITINERÁRIO COMPLEMENTAR - Circuito da Raia de Montesinho

Desvios sugeridos	Percurso	km ⌚	Visitas atentas	(Visitas rápidas)	(Paragens)	Observações
<p>A aldeia de França surge à entrada da Serra de Montesinho e oferece, nas suas proximidades, locais agradáveis como a Fraga de Pendante, o Penedo da Anta e a ponte sobre o rio Sabor, junto da capela de N. Sra da Ponte. A norte da aldeia, por acesso difícil, surgem minas de estanho, de ouro e prata, como a do Pinguão dos Quintais. No aglomerado veja-se a igreja matriz de S. Lourenço, localizada entre o casario rural. À frente, já em plena serra, no lugar de Portelo, pode visitar-se a igreja e uma ponte datada de 1890. Finalmente, já em plena serra, surge a aldeia de Montesinho, uma das mais bem preservadas da TFT. Por entre o concentrado de casas rurais sobressai a igreja de S. Martinho, com o seu cemitério nas traseiras. Por estrada, suba-se à Serra Serrada para atingir o ponto culminante da TFT e admirem-se as vistas.</p> <p><b>Percurso</b> Km ⌚ <b>França e Montesinho</b> 30 2h</p>	Bragança	1-2h	<p><b>Comece-se pela cidade de Bragança:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Castelo (MN)</b> – O Castelo de Bragança é uma construção gótica de planta oval, do tempo de D. João I, considera pelo historiador Pedro Dias como o mais importante conjunto defensivo quatrocentista. Ele é composto pelas muralhas e portas, pelo Torre de Menagem, a Torre da Princesa e o "Poço do Rei".</li> <li>- <b>Igreja de Santa Maria</b> – A Igreja de Sta Maria ou de N. Sra do Sardoão situa-se junto ao Domus Municipalis. É um templo de nave de raiz medieval, transformado no período Moderno, de onde se podem destacar: o portal tipo retábulo; o tecto do corpo da igreja forrado a pintura cenográfica barroca; a capela quinhentista dos Figueiredo e o retábulo-mor, de talha dourada, com a imagem de Sta Maria Madalena que será da Escola de Gregório Fernandes de Valhadolid.</li> <li>- <b>Domus Municipalis (MN)</b> – Construção civil medieval bifuncional, rara na Península Ibérica, usada como cisterna e casa da Câmara, de planta pentagonal com 5 faces diferentes. Sobre a cisterna foi edificada uma sala de reuniões onde funcionavam as sessões camarárias, iluminada por um conjunto de arcos de volta perfeita e percorrida por um banco de pedra.</li> <li>- <b>Pelourinho e Porca da Vila (MN)</b> – Nas traseiras da torre de Menagem ergue-se o pelourinho de Bragança em cuja base poligonal, assente em 3 degraus, surge uma figura zoomórfica identificada com um berão conhecido pelo nome de Porca da Vila.</li> <li>- <b>Casas da Costa Grande</b> – Nesta rua há diversas casas de grande valor patrimonial, a começar por uma casa quinhentista com uma inscrição que terá sido o velho hospital da Misericórdia, seguida da Fundação Os Nossos Livros (antiga casa dos Teixeira, do século XVIII).</li> </ul>			<p>Porta da Rota dos castelos da TFT e dos Circuitos dos "Terras Brigantinas" e das "Três Serras"</p> <p>Maior centro de comércio tradicional da TFT.</p> <p>Oferta diversificada e completa de serviços de restauração e similares.</p> <p>Importante centro administrativo, de ensino e de serviços urbanos</p>
		11 20min				
	Rabal	20min	Aldeia localizada junto ao Rio Sabor, à entrada da Serra de Montesinho, e que conserva muita da sua tipicidade. Deve visitar-se a igreja paroquial de S. Bartolomeu (século XVII ou XVIII), a capela de S. Sebastião e a casa da Fonte, a Fraga Fuada e a ponte de Rabal (século XIX).			
		6 10min				<p>Junto ao Rio Sabor existe um parque de campismo municipal.</p> <p>* Ligação em construção entre Rabal e Baçal: 3,5km</p>
<p>Num caminho que atravessa algumas das mais belas paisagens da TFT, em que predominam bosques, soutos de castanheiro e pastagens, pode conhecer-se estas duas aldeias situadas na Serra de Montesinho, onde ainda se respira uma profunda ruralidade apesar dos evidentes sinais de abandono e de degradação.</p> <p><b>Percurso</b> Km ⌚ <b>Aveleda e Reboal</b> 12 40min</p>	Baçal	20min	<p>Baçal é a terra onde nasceu e morreu – na casa do Pácio – o abade homónimo (19 de Abril de 1855 – 13 de Novembro de 1947) que foi um grande vulto da cultura da região transmontana da primeira metade do século XX e que muito contribuiu para a existência do museu nacional que porta o seu nome. Pode visitar-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>A Igreja de S. Romão</b>, matriz de Baçal, reconstruída no século XVII, que apresenta fachada barroca e no seu interior ostenta um retábulo-mor rocaille e apresenta o tecto da capela-mor forrado a caixotes de madeira com pintura hagiológica.</li> <li>- <b>A Atalaia da Candaira</b> (IIP), uma construção medieval de planta quadrangular composta por xisto argamassado que ainda preserva vestígios de fossos.</li> </ul>			Moimenta possui também zonas de caça e de pesca, uma área de lazer também utilizada como praia fluvial e uma casa de abrigo do Parque Natural de Montesinho.
		21 35min	<p><b>Sacóias (à Dta) + 15 min</b> Após um curto desvio, pode ainda ver-se a igreja de N. Sra da Assunção de Sacóias (século XVII) em cujo portal se guarda uma imagem da padroeira e que no interior apresenta boa talha e pintura religiosa, nomeadamente nos caixotes que cobrem a capela-mor.</p> <p><b>Varge + 20 min</b> A aldeia tem um excelente miradouro, no cimo do povo: a igreja de S. Miguel. Aver ainda a capela de S. Julião do Sto Padre, a fonte de Pineda, a forja comunitária e o moinho da aldeia.</p>			O percurso atravessa, subindo gradualmente, a Serra de Montesinho até à raia espanhola. Descobre-se uma paisagem cada vez mais agreste. Per to de Sacóias encontra-se um dos castros romanizados mais importantes da TFT (Monumento Nacional), mas apresenta deficientes condições de visita. Em Varge, os caretos continuam a ser feitos por José e António dos Santos Vaz.

Continua

## ITINERÁRIO COMPLEMENTAR - Circuito da Raia de Montesinho

Desvios sugeridos	Percurso	km	🕒	Visitas atentas	(Visitas rápidas)	(Paragens)	Observações
	<b>Rio de Onor</b>						
			30min	Nesta aldeia medievática, o visitante pode travar o conhecimento com arcaicas tradições comunitárias que se perdem no tempo e usufruir da experiência única de mudar de país sem que pareça que se tenha mudado de aldeia. Contudo, as aldeias de Rio de Onor e Ribonor de Castilla permanecem orgulhosamente raianas, sem renegar as suas bandeiras. Não estranha assim que Rio de Onor seja a aldeia mais evocativa deste circuito consagrado à Raia de Montesinho. A cultura muito particular que se estabeleceu nestas terras frias raianas pode apreciar-se na igreja matriz de S. João Baptista, enquadrada pelo cemitério, e no casario típico de telhados de lousa. Como curiosidade, visite-se ainda a forja comunitária da aldeia e a casa do Touro.			As aldeias vizinhas sempre tiveram mais a união que a separação. Um simples exemplo as cumplicidades ligadas ao contrabando. Esta cumplice vizinhança tem a sua expressão em toda a raia da Serra de Montesinho.
		19	30min		<b>Guadramil + 15 min</b> Numa aldeia de características comunitárias muito semelhantes a Rio de Onor, destaca-se um lagar comunitário localizado entre o casario rural. Também merece visita a igreja de S. Vicente, no cimo do povo, em cujo portal está inscrita a data de 1879. <b>Dallão + 20 min</b> Visite-se a igreja matriz de N. Sra. da Assunção e as capelas de S. Sebastião e de Sta. Eulália. Como patrimónios rurais destacam-se dois moinhos, uma fonte de mergulho e um pomal.		Deixa-se a Serra de Montesinho e entra-se em zona agro-pastoril de encosta onde pastam rebanhos de ovinos. Pequenos bosques de castanheiro e carvalho acompanham uma estrada que atravessa terreno adentado, com vistas sobre a vizinha Espanha.  * Ligação em construção entre Rio de Onor e Guadramil 3,5km.
No caminho, visite-se a igreja de Sto Antão, no lugar de Caravela, onde há um museu Etnorural. Chegando a Babe, visite-se a igreja matriz de S. Pedro e a fonte de mergulho e bebedouro adjacentes. Com tempo, descubram-se também as capelas de S. Sebastião e de S. José (1697), a tulha das almas e o castro de Babe. A aldeia também é conhecida pelos seus moinhos e pelos trabalhos artesanais de cestaria.	<b>S. Julião de Palácios</b>						
			30min	Em termos de património religioso, visite-se a igreja paroquial de S. Julião de Palácios, reconstruída entre os séculos XVII e XIX, e as capelas de S. Sebastião e de Sta. Cruz (1850). Na aldeia há um museu rural patrocinado pelo P.N. de Montesinho, bem como exemplares de moinhos e de pombais.			A aldeia padece de alguma descaracterização recente, motivada em parte pelos investimentos da população local emigrada.
		9	15min			<b>Refega (0,5 km à Dta) + 10 min</b> Visite-se a igreja paroquial, no centro da aldeia, que integrava o caminho de peregrinação para Santiago de Compostela.	A raia da Serra de Montesinho era atravessada em tempos não muito recuados pelos peregrinos do interior de Portugal, mas sobretudo de Trás-os-Montes (Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa), no seu caminho para Santiago de Compostela. O vale do Rio Maças, era um desses caminhos.
<b>Percurso</b> Km 🕒 <b>Babe</b> 12 40min							
	<b>Veigas</b>						
			20min	Nesta povoação, vizinha de Quintanilha, fica a igreja de S. Vicente, implantada numa encosta com alguma inclinação, classificada IP. É um templo de raiz medieval, que guarda no seu interior pinturas a fresco com motivos religiosos.			Veigas e Quintanilha partilham alguma descaracterização, motivada em parte pelo fenómeno da emigração.
		1	5min				Veigas e Quintanilha formam o extremo sul do P.N. de Montesinho que aqui se alonga para sul, abarcando o vale do Rio Maças, de grande qualidade paisagística.
	<b>Quintanilha</b>						
			30min	Em Quintanilha encontra-se a antiga igreja paroquial de S. Tomé com boa imaginária (padroeiro, S. Gens e N. Sta. do Rosário). Localizada fora do centro do povoado, a caminho da fronteira espanhola, encontra-se a capela do santuário da N. Sra. da Ribeira, templo de raiz medieval (século XIII) que, segundo a lenda, foi fundado por D. Isabel como forma de agradecimento por ter chegado sã e salva ao território português (1282), onde se lija encontrar com o seu futuro marido (D. Dinis). A capela tem o piso da nave feito de seixos do rio, apresenta boa talha e boa imaginária, nomeadamente a escultura da padroeira e, atrás da capela-mor, guarda pinturas a fresco com cenas da vida da virgem. Na aldeia e suas cercanias podem encontrar-se moinhos e uma forja.			O caminho para o santuário, na direcção da fronteira de Quintanilha, atravessa uma zona bastante arborizada com bosques de folhosas. É possível admirar o Rio Maças e o seu vale que em toda a extensão entre Petisqueira e Paradinha marca a fronteira portuguesa.
		21	30min			<b>Ponte de Valbom + 5 min</b> Após Milhão, cruza-se a ponte dos séculos XV/XIX.	Próxima do santuário da N. Sra. da Ribeira fica a fronteira de Quintanilha que é uma das mais procuradas no Norte de Portugal (a seguir a Valência e a Chaves). Este é um ponto estratégico para o acolhimento dos turistas espanhóis. Em Milhão existe um posto de abastecimento de gasolina.

## ITINERÁRIO COMPLEMENTAR - Circuito da Raia de Montesinho

Desvios sugeridos	Percurso	km 🕒	Visitas atentas	(Visitas rápidas)	(Paragens)	Observações
	Gimonde	30min	Gimonde é uma aldeia agradável situada no antigo caminho de Bragança para a fronteira de Quintanilha, sendo conhecida pelos seus restaurantes e portes: a ponte velha (da época romana, em xisto, composta por 6 arcos de volta perfeita) está classificada IIP e a ponte nova é do século XIX (1888). Na aldeia visita-se ainda a igreja de N. Sra da Assunção, no cimo da povoação, e as capelas de Sto. António e de Sta. Columba. Veja-se, por fim, o forno comunitário; uma fonte.			Próximo da aldeia, o castro de Gimonde – Idade do Ferro, depois romanizado – também está classificado IIP. Gimonde oferece serviços completos de restauração.
		8 10min				O caminho entre Gimonde e Bragança é pouco interessante, atravessando-se os subúrbios da capital de distrito.
	Bragança	1-2h +1 noite	Com tempo, termine o circuito à descoberta do <b>Centro Histórico</b> de Bragança e visite a Igreja e Convento de S. Francisco (séculos XII-XVII) onde foi instalado o Arquivo de Bragança, a Igreja de S. Bento e Mosteiro de Santa Escolástica (do século XVI transformada no século XVII), a Igreja de S. Vicente e o Edifício do Príncipe, a casa dos Calalhos e a Casa do Arco, o Cruzeiro da Sé (1689), a Igreja de S. João Baptista da Sé (séculos XVI/XVII), a Igreja da Misericórdia (séculos XVI-XVII-XVIII), a Igreja do Loreto do século XVII e a Ponte do Jorge (1557). Recomenda-se uma pernoita na cidade de Bragança para aproveitar o dia seguinte para completar a visita ao centro histórico e conhecer o <b>Museu do Abade de Baçal</b> , instalado nos antigos Paços Episcopais.			Centro histórico bem preservado, recentemente objecto de profunda requalificação urbana, com curiosidades tão ecléticas como a Ponte do Jorge (1557) ou a antiga estação de comboios.  Bem servida de alojamento turístico.

## INTRODUÇÃO

*“...mais do que um simples conceito, o desenvolvimento local é um ideal. Traz consigo a promessa de um modelo alternativo de desenvolvimento, de uma solução para o problema do desenvolvimento desigual, para o crescimento impelido por forças exteriores. Dentro deste espírito, o termo tanto representa um apelo para agir como um convite para a análise.”*

MARIO POLÈSE (1998)

O que faz desenvolver mais uma região do que outras? Como é que uma região se “começa” a desenvolver? Será que se pode impulsionar esse processo partindo do nível local?

Ao descrever a realidade e o quotidiano da população desta área, bem como das suas condições naturais, e ao reflectir sobre algumas propostas de solução dos problemas detectados, este trabalho pretende dar um conhecimento acerca do desenvolvimento local que adveio da criação de uma zona protegida – P.N.M.. A conservação da natureza, enquanto património cultural, tem uma enorme componente humana passando inquestionavelmente pela manutenção das populações rurais nos respectivos contextos, uma vez que são elas os arquitectos e simultaneamente gestores dessa paisagem humanizada e de incalculável valor ecológico. Para que isto seja viável, há necessidade de dotar essas populações de instrumentos, que lhe possibilitem uma melhor qualidade de vida, o que nos leva ao conceito de desenvolvimento sustentado, isto é, um desenvolvimento que seja duradouro. Contudo, este tipo de desenvolvimento não é fácil de conseguir, pois há que ter em consideração diferentes variáveis:

– componente económica, social e ambiental, que no seu conjunto formam a base para a qualidade de vida (condição fundamental para o desenvolvimento sustentado). Este é, portanto, um processo sinergicamente positivo, ao contrário do crescimento económico desregulado que afecta o ambiente e que assim irá afectar negativamente (a médio ou a longo prazo) a qualidade de vida.

A diagnose da realidade deve ser feita com a participação da própria comunidade, tanto quanto possível, sem esquecer nunca que se pretende uma análise efectiva da realidade facilitando a aquisição de um conhecimento integrado para uma actuação posterior. Sendo,



importante saber o que a comunidade “pensa” da sua realidade, pois muitas vezes a visão que se tem por parte dos “reguladores” é bloqueadora e impede a própria tomada de consciência. É imprescindível conhecer e questionar a opinião que as pessoas têm da realidade, para que se reúne, não já “opinião”, mas sim conhecimento efectivo do real. Conhecimento crítico, fundamentalmente, que busca por detrás do que há, a razão de assim ser, e não de outro modo.

Pensamos que isto leva à tomada de consciência de que a realidade não é estática, mas sim dinâmica, que as comunidades têm uma palavra a dizer quanto à gestão do seu presente e do seu futuro. Conhecendo a realidade existente, as suas causas, sabendo o que falta, está-se na encruzilhada que aponta para outras realidades.

O posicionamento desta região é marcadamente assimétrico em relação às grandes tendências de transformação do território. A região viu acentuar-se a sua marginalidade relativamente aos grandes eixos do desenvolvimento que conduziram à excessiva litoralização da economia do país. O longo isolamento, proporcionou-lhe guardar testemunhos vivos do passado, valiosos para os que procuram as raízes profundas da nacionalidade. As fracas condições de acessibilidade que perduram quase até aos nossos dias contribuíam para o agravamento desta situação.

A construção do IP4 proporcionou um recente desenvolvimento sócio-económico da região, o que permitiu ultrapassar a estagnação de anteriores décadas. Os produtos deste desenvolvimento tais como as novas tecnologias, a TV e outros media (rádios locais, jornais) e ainda o impacto da implantação do ensino superior, também produziram os seus efeitos que se fizeram sentir um pouco por toda esta região.

O atenuar da situação descrita poderá ser possível pela via da valorização das especificidades locais, quer ao nível da paisagem e do ambiente, quer ao nível da produção agrícola e alimentar. Merecem especial atenção, as artes e ofícios tradicionais bem como a prestação de serviços de procura crescente entre os quais cabem o lazer e o turismo. As potencialidades turísticas essencialmente ligadas ao seu património natural, arquitectónico e histórico, inseridos em meio rural, têm vindo progressivamente a merecer atenção por parte de turistas nacionais e estrangeiros. De facto, o turismo, apontado no “Estudo Estratégico para o Desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro” (1997) como a sua maior potencialidade, está longe de poder, na fase actual da sua organização, corresponder aos anseios dos autarcas, dos empresários e das populações. É necessário, por isso, planear o turismo para esta região, o que requer um trabalho de relojoaria. Porque o valor cénico da paisagem, a harmonia do

enquadramento natural e ambiental é de tal ordem que exigem uma lupa, um bisturi e muita concentração, utensílios e disposição que parece não terem sido muito usados.

O património natural da região merece especial atenção pelo facto de incluir uma extensa área do Parque Natural de Montesinho constituída por uma sucessão de elevações arredondadas e vales profundamente encaixados onde as aldeias aparecem aninhadas em pontos abrigados e discretos. Com o presente trabalho pretendemos caracterizar a área em estudo, apresentar o problema a investigar, formularmos os objectivos e as hipóteses, analisando a sua importância ao nível do impacto sócio-económico do P.N.M.





## 1. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

A formulação de um problema de investigação, para além de constituir o ponto de partida de toda a investigação, é a etapa determinante de todo o processo de pesquisa (FORTIN *et al.*, 1988). Segundo ANDRADE (1995) refere que *«formular um problema consiste em especificá-lo, com detalhes precisos (...). Formular o problema não se limita a identificá-lo; é preciso defini-lo, circunscrever seus limites, isolar e compreender seus factores peculiares, ou seja, indicar as variáveis que sobre ele intervém e as possíveis relações entre elas»*.

Situada na Terra Fria Transmontana, esta região, pela sua situação geográfica, sofreu os reflexos da interioridade e do isolamento distanciando-se do progresso do resto do país. Ao longo de décadas consolidou características rurais que por um lado acusam algum atraso em relação ao desenvolvimento de outras regiões do país, mas por outro atraem sobre si atenções especiais. Nas suas aldeias, conservam-se ainda formas tradicionais de produzir bens alimentares e outros bens de uso corrente, fruto de mãos hábeis que herdaram a arte milenar de transformar os produtos da terra. Factores como a beleza natural, o ambiente puro e a calma e tranquilidade que gratuitamente oferece a quem a visita, aliados às características rurais agora referidas, são fundamentais para que esta região seja um local de grande interesse turístico.

Esta região, marcadamente rural, é por esta via uma potencial zona turística em função das novas orientações da procura urbana. Aquilo que nos dias de “ontem” podia ser chamado de atraso, pode constituir nos dias de hoje uma vantagem, face a uma nova procura que cada vez mais distingue a qualidade e a origem dos produtos que consome. A actividade turística poderá desempenhar um papel importante no desenvolvimento sócio-económico da região sem destruir as suas particularidades ao nível do ambiente marcadamente rural e a sua identidade cultural.

Tendo como objectivo conhecer a actual situação, definimos como problema de estudo:

- *“A actividade turística no Parque Natural de Montesinho, potenciando as características ambientais e os produtos de excelência, poderá desempenhar um papel significativo no desenvolvimento local?”*.

## 2. METODOLOGIA

A metodologia pode ser definida como «*um conjunto de directrizes que orientam a investigação científica*» (HERMAN, 1983).

O método de abordagem utilizado foi o hipotético-dedutivo, assim como a utilização do método de medida ou de análise extensiva (métodos quantitativos/estatísticos) e metodologia de investigação.

Dentro das técnicas passíveis de utilização foi escolhido o inquérito por questionário, pois este sustenta a sua utilização no facto da existência de um universo alargado e surge na sequência de algumas hipóteses levantadas.

Este estudo divide-se em duas partes: a primeira apresenta o recurso a um modelo teórico da formulação de hipóteses de trabalho e da construção de variáveis determinando toda a subsequente prática de investigação; e a segunda parte promove o desenvolvimento da componente prática do trabalho com todo o processo de investigação realizado, apresentando e discutindo os dados obtidos.

### 2.1 Objectivos

Os objectivos que temos em vista e nos propomos atingir no final do desenvolvimento deste projecto são:

- ▣ Reconhecer as potencialidades económicas da região abrangida pelo Parque Natural de Montesinho, tendo em linha de conta os seguintes parâmetros:
  - Actividade agrícola e transformação de produtos;
  - Micro-produções e redes de distribuição;
  - Energia, indústria e infra-estruturas;
  - Estrutura demográfica.
- ▣ Identificar as bases do turismo na região e as suas diversas áreas de exploração:
  - Ambiente Natural;
  - Arquitectura Paisagística;
  - Cultura e Tradições;
  - Gastronomia;
  - Actividades cinegéticas.

- ▣ Conhecer a capacidade e potencial turístico do Parque e das áreas envolventes no que respeita a infra-estruturas, restauro e reabilitação de edifícios e lugares de valor histórico e natural e à revalorização de costumes e tradições.
- ▣ Inventariar, no âmbito da paisagem, do património, da cultura e da oferta hoteleira, pontes que permitam a implementação de uma política de desenvolvimento regional que, pela potenciação dos recursos endógenos, promova a Região e ajude a fixar os mais jovens às suas terras de origem;
- ▣ Encontrar caminhos que possam conduzir ao melhor aproveitamento das potencialidades regionais, através das sinergias que o Turismo é capaz de criar e pela complementaridade entre os vários sectores e entidades turísticas, económicas e culturais que operam na Região.

### 3. HIPÓTESES

Segundo POLIT e HUNGLER (1995), hipótese é: «*uma previsão experimental, ou uma explicação da relação entre duas ou mais variáveis*». Uma hipótese «*traduz o enunciado do problema para uma previsão precisa e clara dos resultados esperados*». Como referem «*é a hipótese e não o enunciado do problema, que está sujeita à testagem empírica, através da colheita dos dados*».

Ainda para POLIT e HUNGLER (1995), os problemas de pesquisa são redigidos, de maneira ideal «*na forma de indagações sobre a maneira pela qual os fenómenos estão relacionados e interagem*», por outro lado, as hipóteses «*são soluções experimentais ou respostas a essas indagações da pesquisa*».

De acordo com esta metodologia foram levantadas as seguintes hipóteses de trabalho:

**Hipótese 1** – O desenvolvimento sócio-económico e cultural acompanhado por um referencial de preservação da ruralidade da região (P.N.M.) favorece (não favorece) o crescimento da actividade turística em espaço rural.

**Hipótese 2** – A ruralidade que denuncia o atraso que a região (P.N.M.) acusa em relação a outras zonas do país pode (não pode) ser vista como a principal razão de uma nova orientação da procura urbana.

**Hipótese 3** – O turismo em espaço rural mostra-se (não se mostra) como uma forma de estabelecer complementaridades com as actividades económicas da região (P.N.M.).

**Hipótese 4** – O turismo no Parque Natural de Montesinho é um factor significativo no desenvolvimento sócio-económico no desenvolvimento das populações locais.

De acordo com as hipóteses levantadas, estabeleceram-se as seguintes variáveis:

#### **Variáveis Independentes**

- O desenvolvimento sócio-económico da região é uma realidade que acontece em paralelo com as sociedades modernas.
- A nova orientação da procura urbana em consequência da qualidade do ambiente e de outros produtos rurais.
- O impacto turístico na região (P.N.M.).

### **Variáveis Dependentes**

- A variação da expansão turística em espaço rural por acção do desenvolvimento sócio-económico da região acompanhado por um referencial de preservação da ruralidade.
- O aumento do consumo dos produtos rurais provocado pela nova orientação da procura urbana.
- O desenvolvimento das populações locais.

#### **4. CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO**

O universo que este estudo abrange é constituído por um conjunto de Empresas, Entidades e pessoas dedicadas às várias áreas do turismo da região, pelas Associações de produtores de mel, castanha, raça Mirandesa, ovelha Churra Galega Bragançana e criadores de porco Bísaro no P.N.M.; pelos produtores (amostra significativa) e pela Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina TERRA FRIA – CoraNE.

## **5. INSTRUMENTO DE RECOLHA DE DADOS**

Com vista à realização do presente trabalho foi necessário recolher dados, através da busca e recolha bibliográfica, constituindo um precioso auxiliar na construção do raciocínio conducente à sua consecução. Foram feitos contactos com o P.N.M., Associação de Produtores de Mel, Castanha e Criadores do Porco Bísaro, Associação de Criadores de Ovinos de Raça Churra Galega Bragançana, Associação de Criadores de Bovinos da Raça Mirandesa, Escola Superior Agrária, Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina TERRA FRIA – CoraNE, Câmara Municipal de Bragança, Região de Turismo do Nordeste Transmontano como fontes importantes permitindo a realização deste estudo. Os testemunhos da população residente foram também de grande importância para o conhecimento da realidade existente.

Na parte empírica do nosso trabalho de investigação, recorreremos a questionários por inquérito, que na sua constituição apresentam questões abertas, fechadas e mistas e também utilizando as fichas de recenseamento e dados relativos a produções num período de cinco anos.

Para ter um conhecimento mais completo da realidade da região em estudo, optamos pela observação directa e participativa onde se proporcionam sempre algumas entrevistas informais. Os testemunhos da população residente foram também de grande importância para o conhecimento da realidade existente.

### **5.1. Método de Recolha de Dados**

O universo que este estudo abrange é constituído numa fase inicial pelas Associações de produtores de mel, castanha e criadores de porco bísaro no P.N.M., utilizando as fichas de recenseamento e dados relativos a produções num período de cinco anos, bem como a análise da situação actual.

Para a obtenção de dados no que diz respeito à Raça Mirandesa e Ovelha Churra Galega Bragançana (Anexo1), recorreremos ao método de amostragem Aleatória Sistemática e por cotas. No primeiro caso, recorreremos a 100 produtores, perfazendo as cotas de 25% para as áreas (Vinhais dentro do Parque, Bragança dentro do Parque; Vinhais fora do Parque e Bragança fora do Parque). Em relação à escolha aleatória procedemos da seguinte maneira para a selecção dos produtores de Bragança: escolhemos o primeiro produtor, contávamos os



5 seguintes e o sexto era o seleccionado e assim sucessivamente até obter os 25 produtores de Bragança, quer dentro e fora do Parque. Seguimos o mesmo procedimento para a selecção dos produtores de Vinhais, mas em virtude do número total de produtores deste concelho ser mais baixo, escolhemos o primeiro produtor, contámos os três seguintes e o quarto era seleccionado e assim sucessivamente até obter os 25 produtores dentro e fora do Parque, pertencentes ao concelho de Vinhais. No segundo caso, a população na qual foi seleccionada a amostra é constituída por 76 produtores, sendo escolhidos aleatoriamente 24, cada 2 produtores era seleccionado 1. Estes instrumentos foram devidamente pré-testados, que tendo apresentado qualquer dúvida de interpretação, os validaram.

Para relacionar a realidade e o desenvolvimento do turismo, consideramos importante a realização de questionários de inquérito e respectivo tratamento de dados divulgados por intermédio de tabelas e gráficos. A população a que este questionário se dirige é composta por proprietários de unidades hoteleiras urbanas e a proprietários de unidades de Turismo em Espaço Rural (TER) e a amostra obtida atingiu os 90% em turismo urbano, os 54% em TER e em conjunto (TU e TER) atingiu os 75%.

Foram utilizadas fontes secundárias fornecidas por Empresas e Institutos:

- Câmara Municipal de Bragança;
- Câmara Municipal de Vinhais;
- CAE – Centro de Acção Educativa;
- EDP – Electricidade de Portugal;
- INE – Instituto Nacional de Estatística;
- IPB – Instituto Politécnico de Bragança;
- PNM – Parque Natural de Montesinho.

Para os produtos horto-frutícolas, foi utilizado o recenseamento geral agrícola referente anos 1989 a 1999, onde se retiraram os dados e conseqüente evolução.

Para todos os produtos, a informação recolhida serviu de base à construção de tabelas onde se efectua uma análise das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças das diversas fileiras – matriz SWOT. Esta é utilizada como apoio à definição de objectivos estratégicos alternativos que emergem como relação causa-efeito entre a componente externa (oportunidades e ameaças) e interna (forças e fraquezas).

Na apresentação do trabalho, são ainda usados os métodos descritivos por ser o que mais se adequa a este tipo de trabalho e o método comparativo como forma de melhor demonstrar o aumento do número de turistas ao longo dos anos.

## 5.2. Método de Tratamento de Dados

Como instrumento informático de tratamento de dados, foi utilizado o software estatístico SPSS 10.0 e o EXCEL2000.

Para o estudo descritivo das variáveis, recorreu-se principalmente ao estudo das frequências absolutas, média e desvio padrão. Como gráficos descritivos utilizamos os gráficos de linhas, figuras e diagramas de caixa e fio.

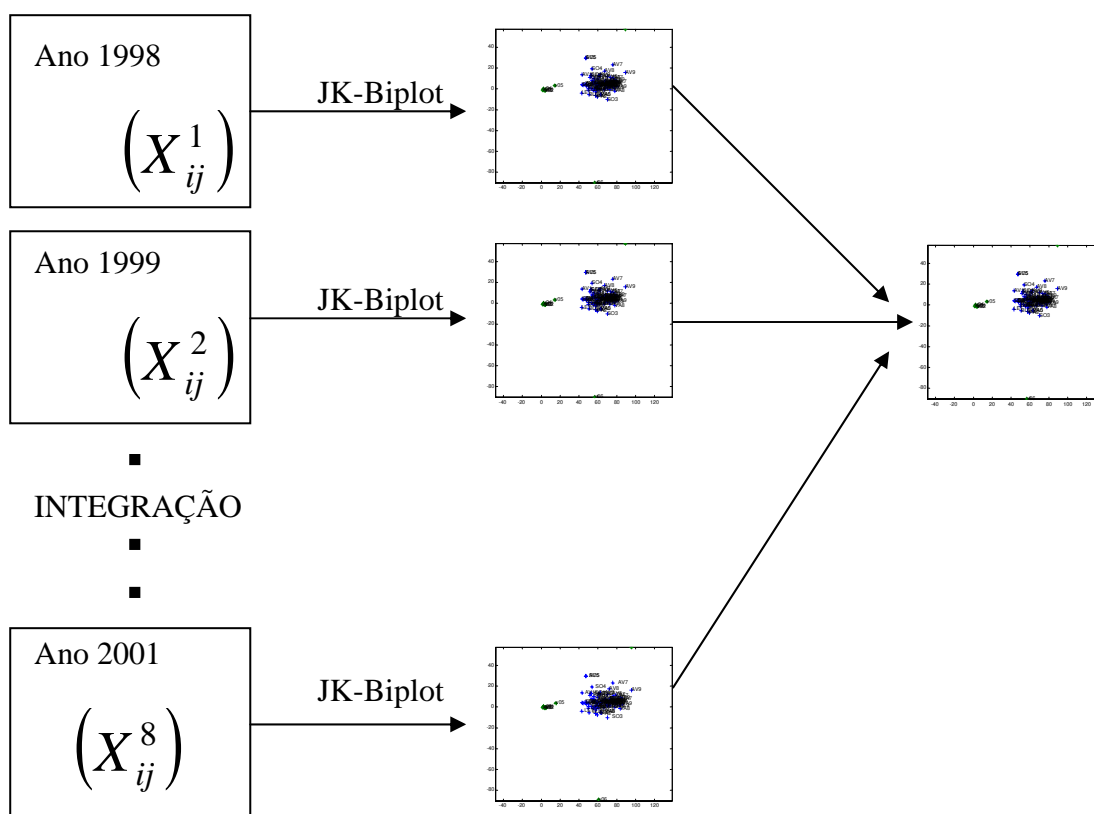
1. No estudo inferencial foi realizada análise estatística aplicando o teste de Qui-Quadrado para analisar a existência duma relação significativa entre duas variáveis qualitativas (por exemplo: relação entre a localização das freguesias, dentro e fora do parque, e os diferentes anos em estudo: 1998, 1999, 2000, 2001); teste T-Student, quando comparamos a média da produção de um produto em dois grupos diferentes (comparar a produção média de mel dentro e fora do parque); teste da ANOVA – Análise de Variância, foi aplicado quando pretendíamos comparar a média de uma variável em mais de dois grupos, (por exemplo comparar o número médio de colmeias nos 4 anos do estudo) e o teste Mann-Whitney.

Para todos estes testes foi aplicado um nível de confiança de 95%.

2. No estudo da evolução dos diferentes produtos comparam-se os valores obtidos entre 1998-2005 e definiram-se as seguintes classes:
  - Recessão – quando aquela diferença apresentava valores negativos;
  - Estagnação – quando aquela diferença era positiva e abaixo do primeiro quartil;
  - Crescimento – quando aquela diferença era positiva e superior ao primeiro quartil.
  - Sem informação
3. O gráfico JK-Biplot permite estudar simultaneamente a relação entre a produção dos 4 produtos (castanha, mel, bísaro e noqueira) dentro e fora do parque nos quatro anos em referência.

No estudo integrado dos quatro anos de produção (1998, 1999, 2000, 2001) dentro e fora do Parque, foi aplicado o gráfico JK-Biplot, pois este método permite uma visualização dos resultados numa só análise.

Por exemplo



4. Foi efectuada análise de cluster às freguesias em relação à evolução da produção de castanha, bísaro, mel, e plantação de castanheiros e nogueira, de forma a classificar as freguesias por sua semelhança e caracterizar os clusters pelas suas características intrínsecas.

### 5.3. Trabalho de Campo

Com o propósito de levantamento de bens culturais públicos que constituem património cultural da região, efectuámos trabalho de campo, sob a forma de visitas e entrevistas informais (foram efectuadas deslocações à área do P.N.M., percorrendo todo o seu espaço no intuito de recolher dados necessários), do qual resultou, além de informação exploratória, um conjunto de documentos identificadores do bem cultural: paisagem, casas, vias de comunicação, capelas, miradouros e monumentos. À medida que foram analisadas bibliografia existente, tornou-se necessário o contacto com pessoas com conhecimento de causa permitindo uma melhor orientação nesta tarefa. Esses contactos “in loco” permitiram dar um carácter mais prático aos conhecimentos que inicialmente eram demasiados teóricos.

No que se refere à flora e fauna, à situação demográfica da área em estudo, a observação local e o testemunho das populações residente foram também de grande importância para o conhecimento da realidade existente.



---

**PARTE I**  
**SUPORTE AMBIENTAL E FÍSICO**

---



*“Terra.  
Quanto a palavra der, e nada mais.  
Só assim a resume  
Quem a contempla do mais alto cume,  
Carregada de sol e de pinhais.*

*Terra-tumor-de-angústia de saber  
Se o mar é fundo e ao fim deixa passar...  
Uma antena da Europa a receber  
A voz do longe que lhe quer falar...*

*Terra de pão e vinho  
(A fome e a sede só virão depois,  
Quando a espuma salgada for caminho  
Onde um caminha desdobrado em dois).*

*Terra nua e tamanha  
Que nela coube o Velho-Mundo e o Novo...  
Que nela cabem Portugal e Espanha  
E a loucura com asas do seu povo.”*

MIGUEL TORGA (1999)





## **CAPÍTULO 1 – CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA, ECOLÓGICA E CULTURAL DO PARQUE NATURAL DE MOTESINHO**

### **1.1. O Porquê do Surgir do Parque Natural de Montesinho**

A área das serras de Montesinho e Corôa foi escolhida para Parque Natural por reunir um conjunto de paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse nacional, onde é visível a integração harmoniosa da actividade humana e da natureza. Na origem da classificação desta Área Protegida, podem-se enumerar sucintamente três características principais:

- 1 – Existência de condições ambientais e paisagísticas de grande qualidade, caracterizadas pela diversidade dos ecossistemas que comporta;
- 2 – Existência de significativos valores socioculturais, principalmente nos campos etnográfico, arqueológico e arquitectónico;
- 3 – Existência de áreas capazes de, por paisagem ou por suporte ambiental, absorverem o chamado Turismo de Natureza.

Para além da defesa do rico património sociocultural e das práticas quotidianas vindas de usos e costumes ancestrais, este Parque Natural tem como objectivos a animação regional, intervindo em áreas tão diversas como a actividade florestal, a comercialização de produtos caseiros, a habitação tradicional, o artesanato local e o turismo. São notáveis ainda os exemplos de arquitectura popular que, utilizando os materiais característicos de cada região, resultam de milhares de anos de aperfeiçoamento e adaptação ao meio ambiente. Há também aspectos exclusivamente funcionais na arquitectura popular dignos de destaque, como os pombais, os moinhos e as forjas do povo. Todas estas actividades asseguram às populações novas fontes de receitas e visam o desenvolvimento sustentável dos recursos, respeitando uma evolução equilibrada das comunidades e do meio. Neste âmbito destacam-se:

- o encorajamento do turismo através de incentivos ao turismo rural e ao artesanato, bem como a criação de infra-estruturas de acolhimento (Centro Hípico, Parque de Merendas e Casa-Abrigo);
- a valorização e o relançamento da gastronomia e da arquitectura tradicional;
- os apoios dados à agro-pecuária e ao fumeiro tradicional, com a feira anual do fumeiro em Vinhais e com a feira franca, em Moimenta.

Para atingir os objectivos a que se propõe, o P.N.M. estabeleceu como premissas que a Educação Ambiental deve estar subjacente em todas as suas actividades e que, só como consequência da satisfação das actividades básicas e da melhoria da qualidade de vida das populações, se poderá estabelecer uma eficaz política de conservação e dinamização do património natural e cultural. Mais do que proibir actividades incompatíveis com o estatuto desta Área Protegida, importa oferecer alternativas ao desenvolvimento socioeconómico, proporcionando a este Parque Natural a continuidade da estabilidade harmoniosa entre as actividades humanas e a conservação da Natureza.

Neste contexto, a existência de um espaço natural, implica a adopção de medidas necessárias para favorecer os aproveitamentos agrícolas e pecuários. Os recursos agrícolas, são ordenados de forma a aumentar a sua rentabilidade em equilíbrio com o resto dos recursos do espaço, pois as ajudas estabelecidas pela administração pública portuguesa, são canalizadas da melhor forma possível para o sector agrário. Quanto aos aproveitamentos pecuários, são realizados programas de sanidade, selecção e maneio com a finalidade de melhorar a produção das explorações; promove-se e favorece-se a criação de raças autóctones, adaptadas ao meio e ainda a melhoria das pastagens naturais.

Contudo, colocam-se alguns problemas na gestão desta área. O decréscimo populacional aliado ao abandono de áreas agrícolas e pastoris, agravado pela mecanização, por vezes irreflectida, de determinadas actividades agro-pastoris, põe em risco a diversidade da paisagem tradicional. Esta diminuição da diversidade paisagística pode ter como consequência a diminuição da diversidade biológica da área. Do mesmo modo, a plantação extensiva de coníferas exóticas, mal adaptadas, tem levado à diminuição da riqueza da paisagem e à destruição de importantes áreas naturais. Outros problemas, embora de carácter mais pontual, como a exploração de inertes, a abertura de novas estradas, a caça desordenada e os incêndios florestais são decorrentes muitas vezes da inexistência de um plano de ordenamento para o P.N.M., que se encontra em fase de discussão técnica, prevendo-se para breve a sua entrada em vigor.

## **1.2. Situação e Localização do Parque Natural de Montesinho**

Imaginemos um quadrilátero, limitado a Norte, Nascente e Poente por terras de Espanha e a Sul por uma linha imaginária que se estende de Sandim a Quintanilha, passando por Vinhais e Bragança. Ocupando uma área de 75.000 ha, o espaço assim definido é o P.N.M. (Gonçalves, 1980).

A área do parque abrange quatro bacias hidrográficas: Rio Rabaçal, Rio Tuela, Rio Sabor e Rio Maçãs, estando esta última, parcialmente incluída no Parque. Está inserido em Redes Internacionais de Conservação: o terço central do Parque Natural, correspondendo sensivelmente à Serra de Montesinho, está classificado como Zona de Protecção Especial para Avifauna, através da directiva comunitária 79/409/CEE e todo o território do Parque é considerado Biótopo CORINE – Sítio de Especial Interesse para a Conservação da Natureza. A área do Parque é constituída por uma sucessão de elevações arredondadas e vales profundamente encaixados, com altitudes que variam entre os 438m, valor mínimo situado no vale do Rio Mente (afluente do Rabaçal que delimita a fronteira ocidental com Espanha) e os 1481m, valor máximo na Serra de Montesinho. Sobressaem ainda as Serras de Seculqueira (1146m), da Corôa (1272m), de Mofreita (1147m) e de Guadramil (1026m).

A fronteira, linha divisória e de demarcação entre Estados diferentes, encerra no seu contexto um conjunto de particularidades que definem um espaço ou território próprio. Se por um lado o seu principal suporte de existência é o limiar em termos políticos, económicos e sócio-culturais cada um dos Estados que se tocam, por outro a existência deste limite ou fronteira também cria um conjunto de relações, que lhe dão identidade particular, dentro da própria identidade de cada um dos Estados, não só pelas inter-relações que estabelece com o outro lado da fronteira, mas também pelos efeitos semelhantes que cada um destes está sujeito face à entidade territorial a que pertence.

A fronteira luso-espanhola (ou hispano-portuguesa) que tem uma forte identidade nos dois países, aparece conotada de características, que não fogem em muito ao que é habitual associar à maioria destes espaços, de que convém destacar, os baixos índices de desenvolvimento, acentuado declínio da população (escassa densidade demográfica e envelhecimento da população), predominância do sector agrícola e seu estancamento, acessibilidades deficientes, entre outras.

A existência de um meio natural preservado e um património de grande qualidade, assim como uma identidade cultural e actividades tradicionais ainda fortemente enraizadas, um pouco por toda a zona fronteira, e com especial relevo para a zona de Trás-os-Montes/Zamora, atestam bem o carácter peculiar das várias áreas protegidas que têm vindo a ser criadas ao longo dos últimos anos, especialmente junto à linha de fronteira. A sua institucionalização veio permitir uma maior reavaliação das capacidades destas áreas, que não diferem em nada da restante zona de fronteira, pois as características são as mesmas, mas que um olhar de forma diferente em termos de conservação dos valores naturais existentes, assim

como em termos do desenvolvimento local das populações que delas fazem parte, muito tem contribuído para a sua valorização. Deste modo são espaços que possuem uma alta qualidade paisagística e ambiental de que se destaca um carácter marcadamente de montanha, assim como uma peculiar qualidade cultural, onde a interacção do homem com a natureza reforçou essa característica excepcional. No entanto a simples declaração legal não dá garantia por si mesma da conservação dos valores protegidos, nem tão pouco do desenvolvimento sustentável. É preciso desenvolver estratégias que os dotem de protecção efectiva e gestionem o território.

*“A raia fronteiriça mostra-nos exemplos de indiscutível beleza e interesse geográfico e neles se depositam algumas esperanças de futuro para o meio rural esquecido e sócio-economicamente decrépito”*(Diéguez, 1995). Assim torna-se cada vez mais evidente o papel que as áreas protegidas assumem no desenvolvimento local, desenvolvimento esse endógeno e sustentável, e em que face à sua localização na zona de fronteira, faz cada vez mais sentido uma maior aproximação e cooperação entre as áreas protegidas contíguas, pois as características que as definem são extremamente semelhantes em ambos os lados. *“...puseram-se muitas esperanças para o desenvolvimento local e rural nos espaços naturais e protegidos, em especial nas figuras dos Parques Naturais... a integração dos problemas ambientais e culturais nas propostas de cooperação transfronteiriça converteu-se nos últimos anos num objectivo preferido, sem que todavia não se tenham articulado os canais adequados para uma colaboração continuada e eficaz, no uso racional e no desfrute dos recursos naturais ou do património...”*”(Diéguez, 1995). Deste modo e em termos de cooperação transfronteiriça o papel destas Áreas encontra-se bem definido, no entanto a forma como essa cooperação se deverá processar levanta várias questões, pois embora os seus objectivos a atingir sejam claros, colocam-se quase sempre entraves que limitam por vezes com forte intensidade a capacidade de actuação, como sejam por exemplo, de tipo administrativo e institucional e em termos de meios, entre outros.

Assim as questões que se levantam em termos de cooperação transfronteiriça, é de saber em que termos essa se torna mais efectiva, em que termos esta produz mais efeitos benéficos para ambas as partes da fronteira. Será através de acções pontuais consoante as necessidades conjuntas que vão surgindo? Ou será através de uma gestão integrada, onde se ponderem os aspectos mais positivos e mais negativos de um e outro lado, e se actue em termos de conjunto, o que pressupõe a criação de um modelo ou estrutura conjunta de actuação, como por exemplo um Parque Natural Transfronteiriço?

Uma gestão integrada em termos de conjunto, de ambos lados da fronteira, apresenta várias dificuldades, pois está-se na presença de entidades diferentes, que embora possuam objectivos muito semelhantes, em termos organizativos e de meios ao seu dispor são muito diferentes, as inter-relações de cada entidade dentro da sua própria área de actuação difere muito de um lado e do outro, entre outras dificuldades.

Em parte a superação destas dificuldades e um primeiro passo para a gestão integrada, passa pela definição de zonas restritas de actuação o mais homogéneas possíveis, que englobem ambos os lados da fronteira, e que sejam tratadas questões estritamente relacionadas com essas mesmas zonas. Outro aspecto importante que em muito contribui para uma gestão integrada, é o facto de existirem um conjunto significativo de Directivas Comunitárias, Acordos e Convenções Internacionais respeitantes a vários ecossistemas, e que orientados em parceria se tornam mais efectivos e fáceis de aplicar.

A cooperação tranfronteiriça entre áreas protegidas, entre Portugal e Espanha; tem sofrido nos últimos anos um substancial aumento, em parte devido ao substancial aumento da cooperação tranfronteiriça aos vários níveis, que se tem verificado entre os dois países. De salientar que as áreas de cooperação entre áreas protegidas, se resumem à defesa do património natural, espécies em perigo de extinção, luta contra incêndios, valorização do património cultural, através da realização de vários eventos envolvendo as populações de ambos os lados da fronteira. Outras áreas de actuação em termos de cooperação que convém salientar passa pela gestão conjunta de vários recursos, como sejam, os hídricos, os turísticos (e aqui salientando as suas várias vertentes, como sejam, a cultural e ambiental), os agrícolas (como sejam os produtos endógenos que possuem qualidades mais do que reconhecidas), entre outros, numa lógica de conjunto e em interacção com os restantes intervenientes e áreas de cooperação.

Estas áreas de actuação em termos de cooperação tranfronteiriça devem estar associadas aos objectivos de desenvolvimento local e que passam segundo (Diéguez,1995) pela criação de infra-estruturas, serviços e equipamentos adequados, pela melhoria das actividades tradicionais e fomento de outras compatíveis com a manutenção dos valores ambientais, pela fomentação da integração dos habitantes nas actividades geradas pela protecção e gestão do espaço natural, pela estimulação das iniciativas culturais, científicas, pedagógicas e recreativas, pela compensação das limitações estabelecidas e possibilitação do desenvolvimento sócio-económico local.

### 1.3. Geomorfologia

Na área do Parque, destacam-se dois importantes acidentes tectónicos: a falha da Vilariça, disposta no sentido NNE-SSW com escarpas de falhas associadas e a falha de Bragança-Vinhais, situada no sentido E-N. Identifica-se ainda uma bacia tectónica complexa que engloba a cidade de Bragança e arredores (GONÇALVES, 1980).

A característica mais importante do Parque, é a presença de duas superfícies de erosão, uma a mais antiga na Serra de Montesinho e Corôa e outra mais recente, a planície da Meseta Norte. Estas duas superfícies permitem a divisão do Parque em três sub-regiões: a sub-região Oriental, que engloba a superfície planáltica da Lombada e os vales encaixados entre o Rio Maçãs, Onor e Sabor; a sub-região Ocidental, onde o entalhamento dos Rios Tuela, Rabaçal e Mente e respectivos afluentes resultou em formas onduladas e pequenas plataformas; a sub-região Montanhosa, onde se destacam a Serra de Montesinho (1438m) e a Serra da Corôa (1117m) (AZEVEDO, 1998).

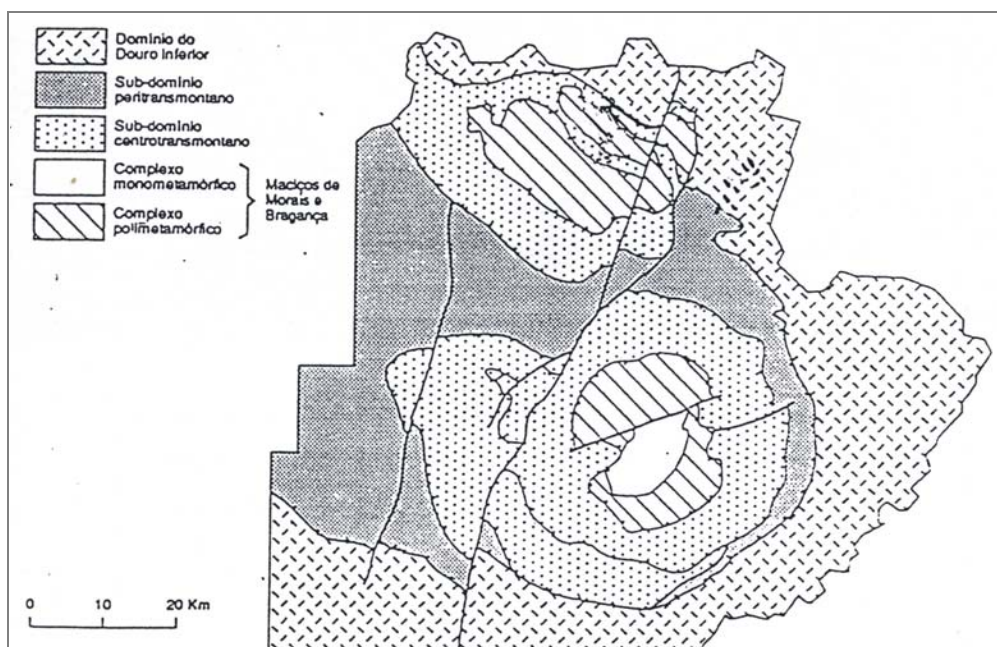
O tipo de rede hidrográfica e a densidade de drenagem são, entre outros factores, condicionados pela litologia e pela ocorrência de acidentes tectónicos. Nesta região a dominância dos xistos originou redes de drenagem relativamente densas. O sentido Norte-Sul das linhas de água da Serra de Montesinho, está associado ao basculamento no mesmo sentido daquela superfície de erosão (AZEVEDO, 1998). O sistema fluvial está incluído na rede hidrográfica do Rio Douro. As linhas de água principais, orientadas de Norte para Sul, nascem no Parque ou a pouca distância, em Espanha. De Ocidente para Oriente, os Rios mais importantes são: Mente, Rabaçal, Tuela, Baceiro, Sabor, Igrejas, Onor e Maçãs (GONÇALVES, 1980). O rio Mente é afluente do Rabaçal e próximo de Mirandela, conflui com o Tuela para formar o rio Tua; os rios Igrejas e Onor confluem no Sabor nos limites do Parque, na povoação de Gimonde; alguns quilómetros a jusante o rio Sabor recebe outro dos seus afluentes, o rio Maçãs.

As águas mineromedicinais são sobejamente conhecidas pela tradição dos seus benefícios curativos, como é o caso de Sandim, Moimenta e Sta. Cruz, não havendo contudo um estudo preciso, nem o aproveitamento deste recurso; perspectiva-se também a aproveitamento com a construção da barragem de Veiguinhas, cujo objectivo principal será o abastecimento de água das populações situadas dentro e fora do Parque. Ao longo dos rios desta área, podem-se observar a sucessão de moinhos de água que seguem os seus cursos, actualmente, a maior parte, sem a tradicional utilidade que levou à sua preservação ao longo do tempo, ainda que os objectivos do PNM é salvaguardar este tipo de construções.

## 1.4. Geologia e Relevo

Na sua maioria as rochas dominantes da região são Pré-câmbricas e paleozóicas, xistos fortemente metamorfizados e quartzitos do Silúrico e do Ordovícico. As formações do maciço de Bragança compreendem xistos verdes, rochas metabásicas, metaperidotritos, paragneisses e migmatitos, incluindo também rochas intrusivas ultrabásicas (serpentinitos). Aparecem também granitos em diversas manchas e depósitos de cobertura do Pliocénico em pequenas manchas.

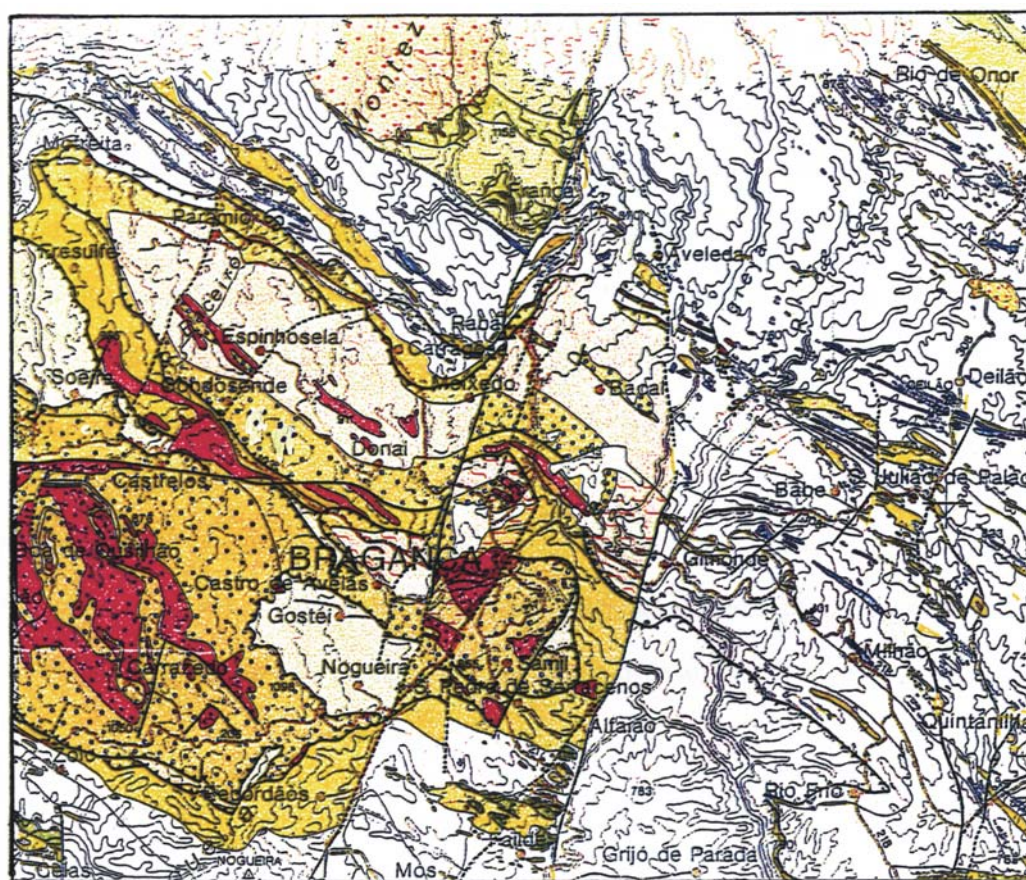
RIBEIRO (1974), propõe para Trás os Montes Oriental a divisão geológica ilustrada no mapa 2, considerando a região em estudo nos domínios do Douro Inferior e Complexo Polimetamórfico de Bragança e Morais.



Mapa 2 – Divisão proposta para Trás-os-Montes Oriental

Na carta geológica do mapa 3 podemos observar que as rochas dominantes são xistos, e quartzitos no Domínio do Douro Inferior e xistos verdes, anfibolitos, blastominolitos básicos e rochas ultrabásicas no Complexo Polimetamórfico de Bragança.





Escala 1:250000



Legenda:	
A – Domínio do Douro Inferior	B – Complexo polimetamórfico
Litologia:	Litologia:
Xistos e grauvaques	Xistos verdes
Quartzitos	Anfibolitos
	Blastomilonitos básicos
	Ultrabásicas

Mapa 3 – Carta Geológica de Trás-os-Montes Oriental

Na passagem do Ordovícico ao Silúrico verifica-se uma acentuada modificação da paleografia com o aparecimento da actividade magmática associada a movimentos epirogénicos. O Silúrico inicia-se localmente por um conglomerado de base, tornando-se a paleografia mais uniforme à medida que caminhamos para o Silúrico Superior sendo constituído por arenitos, quartzitos e pelitos, ampelitos.

No que diz respeito ao Devónico Inferior e Médio, são constituídos por arenitos, alternâncias de pelitos, arenitos e calcários pouco representativos, aflorando apenas nos

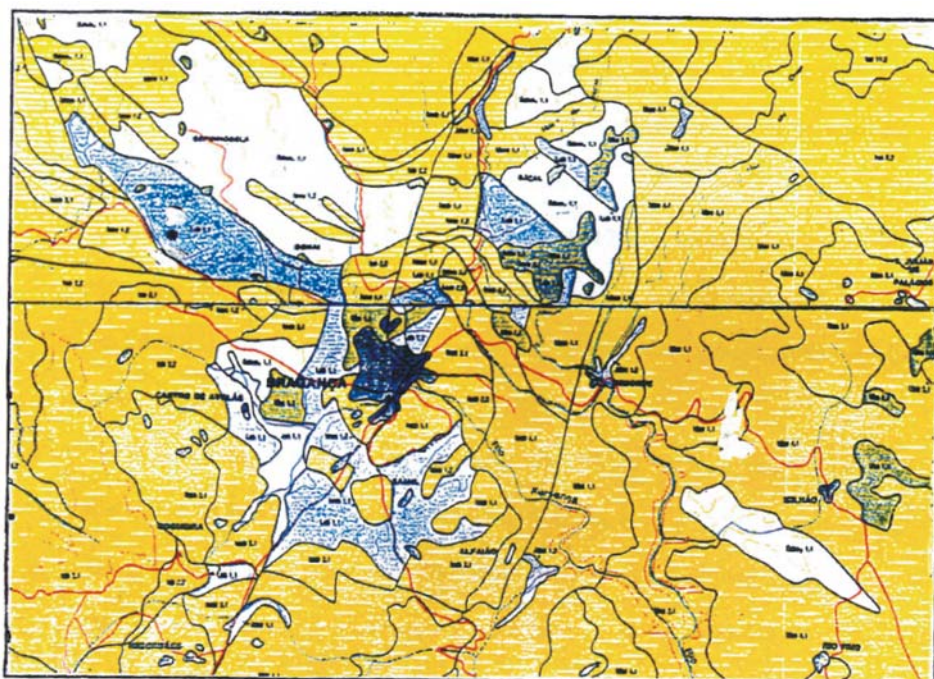
núcleos dos sinclinais mais profundos. No Devónico Superior encontram-se depósitos do tipo “*flysh*” pensando-se que se teria iniciado aqui na orogenia hercínica.

O Terreno Continental Alóctone, (TAC), aflora nos maciços de Bragança e Morais, correspondendo ao Complexo Polimetamórfico definido por RIBEIRO (1974). O TAC do maciço de Bragança é composto de complexos polimetamórficos com termos básicos, ultrabásicos e quartzo-feldespatoídes. É constituído por metaperidotitos, granulitos ácidos e básicos de alta pressão, paragneisses com lentes de eclogitos, piroxenitos com e sem granada, metagabros e anfíbolitos.

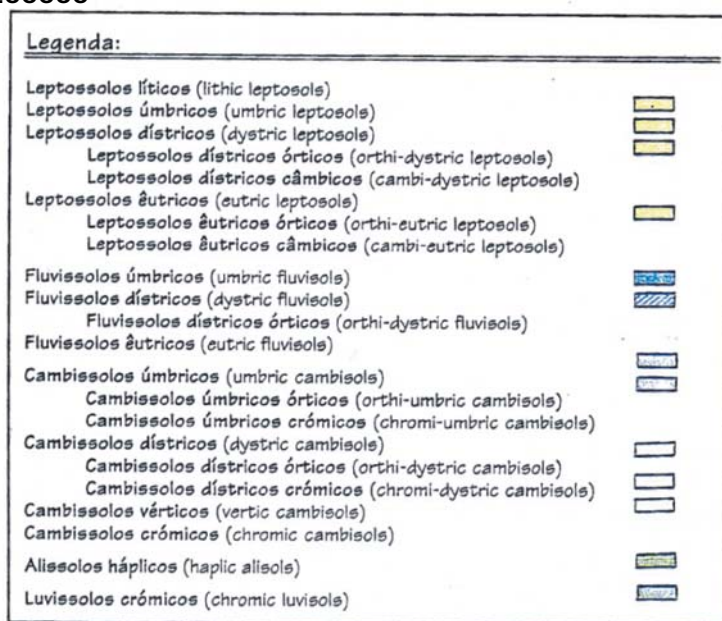
### **1.5. Solos**

Segundo AGROCONSULTORES & COBA (1991), a Carta dos Solos do Nordeste Transmontano, mapa 4, revela que a unidade pedagógica mais representada na região de Bragança, são os leptossolos a que se seguem os cambissolos e todas outras unidades (luvisolos, alissolos e fluvisolos) com uma representação muito menor.





Escala 1:200000



Mapa 4 – Mapa dos solos da área do P.N.M.

Os leptossolos são solos delgados e ácidos sobretudo nas áreas cultivadas desde longa data e muito degradadas. São, os solos dominantes representados em 43% da área em estudo. Os leptossolos dístricos são os mais representados na região. Dominam nas zonas de relevo movimentado com precipitação entre os 600 e 1000 mm, em zonas Frias de Planalto, em Terras de Transição, em zonas de relevo ondulado suave em áreas de xisto e rochas afins, de migmatitos e gneiss blastominolíticos.

Os cambissolos são solos ácidos desenvolvidos a partir de materiais resultantes da alteração da rocha subjacente ou de depósitos de vertente em encostas com declives acentuados. Estão presentes em 33% na área em estudo.

Os luvisolos crômicos reconhecidos em cerca de 17% na área em estudo são originais a partir das rochas básicas em locais mais húmidos. A representação dos luvisolos é muito limitada como resultado de um grau de degradação, consequência de aproveitamento intensivo pouco adequado.

Os alissolos háplicos estão representados em 7% da área de estudo. Os alissolos háplicos provêm de sedimentos detríticos não consolidados.

Os fluvisolos são solos desenvolvidos a partir de depósitos aluvionares, com propriedades flúvicas e sem horizontes. Incluem-se nos fluvisolos, os solos pouco evoluídos. Nas áreas ultrabásicas, o solo é normalmente esquelético, devido ao seu processo de formação e à erosão a que está sujeito. Devido à sua toxicidade, (elevados teores de níquel), a vegetação é escassa e os riscos de erosão são enormes.

## **1.6. Climatologia**

O clima do P.N.M. é condicionado pela presença de um sistema montanhoso que associado à latitude e à fisiografia determinam o aparecimento de diversos microclimas locais (AZEVEDO, 1998). Pelo conseguinte, surgem no Parque diversas zonas climáticas de acordo com os regimes de temperatura e precipitação: A Terra Fria de Alta Montanha, surge apenas nas zonas de maior altitude (acima dos 1200/1300m) e caracteriza-se pela ocorrência de neve e nevoeiros de Dezembro a Março, e uma precipitação média anual superior a 1400mm bem como uma temperatura média anual inferior a 9°C (AZEVEDO, 1998). A Terra Fria de Montanha, corresponde às zonas da região Ocidental (Serra da Corôa e Pinheiros, onde a altitude oscila entre os 1000 e os 1200m, a temperatura média anual varia entre os 9 e 10°C e a precipitação pode ser superior a 1200mm por ano, acompanhada de queda de neve (AZEVEDO, 1998). A Terra Fria de Planalto, é uma zona mais amplamente distribuída, surgindo desde os 600 aos 1000m de altitude, a temperatura média anual oscila entre os 10 e os 12,5°C, podendo os níveis de precipitação atingir os 1200mm. A Terra de Transição, corresponde a uma área com características de transição entre a Terra Fria de Planalto e a Terra Quente, surgindo desde os 400 aos 700m de altitude, as temperaturas médias anuais oscilam entre os 12,5 e os 14°C e as precipitações atingem os 800 a 1000mm anuais (AZEVEDO, 1998).

Geralmente as precipitações são mais abundantes na região Ocidental e na Serra de Montesinho. Assim, na zona de Vinhais, as precipitações rondam os 1000/1100mm (médias anuais), sendo superiores a 1400mm na Serra da Corôa; na região Oriental, variam entre os 800 e os 1000mm, sendo superior na Serra de Montesinho – 1400mm. O regime de chuvas é similar em toda a zona, apresentando a característica mediterrânea de maior ocorrência de chuvas na estação fria. A temperatura média anual observada, situa-se entre os 8 e os 12°C, estando a temperatura máxima média anual entre os 14 e os 18°C. No entanto, estes valores resultam de uma distribuição muito heterogénea das temperaturas ao longo do ano observando-se valores mínimos nas partes mais altas das Serras de Montesinho e Corôa, com temperaturas médias do ar de 2 a 3°C, sendo as partes terminais da Baixa Lombada e os vales dos Rios Rabaçal e Mente, os locais onde as temperaturas mais se elevam.

### **1.7. Flora, Vegetação e Fauna**

Toda a comunidade vegetal, resulta da interacção de diversos factores onde se destacam a posição biogeográfica, as variações macroclimáticas a diversas escalas, bem como a influência do Homem. A flora e a vegetação actual recobre-se de especial importância e grande diversidade, devido sobretudo à complexidade geológica, climática e orográfica, em conjunto com a acção humana.

Nas áreas menos elevadas do Parque, em encostas declivosas expostas ao sol, onde o clima se caracteriza pela ocorrência de temperaturas baixas no Inverno, geadas tardias e rigorosos períodos de calor estival, coincidentes com níveis reduzidos e irregulares de precipitação, dominam as comunidades de plantas adaptadas à secura. Aqui a árvore dominante é a Azinheira (*Quercus rotundifolia*), que quando se agrupa designam-se por sardoais, sendo particularmente conhecida regionalmente por sardão ou carrasco. No Parque encontram-se comunidades deste tipo nos vales dos Rios Maçãs, Sabor, Rabaçal e Ribeira de Baçal (GONÇALVES, 1985).



Figura 1 – Encostas declivosas expostas ao sol

Associadas a estas formações vegetais, surgem outras plantas mediterrâneas, algumas de elevado valor de conservação. Salientam-se a Gilbardeira (*Ruscus aculeatus*), o Medronheiro (*Arbutus unedo*), o Trovisco (*Daphne gnidium*), a Rosa-de-Lobo (*Paeonia broteroi*), o Jasmim-silvestre (*Jasminum fruticans*), a Cássia branca (*Osyris alba*) e o Cadorno (*Phillyrea angustifolia*). Devido à acção humana os sardoais foram, na sua maior parte substituídos por culturas cerealíferas e estevais. Neste último caso, os arbustos mais comuns são a esteva (*Cistus ladanifer*), a Arçã (*Lavandula stoechas* ssp *sampaiana*) e o Sal-puro (*Thymus mastichina*). Formações arbustivas deste tipo foram muito comuns em toda a zona Oriental e Central do Parque (GONÇALVES, 1985).

Em altitudes superiores, onde o clima é mais húmido e frio, os bosques climáticos são dominados pelo Carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*). Os carvalhais têm uma notável importância na conservação da flora, visto apresentarem uma elevada diversidade florística e plantas raras, sendo muitas destas exclusivas dos bosques de carvalhais e algumas delas, em Portugal, são apenas conhecidas nos carvalhais do Parque e da Serra de Nogueira – a Violeta hirta (*Viola hirta*), a *Arabis glabra* e a *Centaurea triumfetti* ssp *lingulata*. Uma parte significativa dos carvalhais do Parque foi substituída por culturas agrícolas, soutos e matos. Nos matos da zona Central e Oriental, dominam os urzais onde as plantas mais representativas são as Urzes (*Erica australis* e *Erica umbellata*), a Carqueja (*Chamaespartium tridentatum*) e o Sargaço (*Halimium alyssoides*). Na zona Ocidental do Parque, por acção de um clima húmido, de influência atlântica, ocorrem tojais de Tojo molar (*Ulex minor*) a substituir os carvalhais.

Existem três tipos de bosques ripícolas na região do Parque: os Freixiais, os Amiais e os Salgueirais. Os Amiais são dominados pelo Amieiro (*Alnus glutinosa*) ocupando as margens



dos rios e ribeiras. Em contacto com os Amiais, existiam bosques de Freixos (*Fraxinus angustifolia*), hoje praticamente extintos e substituídos por prados permanentes – os lameiros. Nas linhas de água temporárias, ou em rios e ribeiras muito turbulentas ocorrem ao Salgueirais de Borradeira-branca (*Salix salvifolia*). Entre as espécies mais comuns dos bosques ripícolas citam-se a Borradeira-negra (*Salix atrocinera*), o Pilriteiro (*Crataegus monogyna*), a Urze-branca (*Erica arborea*), o Abrunheiro (*Prunus spinosa*), a Avelaia (*Corylus avelana*), o Embude (*Oenanthe crocata*) e a Saponária (*Saponaria officinalis*).

Os lameiros, por seu lado apresentam uma elevada riqueza e diversidade florística, sendo comum encontrar mais de quarenta espécies, incluindo diversos endemismos e plantas com elevado grau de protecção. Destacam-se a *Ajuga pyramidalis* ssp *meonantha*, *Dactylorhiza maculata*, *Thymus pulegioides* e *Viola bubanii*.

As comunidades vegetais alteram-se ao longo do tempo devido ao processo de *sucessão ecológica*. Ao longo da sucessão ecológica, quer no sentido progressivo, desde os estádios mais degradados de vegetação ao estágio mais evolutivo (clímax), quer no sentido regressivo, verifica-se uma substituição das comunidades. Estas estão encabeçadas pelos clímaxes, e à semelhança destes existem “*séries de vegetação climatófilas edafoixerófilas e edafohigrófilas*” (GONÇALVES, 1985). “*Ao longo desta sucessão ecológica, por exemplo no sentido regressivo, processam-se alterações florísticas e mesológicas, cuja compreensão é fundamental para uma correcta interpretação da paisagem, para o planeamento e mesmo para a investigação da flora melífera. Estes fenómenos podem ser ilustrados com a sucessão ecológica regressiva da série de vegetação climatófila do terreno em estudo*” (AGUIAR, 1996).



Figura 2 – Comunidades de plantas anuais de *Helianthemetea guttati*

Na orla doas bosques, ainda assentes em solos com características florestais, surgem matos pré-florestais (*Genisto flacatae – Ericetum raboreae* a *Cytiso scorparius*, – *Genistetum*

*polgaliphyllae*) dominadas por leguminosas retamóides como o *Cytisus scoparius*, acompanhadas em algumas situações pela *Erica arborea* e pelo *Pteridium aquilinum*. Estas comunidades são interpretadas como sendo a primeira “*etapa de substituição dos bosques climatófilos no sentido regressivo*” (AGUIAR, 1996).

Num estado de degradação avançado aparecem os matos, heliófilos, oligotróficos, conhecidos por urzais que são dominados por Urzes (*Erica umbellata*) e (*Erica australis* ssp *aragonensis*), pela Carqueja (*Chamaespartium tridentatum*) e pelo Sargaço (*Halimium alyssoides*) nas cotas mais elevadas. A menor altitude os matos são já os estevais, onde predominam as Estevas (*Cistus ladanifer*), a Arçã (*Lavândula stoechas*) e o Tomilho (*Thymus mastichina*). Estes matos instalam-se em solos profundamente erosionados e delgados – leptossolos. Nas clareiras destes matos, dispostas em mosaico, em locais de solos excepcionalmente degradados, surgem comunidades pioneiras de plantas anuais, que secam, mal as chuvas cessam na Primavera.

A sucessão ecológica regressiva nas séries de vegetação climatófilas da região pode resumir-se do seguinte modo: bosque climáticos (carvalhais ou azinhais) → matos pré-florestais (giestais) → comunidades de plantas herbáceas profundamente enraizadas (*Agrostis castellana*) → matos heliófilos oligotróficos (urzais e estevais) → comunidades pioneiras de plantas anuais. “*A série edafoxerófila da região contém os mesmos passos do modelo descrito anteriormente, mas com algumas alterações nas comunidades que a compõe*” (AGUIAR, 1996). Nos azinhais, as plantas são substancialmente diferentes dos carvalhais, aparecendo plantas como a Cornalheira (*Pistacia terebinthus*) e o Trovisco (*Dapnhe gnidium*) (AGUIAR, 1996).

A par da vegetação espontânea, que o homem soube preservar em seus ambientes naturais, surge a ocupação agrícola – agricultura a salpicar de tons variados a paisagem, dando-lhe um aspecto de manta de retalhos tão característico das terras transmontanas.

As criações ambientais e o tipo de solos impuseram uma actividade agrícola fundamentada na pecuária. As culturas dominantes são os cereais – predomínio do cereal de Inverno (trigo e centeio); as pastagens que suportam o efectivo pecuário; a batata no Verão, principalmente a de semente; a vinha, que um pouco por toda a parte assegura o abastecimento do vinho ao agricultor e os pomares de maçã e pêra, embora com pouca expressão; o olival tem apenas algum significado nos locais de transição climática; a horticultura, de uma maneira geral, está sempre presente, ocupando os solos mais férteis junto das povoações; no que respeita à exploração florestal, o agricultor da área do Parque mantém



as suas matas de carvalhos e castanheiros, que o abastecem de castanha, madeiras e lenha para a lareira.

O P.N.M. alberga uma fauna especialmente rica e diversificada. Esta riqueza resulta da diversidade de ecossistemas existentes ao longo de uma área que se estende por cerca de 75000 ha, tornando-a num entrelaçar de habitats. Para que esta riqueza permanecesse, foi necessário a verdadeira contribuição da posição geográfica que o P.N.M. ocupa, bem como a diferença de altitudes, o relevo e o tipo de intervenção humana que de uma forma ou de outra a condiciona verdadeiramente. É assim possível observar cerca de 240 espécies de vertebrados terrestres, o que destaca esta região como uma das “*áreas de montanha de maior importância para a conservação da natureza a nível Europeu*” (GONÇALVES, 1980).

No Parque estão presentes 48 espécies de mamíferos terrestres, o que corresponde a 75% das espécies deste grupo que existem em Portugal Continental. É ainda de salientar, que das 28 espécies de mamíferos terrestres do Continente considerados com estatuto de conservação “ameaçado” pelo Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal, 17 existem nesta Área Protegida com populações estáveis e em relativa abundância. Entre estas, destaca-se o Lobo (*Canis lupus*), o Javali (*Sus scrofa*), o Veado (*Cervus elaphus*) e o Corço (*Capreolus capreolus*). Outros mamíferos para os quais o Parque apresenta uma certa importância a nível nacional, são a Lontra (*Lutra lutra*) e a Toupeira-de-Água (*Galemys pyrenaicus*) que aqui encontram ótimas condições de sobrevivência nos rios e ribeiras de montanha. O P.N.M. é a única região do país onde se pode encontrar o Rato-dos-Lameiros (*Arvicola terrestris*).

De entre os vertebrados, as aves são o grupo mais abundante, ocorrendo mais de 150 espécies, das quais 125 são nidificantes. São exemplos a Águia-Real (*Aquila chrysaetos*), a Cegonha Preta (*Ciconia nigra*) dão a esta área uma importância acrescida. Outras aves, como o Tartaranhão-Caçador (*Circus pygargus*), o Tartaranhão Azulado (*Circus eyancus*), a Rola (*Streptopelia turtur*), o Melro-de-Água (*Cinclus cinclus*) e o Picanço-de-Dorso Vermelho (*Lanius collurio*), são espécies com estatuto de “vulnerável” e de distribuição reduzida em Portugal, ocorrendo no Parque com populações estáveis (GONÇALVES, 1980).

Os répteis e os anfíbios são grupos com menor diversidade, no entanto, encontram-se presentes 50% dos endemismos ibéricos, onde entre eles se podem destacar o Lagarto-de-Água (*Lacerta schreiberi*), a Lagartixa de Bocage (*Podarcis bocagei*), o Tritão-de-Ventre-Laranja (*Triturus boscai*), a Rã-de Focinho-Pontiagudo (*Discoglossus galganoi*) e a Rã-Ibérica (*Rana ibérica*) (AZEVEDO, 1998).

No grupo dos peixes é de salientar, pela sua importância a nível de qualidade e estatuto singular em toda a Península Ibérica, simbolizada pela pureza dos afluentes em que habitam e que atravessam o P.N.M., bem como pelo prazer e imprescindível divulgação da pesca desportiva. As espécies mais destacadas são a Truta-de-Rio (*Salmo truta*), a Enguia (*Anguilla anguilla*), a Boga (*Chedrostoma polyepis*), o Escalo (*Leuciscus carolitertii*), o Bordalo (*Rutilus alburnoides*) e a Panjorca (*Rutilus arcasi*) (AZEVEDO, 1998).

Embora algumas espécies se encontrem distribuídas por quase toda a área do Parque, a maioria tem uma distribuição mais restrita e apenas surge em determinados ecossistemas. De entre esses ecossistemas, podemos salientar três tipos, que caracterizam a distribuição das espécies animais e vegetais no P.N.M.. São eles: ecossistemas de forte intervenção humana, onde se encontram geralmente espécies associadas a estes ambientes, tais como a Andorinha dos Beirais (*Delichon urbica*), passeriformes, como é o caso dos Tentilhões e das Escrevedeiras, que aqui encontram refúgio e alimentação. Os campos de cereal, situados nas zonas planálticas são o habitat de espécies como o Tartaranhão-Caçador (*Circus pygargus*), o Tartaranhão-Azulado (*Circus eyancus*), a Perdiz comum (*Alectoris rufa*), a Águia-de-Asa-Redonda (*Buteo buteo*), o Falcão Peregrino (*Falco peregrinus*), o Açor (*Accipiter gentilis*), a Lebre (*Lepus capensis*), a Raposa (*Vulpes vulpes*), o Javali (*Sus scrofa*) e o Veado (*Cervus elaphus*).

Nos ecossistemas com intervenção moderada, destacam-se aqueles que se encontram associados a muitos rios que atravessam o P.N.M., de Norte para Sul. É nestes ecossistemas que se podem encontrar predadores como a Lontra (*Lutra lutra*), o Arminho (*Mustela erminea*) e o Gato-Bravo (*Felis silvestris*). Na área do Parque, os rios têm água bastante oxigenadas e por essa razão permitem a existência de uma rica comunidade de insectos, à qual, por sua vez se associa uma grande diversidade de animais que deles se alimentam. Entre estes, são de destacar a Truta-de-Rio (*Salmo truta*), o Lagarto-de-Água (*Lacerta schreiberi*), o Melro-de-Água (*Cineclus cineclus*), e a Toupeira-de-Água (*Galemys pyrenaicus*).

Os ecossistemas com baixa intervenção humana, surgem da degradação dos bosques ou do abandono dos campos agrícolas, formando-se a partir daí uma diversidade de matos formados por diferentes associações vegetais. É nestas zonas onde a intervenção do Homem pouco se faz sentir e onde a caça tem os seus terrenos preferenciais. É também nos matagais de urze da zona Oriental do Parque, que em Setembro tem lugar a “brama” do Veado (*Cervus elaphus*), época durante a qual os machos desta espécie se desafiam pelo domínio dos haréns de fêmeas.

O notável número de pombais que têm sido restaurados nos últimos anos, tem como objectivo, continuar com a sua função tradicional de criação de pombos, servindo também, de alimento para diferentes tipos de aves de rapina, como é o caso do Falcão Peregrino (*Falco peregrinus*) e do Açor (*Accipiter gentilis*).

### **1.8. Património Histórico, Arqueológico e Cultural**

Os mais antigos vestígios de ocupação humana na área do P.N.M. remontam ao IV e início do III milénios a.C. (Neolítico Final e Neolítico Final/Calcolítico), embora a realização de prospecções sistemáticas possa relevar uma ocupação pré-histórica mais antiga. As mamôas de Donai e da Serra da Corôa (Travanca e Paçó) documentam a presença de grupos humanos que enterravam sob essas estruturas os seus mortos, cuja caracterização é, por ora, impossível, pela ausência de dados arqueológicos provenientes de escavação relativos a qualquer dos monumentos.

A história da 2.<sup>a</sup> metade do III e início do II milénios a.C. tem na Lorga de Dine, cavidade de origem cársica, uma importante chave interpretativa: das campanhas de escavação arqueológica aí realizadas, nos anos 60 e 80, depreende-se que terá desempenhado funções habitacionais e funerárias, o que parece sugerir a perda de funções de visibilidade dos contextos funerários relativamente ao período anterior.

Outros achados esporádicos, como o de esconderijo de fundidor de Valbom-Deilão, constituído por seis braceletes e um machado de talão com argola e atribuível ao Bronze Final, contribuem também para o conhecimento, ainda que incipiente, desta fase final da pré-história, já que só agora se vão dando os primeiros passos para a reconstituição da rede de povoamento da Pré-História recente.

O povoamento proto-histórico documenta-se nas cerca de três dezenas de povoamentos fortificados (castros) implantados em castelos graníticos, nos cumes altos de contrafortes montanhosos, em cabeços destacados no interior de planaltos ou nos relevos em esporão distribuídos ao longo dos vales fluviais. São, de uma forma geral, povoados de dimensões reduzidas com sistemas defensivos constituídos por muralhas, construídas em alvenaria seca ou integrando areias e argila, associadas em alguns casos, a fossos e parapeitos. O território destes povoados abrange uma diversidade de recursos naturais que permite aos seus habitantes reunir as melhores condições para a prática de uma economia agro-silvo-pastoril. De acordo com as fontes literárias antigas, este território, exceptuando-se as terras da

Lombada, teria sido ocupado na Idade do Ferro pela etnia dos Zoelas cujo território virá a corporizar, no quadro da ocupação romana, a *Civitas zoelarum*.

O processo de romanização implicou mudanças estruturais na organização indígena do espaço. A partir do século I a.C., terminada definitivamente a ocupação do território pelos romanos, alguns dos antigos castros foram abandonados e surgiu uma rede diversificada de habitats integrados na *Civitas zoelarum*, dependente do *Conventus austurum*. A nova rede de povoamento está em relação com a intensificação das actividades agrícola e mineira, associadas à implementação de uma agricultura e economia de mercado, e com a criação da via XVII do *Itinerário de António*, cujo traçado norte se desenha junto ao limite meridional do Parque, passando pela sede *Civitas*, identificada com Castro de Avelãs.

A ocupação germânica parece ter desarticulado a organização administrativa romana deixando esta região entregue ao seu isolamento e favorecendo a consolidação dos laços comunitários que permitiram a sobrevivência de algumas comunidades a que se refere a documentação medieval mais antiga.

Segundo o *Cronicon* de Idácio, o território transmontano teria sido, a partir do século V, integrado no reino Suevo, o qual, volvidos quase dois séculos, os Visigodos viriam a conquistar. A ausência de vestígios arquitectónicos, associada à escassa intervenção arqueológica em sítios directamente relacionados com esta fase dificultam a reconstituição dos quadros de povoamento, embora as referências das fontes escritas e a toponímica indiquem a concentração de população em pequenos núcleos rurais, alguns submetidos a *possessores* hispano-visigodos.

O avanço muçulmano no espaço peninsular, a partir de 711, foi rápido, e a subjugação da totalidade do território actualmente português terá ficado concluída em 716, ano em que se terá dado a ocupação do território transmontano. A presença muçulmana no território transmontano não deixou grandes marcas para além das toponímicas e, concretamente, na área mais setentrional do Nordeste Transmontano (Bragança e Vinhais) desconhecem-se vestígios desta presença, até porque terá sido temporalmente limitada e pouco efectiva. De facto, logo em 757, o território transmontano deve ter sido expurgado de árabes-berberes por intermédio de Afonso I, podendo ter ficado numa situação de independência virtual até ao século IX, altura em que Afonso III estende o Reino Asture até ao Douro. A conjuntura política e militar permitiu o protagonismo da classe guerreira por excelência, a nobreza, que nesta região esteve bem representada, nos séculos XI e XII, pela família dos Braganças, que,

ao que parece, estaria sediada em Castro de Avelãs e teria afinidades evidentes à zona leonesa.

Com o surgir do Reino de Portugal, D. Afonso Henriques irá atrair à sua corte as famílias nobres transmontanas, Sousões e Braganções, numa estratégia de domínio dos territórios do interior norte. As subsequentes políticas régias da I dinastia portuguesa reflectiram-se, sobretudo, na consolidação das fronteiras e na reorganização do povoamento e dos territórios. Fomentou-se a organização concelhia – D. Sancho I concede foral a Bragança (1187), D. Afonso II a Vinhais (1253) e D. Dinis a Paçó (1310) e a Lomba (1311 e 1324) – criaram-se as Vilas Novas de Vinhais e S. João de Lomba e construíram-se castelos em Bragança e Vinhais.

As primitivas referências históricas de Montesinho – aldeia que concede o nome a toda área do Parque – chegam-nos através das Inquirições de D. Afonso III em 1258, que documentam a usurpação deste «villa» ao domínio realengo, pelas Ordens Religiosas cistercienses leoninas (de S.Martín de Castañeda) e pelas beneditinas (de Castro de Avelãs). As Inquirições Dionisíacas de 1290 confirmam apenas o domínio da localidade por parte do «Mosteiro de Moreirola, que é em Lião».

Não é de estranhar, portanto, que ainda hoje subsistam os efeitos da colonização leonesa, desde o século XIII ao século XV, encarnados nos dialectos guadramilês e riodonorês, considerados «uma variedade de leonês».

Um périplo histórico aos primórdios da ocupação humana, na área deste Parque, conduz-nos ao «...IV e início do III milénio a.C. (Neolítico Final e Neolítico Final/Calcolítico)...» e, em função dos achados arqueológicos alcançados, até mesmo nos finais da Pré-História. De acordo com a mesma fonte, a romanização teria abalado a organização estrutural do espaço, empreendida pela etnia dos Zoelas na Idade do Ferro, manifestamente perceptível nos castros que populam em locais de relevo acentuado, e teria também sofrido os efeitos da invasão germânica, votando a região ao ostracismo, componente responsável pela implementação dos laços comunitários que nela perduram.

Relativamente à presença mourisca na referida área, aquela que menos se fez sentir no nordeste transmontano, vigora sobretudo no vocabulário de superstrato árabe do qual relevamos alguns exemplos que se integram com plena vitalidade no fluxo lexical: alcatruz, aldrabe, alforge, algendrar, alguidar, almofariz, almotolia, almude, alpendre, alqueire, alvericoques, alvoroto, entre outros.

Estamos, pois, numa zona confluyente de várias culturas, cujas tradições peculiares, ainda hoje sobreviventes, não se podem alhear das influências exercidas no terreno pela passagem das diversas civilizações.

Fruto de condicionalismos geográficos diversos, o território do P.N.M. permanece marcado por um certo isolamento comunitário, que pouco a pouco se vai estilhaçando mas onde permanecem indeléveis marcas de ruralidade. A base económica das populações contínua radicada na actividade agro-pecuária, embora, já neste século, a produção florestal, utilizando compulsivamente os baldios comunitários e a actividade mineira – nas minas de França (Au), Portelo (Sn) e Guadramil (Fe) – tivessem surgido como alternativas económicas, que viriam a revelar-se inviáveis.

Quando procuramos conhecer a arquitectura de uma determinada região, tentamos encontrar de certa forma, uma fórmula simplificada que nos possibilite o reconhecimento imediato das características espaciais, volumétricas, tipológicas, construtivas, etc., dessa arquitectura, como se de uma receita se pudesse tratar. Contudo, tal como na gastronomia, a riqueza da arquitectura popular está no facto do receituário ser vasto, específico de cada uma das edificações, fruto da função a que se destinam, dos materiais que abundam na vizinhança, e, primordialmente, da capacidade de inovação que o mestre-pedreiro, pela sua experiência acumulada, imprime a cada construção. A arquitectura popular que encontramos no P.N.M. não escapa a esta regra. O património edificado de cariz popular que contemplamos hoje, concentrado nos oitenta e oito aglomerados desta área protegida, ou disseminado na paisagem, nos pequenos edifícios de apoio às actividades rurais, resulta do sábio aproveitamento das condições geomorfológicas do território e do seu respeito: não se impõem as construções na paisagem, mas tira-se partido do relevo existente e dos materiais disponíveis para as dissimular. Os aglomerados aparecem-nos concentrados. Por um lado assim obriga a geomorfologia do território, por outro são as próprias formas de economia que impõem esta concentração. Uma economia de subsistência, sustentada nos recursos agrícolas, silvícolas e pastoris dita a procura de terrenos férteis, que estejam simultaneamente próximos dos recursos da floresta e dos terrenos com aptidão cerealífera. Desta forma, os aglomerados populacionais surgem, maioritariamente, implantados em vales abertos, ou a meia encosta, aproveitando áreas de relevo menos acidentado. Em termos morfológicos os aglomerados resultam da disposição dos edifícios em núcleos, formando conjuntos compactos de construção que se vão organizando continuamente, deixando entre si os arruamentos que, simultaneamente, os delimitam e estruturam. Na organização desses aglomerados encontram-

se algumas soluções práticas que resultam em benefício de uma melhor mobilidade no seu interior como é o caso dos largos, que são igualmente espaços privilegiados da sociabilidade aldeã, normalmente associados aos edifícios de carácter religioso, administrativo ou recreativo.

Numa análise sumária, é possível observar diferentes tipos de implantação dos aglomerados. Quando as implantações são feitas num vale aberto, drenado por um rio ou ribeira, é frequente a implantação dos conjuntos edificados numa e noutra das suas margens, estruturados por arruamentos paralelos ao curso de água; formam-se desta forma dois *bairros*, unidos por uma ponte ou mais, libertando as margens para os *hortos*, os terrenos férteis onde se cultivam os principais víveres indispensáveis à dieta quotidiana. Resultam, assim, aglomerados alongados como bem ilustram Rio de Onor ou Quadramil.

Outros aglomerados implantam-se no sopé de relevos mais ou menos proeminentes ou a meia encosta. Procuram, geralmente, a proximidade de uma linha de água secundária e as suas construções têm uma implantação que segue as curvas de nível, oferecendo, por vezes, uma imagem de aparente sobreposição das construções, formando como que uma bancada com largos horizontes. Podem apreciar-se alguns exemplos nas vertentes da Serra da Corôa, nomeadamente em Santa Cruz e Montouto, com amplo domínio da paisagem envolvente, ou em Sernande, que nos aparece como um autêntico varandim sobre o Vale do rio Rabaçal.

Noutros casos são os topos de cabeços ou determinados esporões que sobressaem dos relevos planálticos que acolhem aglomerados organizados em função da configuração desses relevos. As construções voltam-se para o interior desse espaço seguindo o traçado curvilíneo dos arruamentos que, por sua vez, seguem a configuração do perímetro desses relevos. Cabeça de Igreja e Gondesende são exemplos típicos deste tipo de implantação. O interior dos planaltos é outro espaço que recebe a implantação de aglomerados apresentando estes uma menor concentração em virtude das facilidades topográficas para a realização de novas edificações, como se pode apreciar em Deilão ou Terroso. Nos aglomerados concentra-se uma multiplicidade de edifícios. Predominam as casas de habitação, mas as igrejas com o seu característico campanário ou as pequenas capelas estão sempre presentes, a assinalar o tempo e o espaço sagrados, para além de outras estruturas de produção, tais como lagares, forjas ou moinhos, ou de apoio social. (Anexo 2).

As construções utilizam os materiais disponíveis na região. Na maioria dos aglomerados predominam construções em xisto, já que o granito apenas aflora pontualmente na Serra de Montesinho, na parte setentrional da Serra da Corôa e na região dos Pinheiros. Apenas as

aldeias de Pinheiro Novo e Pinheiro Velho, Moimenta, Montesinho e Soutelo são edificadas com silhares de granito retirados de uma ou outra pedreira ou talhada a partir de afloramentos que irrompem do solo. Nas restantes aldeias é utilizado o xisto em paredes de paramento duplo, construído com pedras sobrepostas e argamassas pobres de terras argilosa. Em ambos os casos, empregam-se madeiras autóctones, preferencialmente o carvalho e o castanho, na armação dos telhados, nas estruturas dos pisos e soalhos ou nos vãos de portas e janelas e no seu guarnecimento. Nas coberturas é usual a utilização da lousa, sobretudo a Oriente do rio Tuela e na zona dos Pinheiros, enquanto que na Lomba, nas vertentes meridionais da Serra da Corôa e aldeias mais próximas dos aglomerados urbanos de Bragança e Vinhais se utiliza preferencialmente a telha cerâmica. É também frequente a associação de telha cerâmica e de lousa no mesmo telhado.

Em termos volumétricos, as construções existentes adoptam uma forma regular, perfeitamente definida e bastante simples, podendo tornar-se mais complexa em virtude da composição resultante da justaposição dos distintos edifícios ou em consequência da sua complexidade funcional.

Embora seja grande a variedade de soluções que se nos apresentam de edifício a edifício, aldeia a aldeia, fica-nos no olhar a imagem de uma certa homogeneidade arquitectónica que é veiculada pelo uso dos mesmos materiais endógenos, de volumetrias regulares, de alçados mais ou menos repetidos, ou de comuns pormenores decorativos dos elementos arquitectónicos.

Apesar de alguns edifícios se enobrecerem com a apropriação ou integração de elementos típicos de uma arquitectura mais erudita, o normal é que estas construções tendam a ser estáveis na sua simplicidade, tal como as estruturas económicas e sociais próprias destas comunidades. Os paramentos exteriores não recebem, normalmente, qualquer revestimento, mas em alguns casos utilizam-se rebocos em toda a fachada, aplicados com mais esmero na área correspondente ao piso superior ou, mais simplesmente apenas a emoldurar os vãos da janela. Alguns dos rebocos recebem decorações incisas que, pelo seu geometrismo imitam os peitoris, lintéis e ombreiras, ou chegam mesmo a incluir motivos arquitectónicos clássicos, dependendo do saber acumulado dos mestres-pedreiros ou do gosto e erudição dos proprietários.

As técnicas construtivas utilizadas pouco evoluíram ao longo dos séculos; contudo, a diversidade dos aparelhos de pedra que dão forma aos paramentos das edificações, ou das argamassas utilizadas, bem como a diminuição progressiva da espessura dos paramentos ou o



gradual incremento das dimensões dos seus vãos, ou ainda, o abandono da utilização do colmo nas coberturas das construções, substituído pela telha cerâmica e pelo lajeado de lousa, atestam a constante procura de soluções, por um lado mais adequadas às necessidades sentidas e aos materiais disponíveis e, por outro, mais económicas e duradouras, ou por vezes mais versáteis.

O estereótipo da casa tradicional é composto por dois pisos, aproveitando, sempre que possível, a pendente do terreno para permitir um acesso térreo a ambos. O piso inferior destina-se a curral (*lojas*), celeiro e adega, enquanto que o piso superior é destinado a habitação. A varanda, servida por uma escada de madeira ou de pedra paralela ao edifício, é presença constante no alçado principal, como de mais uma divisão da casa se tratasse. O rés-do-chão é compartimentado com paredes de pedra, variando a complexidade da sua organização funcional em virtude da dimensão da habitação; no piso superior, as paredes são mais leves, utilizando o tabique ou os entrançados de palha com barro, não havendo, por vezes, uma definição clara da organização interior, porém, a cozinha é nesta parte da casa o espaço principal polarizado por uma omnipresente lareira, o lar, em torno do qual se organizam algumas peças de mobiliário, das quais se destacam os escanos. Toda a habitação dispõe unicamente do mobiliário indispensável, aproveitando-se muitas vezes a espessura dos paramentos para criar espaços de arrumação.

De permeio com as habitações ou nos extremos das aldeias, surgem edifícios que se distinguem pela sua funcionalidade e pela sua utilização comunitária. As forjas aparecem instaladas em edificações rudes e de pequenas dimensões, de uma só água, dispoendo apenas de uma porta e de um janelo. O seu interior é simples: a um canto, encontra-se a fornalha onde o fole espevita o lume que aquece o metal a trabalhar ou as ferramentas a consertar, ladeada por uma grande tina em pedra para água e por um cepo que serve de base à bigorna.

O lagar partilha com a forja a rudeza da construção. O seu interior tem dois níveis: o superior é destinado a colocar o bagaço pronto a ser submetido à prensa e o inferior serve de espaço de circulação. A prensa é constituída por uma trave de grandes dimensões que se move em função de um eixo em rosca fixado a um peso de granito que lhe é perpendicular.

Existem também em algumas aldeias fornos comunitários de cozer o pão que os vizinhos podem utilizar à vez, individualmente ou em grupo, e lavadouro que, de forma geral, aproveitam as águas correntes de um riacho ou nascente e, ainda hoje, são um importante palco da sociabilidade feminina.

Ao viajante mais atento decerto não lhe passam despercebidas outras construções tradicionais que pontuam a paisagem junto das aldeias e aproveitando encostas suaves, é frequente vislumbrar, isoladas ou em conjunto, construções de planta circular ou em forma de ferradura, geralmente pintadas de branco e com uma única abertura: os pombais. A esmagadora maioria tem uma forma de ferradura e a sua cobertura é sempre de uma só água, geralmente construída em lajes de lousa justapostas, embora não seja corrida, isto é, apresenta-se dividida com dois ou três lances desnivelados uns dos outros 15 a 20cm de forma a criar saídas de voo. Pousados no beiral, é frequente ver conjuntos de pedras caiados de branco que para além de prenderem as lousas em que repousam permitem servir de chamariz às pombas. Uma portinhola é o único acesso ao interior do pombal que tem no seu centro uma mesa e as paredes repletas de buracos com pouco mais de um palmo de fundo que servem de ninho.

Uma outra nota de humanização da paisagem é deixada pelos muitos moinhos, privados ou comunitários, que bordejam os cursos de água cujo caudal é suficiente para imprimir movimento às moendas. São construções rudes, em pedra, cujas dimensões variam em função da existência ou não de instalações anexas às do mecanismo de moagem e do número destes mecanismos instalados, embora o mais frequente seja encontrar construções pequenas, sem anexos ou com anexos simples para pessoas e animais. O moinho tem sempre dois níveis distintos: o inferior, ou cabouco, onde se localiza o sistema motor (rodízio) e o superior, ou sobrado, onde se instala o mecanismo de moagem e onde o moleiro pode descansar. As aberturas do sobrado reduzem-se a uma porta e a um eventual janelo. O funcionamento destes equipamentos de moagem assenta no aproveitamento do desnível das águas, pelo que dispõe sempre de um açude e de uma levada que permitem canalizar as águas fluviais até às pás do rodízio.

Falámos de alguns aspectos da arquitectura popular do P.N.M., mas a realidade actual é também composta por construções que podemos considerar dissonantes nestes conjuntos vernáculos. O deslumbramento pelos modelos urbanos ou importados de além fronteiras tem desvirtuado a originalidade da maioria dos conjuntos edificados, embora hajam também muitas outras iniciativas de preservação dos valores da arquitectura popular, garantindo a permanência da genuinidade da sua essência. Exemplo disso, são as recuperações que têm vindo a ser empreendidas em diversos pontos do Parque e que serão facilmente avaliadas pelo visitante em duas das mais emblemáticas aldeias desta área protegida: Montesinho e Rio de Onor.

O P.N.M. está inserido numa área geográfica bem característica, cujos componentes sócio-culturais estão vincados pelas vivências de forte ligação à terra e seu cultivo. Aliás, as populações das zonas geográficas confinantes, abarcando o designado Nordeste Transmontano, reflectem igualmente tal situação. Por isso, dentro do Parque ou imediatamente fora dele, o artesanato e outras expressões socioculturais se confundem e repetem. O Parque Natural de Montesinho possui um rico património sócio-cultural com práticas quotidianas vindas de usos e costumes ancestrais, embora já marcadas pelas crescentes mobilidades das gentes e pelas inovações tecnológicas.



Figura 3 – Caretos em Baçal

As festas, são um exemplo disso, sendo um elo de ligação entre as aldeias e um pretexto para o reencontro de famílias e amigos. Têm especial valor as antiquíssimas «*Festas dos Rapazes*», realizadas principalmente na zona da Lombada por altura do Natal ou dos Reis, segundo o costume de cada aldeia. Nesses dias, os rapazes solteiros com idades superiores aos 16 anos envergam coloridos fatos felpudos que os escondem da cabeça aos pés, afivelam máscaras aterradoras em latão pintado, madeira ou outros materiais e com molhos de chocalhos à cintura, correm a cabriolar por toda a aldeia em tremenda algazarra, ritualizando cerimónias de iniciação, cuja origem, no parecer do Abade de Baçal, remonta aos romanos veneradores de Saturno (figura 3). Outra das facetas da cultura regional é a música tradicional, que acompanha sempre as festividades e onde se destacam as sonoridades celtas da gaita-de-foles.

São notáveis ainda os exemplos de arquitectura popular, que utilizando os materiais característicos de cada região, resultam de milhares de anos de aperfeiçoamento e adaptação ao meio ambiente. Há também aspectos exclusivamente funcionais na arquitectura popular dignos de destaque, como os pombais, as forjas do povo e os moinhos de água. Parte destes

últimos são propriedades comuns dos povos ou aldeias, e continuam ainda a funcionar, com o apoio do Parque nas obras de conservação e de reconstrução. Conservam-se também outras tradições, como bailes mandados no Natal, a tradição de cantar os reis, a matança do porco, etc....

Como é costume todos os anos no mês de Fevereiro, revive-se a tradição do Entrudo no concelho de Vinhais e a grande propaganda do "Dia dos Diabos". Diabos chamam-se às pessoas (homens) que na 4ª feira de cinzas aparecem vestidos de vermelho pelos bairros de Vinhais, distribuindo chicotadas pelos habitantes que, "inocentemente", circulam pela rua. As tradições vão morrendo e com elas um pouco do mundo rural a que se encontravam associadas

Embora o P.N.M. não tenha dentro dos seus limites artesanato excepcional, encontramos, nesta área, um tipo de artesanato que resulta da conjugação de três factores:

- utilidade que os objectos ainda permitem na satisfação das necessidades sentidas;
- a existência de matéria-prima disponível para a sua confecção;
- o domínio de um «saber-fazer» ancestral arrecadado na memória daqueles que assumem, na prática, o papel de artesãos.

São assim, facilmente identificáveis os artefactos que constituem o que demais importante e significativo se produz nesta zona. Da lã ao linho – matéria local – ainda se tecem peças necessárias no quotidiano ou na preparação do dote casamenteiro. A tecelagem, com a confecção de meias e camisolas, mantas, colchas, toalhas e lençóis, permite agasalhar o corpo e alindar a casa. Tem ainda sentido prático, a produção de alfaias e outros artefactos ligados à vida agrícola: em madeira, ferro, latão, couro, etc., comportam a função insubstituível como objecto de uso no dia a dia das populações.

Paralelamente à produção de toda um gama de objectos com valor e função de uso mais ou menos imediata, assistimos à produção de peças que ocupam um lugar especial e que traduzem as memórias de uma vivência rural. Nas reproduções em miniatura de carros de bois e outras alfaias, nos bonecos, nas máscaras, nas divindades pagãs ou religiosas, feitas em pedra, barro, madeira, incluindo raízes de arbustos, o artista-artesão transfigura, com as suas mãos e imaginário, afinal, o mundo que o povoa e rodeia (Anexo 3).

No entanto, é de sublinhar que, tal como na produção agrícola, onde os factores geoclimáticos determinam o produto, também a produção artesanal está sujeita a estas e outras condicionantes. Acontece assim, por exemplo, que o artesanato de lã está associado à

existência de rebanhos; o linho, por exemplo, carece de terra fecunda e água abundante; a olaria que se encontra próxima dos barreiros onde se extrai a matéria-prima: o barro.

Se nos dias de hoje é substancialmente menor a utilização do objecto artesanal como instrumento de uso utilitário, quer se trate de cestaria, tecelagem, olaria ou outro, já o uso do artesanato como adorno decorativo, por camadas urbanas citadinas, poderá, em certa medida, constituir alternativa, revalorizando assim, não só as peças em si, como também a função económica, social e cultural dos artistas-artesãos.

O Doutor Belarmino Afonso deixa bem clara a preocupação que sente e o alerta que nos faz sobre a crise da tradição nas aldeias do PNM e, em toda a região transmontana. *“A tranquilidade virgiliana dos campos está a ser expulsa do espaço rural. Na cozinha tradicional, documento vivo da ancestralidade e da comunicação, já não crepitam os rachos de carrasco e de oliveira. Os tachos de alumínio afastaram as panelas de três pés. Calou-se a voz da tradição, cimento ideal de gerações sucessivas. A aldeia urbanizou-se, e os lares sem chama votiva, amaldiçoaram os deuses tradicionais”*<sup>1</sup>.

## 1.9. Gastronomia

*“A gastronomia no Parque Natural de Montesinho é em tudo semelhante à da restante Terra Fria Transmontana. Caracteriza-se, quer pela elevada qualidade dos produtos que utiliza, quer pela relativa simplicidade dos processos de elaboração. Assenta essencialmente nos enchidos regionais (o fumeiro), encontrando-se o presunto, as alheiras (aquí também designadas de tabafeias), salpicão e o butelo entre os seus mais afamados representantes”* (AZEVEDO, 1998, p.84).

De entre os pratos típicos salientam-se, por exemplo, a posta mirandesa, que pode ser encontrado nos principais restaurantes e romarias da região; o cabrito de Montesinho, o cozido e a feijoada à transmontana e ainda as trutas cozinhadas das mais variadíssimas formas. Mas a memória da cozinha tradicional, continua aqui presente, mesmo na restauração mais urbanizada e, sobretudo, nas mãos hábeis das donas de casa de tantas destas aldeias. O borralho ainda convive com o moderno fogão, as panelas continuam a alinhar-se à volta da fogueira, e o escano (de castanho) será sempre a mesa das refeições inverniais.

Por estas paragens, a realidade gastronómica é acrescida dos produtos cinegéticos, verdadeiros, rústicos, naturais. Alguns destes pratos são: os caldos de perdiz, confeccionados

---

<sup>1</sup> AFONSO, Belarmino – *Ex-Votos e Religiosidade Popular no Distrito de Bragança*, Edição de Turismo do Nordeste Transmontano, (1995 : 5,6).

com a água de cozedura destas aves, presunto, nabo (ou nabiças) e cebolas; a sopa de coelho bravo marinado em vinho branco ou o arroz de lebre com repolho. E, o javali à transmontana transforma-se sempre em convívios báquicos e, actualmente, em prato “obrigatório” a qualquer ementa dos restaurantes existentes.

A castanha dos castanheiros levaram à “existência” do dia de São Martinho, no qual é fundamental, no que diz respeito aos cozinhados, os caldos de castanhas com batatas, nabos e unto, ou a carne de porco estufado com castanhas. E, em qualquer altura, pode empanturrar-se, antes do regresso ao hotel, ao abrigo de montanha, com bifes de presunto de cebolada, salpicão assado com grelos cozidos, frango albardado, bacalhau cozido com batatas e tronchos de couve penca ou bacalhau assado com pão centeio, rabas guisadas com ovos, bocados de coelho com molho vilão, enguias fritas, leitão “torradeiro”, empada de sardinhas, foliar vinhaense, a sopa das malhas ou das matanças os rojões e os milhos à transmontana.

Menos conhecidas, as cascas ou casulas, prato elaborado à base de vagens secas de feijão sujeitas a uma cozedura prolongada, constituem também um excelente acompanhamento de Inverno, principalmente para os butelos.

Curioso é, igualmente, o gosto existente na região pelo polvo, que substituí, aliás, o bacalhau, como prato de honra na noite de Consoada. Cozinhado no pote, constitui um dos petiscos mais apreciados nas feiras e festas. Outros pratos típicos são também muito apreciados, como a bola de sardinha de Bragança, alheira assada com batata cozida e grelos (época de Inverno), enchidos cozidos com batatas cozidas e grelos, chouriça assada, chouriça e presunto e favas guisadas, lombo de costelas em adoba assados, entre outros.

Como entradas de referir o salpicão, peixinhos do rio, rojões de redenho (época da matança do porco), chouriço, presunto, torradas de mel, de azeite, de unto, etc... Algumas sopas são também muito apreciadas, como a sopa de segada, caldo de cascas, caldo à transmontana, etc...

A doçaria será, de certeza, a faceta menos diversificada da gastronomia da região. Destacam-se, contudo, os folares da Páscoa, os ovos doces, consumidos com pão, o bolo de mel, as rosquilhas e as súplicas. Estas últimas, possuem a particularidade de serem confeccionadas à base de, apenas, três ingredientes: açúcar, farinha e ovos.

## 1.10. A Economia

A economia, relativamente à população que reside no Parque, tal como a grande maioria do Nordeste Transmontano, baseia-se fundamentalmente na produção agrícola e na produção pecuária. O comércio, a hotelaria e similares são consideradas actividades com grande importância na região, dado a grande ocupação de mão-de-obra e porque criam receitas com importância significativa. Apesar de pouco evoluída e pouco rentável, a sua sobrevivência está dependente de apoios e subsídios. As explorações agrícolas apresentam um carácter tradicional e familiar, atribuindo grande valor às culturas arvenses. Este tipo de trabalho é realizado por pessoas pertencentes ao mesmo agregado familiar e só um reduzido número de proprietários recorre a trabalho assalariado.

De um modo geral, é possível dividir as culturas agrícolas existentes na área do Parque em quatro grupos:

1. Culturas anuais de sequeiro extensivo, que correspondem ao cereal de Inverno e ao pousio/pastagem;
2. Culturas perenes, com predominância do castanheiro, esporadicamente a noqueira, alguma vinha, olival e árvores de fruto;
3. Pastagens, onde se incluem os lameiros de regadio – permanentemente húmidos, os lameiros de secadal – periodicamente húmidos e as pastagens naturais de altitude;
4. Culturas temporárias, predominantes em faixas envolventes dos povoados, como os cereais para grão (centeio, trigo e alguma aveia), leguminosas para grão (feijão), batata e culturas forrageiras, geralmente para uso do agregado familiar ou como complemento na alimentação dos animais da exploração.

Os frutos secos, nomeadamente a castanha, assumem um interesse crescente no concelho de Vinhais, onde se verifica um aumento notório e significativo das plantações de castanheiros. A vinha e o olival, têm pouca representatividade, devido ao clima da região e são explorados para auto consumo. As culturas hortícolas são, na maioria dos casos, para o próprio consumo do Homem.

A actividade pecuária tem uma importância de relevo, dado que esta é a base da economia agrícola, que praticada de forma extensiva, favorece a diminuição do êxodo rural. Nesta região têm solar as raças bovinas Mirandesa, a ovina Churra Galega Bragançana e a suína Bisara. Estes animais, devido à sua rusticidade, apresentam uma óptima adaptação às condições climáticas, bem como ao tipo de pastoreio, uma vez que a alimentação é feita à

base de pastagens e forragens, o que por vezes é complementada com restos de produtos hortícolas, como o nabo, a beterraba e o milho painço. Esta actividade pecuária contempla também a produção de aves, galinhas, patos e coelhos, sendo que o destino destes produtos é exclusivo para consumo familiar.



## CAPÍTULO 2 – EVOLUÇÃO, DENSIDADES E CENTROS POPULACIONAIS

### 2.1. Evolução Demográfica: Variações desde 1960 até 2001

A análise da distribuição da população e sua estrutura, considerando a população residente presente e a sua variação, o emprego por sectores de actividade económica, densidade, números de fogos, grau de instrução, constituem bons indicadores sobre a situação de um território.

A análise da evolução demográfica foi baseada em dados fornecidos pelo INE, pela credibilidade que lhes conferem, em grelhas, pela sua fácil leitura e efectuar alguns comentários que consideramos oportunos. Ainda, e para que os dados tenham uma maior abrangência e possamos estabelecer comparações, apresentamos alguns mapas e gráficos pela fácil leitura que estes nos permitem.

Relativamente à evolução da população, sentimos necessidade de fazer algumas considerações distintas: a perda de efectivos populacionais é um traço significativo e evidente ao realçarmos o perfil demográfico destas áreas interiores, periféricas e fronteiriças, bem como, o carácter repulsivo que se repete ao longo dos 75000 ha de extensão do Parque, levando ao abandono das suas populações. Segundo o INE, sabemos que durante o período 1960-1991, o P.N.M. acusou uma involução demográfica de 52.56%, quer dizer, mais de metade da população residente presente – 20178 indivíduos em 1960 para 9572 indivíduos em 1991.

Portugal, entre os anos 60 e 91, aumentou a sua população em 10.95% ainda que como argumenta JOÃO FERRÃO (1995) “*em apenas três décadas a demografia portuguesa sofreu modificações com uma intensidade, talvez sem paralelo na história do país*”. Existem dois factos para comprovar esta situação: por um lado, a diminuição da mortalidade e natalidade e consequente aumento do envelhecimento da população e por outro, ao fluxo emigratório da década de 60. Neste contexto, verifica-se uma verdadeira transferência de mão-de-obra para o estrangeiro, essencialmente recursos do sector primário, (inicialmente) e mais tarde do sector secundário. Este novo desvio de sectores, trouxe consigo, o desaparecimento de mão-de-obra especializada ou semi-especializada, levando a um longo tempo para a formação da mesma.

A crise crónica e estrutural da agricultura portuguesa, responsável por um baixo nível de vida da população activa agrícola; uma indústria pouco desenvolvida que procurava melhorar

a sua produtividade através de uma política de baixos salários, contando, para tal, com a ausência de um sindicalismo livre e da proibição de qualquer actividade grevista; um serviço militar obrigatório de três a quatro anos, com participação obrigatória na guerra das ex-colónias, responsável, no dizer de JOEL SERRÃO<sup>2</sup> “*pelo expatriamento*” de cerca de 100000 *jovens*, são parâmetros de causa intrínsecos à realidade socioeconómica portuguesa.

Quer na perspectiva económica, quer no plano humano, a emigração tem constituído, a nível do país, um dos maiores problemas nacionais. Como são pertinentes as palavras de RAMALHO ORTIGÃO<sup>3</sup> escritas no longínquo ano de 1874: “*agora, quando o País já não tem o árabe nem a Ásia, nem tem África, nem tem o judeu, nem o jesuíta, nem o frade, seria talvez um momento oportuno para que o País pensasse em não apelar mais para os suprimentos do acaso, e cuidasse em reorganizar-se honradamente pela instrução, pela renovação económica e pelo trabalho*”. De referir, que a partir da independência das ex-colónias portuguesas, há um fluxo de entrada de imigrantes, que em geral se agrupam nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

A emigração deixou de ser uma constante da sociedade portuguesa. A emigração de longos períodos, tem vindo a ceder o seu lugar à emigração sazonal, muito mais do agrado de todos – empregadores, pela redução dos custos e empregados pela possibilidade que têm de auferir rendimentos elevados em pouco tempo, e ainda pelo facto de que se ausentarem por períodos curtos, mantendo sempre as suas ligações quer à família, quer aos amigos e à própria terra. Atendendo ao estudo efectuado por JOÃO FERRÃO (1995), “*a emigração portuguesa vai-se ajustando por forma a corresponder aos requisitos sucessivamente impostos pelas diferentes fases de crescente globalização dos mercados*”, pelo que as variações migratórias serão negativas nos períodos de grande expansão económica e positivos durante as fases de recessão económica.

Outro ponto relevante nesta análise, são as grandes assimetrias regionais existentes, contribuindo para um desequilíbrio entre o litoral e as regiões do interior, levando assim, a uma migração de indivíduos para áreas de concentração urbana, industrial e de serviços. As consequências traduziram-se no aumento da desertificação desta região, com a incapacidade da mesma de gerar oportunidades dinamizadoras para a fixação da sua população jovem, levando a um estrangulamento socioeconómico da mesma.

Tradicionalmente, o território ocupado pelo P.N.M., está situado numa região designada por uma “região subdesenvolvida”. O grande isolamento, a falta de redes viárias, a ausência,

<sup>2</sup> SERRÃO, Joel – *A Emigração Portuguesa*. Ob. Cit..

<sup>3</sup> ORTIGÃO, Ramalho – *As Farpas*. Tomo X. Círculo de Leitores. Lisboa, 1980.

parcial ou total de indústrias, a desertificação acelerada devido à não fixação de jovens aliada a um aumento de envelhecimento da população, são factores que contribuíram para o estrangulamento mencionado; a situação geográfica do P.N.M. aliada a umas condições físicas pouco favorecedoras para uma boa produção agrícola, revertendo condições de vida que apenas conseguem satisfazer as necessidades básicas, levaram ao abandono, da região, de grande parte da população, em busca de melhores condições oferecidas por regiões mais dinâmicas, dentro do País ou para o estrangeiro. Este processo, altera radicalmente a estrutura demográfica da zona. O P.N.M. entra na dinâmica própria de áreas do interior abandonadas, enveredando por um processo de desertificação, envelhecimento e estagnamento.

Um dado comum às zonas do interior português é, como escreve LUCINDA FONSECA (1996), *“a permanência do esvaziamento das áreas rurais, tem conduzido à concentração da população nos aglomerados urbanos mais importantes”*. Assim sendo, verificamos que, um grande número de pessoas oriundas do P.N.M., se deslocou para os núcleos de Bragança e Vinhais. Passam assim a estabelecer a sua residência habitual nos centros mais próximos e importantes, por motivos de trabalho ou de estudos, que não podem obter na sua aldeia, regressando assiduamente ao seu lugar de origem por curtos períodos de tempo, devido aos fortes laços familiares que todos têm, para cuidar das culturas e das propriedades que ainda permanecem.

Hoje em dia, e pela construção e melhoramento das redes viárias, das infra-estruturas, existem pessoas que têm as suas casas nas aldeias, deslocando-se diariamente aos centros de Bragança ou de Vinhais para exercer a sua actividade. Com maior ou menor intensidade, este incremento dos movimentos diários ou pendulares, beneficia a actividade e rendimento individual ou familiar, a que CARMINDA CAVACO (1996), definiu como tendo um papel destacado dentro das estratégias de intervenção local *“que permitissem estancar a desertificação, fixar alguma população, reactivar as suas bases económicas e revitalizar os espaços-problema à partida”*.

Os elementos reais destes movimentos diários são:

- estudantes que frequentam o Ensino Básico – 2º e 3º Ciclo; Ensino Secundário e Ensino Superior;
- trabalhadores, que estão empregados no sector secundário, geralmente como assalariados, e no sector terciário, a maioria como funcionários públicos. Aquando da volta às suas aldeias, continuam a realizar a actividade primária.

Existem também, movimentos por parte de alguns reformados, que abandonaram as aldeias onde viviam, em busca de melhores condições de vida, dividindo, agora, a sua estadia entre a cidade e o campo, onde cada um tem a sua propriedade agrícola para a recolha, essencialmente de legumes e frutos.

A evolução demográfica no P.N.M., 1991-2001, indica-nos a tendência regressiva da mesma (Anexo 4).

O isolamento que caracterizou a vida destas gentes, levou e vinculou uma proximidade extremamente forte entre as populações, no que diz respeito a um bom relacionamento entre vizinhos devido a práticas comunitárias tendo por objectivo, optimizar o aproveitamento do solo e recursos abordados anteriormente como, a actividade agrícola e a exploração de gado. São práticas correntes deste tipo de estratégia comunitária, a manutenção de gado ovino existente nas aldeias de Deilão e Rio de Onor. Existe um agrupar de pequenos rebanhos de vizinhos, cabendo o pastoreio a quem lhe tocar o turno, ou através do pagamento a um pastor comum que desempenhe o trabalho; é também usual, a compra colectiva do boi reprodutor, nomeadamente para o gado com finalidade de produção de carne; na apanha do feno e nas cegadas a máquina ou o esforço de braços, é utilizada em favor de todos. São actividades colectivas, que ultrapassam a fronteira luso-espanhola, sendo fácil encontrar o mesmo tipo em províncias como por exemplo Sanabria e Sayago.

A estrutura espacial de povoamento, disseminado em núcleos dispersos, representa a distribuição condicionada pelos factores naturais. Estes, tiveram uma grande influência, por um lado, na exploração do solo e, por outro, na rede de comunicações viárias existente no P.N.M., contributo para a existência dos actuais desequilíbrios.

Nestes condicionalismos, temos que destacar a topografia, a qual se nos afigura por um relevo acidentado com elevadas altitudes na Serra da Corôa (1272m) e na Serra de Montesinho (1481m) e por descidas bruscas, provocando acentuados desníveis que se vão atenuando progressivamente, levando por um lado à ocupação do espaço e consequentemente cultivo das terras, e, por outro, à não ocupação da mesma. Isto acontece na Serra da Corôa, onde existem aldeias situadas perto dos 1000m, agrupadas muito próximas umas das outras e na Serra de Montesinho, onde os obstáculos para a ocupação humana se tornam mais difíceis, causando grandes vazios – Norte das freguesias de Carragosa, Espinhosela e Parâmio.

Outra consideração para estes desvios, tem origem no relevo, provocado pela situação e disposição dos rios – transversalmente sobre a Ribeira de Baçal, Rio Igrejas, Rio de Onor e Ribeira de Pereira, entre as freguesias de França, Aveleda, Babe, S. Julião, Deilão e Rio de

Onor; e o originado sobre o vale do Rio Mações ao longo da fronteira com Espanha, implicando de Norte a Sul, as freguesias de Deilão, S. Julião e Quintanilha.

No deslocar em relação ao espaço transfronteiriço, a dimensão dos aglomerados populacionais, diminuem, excepção feita a casos isolados, como sendo Moimenta, situada a NW do P.N.M., contando actualmente com 183 residentes, dos quais a população activa se ocupa, sobretudo, no sector primário. Esta aldeia, tem uma situação privilegiada, visto o acesso estar facilitado desde Vinhais pela EN: 316 e pela EN: 308, sabendo aproveitar as relações comerciais com a vizinha Espanha, comunicação feita pela fronteira das Carvalhas.

O fenómeno do abandono, desertificação e involução demográfica provocou o “*quarto processo territorial*”, a “*desarticulação do povoamento e os processos de polarização*” (CABERO, 1993). Cabero reflecte a sua análise, a um dos processos de transformação territorial, semelhante em ambos os lados da fronteira luso-espanhola.

Pela análise demográfica, podemos verificar que os núcleos populacionais que estão organizados dentro do P.N.M. são pequenos, sendo centros rurais extremamente dependentes de Bragança e Vinhais. Esta situação, confirma o abandono das terras, dificulta a dotação de equipamentos e infra-estruturas das próprias aldeias, arrastando numerosos impedimentos para a melhoria de vida dos seus habitantes.

## CAPÍTULO 3 – ESTRUTURA E DINÂMICA DA POPULAÇÃO

### 3.1. Pirâmides Populacionais

A estrutura demográfica está representada globalmente pelas pirâmides populacionais. O perfil piramidal em 1981 (Gráfico 1), mostra-nos que o grupo percentual de domínio, pertence aos grupos inferiores a 20 anos, afinilando-se as colunas em faixas etárias superiores, consequência de:

- emigrações sofridas desde os meados do século e que se mantiveram por todo o período, reflectindo-se, mais fortemente, nos grupos situados entre os 30 e os 40 anos;
- taxas de mortalidade mais elevadas nas faixas etárias superiores, ainda que se tenha que considerar os grupos de retornados com idades compreendidas entre os 50 e 60 anos.

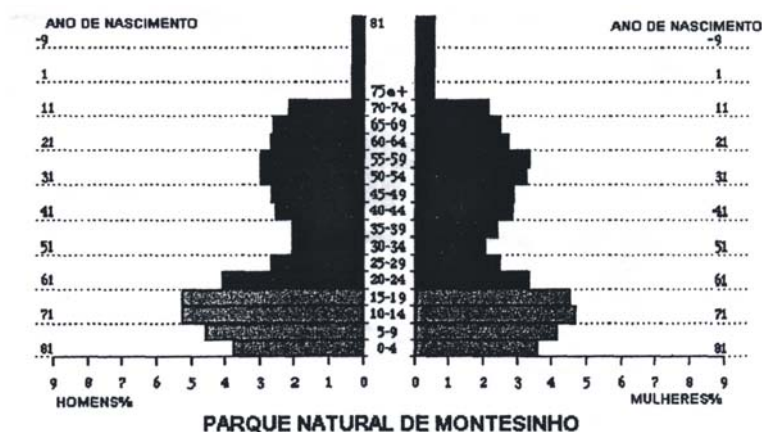


Gráfico 1 – Fonte: GAFEIRA, C., 1989

Em 1991 (Gráfico 2), verificamos que os grupos superiores a 60 anos, aumentam a sua percentagem, comparado com 1981, e o grupo de menores a 20 anos, reduzem o seu efectivo.

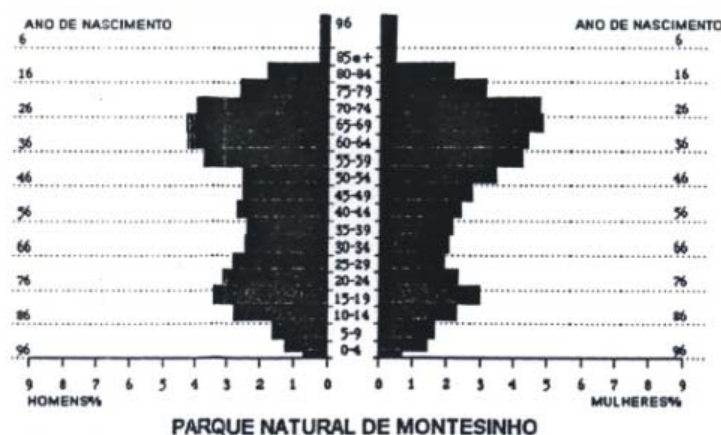


Gráfico 2 – Fonte: GAFEIRA, C., 1989

Actualmente, nas freguesias com menor número de habitantes e com um envelhecimento mais evidenciado, as pirâmides tendem a ficar invertidas, mostrando por vezes a ausência total de indivíduos nas faixas etárias mais jovens (CABALLERO, P., 1998).

A involução demográfica verificada, resulta num inevitável e progressivo envelhecimento da população. Esta situação, verifica-se ao longo do espaço transfronteiriço. Por isso, mostra-se preocupante o valor alcançado pelo grupo que constitui os habitantes com idade superior a 65 anos, quer dizer, 30,22% do total, em 1996 (CABALLERO, 1998). Esta percentagem cresce nas últimas décadas, analisando os dados facultados por Gafeira (1989 e 1995), estando este índice resumido a 14,21%, aumentando em 1991 para 24,69%.

Pelos dados de CABALLERO (1998), as diferenças presentes em 1981 indicam o envelhecimento mais acentuado da população do P.N.M. na região de Vinhais (15,81% em 1981; 31,98% em 1996), na região de Bragança (12,39% em 1981; 28,71% em 1996). Existem algumas freguesias, no concelho de Vinhais, que ultrapassam estes resultados, superando 40%, como Fresulfe (43,97%) e Santa Cruz (45,12%). O índice de envelhecimento, estabelece a relação entre os maiores de 65 anos e os menores de 20 anos, determinando o grau de envelhecimento de uma população considerando:

- Entre 0,1 e 0,2, população infantil;
- De 0,3: população jovem;
- De 0,4: população equilibrada;
- De 0,5: população madura;
- De 0,6 para cima, população envelhecida.

Desta forma, sabemos que o conjunto de habitantes daquelas freguesias, com território inserido dentro dos limites do Parque, definia-se como uma população jovem em 1981 (I.V.= 0,3), enquanto que em 1991, passa a considerar-se uma população muito envelhecida (I.V.= 1,1). Em 1996, I.V.= 1,7. Este consequente desequilíbrio etário, traz consigo uma inevitável repercussão socioeconómica, visto que uma população envelhecida é sinónimo de pessoas inactivas, factor de forte peso negativo no que respeita ao grau de dinamização da região pela baixa atracção que exercem sobre a iniciativa privada; outro parâmetro, será a frequente assistência médica e hospitalar, bem como o estarem entregues a familiares mais próximos; o pagamento de reformas, o que implica um agravamento para a segurança social. FONSECA (1996) refere: *“O progressivo envelhecimento do País assume dimensões preocupantes nalgumas regiões, podendo transformar-se num dos maiores problemas sociais do futuro. Além das consequências económicas que resultam do envelhecimento demográfico, o aumento do número de idosos poderá vir a engrossar o grupo dos excluídos da sociedade portuguesa, tomando em conta o baixo nível das pensões de reforma, o previsível agravamento das dificuldades, mesmo ruptura, no sistema de segurança social e a diminuição dos laços de solidariedade familiar entre gerações”*.

Pelos dados de CABALLERO, (1998), em 1996 existiam 40,6% grupo de indivíduos com idade superior a 75 anos, considerando o grupo que se situa em dependência funcional, com maiores gastos médicos e maior risco de mortalidade. Contudo, grande parte dos terrenos cultivados no P.N.M., devem-se a muitos destes habitantes, que continuam a lavrar as suas parcelas de terreno, culturas hortícolas e batata.

Estamos, no que podemos considerar, num meio rural. Este término identifica-se quando constatamos os valores referidos pelo INE e pela OCDE, 10000 habitantes por lugar e 150 habitantes/km respectivamente. Qualitativamente, este território carece de serviços e de infra-estruturas comparativamente a um meio urbano. Contudo, e devido ao aumento do nível de escolaridade, da recomposição socioprofissional, da intervenção dos *mass media* e da mobilidade da própria população, a situação modificou-se no que diz respeito aos valores e representações sociais. A urbanização, como modo de vida, espalha-se pelos campos, existindo cada vez mais uma convergência dos valores culturais e comportamentos entre a população urbana e rural. A divergência está reflectida sobretudo, nas diferenças de idade, na origem social e no capital escolar e cultural (FONSECA, 1996).

Em 1981, o índice de jovens dentro da área do Parque era de 35,67%, em 1991 de 22,43% e em 1996 de 17,46%. Há claramente uma inferioridade do grupo de jovens com

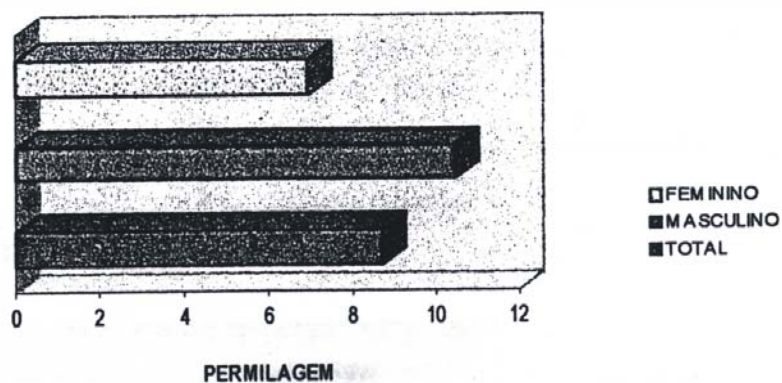


idade inferior a 20 anos, relativamente ao grupo de indivíduos com idade superior a 64 anos. A preocupação aumenta em freguesias que não chegam a alcançar 13% de jovens em relação ao total – Fresulfe (12,07%), Mofreita (12,5%), Montouto (12,97%) e Quirás (10,04%) no concelho de Vinhais – e no concelho de Bragança – Rio de Onor (4,6%). À medida que aumenta o índice de envelhecimento, diminui proporcionalmente o índice de jovens dentro do Parque. Deste modo, a relação de dependência estabelecida entre os indivíduos com idade igual ou inferior a 14 anos e os de idade superior a 64 anos, entre os habitantes do Parque, alcança o elevado valor de 0,7 em 1996, devido ao grau de envelhecimento demográfico que sofre a área

São exemplos de situações preocupantes, verificando-se cada vez mais uma situação de abandono por parte dos jovens, do meio rural, contribuindo para uma velocidade cada vez maior, na desertificação, no envelhecimento e no estrangulamento económico destas áreas.

A dinâmica natural desta população, foi totalmente alterada pelos movimentos migratórios, que, por um lado, provocaram a saída de grande parte da população em idade activa e fecunda, levando ao decréscimo da taxa de natalidade e, por outro, ao forte envelhecimento da demografia do Parque, indícios de um decréscimo da taxa de mortalidade. Neste tipo de sociedades, a mortalidade e o envelhecimento estão intimamente ligados entre si: o decréscimo da mortalidade, levou ao aumento de idosos, e, o envelhecimento, é a causa principal de morte, já que esta é uma necessidade biológica de todo o ser vivo (PRESSAT, 1983).

Quanto ao decréscimo da mortalidade nesta área, foram decisivas, as melhorias realizadas na zona durante os últimos tempos, no que se refere a infra-estruturas e comunicações (estradas, telefones, abastecimento e saneamento de águas, etc.), melhores condições nas habitações, hábitos alimentares mais diversificados e maior proximidade ao Hospital Distrital de Bragança e aos Centros de Saúde de Bragança e de Vinhais, que apresentam cuidados de saúde, com visitas de frequência determinada (semanal, quinzenal ou mensal), permitindo assim, uma atenção médica mais rápida e eficiente.



Fonte: Inquérito sobre a população do P.N.M., 1996

Gráfico 3 – Taxa de mortalidade. P.N.M.

Se o aumento da proporção de habitantes, com idade superior a 64 anos, ocasiona o envelhecimento no cimo da pirâmide, o decréscimo da fecundidade e, portanto, o decréscimo da natalidade, conduz ao envelhecimento na base.

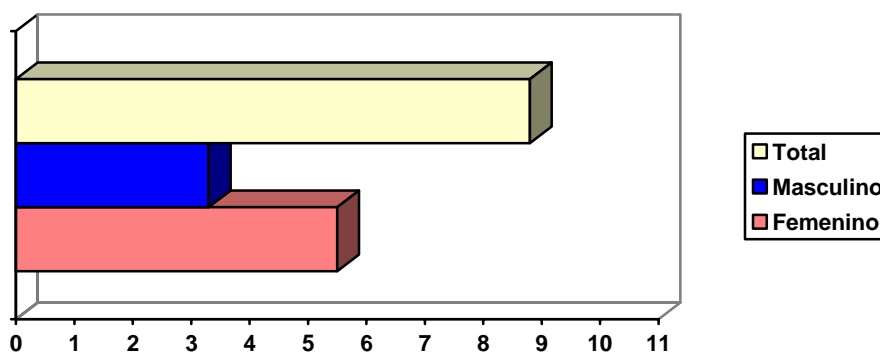
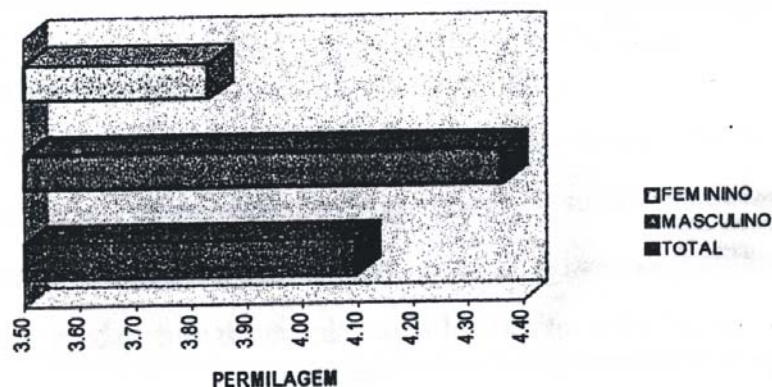


Gráfico 4 – Taxa de Mortalidade (‰) no PNM segundo os censos de 2001

Segundo os dados dos censos de 2001, (Gráfico 4), a taxa de mortalidade mantém-se praticamente invariante, situando-se nos 8,8 por mil. Tal facto deve-se às diminutas variações do nível de vida das populações em estudo.

Pelos dados de 1996, a taxa de natalidade no território era de 4,09 por mil (Gráfico 5), índice baixo, comparado com a taxa de natalidade de todo o estado português – 11,02 por mil em 1994.



Fonte: Inquérito sobre a população do P.N.M., 1996

Gráfico 5 – Taxa de natalidade. P.N.M.

O decréscimo da natalidade no mundo rural, encontra explicação, nos movimentos migratórios, que implicam uma saída continuada de indivíduos em idade fértil.

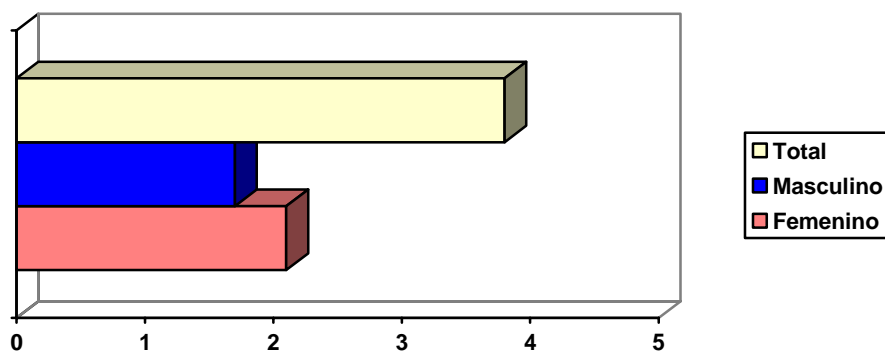


Gráfico 6 – Taxa de Natalidade (%) no PNM segundo os censos de 2001

A taxa de natalidade, segundo os censos de 2001, é de 3,8 por mil. Relativamente aos dados de 1996, verifica-se um decréscimo de 0,3 décimas. Tal facto deve-se ao permanente êxodo rural que se verifica nos dados dos censos de 2001. A taxa de natalidade no PNM é um terço da taxa de natalidade nacional que se situa nos 12 por mil.

### 3.2. Sectores de Actividade no Parque Natural de Montesinho

Com o findar dos anos setenta e início dos anos oitenta, assistimos a uma alteração na estrutura do mundo rural, modificando-se em consequência do crescimento urbano e industrial. Estes factores, determinaram a criação de uma nova estrutura regional e, mais concretamente, sobre os espaços agrários, traduzindo-se, esta nova estratégia num decréscimo populacional.

Em Portugal, o fomento do crescimento económico, foi apoiado por diferentes políticas governamentais que promoveram a sua concentração, nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, diluindo-se para os territórios que se encontram perto dos principais eixos de circulação.

O descuido de outras actividades económicas, levou aos desequilíbrios sectoriais e regionais, em detrimento do sector agrário e de aquelas áreas que dele se sustentavam. Contudo, as maiores alterações económicas, sociais, demográficas e culturais, produziram-se com a adesão de Portugal à Comunidade Europeia, agravando a situação do mundo rural.

PEDRO HESPANHA (1996) afirma, a generalização de “*um estado de espírito de grande pessimismo onde a orientação e o desânimo se misturam com o descontentamento e a revolta*”. Para ele, existem quatro pontos inter-relacionados, que resumem as mudanças estruturais que levaram a configurar a situação de crise que afecta o mundo rural:

- 1 - Os efeitos directos da integração europeia na economia do sector agrícola português;
- 2 - O processo de modernização acelerada e compulsiva nas estruturas, instrumentos burocráticos e em todos os sectores da vida social portuguesa;
- 3 - A redução da intervenção estatal no domínio agrícola;
- 4 - A reforma da Política Agrícola Comum (PAC), por inverter os objectivos e filosofias das políticas estatais de modernização das explorações, da intensificação da produção agrícola e de um desenvolvimento rural sustentado.

Estas situações, deram lugar, a graves alterações no mundo rural, havendo uma dupla ruptura: por um lado, o efeito sobre uma política agrária proteccionista e, por outro, dentro do mundo rural, a crescente independência entre a agricultura e o próprio espaço rural.

Em Portugal, o desenvolvimento agrícola, baseou-se na modernização e mecanização de certas áreas, marginalizando outras possibilidades e outras unidades fundiárias, menos compatíveis com as dimensões das máquinas. Assim, várias áreas foram abandonadas, houve um decréscimo demográfico e económico, passando a ser particularmente dependentes de fluxos externos de capitais e de iniciativas de desenvolvimento (CAVACO, 1996).

O P.N.M., com as características demográficas, sociais e económicas apresentadas, ligadas a um sector agrário de subsistência, familiar, de baixa produtividade, as suas estratégias de inverter o processo só serão viáveis se optar pelas alternativas que garantam o desenvolvimento sustentado e integrado do território. Uma intervenção integrada, tal qual se pretende, assenta basicamente, num entendimento comum dos problemas do desenvolvimento e numa tentativa de lhes dar solução eficaz no quadro de uma actuação conjunta que

congregue vontades, esforços, políticas e recursos humanos, técnicos e financeiros. Daí que o planeamento de uma estratégia desta natureza, bem como a sua operacionalização não se possa fazer em gabinetes dos departamentos, com responsabilidades no desenvolvimento. De igual modo, respostas meramente pontuais e sectorizadas, por mais bem intencionadas que sejam, não resolvem os problemas de fundo, que só um empenhamento colectivo pode enfrentar.

O desenvolvimento local/rural implica múltiplas dificuldades. Como diz CARMINDA CAVACO (1996): *“vão da identificação de recursos valorizáveis no presente, às condições de mobilização dos mesmos (capacidade de inovação e organização; forças endógenas e exógenas) e às forças de inércia e de oposição (ordem social estabelecida, mentalidades, sistemas de valores). Para além da resolução de problemas referentes a infra-estruturas, equipamentos, acessibilidades e de qualidade de vida, importa definir as convenientes estratégias económicas e o reinventar ou renovar de actividades e modos de vida”*.

O desenvolvimento económico e o aparecimento de trabalhos não agrícolas, levou ao abandono das terras, mantendo-se uma actividade agrícola parcial. As estruturas agrícolas *“trabalhadas a tempo parcial”*, são um factor importante na fixação dos mínimos de população, imprescindíveis para a conservação e protecção do meio ambiente (CAVACO, 1996). Ao mesmo tempo, assistimos a uma diversificação da actividade agrícola e ao impulso colectivo da valorização dos produtos locais, contribuindo para o incremento de estratégias de desenvolvimento das regiões e a articulação do território.

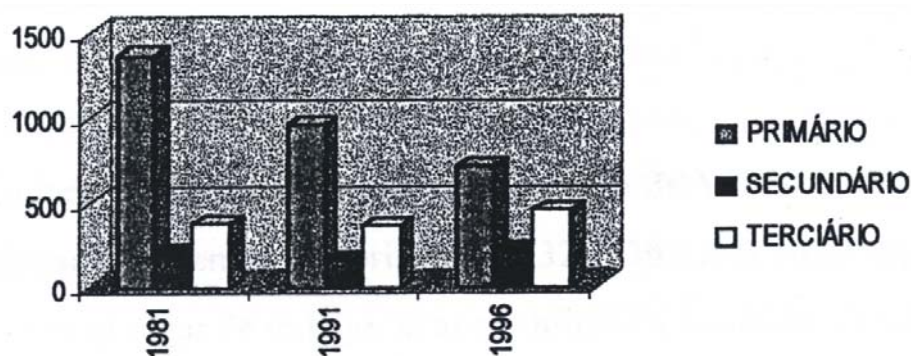
### **3.3. Situação da População/Emprego**

A taxa de actividade do P.N.M., experimentou ligeiras variações desde o ano 1981. Em função dos dados do INE de 1981 e 1991 (Gafeira, 1995) e dos dados recolhidos sobre a população em 1996 por CABALLERO (1998), podemos observar que a taxa de actividade em 1981 correspondia a 290,56 por mil, passando em 1991 a 300,15 por mil, alcançando em 1996, 309 por mil. São proporções baixas, visto que estão directamente relacionadas com o processo de envelhecimento e, sobretudo, com o decréscimo de jovens na zona.

A tendência da ocupação exercida pelos economicamente activos – dados recolhidos do INE de 1981 e 1991, e os dados recolhidos sobre a população do PNM em 1996, por CABALLERO (1998) – mostram como o sector primário decresceu 15%, no período 1981 a 1996, ainda que seja o sector em situação mais privilegiado, relativamente aos outros sectores de actividade, no que diz respeito à ocupação activa.

Em 1981, o sector primário, no P.N.M., ocupava 2753 pessoas (75%), decrescendo para 1985 pessoas (69%) em 1991, e em 1996, este número reduziu para 1446 pessoas (60%). O decréscimo do sector primário, favorece a proporção do sector secundário, que aumenta 5%, no período compreendido entre 1981 a 1996, e, sobretudo, do sector terciário, que aumenta para o dobro, relativamente ao sector secundário, 10%, durante o mesmo espaço de tempo. O sector secundário, resumido praticamente ao sector da construção, que em 1981 contava com 333 (9%) indivíduos empregados, em 1991 diminui o número (252), com proporção igual (9%), para incrementar-se em 1996, tanto em número (353), como em proporção (14%). O sector terciário, causa de investimentos públicos e privados realizados dentro do território, sobretudo depois de ser declarado Parque Natural em 1979, e pela expansão de serviços – públicos e privados – que se instalaram em núcleos próximos de Bragança e de Vinhais, é a actividade, que maior capacidade de crescimento vem apresentando desde 1981, com ocupação de 598 indivíduos (16%), aumentando para 636 (22%) em 1991, e, 645 (26%) em 1996, dando-nos uma percepção clara, da evolução esperada.

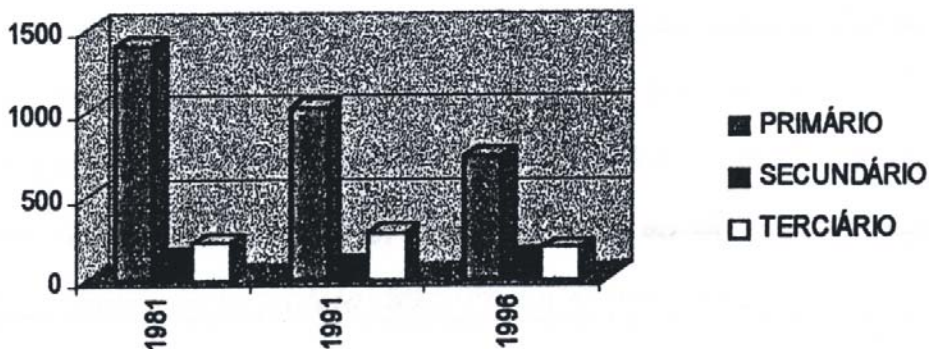
Quanto à distribuição por concelhos, o concelho de Bragança experimenta uma regressão, durante o período 81-96, na proporção de empregados no sector primário, de 20%, favorecendo, principalmente, o sector terciário, que aumenta 14%, e em menor medida, o sector secundário, que aumenta os seus efectivos em 6% (Gráfico 7).



Fonte: GAFEIRA, C., 1995. Inquérito sobre a população do P.N.M., 1996

Gráfico 7 – Evolução da população activa do concelho de Bragança por sectores de actividade

No concelho de Vinhais, no mesmo período, há uma diminuição do número e de percentagem dos indivíduos que se ocupam do sector primário – 10% – relativamente ao sucedido em Bragança. O incremento dos sectores secundário e terciário, também é menor, aumentando 5% (Gráfico 8).



Fonte: GAFEIRA, C., 1995. Inquérito sobre a população do P.N.M., 1996

Gráfico 8 – Evolução da população activa do concelho de Vinhais por sectores de actividade

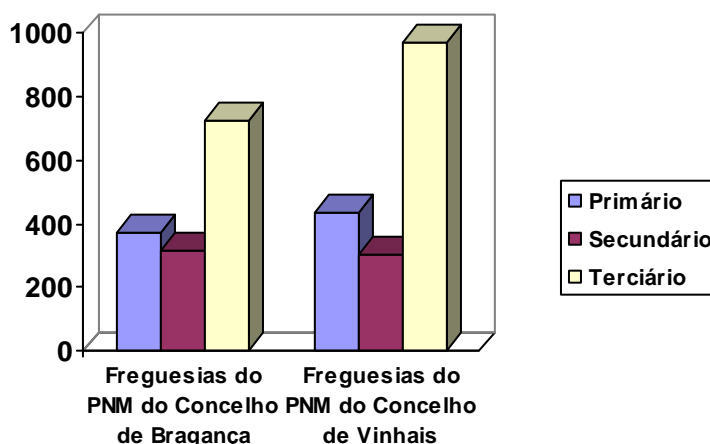


Gráfico 9 – Distribuição da população do PNM pelos sectores de actividade em 2001

Independentemente do sector terciário ser predominante ultrapassando 50% da população activa em ambos os concelhos, tal facto deve-se que a freguesia de Vinhais ser sede do concelho e aglomerar os serviços administrativos e por outro lado as freguesias limítrofes do município de Bragança serem caracterizadas como dormitórios da população activa que desempenha funções no sector terciário. O sector secundário apresenta uma ocupação igual aos dados associados entre 1991 e 1996. O sector primário apresenta um ligeiro decréscimo no que concerne aos dados de 1991 e 1996, consequência da população activa ter passado a inactiva.

### 3.4. Sectores de Actividade

#### 3.4.1. Sector Primário

Nas freguesias do PNM, excluindo a freguesia de Vinhais e as freguesias limítrofes da freguesia de Bragança, o sector primário, é a principal actividade económica e social das populações do P.N.M.. Devido às características físicas da zona, bem como ao isolamento a que estas populações estiveram votadas, ao longo os anos, deu lugar a uma agricultura de subsistência, pobre, de baixos rendimentos, baseado numa *“agricultura de batata-centeio-pecuária das zonas de montanha, com uma rotação bienal de batata-centeio nas terras aráveis, em que a batata para semente é a cultura principal, tendo uma apreciável e diversificada pecuária de bovinos, ovinos e caprinos alimentada pela extensão de lameiros e de terrenos de pastagens baldias”* (MOREIRA, 1984). As culturas de milho e nabo, têm como principal utilidade, a alimentação do gado, principalmente, o gado bovino; os lameiros, são explorados para a alimentação do gado, servindo para épocas de maior adversidade climática (gado estabulado) e também para pasto (estão dominados por gramíneas espontâneas); os produtos hortícolas, estão destinados, quase na sua totalidade, no consumo do agregado familiar. Para o seu cultivo, utilizam-se, terras fertilizadas com estrume dos animais; a vinha, ainda é suficientemente representativa nas explorações agrícolas, principalmente naquelas localizadas a cotas inferiores a 800m e zonas abrigadas. Deste cultivo, extrai-se o vinho e a aguardente, ambos de fabrico caseiro, destinando-se essencialmente a consumo próprio, sendo vendidos os excedentes.

O gado, apresenta um grande relevo na zona. Segundo PIRES e MOREIRA (1995), este centra-se principalmente em:

- ovinicultura: são geralmente de raça Churra Galega Bragançana, com exploração extensiva; é uma raça corpulenta e boa capacidade de produção de carne;
- caprinicultura: com um tipo de exploração mais extensivo, que os ovinos.
- bovinicultura: têm como base, a raça Mirandesa, a partir da qual se efectuam cruzamentos com outras raças autóctones ou outras raças exóticas.

Outra actividade, a que as populações se dedicam, é a apicultura, produzindo mel para consumo próprio e para comercialização, sendo considerado de alta qualidade. A produção de animais domésticos: suinicultura, com destaque para o porco bísaro, relevante na qualidade da sua carne, para a obtenção do tradicional fumeiro e a avicultura, dedicada para a produção de ovos e carne.



Nas áreas de menor altitude, flutuando entre os 700-800m a 900m, as plantações de castanheiro, contribuem para uma produção mista de madeira e castanha, tendo cada vez mais relevo, no panorama socioeconómico da região.

A vegetação arbórea, segundo as características ecológicas da região, é constituída maioritariamente por *Quercus pyrenaica*, *Quercus rotundifolia*, e, em menor abundância, *Quercus faginea* (RODRIGUES e COSTA, 1995). São extremamente importantes, visto contribuírem com as folhas para as camas dos animais, com lenha, para queimar no inverno e madeira, destinada ao comércio.

Em 1996 o sector primário empregava 60% do total da população activa, percentagem que aumenta dentro do concelho de Vinhais para 69%, enquanto que no concelho de Bragança, diminui para 51% (CABALLERO, 1998).

#### **3.4.1.1. Apoios destinados ao Sector Primário**

Por ser um sector desfavorecido, numa área desfavorecida, existem uma série de ajudas comunitárias, estatais, regionais ou de outro tipo, destinadas o à manutenção, melhoria e desenvolvimento, dentro das possibilidades existentes, contribuindo para a ocupação e ordenamento do território, bem como, para o cuidado na conservação e preservação do meio ambiente.

A União Europeia concedeu uma série de Medidas Agroambientais, cujo objectivo principal centra-se no evitar da degradação ambiental, devido às diferentes actividades primárias e a sua aplicação em Portugal. O programa reúne uma série de medidas estruturadas em quatro grandes grupos:

- 1 - Diminuição do efeito contaminante da agricultura.
- 2 - Extensão e/ou manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais extensivos.
- 3 - Conservação dos recursos e da paisagem rural.
- 4 - Formação profissional.

Por outro lado, o PAMAF (Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal), criado no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio (1994-1999) para as intervenções comunitárias relativas a Portugal, tem como principais objectivos, reforçar a capacidade competitiva do sector, a viabilidade económica das explorações agrícolas e a preservação dos recursos naturais e do ambiente, através das seguintes medidas:

MEDIDA 1 – Infra-estruturas agrícolas.

MEDIDA 2 – Apoio às explorações agrícolas.

MEDIDA 3 – Vegetação arbórea.

MEDIDA 4 – IED, formação e organização.

MEDIDA 5 – Transformação e comercialização.

Na zona da Terra Fria, actuam a MONTEVAL (Associação para o Desenvolvimento Agrícola e Rural da Terra Fria) e o Centro de Gestão da Empresa Agrícola da Terra Fria, cujos objectivos se orientam no desenvolvimento agrícola da mesma.

#### **3.4.1.2. Produtos com certificado de qualidade**

O cariz multifuncional do sector agrário, conduz a uma diversificação de produtos que apostam cada vez mais na qualidade. Assim, começaram a ter grande relevo, os produtos de tecnologia caseira, destacando-se o presunto e os enchidos, do famoso fumeiro, que se pode adquirir na feira anual do fumeiro, celebrada em Vinhais, principalmente, o salpicão e a chouriça de carne, que pela sua notoriedade, consequência das características únicas, conseguissem uma protecção comunitária, como Indicação Geográfica Protegida (I.G.P), reconhecida através do despacho 139/96 de 30/12/96, vindo a permitir a certificação destes produtos. Hoje, são produtos certificados, evitando assim a descaracterização e salvaguardando a genuidade dos mesmos.

O mel do P.N.M., é também um produto de qualidade, estando o estatuto de Organismo Privado de Controlo e Certificação, entregue à Associação dos Apicultores do P.N.M., pelo aviso publicado no D. R. nº29, de 04/02/94. Neste Despacho, foi reconhecida a Denominação de Origem Protegida (D.O.P).

A castanha da Terra Fria, os ovinos da raça Churra Galego Bragançana e os bovinos da raça Mirandesa são também produtos D.O.P, registados e protegidos pelo regulamento (CE) nº1107/96, de 12/06 e pelo regulamento (CE) nº1236/96 de 01/07.

#### **3.4.2. Sector Secundário**

O desenvolvimento do tecido industrial português, ocasionou graves assimetrias espaciais, visto se ter verificado uma concentração do crescimento no litoral. A periferia fronteiriça, ficou relegada para um estado de letargia prolongada, perante um dinamismo industrial e económico das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

O sector da construção é o grande empregador de grande parte da mão-de-obra, dentro do PNM. Basicamente, nos núcleos de Bragança e Vinhais, esta situação repete-se: *“O tecido industrial em Bragança (e mesmo em todo Trás-os-Montes) não tem “tradição” (ressalvada a forte industrialização do município verificada no século XVIII), tendo-se desenvolvido como resposta a uma procura local, com poucas exigências tecnológicas (como a indústria de construção civil ou as indústrias de alimentação). Com excepção de alguns ramos da indústria alimentar, nenhuma das empresas tem volumes de exportação significativos, mesmo considerando a nível regional”* (PDM-Bragança, 1994).

Devido ao grande número de emigrantes, verificou-se, dentro do Parque, uma certa urbanização deste mundo rural. Isto implicou, a destruição de casas velhas que mantinham a linha tradicional. Neste contexto, o Gabinete de Arquitectura do P.N.M., propôs uma série de ideias para renovar ou construir as casas de um modo mais económico e rápido, aumentando a comodidade, proporcionando e mantendo a tradição do espaço e a qualidade ambiental do local onde se integra (GUERRA, 1994).

Para além do sector da construção, o PNM, conta com o potencial das indústrias agroalimentares e de artesanato, dedicadas à produção de “artes” tradicionais, como são: as peças criadas a partir da lã ou linho, mediante a tecelagem: mantas, colchas; utilidade agrícola; cestaria; miniaturas decorativas de pedra, barro ou madeira; instrumentos musicais: gaita de foles; etc. Este tipo de indústrias, utilizam métodos de transformação e tratamentos das matérias primas não contaminantes, pelo que contribuem de forma muito significativa para o desenvolvimento económico do território e, ao mesmo tempo, respeitando o meio onde se integram.

Este sector em 1996 empregava 14,44% da população activa do total do PNM, 15,90% no concelho de Bragança e 12,55% no concelho de Vinhais (CABALLERO, P., 1998).

### **3.4.3. Sector Terciário**

No sector terciário, e dentro do Parque, ocupou em 1996, 26,39% da população activa (CABALLERO, 1998). Estes dados, diferem bastante por concelhos, já que no concelho de Bragança, ocupa 32,80% do total, enquanto que no concelho de Vinhais, representa 18,02% do total. Esta evolução, dá-se devido, por um lado, ao grande impulso de serviços públicos e privados, nas capitais dos concelhos, e, por outro, ao atractivo turístico que exerce o Parque, pelas suas paisagens, fauna, flora, artesanato e comidas tradicionais.

São várias as freguesias que em 1996, superam os 35% da população activa empregada no sector terciário: Baçal (45,76%), Donai (47,01%), Espinhosela (35,42%), França (42,25%), Gimonde (50,63%), Meixedo (44,44%), Sobreiró de Baixo (45,12%) e a aldeia de Rio de Fornos (38,46%) (CABALLERO, 1998).

## **CAPÍTULO 4 – INFRAESTRUTURAS**

### **4.1. A Rede Viária**

A rede de comunicações terrestres do P.N.M., está estruturada por estradas nacionais, caminhos municipais e florestais. Actualmente, as estradas encontram-se todas asfaltadas, chegando a todas as aldeias.

Estruturalmente, a rede viária insere-se no terreno tendo como base o cerne do distrito, que é Bragança, e Vinhais, como capital do concelho. A via de comunicação é a EN 103. Contudo, a localização das aldeias e o relevo acidentado, provocam os estrangulamentos mais marcantes e mais preocupantes, levando a elevados custos.

Para um entendimento mais rápido, podemos esquematizar a estrutura, estabelecendo uma divisão entre Este e Oeste a partir da cidade de Bragança e seguindo em direcção ao Norte pela estrada EN: 103-7 (Bragança/Portelo), terminado na fronteira que faz comunicação com Espanha (Fronteira do Portelo).

No sentido Este de Bragança, a distância por estrada entre as aldeias, é maior, do que na zona a Oeste de Bragança; o relevo pronunciado e o encadeamento dos cursos de água, dificultam a comunicação entre estas aldeias, que por vezes até se encontram próximas. É a presença dos rios Sabor, Onor e as ribeiras de Baçal e Pereira, que condicionam as comunicações. Isto provoca a disposição longitudinal das estradas que partem de Bragança, ou da estrada que comunica com Quintanilha, EN: 218-1.

No sentido Oeste de Bragança, a rede de estradas estrutura-se por circuitos que desembocam em vias longitudinais, orientadas até Bragança ou até Vinhais. Um primeiro circuito, definido pela estrada EN: 308-3, que desde Bragança percorre as aldeias situadas entre a ribeira de Santa Catarina, rio Baceiro, Ribeira de Ferragosa e rio Tuela. A estas se juntam as aldeias de Sta Cruz, Prada e Quintela, situadas na vertente Oeste do vale formado pelo rio Tuela. Este circuito, enlaça com a estrada EN: 103 que liga Bragança e Vinhais. Um segundo circuito, separado do primeiro, na metade sul, pelo rio Trutas e na metade Norte, pelo rio Tuela, parte desde Vinhais e percorre as aldeias que se encontram entre os rios Trutas, Tuela e Rabaçal, enlaçando com a estrada EN: 103-6. Por último, a estrada EN: 509, que liga as aldeias de Lomba – freguesias de Quirás e Vilar Seco de Lomba.

Para além das estradas, existem outros caminhos que vão sendo preservados pelo PNM, de extrema importância, estabelecendo as comunicações dentro do próprio Parque, bem como facilitar actividades desportivas, como é o cicloturismo.

Com a entrada na União Europeia, houve a dissolução progressiva das fronteiras, criando-se as condições económicas para originar os fluxos económicos, aumentando a capacidade de desenvolvimento e melhoria de vida.

#### **4.2. Transportes Aéreos**

Perto da aldeia de Sacoias, freguesia de Baçal, localiza-se o aeródromo de Bragança, comunicando com o mesmo, pela estrada EM: 531 e pela EN: 218. Os voos são regulares e diários, facilitando o acesso ao litoral, à cidade de Lisboa e Porto, permitindo também, ligações internacionais, geralmente de carácter turístico.

#### **4.3. Transportes Rodoviários**

Relativamente ao acesso das aldeias, os meios de transporte rodoviários, são efectuados por três empresas:

- Empresa Emílio Martins, que faz a ligação entre Bragança e Zoio;
- A Empresa J.R. que faz a ligação entre Bragança e Zeive; Bragança e Portelo e a ligação de Bragança com Paradinha de Outeiro e também com Quintanilha;
- A Empresa Santos faz a ligação entre Bragança e Paradinha Nova, e a ligação de Bragança com Grijó de Parada;

Apesar de não efectuarem grande número de viagens, já é um meio de transporte que permite à população deslocar-se, tendo em conta as necessidades de cada um.

#### **4.4. Abastecimento de Águas e Saneamentos**

O abastecimento de água potável, chega a todos os habitantes de cada aldeia do P.N.M., ainda que somente 27 aldeias estão servidas de saneamento. A dispersão de habitantes por pequenos núcleos, é um entrave na satisfação dos mesmos (Anexo 5).

#### **4.5. Recolha de Lixo**

A recolha e tratamento de lixo são feitos através do depósito em 353 contentores, distribuídos pelas aldeias do P.N.M. (Anexo 6).

---

---

## **PARTE II**

### **OS SISTEMAS PRODUTIVOS**

---

---





*Ogado, farto, bebia;  
E eu deixava-me correr  
Naquele suave prazer  
Que me levava consigo...  
Eu não tinha que fazer,  
E o gado tinha pascigo.*

*A noite, então, vinha mansa  
Cobrir a lã das ovelhas;  
Era um telhado de telhas  
Furadas ou embutidas  
De luzes muito vermelhas  
Por todo o céu repartidas.*

*Mas a ribeira secou.  
Não sei que praga lhe deu  
Que no leito onde correu  
Há pedras e maldição.  
E o meu rebanho morreu  
De sede e de mansidão.”*

MIGUEL TORGA (1999)



## CAPÍTULO 5 – Os Sistemas Produtivos Locais

### 5.1. Os Sistemas produtivos e o desenvolvimento endógeno

A procura de soluções para o insucesso do modelo de desenvolvimento funcional levou investigadores (e governantes) a olhar para os territórios onde redes de empresas, frequentemente PME, ultrapassaram a crise económica iniciada nos anos setenta e conseguiram competir no circuito global de produção.

Pelo seu desempenho, estes sistemas de pequenas empresas foram apontados como um caso paradigmático de desenvolvimento endógeno. Constituíram-se em torno de uma forte especialização produtiva, não apenas com base na preponderância de um sector ou segmento de produção, mas num sistema produtivo ligando vários segmentos e ultrapassando frequentemente a dimensão local (GAROFOLI, 1994). Na base da sua organização, esteve uma acentuada divisão do trabalho entre as empresas que criou uma densa rede de interdependências produtivas, intra e intersectoriais, proporcionando baixos custos de transacção.

Neste sistema, o tipo de relações existentes entre as empresas não favoreceu o surgimento de uma empresa líder a controlar o processo produtivo, mas antes relações de simultânea cooperação e concorrência que construíram uma atitude de “tentativa e erro” no desenvolvimento de soluções produtivas. Como esta atitude favorece a aprendizagem pela imitação ou adopção de práticas testadas, dá origem a um sistema de circulação de informação que estimula a divulgação das inovações (e das oportunidades de mercado). Cabe, no entanto, salientar que a formação destes sistemas assentou em características socioeconómicas específicas, fruto de uma sedimentação histórica de conhecimentos e técnicas de produção, o que coloca algumas questões sobre a transferibilidade destes modelos para outras regiões.

A formalização destes espaços num modelo de desenvolvimento foi feita em torno da noção de *sistema produtivo local*. Estes são espaços caracterizados pela especialização produtiva, geralmente com tradição industrial de base local cuja origem se encontra num quadro de especialização relativamente artesanal, e cuja evolução foi construída por lentos processos de inovação na sedimentação duma cultura técnico-industrial, o que é fonte duma forte identidade sócio-cultural. Como refere José Reis, são espaços com uma dinâmica local própria e reordenadora ds estímulos exterior, em que uma capacidade de organização

colectiva gera economias de aglomeração (REIS, 1992). Na sua “versão” mínima, exercem uma capacidade de *atração* de investimento e de ligações comerciais. Mas existem espaços de tipo mais evoluído, como os de Garofolli denomina de *áreas sistema* (GAROFOLLI, 1994). São caracterizados por uma intensa divisão do trabalho e uma progressiva diversificação do sistema produtivo com fortes relações entre as empresas, tanto intra-sectorialmente como intersectorialmente.

Um dos elementos chave destes sistemas é a *flexibilidade produtiva*, baseada na pequena dimensão das unidades produtivas, nas relações entre empresas e na rapidez com que o sistema consegue responder às mutações dos mercados. O outro é a existência local de economias de escala, o que concede a estes sistemas uma vantagem associada às grandes unidades produtivas. O adensamento da cooperação entre empresas dá origem a uma especialização progressiva e a uma integração vertical cujos resultados são geralmente a produção local de tecnologia e o desenvolvimento de uma estrutura de serviços associados ao *marketing*, I&D, capital de risco e estratégias comuns de exportação, entre outras. Também cria um sistema de circulação de informações que favorece o surgimento continuado de inovação, o que associado às características anteriores, cria uma cultura técnica própria em que o sistema produtivo local é capaz de gerir o seu próprio processo de desenvolvimento e transformação, ou como chama José Reis, um sistema com capacidade de *estruturação sistémica* (REIS, 1992: 103).

Em conclusão, como características comuns a todos estes espaços, temos um sistema produtivo local integrado num meio com as suas normas, valores e cultura próprias, e que coloca um conjunto de actores sociais em ligação com as empresas desse sistema.

Um dos principais factores de competitividade apontados é a organização local da produção, em que empresas especializadas em partes do processo produtivo formam uma *estrutura de rede*, que permite explorar o potencial de desenvolvimento local (os recursos económicos, sociais, culturais). O modelo de organização das empresas locais em rede pode definir-se como um sistema de relações e contactos que vinculam as empresas/actores entre si, para partilha de bens, informação ou tecnologia, e que estão para além de simples trocas de mercado ou de relações hierárquicas numa empresa, pelo carácter de reciprocidade e interdependência (VASQUEZ BARQUERO, 1999). São vários os tipos de redes sobre os quais uma extensa literatura se tem debruçado, interessando aqui sobretudo as redes de empresas que se constituem assentes numa estratégia definida ou pelo menos numa participação activa. E é nesta estrutura de rede que reside o centro do processo de acumulação de capital dos sistemas

produtivos locais: uma estrutura que gera economias de escala, *externas às empresas mas internas ao sistema produtivo local*, e que leva à redução dos custos de transacção.

O que gera esta dinâmica da economia local é a dinâmica do seu meio: as interacções entre empresas, fornecedores e clientes, criam mercados internos e áreas de encontro onde se trocam produtos, serviços, informações e conhecimento e se estabelecem relações de simultânea cooperação e concorrência; pelo que mais do que simples dinamismo, esta é uma forma de regulação (ou governância) do sistema local.

Mas são muitos os desafios que hoje a globalização da economia coloca aos sistemas produtivos locais, e as histórias de sucesso dos anos oitenta bem podem ser as “regiões que perdem” do século XXI. É pois da capacidade de se relacionarem com o exterior e estabelecerem ligações para lá dos limites geográficos do sistema, de produzirem conhecimento e inovação, de se reinventarem face ao que os rodeia que depende a capacidade de competir dos sistemas produtivos locais.

Num sistema de produção localizado, que engloba vários actores como empresas, centros de investigação e formação, associações profissionais e locais, organismos públicos, entre outros, a influência do meio traduz-se num acréscimo de confiança que facilita a cooperação entre estes actores, permitindo soluções que impulsionam a evolução tecnológica e, por último, os ganhos de produtividade. O meio é assim um catalizador que surge ligado ao sistema produtivo – é o factor distintivo de desenvolvimento.

A utilização do conceito de “meio inovador” permitiu conhecer melhor os mecanismos de desenvolvimento territorial (CAMAGNI *et al.*, 1999), ao estudar as relações das empresas com os territórios no processo de inovação, o papel das redes locais neste processo e a sua interacção com o exterior, e os processos de aprendizagem colectiva.

Os sistemas produtivos locais das “regiões que ganham” organizam-se em torno de dois eixos:

- A **coesão interna**: capacidade de os vários actores do sistema conceberem uma estratégia comum de desenvolvimento;
- A **abertura ao exterior**: a capacidade de o local estabelecer contactos externos e aceder às dinâmicas de desenvolvimento globais.

Na base destes dois eixos está o conceito de densidade institucional<sup>4</sup>, essa característica que, assente nas relações de proximidade, assegura a coesão dos sistemas produtivos locais

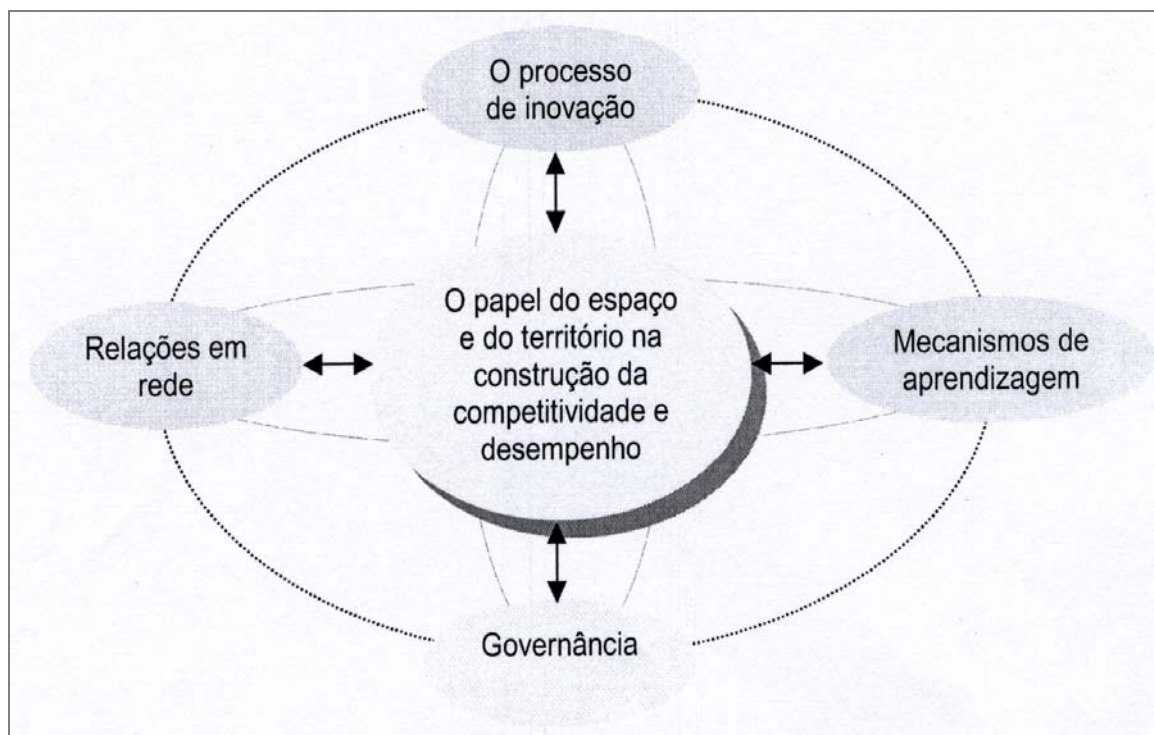
---

<sup>4</sup> Segundo AMIN e THRIFT (1994), quatro factores contribuem para a densidade institucional de uma região. Em primeiro, uma presença institucional forte que inclua actores tais como câmaras de comércio, autoridades locais, agências de

pela lógica de acção colectiva fundada nas convenções e instituições locais, e deste modo, funciona como ponto de partida para os territórios construírem os seus processos de desenvolvimento.

Esta é a relação em que se articula o desenvolvimento territorial. Contudo, será necessário criar as competências fundamentais para a competitividade dos sistemas produtivos (BRAMANTI, 1999):

- **Inovação; learning (aprendizagem); redes; governância.**



Fonte: Bramanti (1999: 640)

Figura 5 – O emergente papel do território: uma visão diafragmática dos quatro factor-chave

A **inovação** é vista como o motor de crescimento. Todo o tipo de mudanças de carácter benéfico, sejam elas técnicas (novos produtos ou melhorias nos existentes), organizacionais (métodos de gestão) ou institucionais (mudanças de hábitos ou mentalidades) (MAILLAT e KÉBIR, 1999), serão um vector para o desenvolvimento.

DRUCKER (1994) refere que, “a inovação é a ferramenta específica dos empresários empreendedores, tendo como finalidade, explorar as mudanças como uma oportunidade para um negócio diferente”, razão pela qual “os empresários inovadores devem investigar

---

desenvolvimento, institutos educacionais e voluntariado local. Em segundo, um nível elevado da interacção entre estas instituições. Em terceiro, é a existência das estruturas bem definidas para uma representação colectiva agregadora que ajude a minimizar o localismo. Em quarto, é a força do consenso em torno de uma estratégia comum de desenvolvimento para a região.

*conscientemente, as fontes de inovação, as mudanças e os sintomas de oportunidade, para fazer inovações com êxito, e devem conhecer e aplicar os princípios da inovação”..*

A inovação, é também um instrumento que pode melhorar o funcionamento de empresas e instituições, elevar a sua capacidade competitiva e dos territórios em que elas estão inseridas, melhorar a qualidade de emprego e a sustentabilidade ambiental, ajudando a superar os riscos de uma globalização. Cada vez mais, se associa a inovação, com os territórios, onde existem recursos (humanos, de capital, conhecimento, infra-estruturais, etc.) suficientes e de qualidade, assim como, agentes locais e/ou regionais, tanto públicos como privados, capazes de os valorizar.

O conceito de “meio” inovador, corresponde a um conjunto de relações territorializadas e ligadas ao seu exterior, ao ambiente tecnológico e ao mercado, que ao integrarem saberes, normas e valores, constituem um capital “relacional” e uma matriz de desenvolvimento que produz competências distintivas próprias, ou dito de outro modo, locais.

Num sistema de produção localizado, que engloba vários actores como empresas, centros de investigação e formação, associações profissionais e locais, organismos públicos, entre outros, a influência positiva do meio traduz-se num acréscimo de confiança que facilita a cooperação entre estes actores, permitindo soluções que impulsionam a evolução tecnológica e, por último, os ganhos de produtividade. O meio é assim um catalizador que surge ligado ao sistema produtivo – é o factor distintivo de desenvolvimento.

A utilização do conceito de “meio inovador” permitiu conhecer melhor os mecanismos de desenvolvimento territorial (CAMAGNI *et al.*, 1999), ao estudar as relações das empresas com os territórios no processo de inovação, o papel das redes locais neste processo e a sua interacção com o exterior, e os processos de aprendizagem colectiva.

A importância dos recursos imateriais e do conhecimento nas dinâmicas de desenvolvimento tem vindo a acentuar-se com a globalização da economia, no sentido em que proporcionam as vantagens competitivas necessárias na relação do local com o exterior, o que nos diz sobre a importância desta abordagem para o debate em torno do desenvolvimento endógeno. Como uma das características fundamentais dos modelos de desenvolvimento endógeno é autonomia local, no sentido em que os actores locais possuem algum controle sobre o processo produtivo e a capacidade de incorporar e transformar a informação vinda do exterior, é a capacidade do meio produzir inovação que pode revelar-se como a base dessa autonomia. De resto é Aydalot, que embora crítico em relação às teses do desenvolvimento local baseadas num desenvolvimento autocentrado e comunitário (PEYRACHE-GADEAU,



1999), realça a importância do que poderá ser uma “teoria dos dinamismos locais” para a problemática do desenvolvimento endógeno; a vitalidade dos meios locais encerra em si potencialidades inexploradas no modelo de desenvolvimento funcional, pelo que “dar ao meio um papel essencial é fazer do território a fonte de desenvolvimento” (AYDALOT, 1985: 146). A inserção da problemática da inovação nas teses de desenvolvimento local, contributo original de Aydalot, apontou o território como a base do desenvolvimento local, e a capacidade do “meio” em produzir inovação como a chave da sua sustentabilidade. Deste modo, também se veio a colmatar algumas das lacunas atribuídas aos modelos de desenvolvimento autocentrado, que apostavam numa autarcia selectiva, ao ser referida a importância da relação com o exterior e a aprendizagem do meio na produção de inovação.

Como refere ALBUQUERQUE citado por MENDEZ (1996), *“em territórios favoráveis, a inovação provoca um efeito multiplicador, que incrementa mais do que proporcionalmente, o rendimento individual dos factores. A construção de tais territórios constitui, pois, uma tarefa primordial para o impulso da produtividade e competitividade do tecido empresarial. Nele, podem colaborar de forma decisiva, os diferentes agentes sociais, públicos e privados, em cada território, município ou região”*.

A ideia de “meio” inovador, destaca o facto de que a inovação é, com frequência, um fenómeno colectivo, em que a existência de relações entre empresas, podem favorecer e acelerar o processo, até ao ponto de que, segundo AYDALOT (1986), *“são os meios que empreendem e inovam”*.

A importância dos **processos de aprendizagem** é um contributo para a criação das “competências” necessárias aos sistemas produtivos locais (tecnologia, know-how, qualificação dos recursos humanos e métodos de gestão). A aprendizagem, isto é, a recepção da informação é a chave de sucesso dos indivíduos e no seu conjunto, é a responsável pela evolução social. Como refere CHIAVENATO (1985) na sua obra sobre recursos humanos, o conceito de sistema aberto é proveniente da relação entre os seres vivos e o meio em que se encontram, o seu crescimento, a sua reprodução, a obtenção de energia para todos os seus processos vitais é obtida das suas relações com o meio circundante, mas por sua vez favorece, ou funciona como interveniente nas funções vitais de outros seres. Basicamente, é uma lei natural de acção/reacção, ou por outras palavras “interacção”. Sob este ponto de vista, as pessoas não podem ser analisadas como compartimentos estanque, mas integradas na sociedade. A sociedade exige indivíduos com uma formação sólida, um grau de conhecimentos cada vez maior, exige indivíduos aptos a um mundo em constante mudança e

evolução (MSI, 1997), o que aumenta a competitividade, mas por outro lado, exige pessoas humanas construídas sobre valores éticos (vulgarmente considerados em pólos opostos de desenvolvimento social: aumento da competitividade/diminuição dos valores éticos).

As **redes** de empresas, aparecem como a estrutura base dos sistemas produtivos locais. O impacto positivo das novas tecnologias de informação na produtividade só poderá ser aproveitado pelo local se as suas redes de cooperação forem capazes de integrar e difundir estes processos de inovação, tornando-se também redes de “conhecimento intensivo”. E a competitividade territorial só será alcançada se essas redes, apoiadas na sua base local, ultrapassarem essa dimensão conseguindo gerir as diferentes fases da actividade produtiva (financeira, I&D, marketing, distribuição) que hoje se realizam a uma escala global.

A organização atingiu um patamar em que é necessário um melhoramento nas condições de recepção de informação, para poder continuar a evolução ao ritmo inicial, pois como apresentado por OWENS e WILSON, no seu trabalho sobre informação e desempenho das empresas, o modo como a informação é usada, é principalmente um produto de cultura e da gestão da própria organização, assim como, as mudanças na estrutura da organização, podem representar efeitos significativos no modo como a informação é captada e processada.

Segundo WILSON (1989), a gestão de informação, é entendida como “a gestão eficaz de todos os recursos de informação, relevantes para a organização, quer para os recursos gerados no interior de uma organização, quer no seu exterior”. Nessa linha de pensamento, REIS (1993), propôs que a gestão de informação, para ser eficaz, precisa que se estabeleça um conjunto de políticas coerentes para que permita o fornecimento da informação relevante, com qualidade, precisão e transmissão no tempo e local certo, de modo a que, seja acessível para os seus utilizadores.

A gestão e informação, são duas realidades que mutuamente se exigem, sendo a informação um elemento imprescindível no processo de tomada de decisões. Para gerir de um modo rentável é então necessário identificar, adquirir e organizar dados e informação externa, assim como identificar pessoas competentes na organização e encorajá-las à partilha de informação. A selecção da informação rege-se por uma metodologia adequada ao tipo de necessidades.

Os verdadeiros meios inovadores, mostram uma organização interna de tipo reticular, resultado da interacção frequente e flexível, entre os múltiplos agentes implicados, criando a rede de inovação. Estas, supõem, a existência de um espaço completo e articulado, com uma elevada densidade de vínculos, tanto entre a maior parte das empresas implementadas, como

entre estas e o meio social e institucional (administração regional e local, centros de I&D, laboratórios, etc.), destacando-se, os que se relacionam com a informação.

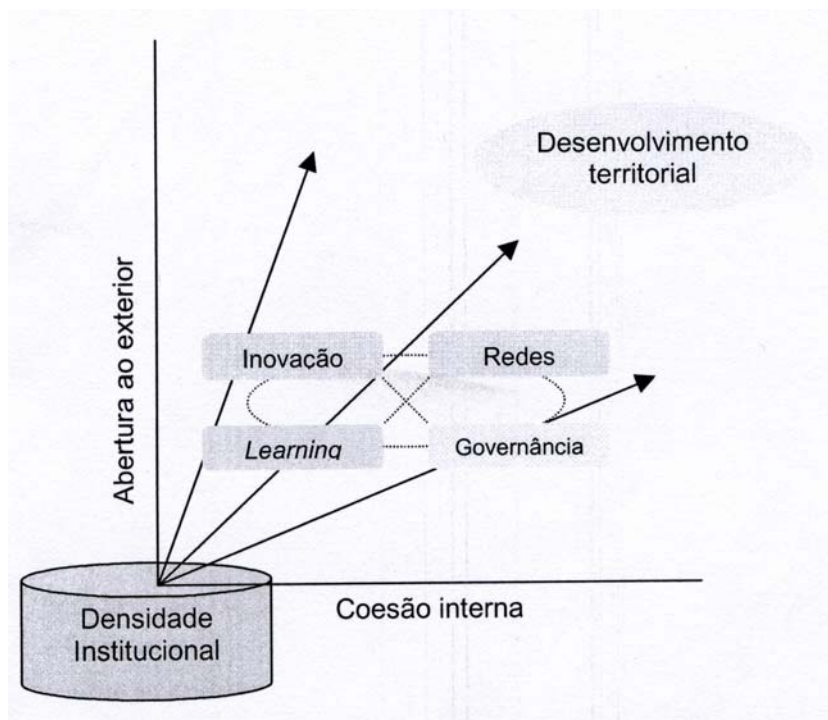
No funcionamento dessas redes de inovação, a cooperação constitui um dos motores principais e, por tanto, resulta também, num claro elemento de diferenciação. A própria estabilidade de uma rede, baseada em acções de cooperação, ver-se-á reforçada à medida que se acumulam experiências anteriores. FURIÓ (1996), refere que, “estas lógicas de confiança e cooperação, parecem ser o resultado de uma larga tradição produtiva. Daí que se considere, que resultam como produto de uma história económica comum e de uma cultura técnica e produtiva idêntica. Estas duas, história e cultura comuns, remetem-nos para o território, pois é neste, onde se materializam”. O fenómeno da cooperação, adquire hoje em dia, sobretudo no caso específico das pequenas e médias empresas, uma importância crescente, como estratégia de sobrevivência frente ao novo contexto de globalização, abertura de mercados e inovação tecnológica acelerada, que gera um meio competitivo, cada vez mais difícil.

A **governância** é o conceito usado para descrever o processo organizativo ou político, que une os três conceitos (inovação, aprendizagem e redes) na elaboração duma estratégia de desenvolvimento, e que é dependente da capacidade dos actores e instituições duma região, ou seja, da sua densidade institucional. Resulta daqui, a pertinente criação de outra entidade a que BRAMATI (1999) chama de integradores do sistema (sejam agências de desenvolvimento, associações empresariais, etc.), e cuja função será fomentar os processos de criação de bens públicos e sobretudo bens relacionais, ou seja, funcionarem como agentes de mediação no estabelecimento da estratégia de desenvolvimento que passa, pela **inovação, redes e processos de aprendizagem**. A formação de redes de cooperação, destinadas ao fomento da inovação, parece ter nas associações empresariais, o motor empreendedor.

Os centros tecnológicos, são um segundo agente de importância na promoção da inovação. O seu único papel, é centrar-se, na realização de actividades de I+D e prestação de serviços técnicos, necessários por empresas do sector (controlo de qualidade das matérias primas e dos produtos acabados, ensaios de laboratório, certificações, etc.) e a promoção de cursos de formação, em colaboração com outros agentes.

Um terceiro protagonista a destacar, são aqueles governos locais que incorporam a promoção do desenvolvimento, dentro dos seus objectivos prioritários da sua gestão, mediante actuações dirigidas ao fomento do emprego, a colaboração em iniciativas desenvolvidas por outros actores locais para a melhoria de infra-estruturas e serviços tecnológicos ou de formação entre empresários, trabalhadores e jovens em busca do seu

primeiro emprego, a criação de um clima de concertação, assim como, o fomento de uma indústria local.



Fonte: Bramanti (1999: 651)

Figura 6 – Os processos de desenvolvimento territorial, da base ao ponto de chegada

É duma combinação “correcta” destes factores que se explica as histórias de sucesso de certas regiões e o declínio de outras. E essa combinação deve ser vista em articulação com os dois eixos definidos: o grau de coesão interna do sistema e a sua capacidade de abertura ao exterior (redes transnacionais ou o circuito global de produção), isto é, se o isolamento do exterior provoca uma “morte por entropia”, o excesso de abertura anula os efeitos da proximidade e provoca a desintegração do sistema, pelo que é então no equilíbrio entre estes dois eixos que se estabelece a combinação correcta.

## 5.2. Crescimento e Desenvolvimento

Ao conceito de desenvolvimento aparece quase sempre associado o conceito de crescimento económico, uma vez que os aumentos da produtividade da força de trabalho, da acumulação de capital e do progresso tecnológico impulsionam as dinâmicas do sistema produtivo e geram cada vez mais bens e serviços para a população. Já nos trabalhos de Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus aparecia identificada a questão do crescimento económico e a sua relação com a distribuição do rendimento, à qual acrescentaram novos

conceitos como a acumulação de capital, a divisão do trabalho, o progresso tecnológico e os rendimentos decrescentes (VASQUEZ BARQUERO, 1999).

Na década de sessenta, a teoria neoclássica explicava o crescimento, face ao pressuposto dos rendimentos decrescentes dos factores de produção, como um resultado de factores externos (progresso tecnológico, mudanças nas preferências dos consumidores e dos recursos disponíveis, sobretudo o factor trabalho), e previa a convergência das regiões mais pobres com as mais ricas.

A não verificação de convergência do crescimento dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, levou a que LUCAS (1988) e ROMER (1986) abandonassem nos seus trabalhos um pressuposto central do modelo neoclássico – a mudança tecnológica como factor exógeno – numa reformulação do pensamento neoclássico do crescimento económico.

Mas a introdução da tecnologia no modelo de crescimento coloca algumas questões, já que incorporar rendimentos crescentes de escala põe em causa a conclusão de que a economia atinge um ponto de equilíbrio (com o pressuposto de rendimentos constantes à escala na função de produção, e rendimentos decrescentes para cada um dos factores de produção dessa função, esse equilíbrio era atingido).

Uma saída foi assumir a existência de externalidades na produção, ou seja, aceitar a existência de rendimentos crescentes na função agregada de produção, mas com rendimentos decrescentes para cada empresa. As decisões de cada empresa em maximizar os seus lucros levam a investimentos em I&D e recursos humanos, o que provoca o efeito de *spillover* (ou derrame) sobre as outras empresas do seu meio (efeito externo que pode aumentar a produtividade da economia no meio relacional da empresa e levar ao seu crescimento). A função de produção da economia no seu todo incorpora esses rendimentos de escala crescentes, que provocam o crescimento endógeno – modelo de *spillover*. O efeito de *spillover* pode ser explicado pelos efeitos da aprendizagem e experiência, pela qualidade dos recursos humanos ou pelos investimentos em I&D (VASQUEZ BARQUERO, 1999).

Nos estudos de ROMER e ARROW (1962), ao efeito no crescimento pelos investimentos em capital físico aparecem aliados os efeitos da aprendizagem e da experiência: a subida do nível de tecnologia utilizada provoca (e estimula) um aumento de conhecimento nos trabalhadores que é potenciado pela aprendizagem e experiência. Como resultado, temos um aumento do stock público de conhecimento, e deste modo também da produtividade geral. O modelo de LUCAS (1988) utiliza um conceito similar baseado no crescimento provocado pela qualidade dos recursos humanos; o factor trabalho passa a ser entendido como um factor

acumulável – capital humano – e o aumento dos conhecimentos dos trabalhadores, ou do capital humano, provoca um aumento de produtividade das empresas e do meio em geral. São pois os esforços em educação e formação que permitem a uma economia melhorar os seus desempenhos, dado que além do seu efeito directo, também geram efeitos externos que beneficiam todos os participantes. Os efeitos dos investimentos em I&D provocam não só um aumento de produtividade nas empresas que os fazem, mas também no conjunto da economia, devido à dificuldade em manter os direitos de propriedade (VASQUEZ BARQUERO, 1999). Deste modo, os efeitos externos permitem o acesso às novas tecnologias das outras empresas, o que se traduz em crescimento endógeno.

Esta explicação dos rendimentos crescentes para a economia no seu todo, mas não para as empresas, foi introduzida por ALFRED MARSHALL (1961), com o objectivo (e a vantagem) de permitir continuar a trabalhar com as curvas de oferta e procura da teoria clássica, mas sem necessitar do pressuposto de rendimentos decrescentes. Foi também com base no trabalho de Marshall que surgiu a denominada “nova geografia económica” cuja figura de proa é Paul Krugman, que explica a concentração geográfica de actividades (e o desenvolvimento de certas regiões) via rendimentos crescentes à escala (KRUGMAN, 1991). O que Krugman trouxe de novo foi a formalização num modelo matemático da constatação que num ambiente de concorrência imperfeita (o mundo real...) a existência de externalidades “pecuniárias”<sup>5</sup> produz o mesmo efeito dos *spillovers* tecnológicos, i.e., concentração geográfica pelos rendimentos crescentes à escala e as consequentes disparidades regionais. A evolução da teoria do crescimento endógeno e da “nova geografia económica” foi importante para reconciliar a teoria económica com as evidências empíricas – existência de rendimentos crescentes à escala e de concorrência imperfeita.

Os modelos de crescimento endógeno são importantes para a teoria do desenvolvimento endógeno, porque permitem identificar um caminho para um desenvolvimento de carácter endógeno nas economias locais ou regionais, ao reconhecerem a existência de rendimentos crescentes nos factores de produção acumuláveis e nos investimentos em capital físico, humano e I&D, e a existência de externalidades positivas resultantes da difusão de conhecimento, sobretudo o tecnológico, no sistema produtivo.

A teoria do desenvolvimento endógeno afasta-se mais da teoria do crescimento endógeno na importância que atribuiu ao papel do território e no facto de considerar o

---

<sup>5</sup> As externalidades pecuniárias, consequência da oferta e procura, provocam a aglomeração pela especialização e concentração regionais a grande escala (centro/periferia) resultado da interacção entre a dimensão do mercado, a procura e os custos dos transportes (Martin e Sunley, 2000).

crescimento económico um processo caracterizado pela incerteza e pela aleatoriedade, condicionado pelas mutações dos mercados e pelas decisões dos seus actores, ao passo que a visão dos autores do crescimento endógeno é mais tributária da teoria neoclássica, no sentido em que interpreta o crescimento económico com base num modelo de equilíbrio móvel (do tipo neoclássico).

### **5.3. O Associativismo Local**

Nos últimos vinte anos, tem-se notado um grande aumento de agrupamentos na sociedade civil, no campo de acções de desenvolvimento, devido à crise económica da década de 80. Nesta altura, a União Europeia e o Estado Português, surgiram com soluções e programas de ordem estrutural, retirando-se este último, deixando lacunas que a sociedade civil preencheu. Face a esta inoperância estatal, passando as competências sem passar os recursos, que é uma forma falsa e ineficaz de privatização, surgem mudanças no paradigma do desenvolvimento. O associativismo permite promover os produtos autóctones de qualidade, na sua maioria; permite defender problemas comuns e reivindicar os direitos dos seus associados, para que estes possam fazer sentir a sua força e fazer ouvir a sua voz; permite conquistar regalias e mais garantias para o futuro. O associativismo, por vezes, não funciona como se esperaria, pois a maioria dos associados, espera ver na sua associação, uma área comercial, como fonte de receita, quer para a associação, quer para os próprios associados. Como tal não acontece, visto estas serem criadas, sem fins lucrativos, os associados, na maioria das vezes, não colaboram nas actividades da sua associação, trazendo consequências negativas ao empenhamento dos colaboradores das mesmas. As associações deveriam estar devidamente organizadas e apetrechadas com os meios humanos e materiais indispensáveis, de modo a poderem responder com eficácia às reais necessidades manifestadas pelo sector.

**A CoraNE – Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina**, é uma Associação de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 12 de Julho de 1995, cujo objectivo principal consiste na promoção, apoio e realização de um aproveitamento mais racional das potencialidades endógenas dos concelhos que integram a sua área de actuação, por sua iniciativa ou em colaboração com organismos ou serviços oficiais ou privados, nacionais, estrangeiros ou internacionais visando contribuir por todos os meios legais ao seu alcance e que estejam dentro do perfil vocacional dos seus associados para o desenvolvimento social, económico e cultural da área dos concelhos de Bragança, Miranda do Douro, Vimioso e Vinhais – Terra Fria Transmontana – tendo em vista o seu desenvolvimento integrado.

A CoraNE resultou da necessidade de existência de uma associação que cobrisse toda a área, que tivesse representatividade institucional e capacidade técnica para planear e definir diagnósticos e estratégias capazes para um desenvolvimento integrado da região Terra Fria Transmontana e assegurasse a viabilidade económica e financeiras dos projectos. Para além de se assumir como um espaço de discussão e definição de estratégias actua também no campo da dinamização e concretização de acções e projectos cujo objectivo é o desenvolvimento integrado da região com particular incidência das zonas rurais. As entidades e instituições que a integram são:

**Associação de Municípios da Terra Fria Transmontana**, que representa as seguintes entidades (Instituições de Direito Privado) :

- Câmara Municipal de Bragança
- Câmara Municipal de Miranda do Douro
- Câmara Municipal de Vimioso
- Câmara Municipal de Vinhais

**MONTECOR – Associação de Desenvolvimento de Montesinho e Corôa**, que representa as seguintes entidades:

- Comissão de Coordenação da Região Norte
- Instituto da Conservação da Natureza
- Comissão Regional de Turismo do Nordeste Transmontano
- Câmara Municipal de Bragança
- Câmara Municipal de Vinhais
- Associação Empresarial do Distrito de Bragança
- Associação de Apicultores do Parque Natural de Montesinho
- Instituto Politécnico de Bragança
- Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes
- Associação de Criadores de Raça Churra Galega Bragançana
- Associação dos Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa

**NORDINOVA – Associação para a Inovação e Transferência do Nordeste Transmontano**, que representa as seguintes entidades:

- Comissão de Coordenação da Região Norte
- Associação Empresarial do Distrito de Bragança
- Associação de Apicultores do Parque Natural de Montesinho
- Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes



- Instituto Politécnico de Bragança
- Agrupamento de Defesa Sanitária de Vinhais
- Cooperativa de Batata de Semente de Bragança
- Associação para o Desenvolvimento e Promoção da Formação do Alto Tâmega e Terra Fria
- Cooperativa Agrícola de Ribadouro
- Associação de Criadores de Raça Churra Galega Bragançana
- Câmara Municipal de Miranda do Douro
- Câmara Municipal de Vimioso
- Associação dos Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa
- Associação de Caprinicultores de Raça Serrana
- Cooperativa Agrícola de Palaçoulo
- Caixa de Crédito Agrícola de Miranda do Douro
- Agrupamento de Defesa Sanitária de Bragança
- Agrupamento de Produtores de Mel do Parque Natural de Montesinho

### **Comissão Regional de Turismo do Nordeste Transmontano**

Esta associação participa na gestão dos seguintes programas:

#### **LEADER II**

Em 1996, a CoraNE elaborou um Plano de Acção Local (PAL), no âmbito do programa LEADER II tendo, nesse ano, sido credenciada para a aplicação do programa na Terra Fria Transmontana. Desta forma a região viu-se beneficiada com um programa novo, de intervenção exclusiva no meio rural. Este programa permitiu a realização de 129 projectos. O dinamismo imposto pela CoraNE na aplicação deste Programa, permitiu que nos dias de hoje a dotação financeira do programa se manifestasse insuficiente para as solicitações.

#### **CENTROS RURAIS**

Em 1997, a CoraNE elaborou o Plano Global de Intervenção para a implementação na Terra Fria Transmontana de dois Centros Rurais, no âmbito do PPDR, tendo-lhe sido atribuída posteriormente a responsabilidade da implementação do Centro Rural de Montesinho e do Centro Rural do Planalto Mirandês.

#### **APOIO À COMUNIDADE RURAL**

Para além da implementação dos Programas de que é responsável, a CoraNE desempenha no dia a dia, outras tarefas de aconselhamento e encaminhamento de potenciais

investidores, bem como, tem apoiado na elaboração de candidaturas, nomeadamente Juntas de Freguesia, a programas de incidência no meio rural, tem participado em feiras locais e nacionais na divulgação da região e tem procurado ser parceiro nas acções que visam o desenvolvimento da região. A título de exemplo, podemos referir que em 1999 a CoraNE elaborou, a 38 Juntas de Freguesia, cerca de 100 projectos de candidatura ao Programa de Apoio a Pequenos Agricultores, tornando assim possível que aproximadamente 500 agricultores pudessem ocupar o tempo disponível e beneficiar de uma ajuda financeira complementar ao seu rendimento.

#### LEADER +

No âmbito do Programa LEADER +, a *promoção e valorização dos recursos endógenos* e o *aumento de competitividade* das pequenas e médias empresas do meio rural, ou a ele ligadas, bem como das pequenas explorações agrícolas, constitui o pilar base torno do qual se estruturou a estratégia para o desenvolvimento da Terra Fria do Nordeste Transmontano, consubstanciada no Plano de Desenvolvimento Local, tendo como **Objectivos Estratégicos**:

- Promoção das potencialidades e do que de bom esta região possui e possa constituir factor de desenvolvimento;
- Valorização dos recursos endógenos, no sentido de lhe acrescentar valor, numa óptica de criação de riqueza e bem estar;
- Aumento de competitividade das PME's e micro empresas e das pequenas explorações agrícolas, de forma a potenciar a rentabilização dos recursos.

Tendo em conta a experiência acumulada na implementação do Leader II, estes objectivos estratégicos pretendem ser uma síntese devidamente articulada, dos seguintes objectivos específicos:

- Promover os recursos naturais e económicos locais;
- Transformar os recursos em produtos de elevado valor acrescentado;
- Preservar e divulgar o património cultural, arquitectónico e paisagístico;
- Aumentar a qualificação profissional de recursos humanos do território;
- Valorizar e modernizar as técnicas e tecnologias tradicionais;
- Dinamizar o saber-fazer tradicional;
- Dinamizar as oportunidades de negócios no meio rural;
- Reforçar a capacidade das organizações locais;
- Introduzir novas técnicas e tecnologias como factor de renovação e criação de oportunidades

- Incentivar a complementaridade entre actividades geradoras de emprego;
- Introduzir novas actividades culturais compatíveis com a preservação das existentes;
- Aumentar o estabelecimento de acções de cooperação regional, nacional e transnacional;
- Fomentar a troca de experiências e novas práticas com outros grupos de Acção Local;
- Contribuir com outros grupos para a complementaridade e integração de outros Programas;
- A fixação das populações dos meios rurais e a criação de condições de bem estar económico e social próprias de países mais desenvolvidos, nossos parceiros na União Europeia.

Esta estratégia e consequentes objectivos estratégicos e específicos visam essencialmente a **Valorização dos Produtos Locais**, que constitui o principal tema agregador, em articulação e complementado com a Valorização dos Produtos Naturais e Promoção e reforço das componentes organizativas e das competências das zonas rurais.

No âmbito do PIC Leader + foram já aprovados pela CoraNE 55 projectos nas diferentes medidas, que vão desde o apoio à construção de infra-estruturas, até ao apoio às empresas e à promoção dos produtos regionais e do território, bem como à Cooperação Nacional e Transnacional, no âmbito do Vector II.

### NÚCLEOS RURAIS

A CoraNE é a entidade gestora de 5 Núcleos Rurais no âmbito da sub-medida 7.1 do Agris. O Núcleo Rural Trás da Serra e o Núcleo Rural da Raia estão em fase de conclusão. O Núcleo Rural das Máscaras, Núcleo Rural do Rio Sabor e o Núcleo Rural das Arribas estão aprovados. Aguardam decisão outros quatro Planos de Intervenção.

### OUTROS

Para além das actividades referidas a CoraNE participa ainda em projectos de parceria nos seguintes programas:

- Life – Meio Ambiente (TF) – Levantamento capacidade de carga do Espaço, rotas e circuitos,
- Programa para a Promoção da Igualdade entre Homens e Mulheres (TF).
- É parceira no Projecto C4 “Douro e Trás os Montes – Promover o Território, Captar Investimento” (TF).

- INTERREG III C – Rural I Nova (TF)  
Terre de Rivierres (TF)
- INTERREG III A – Palombar (TF)

#### CANDIDATURAS

- ON – Terra Fria Novos Rumos – Promoção Turística Terra Fria (TF).
- POEFDS (PNM).

**A Associação dos Apicultores do P.N.M.** – acompanha a actividade apícola de 356 apicultores na região da Terra Fria, dos quais 296 são seus associados. Esta diferença, prende-se pela instalação dos apiários nos concelhos de Bragança e Vinhais, onde a Associação dos Apicultores do P.N.M. tem a sua área de influência, no entanto dá apoio e aguarda a criação de uma “Zona Sanitária Controlada” ao abrigo do DL 74/2000 de 6 de Maio de 2000 nos concelhos de Bragança, Vinhais, Vimioso e Miranda do Douro.

Tem como actividades principais, o apoio técnico aos seus associados, a certificação do “Mel do Parque de Montesinho” – DOP, e apostou desde sempre na modernização de uma actividade secular, sem adulteração de um mel *suis generis*, acarinhado pelo público.

Os recursos humanos que dispõe, permitem a aplicação e execução das estratégias definidas para alcançar os objectivos, e neste sentido, todo o pessoal é integrado em projectos de formação e sensibilização no domínio da Apicultura. Assim, a Associação tem:

- 1 presidente
- 3 técnicos (engenharia florestal, produção animal e zootecnia), numa parceria com o Centro de Emprego (estágio profissional), programas comunitários, etc.
- 1 contabilista (sazonal)
- 1 administrativo (12º ano de escolaridade)

Na secção de armazém:

- 3 empregados de armazém (empresas de inserção do IIEFP)
- 1 empregado de limpeza

Esta secção tem a seu cargo, todo o ciclo do mel: extracção, embalagem, ciclo de ceras, reparação de material e o próprio atendimento ao público.

Além disso, tem ainda, três técnicos, com os seguintes objectivos.

- 1 técnico de apoio técnico (campo), fazendo visitas com regularidade aos Associados: projectos de investimento, divulgação e promoção do mel, certificação do mel.

- 1 técnico, tendo como finalidade, acompanhar a sanidade apícola, certames, feiras e exposições
- 1 técnico para o apoio à melhoria de produção e comercialização do mel, bem como, o explorar mercados apícolas.

As infra-estruturas físicas desta Associação são partilhadas pelo Agrupamento de Produtores do “Mel do Parque”, Lda, que dispõe de uma sala indicada para formação e equipamento audiovisual pedagógico, sanitários devidamente equipados e oficina de trabalho, onde se podem efectuar as diversas tarefas de acompanhamento dos apiários como: reparação e limpeza de material/equipamento; tratamento de ceras; extracção de mel, entre outros.

A Associação, faz formação na área de apicultura, tendo promovido desde 1998, cursos de Iniciação Apícola, recorrendo aos financiamentos comunitários do FSE e Estado Português. Esta experiência, bem como toda a estrutura orgânica de formação já desenvolvida, conferiu a acreditação como entidade formadora pelo INOFOR nos domínios da Concepção; Organização – Promoção e Desenvolvimento – Execução.

Nos últimos anos, com a aplicação no terreno do “Programa Acções de Melhoria à Produção e Comercialização do Mel”, os apicultores “acordaram” para uma realidade que se tinha criado à sua volta. A disseminação de algumas doenças e o aparecimento de novas formas de luta contra as mais frequentes, são aspectos da apicultura mobilista, para os quais os apicultores da Terra Fria estão sensibilizados.

As visitas dos técnicos da Associação dos Apicultores do P.N.M. aos apiários dos seus associados, revela-se uma ferramenta imprescindível na análise do maneio efectuado pelos apicultores.

Como indicador de sucesso dos últimos anos de formação, verifica-se o abandono da apicultura fixista, cada vez mais evidente, e a utilização das salas de extracção de mel implantadas nos dois concelhos de influência. É a estes apicultores, que já possuem alguns conhecimentos nos domínios do saber-fazer e do saber-saber, que a Associação pretende atingir, privilegiando a reciclagem do saber-estar, no contexto da Apicultura Moderna. A formação dos apicultores, revela-se uma ferramenta indispensável para o sucesso desta actividade. Contrariada muitas vezes pelo mercado e travada pelas intempéries, a apicultura na região da Terra Fria, recolhe-se muitas vezes, na sabedoria popular e conhecimentos empíricos adquiridos pela experiência.

Também o enquadramento da Apicultura no III QCA, merece especial atenção por parte da Associação, visto haver inúmeros apicultores que cada vez mais apostam na reestruturação

ou redimensionamento dos seus apiários, recorrendo a apoios no âmbito dos Programas Operacionais de Agricultura e Desenvolvimento Rural – AGRO e AGRIS.

A necessidade de formação, parte também dos associados, que procuram a Associação dos Apicultores do P.N.M., solicitando a realização de acções, no intuito de dotar os associados e apicultores, dos conhecimentos técnicos e avanços científicos da investigação, essenciais ao acompanhamento eficaz da Apicultura Moderna. As metas deste plano de formação contribuem para:

- Formar apicultores que fiquem conscientes da importância da sua actividade
- Potenciar o desenvolvimento pessoal, profissional e social dos apicultores
- Conferir maior flexibilidade e melhores qualificações aos associados
- Promover a adaptação às evoluções tecnológicas
- Melhorar índices de produção
- Melhorar qualidade dos produtos

São estas as metas a atingir, num esforço sempre continuado, por parte da Associação, visando a melhoria da qualidade e quantidade dos produtos apícolas, explorando os recursos naturais existentes; sustentando os investimentos realizados com os conhecimentos técnicos essenciais e aperfeiçoando os conhecimentos adquiridos pelos apicultores, sincronizando-os com a realidade apícola, e a produção do Mel do Parque de Montesinho, como produto com a certificação DOP – Denominação de Origem Protegida.

O papel da **APCNT (Associação de Produtores de Castanha do Nordeste Transmontano)** – é a de congregar sinergias, promovendo a DOP da “Castanha da Terra Fria”. Contava em 1999 com cerca de 90 associados e os seus objectivos operacionais eram os seguintes:

- Desenvolver trabalho válido nos aspectos técnicos associativos;
- Criar uma base de dados actualizada relativo aos associados e aos soutos;
- Criar um centro de documentação técnica sobre o castanheiro e a produção de castanha;
- Intervir tecnicamente nos soutos, no sentido de elevar as produtividades e promover a defesa sanitária;
- Valorizar um fruto de qualidade ímpar, reconhecido pelo estatuto DOP, intervindo ao nível da comercialização e transformação (nomeadamente, a dinamização do agrupamento de produtores);

- Promover a investigação em colaboração com entidades regionais, nacionais e internacionais;
- Acompanhar as explorações dos produtores de castanha associados.

No decurso da sua existência, a APCNT vem desenvolvendo trabalho nas seguintes áreas:

- Desenvolvimento de técnicas culturais do castanheiro adequadas à região, pretendendo que estas sirvam como uma ferramenta importante para o combate e a prevenção de doenças do castanheiro, nomeadamente a “Tinta” – (*Phyphthora ciannamomi*) e o “Cancro” – (*Endolhia parasitica*), sendo a DRATM a entidade responsável pela de definição e redacção das mesmas;
- Desenvolvimento de investigação em parceria com outras entidades, nomeadamente, Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança (ESAB), Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro (UTAD), através de protocolos de colaboração;
- Acompanhamentos e aconselhamento técnico das explorações dos produtores de castanha associados;
- A criação de um Agrupamento de Produtores, com vista à facilitação do processo de comercialização do produto;
- Elaboração de candidaturas ao Pedido de Ajudas às Medidas de Erradicação do Cancro do Castanheiro, sendo estas remetidas às Zonas Agrárias, que levarão, à atribuição da ajuda à exploração que tenha castanheiros afectados com a doença do “Cancro”;
- Elaboração de candidaturas às MAA, com principal incidência na Medida 13 – Fruteiras de Variedades Regionais (medida onde se inclui o castanheiro);
- Desenvolvimento do processo político-institucional de obtenção de uma medida específica para o castanheiro, no que respeita às MAA e também na concepção de uma ajuda conducente às Medidas de Erradicação da Tinta do Castanheiro;
- Participação em eventos de divulgação e promoção da APCNT.

**A Associação Nacional de Criadores de Suínos da Raça Bísara (ANCSUB)** – foi criada no dia 2 de Agosto de 1994. Tem um total de 238 associados, distribuídos por vários concelhos do Nordeste Transmontano. Os seus principais objectivos são:

- Promover e dinamizar a criação de suínos da raça bísara;
- Aumentar o nível técnico e o rendimento económico dos criadores associados;

- Melhorar o potencial genético da raça através do desenvolvimento da investigação, divulgação de conhecimentos e da gestão do registo zootécnico;
- Caracterizar e proteger o fumeiro regional;
- Contribuir para a dinamização do escoamento dos animais e produtos derivados desta raça.

A associação recorreu a programas comunitários de apoio, como o Leader, Interreg, Pamaf (Medida 2 – apoios a 65% nas instalações e 50% na aquisição de reprodutores), Agro (50% nas instalações e 50% na aquisição de reprodutores) e Ruris (Medidas Agro-Ambientais).

As parcerias existentes são:

- Câmara Municipal de Vinhais;
- P.N.M.;
- Associação de Produtores e Assadores de Leitão da Bairrada;
- Cooperativa Agrícola das Serras da Boalhosa;
- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;
- Governo Civil;
- Região de Turismo;
- Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes;
- Estação Zootécnica Nacional;
- Direcção Regional de Agricultura entre o Douro e Minho;
- Laboratório de Genética Animal do CECA, ICETA.

**A Associação Nacional dos Criadores de Ovinos de Raça Churra Galega Bragançana (ACOB)** – trata-se de uma organização de carácter associativo, criada recentemente, mais precisamente, a 29 de Março de 1993. Esta associação aparece e dá a saber e a conhecer que com as raças locais se podem obter mais valias do que com os animais exóticos devido à sua adaptabilidade ao meio; no entanto tudo isto foi precedido de um período em que havia a necessidade de quantidade, havendo a introdução das raças exóticas que permitiam obter mais quantidade mas, no entanto, menor qualidade. A ACOB conta com o apoio de várias entidades, nomeadamente o Ministério da Agricultura e o Parque Natural de Montesinho, realizando várias parcerias sobretudo com o poder local e núcleo empresarial de pequenos comerciantes; recorreu também ao programa LEADER que financiou dois concursos da raça Churra Galega Bragançana, sendo concursos em que estão em “jogo” as



qualidades morfo-funcionais e que tem como finalidade orientar os criadores no conhecimento e definição da raça, bem como escolher os melhores exemplares.

A ACOB tem por finalidade a promoção e dinamização da criação de gado ovino de raça Churra Galega Bragançana, como tal presta serviços qualificados a todos os níveis, apoio técnico indiferenciado à exploração e aos animais, inclusive em termos de saúde animal, tendo um programa de melhoramento genético, financiado pelo Ministério da Agricultura, através da direcção de serviços de melhoramento animal e também pela Comunidade Europeia. Procurando de uma forma sucinta a problemática em que a raça está envolvida, este subsistema pecuário contribui de forma determinante para a fixação da população no espaço rural e quando envolve a exploração de uma raça autóctone com a utilização de sistemas de produção que valorizam os recursos naturais existentes contribuindo de forma apropriada para a conservação do espaço natural. Neste contexto, e face ao fenómeno de desertificação humana e à concorrência de outros subsistemas de produção que se observam na região solar da raça Churra Galega Bragançana é importante o desenvolvimento de um projecto integrado que envolva por um lado o melhoramento genético desta raça e por outro a melhoria das condições ambientais a que está sujeita, a uma evolução técnica dos agricultores que a exploram e a valorização dos seus produtos, nomeadamente através da denominação de origem que o produto já dispõe.

**A Associação dos Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa** – trata-se de uma organização de carácter associativo, criada a 29 de Setembro de 1989. A Associação tem por finalidade a defesa dos legítimos interesses dos seus associados no que se relaciona com a preservação, melhoramento, criação e comercialização dos bovinos de raça Mirandesa e com o objectivo propõe-se, nomeadamente:

- a) Apoiar os associados na sua actividade de criadores de raça Mirandesa;
- b) Estabelecer e manter relações com os departamentos oficiais ligados ao sector, em ordem a obter o seu apoio técnico-financeiro;
- c) Colaborar e eventualmente filiar-se ou promover a filiação dos associados nas organizações congéneres e ou estrangeiras cuja acção prossiga finalidades idênticas;
- d) Instituir e manter o Livro Genealógico da raça Mirandesa e o respectivo título inicial, segundo as normas legais e regulamentares em vigor, com a assistência técnica e o apoio das entidades governamentais competentes;
- e) Promover a aceitação e execução pelos associados das medidas de carácter zootécnico e sanitário preconizadas pelos serviços competentes;

- f) Promover ou colaborar na realização de exposições, concursos, leilões e outros certames de bovinos de raça Mirandesa.

As actividades desenvolvidas pela Associação centram-se:

- ▣ Na manutenção do Livro Genealógico. Em 1993 o Livro Genealógico da raça Mirandesa é transferido do Ministério da Agricultura para a sua responsabilidade. Desde então assegura o cumprimento do regulamento do Livro Genealógico e mantém uma base de dados permanentemente actualizada;
- ▣ Testagem de reprodutores para a monta natural e IA. A Associação tem a responsabilidade, desde 1994, de testar os reprodutores de raça Mirandesa que são utilizados pelos criadores e seleccionar entre estes aqueles que darão sêmen para a IA.
- ▣ Apoio técnico aos criadores nas seguintes áreas: projectos de investimento para a criação ou melhoria de explorações; gestão da exploração; técnicas de manejo e gestão alimentar; candidaturas a subsídios; comercialização dos produtos da raça Mirandesa, nomeadamente os reprodutores; visitas de estudo; edição de informação técnica para os associados; boletim informativo MIRANDESA; iniciativas de experimentação e demonstração; promoção da raça Mirandesa.

Os objectivos estratégicos para o futuro são:

- Desenvolvimento da Base de Dados, para melhorar a eficiência e articulação com a comercialização e certificação;
- Desenvolvimento do Concurso Nacional de Bovinos de raça Mirandesa;
- Criação de oportunidades de negócio, valorização de produtores;
- Valorização profissional dos criadores;
- Incentivar a instalação de novos criadores;
- Melhorar o nível de formação/informação dos criadores de Bovinos de raça Mirandesa;
- Melhoramento genético dos Bovinos de raça Mirandesa;
- Testagem de reprodutores para Inseminação Artificial.

Como podemos avaliar, a principal missão desempenhada actualmente pelas Associações, consiste em ajudar os produtores associados/cooperante a aceder, tirar partido e cumprir os procedimentos de ordem burocrática e legal, tomando em atenção o acesso à informação e o acesso aos subsídios. Sem esta missão, a taxa de aproveitamento das ajudas ao

investimento e das subvenções, assim como, o cumprimento (e o entendimento) dos preceitos legais (impostos, sanidade animal, identificação animal, quotas de produção, etc.) que enquadram a actividade agrária, seriam muito modestos, caso não fossem um verdadeiro problema nacional. Esta tarefa, atendendo ao nível educacional baixo da maioria dos produtores, é, portanto, da máxima importância.

O apoio técnico é a segunda missão cumprida pelas Associações. É uma missão absolutamente vital para sobrevivência de uma larga fatia dos produtores e para a sobrevivência das próprias Associações. É preciso que as Associações consigam incrementar o potencial produtivo das culturas e produções que apoiam (quase sempre raças autóctones e variedades vegetais regionais e seus derivados), de modo a torná-las menos dependentes das ajudas específicas (agro-ambientais, sobretudo) para garantir a sua competitividade. É preciso, também melhorar as estruturas produtivas (emparcelamento, dimensionamento dos efectivos, estudo e vulgarização dos melhores sistemas de produção, etc.), assim como elevar o nível de formação dos produtores.

O conhecimento e a informação que fluí entre os diferentes actores do sistema tem três naturezas distintas: legal-burocrática, técnico-produtiva e social. Os dois primeiros, são o resultado do complexo quadro legal que regula a actividade agrária dos países da UE: normas de produção, sistemas de ajuda, obrigações ambientais e sanitárias, sistema fiscal, e ainda ajudas ao investimento para modernização dos sistemas de produção e qualificação dos agricultores. A carga legal-burocrática é tão intensa que, em muitos casos, esgota, ou concentra as disponibilidades de tempo e de meio das equipas técnicas das organizações de agricultores, restando menos que o desejável para as tarefas de cariz técnico-produtivo. Este problema pode ser ultrapassado pela simplificação da carga legal-burocrática, o que não é crível a breve prazo, ou pelo incremento da capacidade dos agricultores para lidarem com esses problemas.

Tendo como referência a síntese realizada por Cristóvão (1994) sobre os sistemas e modelos de extensão rural, podemos situar o sistema nas abordagens de Investigação & Desenvolvimento de Sistema Agrários, uma vez que: encara o agricultor (utente) como um pessoa activa e participativa, coloca a ênfase no local e na interdisciplinaridade, e demonstra a responsabilidade social. Os factores críticos de sucesso do sistema são (Cristóvão e Pereira, 2002): (1) o elevado sentido técnico-estratégico e sentido contextual conferem pertinência à intervenção quotidiana dos técnicos. Há uma evidente proximidade entre técnico e agricultor; (2) o suporte financeiro dos programas europeus de financiamento da agricultura, canalizados,

directa ou indirectamente, para as Associações, tais como o apoio à criação e desenvolvimento de Associações, incluindo a aquisição de recursos humanos, equipa e materiais, subvenções à produção, financiamento de programas de formação profissional, financiamento às explorações; e (3) a contribuição das instituições públicas de ensino superior agrário (UTAD e IPB), como as principais fontes de conhecimento abstracto, proporcionando formação inicial, formação profissional, programas de investigação e de desenvolvimento. Arroteia (2002) e Hespanha (2003: 13), destacam a importância que o ensino superior detém na expansão e inovação das estruturas económicas regionais, assim como na atracção e fixação de recursos humanos qualificados nas regiões onde está implantado. E. Lopes (2002) refere o investimento em capital humano como um factor de redistribuição, realçando a sua importância no desenvolvimento endógeno.

Deste modo, julgamos poder dizer que esta região tem um sistema de produção e partilha de conhecimento e informação ao agricultor, um sistema de extensão rural, mais eficaz do que já alguma vez teve anteriormente. Este sistema vai acompanhando a actividade dos agricultores, libertando-os dos fardos pesados da burocracia, partilhando com eles o processo de produção de conhecimento indispensável ao evoluir dos sistemas de produção agrária (designadamente o escoamento da produção de muitos agricultores que de outra forma estariam excluídos de qualquer lugar no mercado, assim como a luta pela preservação e valorização da qualidade dos produtos da agricultura) e assistindo-os nos seus processo de desenvolvimento humano.

#### **5.4. Microproduções: Produtos de Qualidade**

O desenvolvimento local das zonas rurais de montanha como área de intervenção das associações de produtores, passa, efectivamente, pela necessidade de encontrar alternativas sócio-económicas que facilitem a manutenção da população local às origens, dando continuidade à agricultura transmontana, sem deixar de encontrar novas alternativas como forma de complemento a esta actividade. Existem vantagens reconhecidas à pequena agricultura portuguesa, tais como: permite uma melhor qualidade de vida pelo equilíbrio que proporciona entre trabalho urbano e trabalho rural; fixação da população nos campos e impedir a congestão nas cidades; não prejudica o meio ambiente e produz de forma equilibrada, evitando o problema dos excedentes. Esta ligação rural/urbana, permite reduzir o abandono das terras agrícolas, dando-se assim continuidade a uma paisagem muito característica desta região. A agricultura continuará a ter um papel importante na economia

das zonas rurais, mesmo que estas sejam cada vez mais dependentes de outras actividades, tornando-se necessário o desenvolvimento da pluriactividade, bem como de novas actividades que possibilitem o alargamento da base económica no meio rural a fim de impedir a desertificação destas zonas.

Tal como nos diz o depoimento anterior, a agricultura será sempre o suporte económico, até mesmo “psicológico” do agricultor transmontano. Isto porque se depara com uma população muito envelhecida, sem forças para enveredar por uma nova actividade, por outro lado existe uma grande afinidade/proximidade, digamos que uma ligação muito forte com o mundo rural, que só quem vive e viveu uma vida inteira ligado a esse mundo, compreenderá tal ligação. A agricultura do mundo rural será sempre um valor a ter em conta, esta marca de forma ímpar na paisagem. Independentemente das políticas que sejam aplicadas é, necessário, sempre, respeitar a agricultura e a ruralidade. É um dever, contudo, para o Nordeste Transmontano salvaguardar a sua riqueza agrícola e manter as características e as tradições que lhe conferem longevidade, alcance e vitalidade.

Esta região reúne diversos atractivos, todos eles verdadeiras potencialidades turísticas; podemos considerar algumas grandes áreas como por exemplo a grande variedade patrimonial, a qualidade paisagística, a riqueza cultural e a moldura humana excepcional.

Quanto à variedade patrimonial deve referir-se que há testemunhos inequívocos da existência de povoamento nesta região em épocas antigas que podem mesmo remontar à Pré e Proto-história. Povoações como Pinheiro Novo, Babe, Donai, Gimonde e outras revelam-se arqueologicamente ricas à própria observação superficial; são visíveis fortificações castrejas, edificações do tipo dolménico, inscrições rupestres, machados de pedra polida e metal, sepulturas abertas na rocha, etc.

A qualidade paisagística é extensiva à grande variedade de ambientes naturais que se podem encontrar, em estado puro, nesta região; desde montanhas verdejantes, rios caudalosos de águas turbulentas, pacatos vales paradisíacos, ribeiros de montanha, soutos de castanheiros, bosques naturais de azinheira até aos campos de cereal de grandes extensões que perduram desde a Campanha do Trigo ocorrida entre os anos de 1928 e 1938<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> A Campanha do Trigo, iniciada em 1929 no período do Estado Novo, tinha como objectivos garantir o auto-abastecimento e “dignificar a indústria agrícola como a mais nobre e a mais importante de todas as indústrias e como primeiro factor de prosperidade da Nação”. Consistiu em demonstrações técnicas do uso de adubos, assistência aos agricultores, escolha das sementes e organização de parques de material agrícola. Foi criado um subsídio de arroteia destinado a por em cultivo com trigo terrenos incultos e vinhas, bem como a garantia de aquisição da produção a preço tabelado. Embora se tenha conseguido aumentos da produção e até excedentes no ano favorável de 1932, a Campanha de Trigo é responsável pela acentuada erosão de muitos solos de encosta.

Ao falarmos de riqueza cultural, devemos apontar alguns factores que podem ter contribuído para que esta região seja dona de uma tão vasta e genuína gama de características de interesse cultural. Esta região é povoada desde há milénios, o que fez com que nas suas práticas quotidianas fossem permanecendo resquícios dos modos de vida dos vários povoadores que por aqui passaram; esta riqueza é visível a nível de tradições, usos e costumes ou mesmo em festas e romarias.

Outro factor que trás à região características especiais é a sua situação geográfica, isto é, a posição fronteiriça das suas aldeias, desenvolvendo hábitos e práticas comunitárias mesmo com aldeias da vizinha Espanha. Foi assim que essas povoações enfrentaram as dificuldades do dia a dia, orientados por lemas bem populares como a *união faz a força* e ainda *um por todos e todos por um*; para as gentes destas povoações longínquas estes lemas são bem reais.

A nossa região deve enfim, conservar as suas particularidades e as suas tradições, é uma escolha a fazer em favor do melhoramento da qualidade de vida para os transmontanos e de salvaguarda do património. É preciso, a partir de uma política de ordenamento do território, equilibrar e harmonizar o desenvolvimento económico, aproveitando todos os recursos naturais e humanos do Nordeste Transmontano.

Com o aparecimento dos programas de financiamento comunitários e com a queda do interesse por culturas mais exigentes em mão-de-obra, observamos a manutenção e até crescimento de alguns produtos autóctones de qualidade, salvaguardando os valores da natureza e da sociedade.

#### **5.4.1. O Mel**

A prática da Apicultura no P.N.M., tem vindo a revelar uma importância fundamental, devido às suas excelentes qualidades, atributo das condições ecológicas onde se desenvolve e que a denominam como área protegida.

A colónia das abelhas *Apis mellífera* apresenta ao longo do ano, uma sucessão de estádios de desenvolvimento cuja variabilidade se encontra submetida às influências das condições do meio. Factores climáticos, edáficos, químicos ou bióticos variados, são susceptíveis de agir directamente durante uma ou mais fases do seu ciclo de vida. No exterior da colmeia é realizado todo um conjunto de diversas actividades de recolha: néctar, melada, pólen, produtos energéticos e azotados indispensáveis à sua alimentação, água e propólis, como insectos sociais extremamente organizados que são. Os produtos são disponibilizados a todo o conjunto de indivíduos que compõem a colónia e também executam funções no

interior, recolha dos produtos indispensáveis à sua manutenção, a abelha funciona como um adjuvante da polinização. Como já foi referido anteriormente, a diversidade da flora melífera existente, bem como a ausência de poluição e perturbações humanas, fazem do P.N.M., uma zona privilegiada e de elevado contributo para o desenvolvimento e promoção da apicultura nesta região. Por outro lado, as características bastante diversificadas do relevo e a elevada abundância de recursos hídricos, condicionam positivamente a sobrevivência desta espécie.

A Norte das serras da Corôa e Montesinho a Apicultura apresenta uma menor representatividade, reflectindo a agressividade das condições climatéricas nos períodos de Inverno, bem como a presença de grandes extensões de pinheiros em cultura, acoplados aos moderados recursos nectaríferos, de uma protecção insuficiente das humidades, pois nestas altitudes, a precipitação é intensa, contrastando, normalmente, com os níveis suportados pela *Apis mellífera*. Por outro lado, as elevadas temperaturas e a exposição a Norte, dificulta a estabilidade e a correcta manutenção dos apiários. As zonas de média potencialidade, situam-se principalmente, no limite superior das limitações do P.N.M., englobando desde a povoação da Gestosa, situada junto ao rio Mente, até às povoações de Cisterna, Pinheiro Novo, Pinheiro Velho, englobando o Serro da Seculqueira.

Da análise da carta de potencialidades (Anexo 7), podemos concluir, que as zonas de elevado potencial de sobrevivência, situam-se, na sua maioria, em posição periférica em relação ao P.N.M.. Este resultado, poderá ser explicado por diversos factores, de entre os quais se realça: a presença de elevadas extensões agrícolas, contrastando com abundantes fontes de néctar, estando aqui os mananciais nectaríferos correctamente distribuídos ao longo de todo o ano, o que assume o maior interesse para a actividade das colónias, bem como, para a sobrevivência da *Apis mellífera*, pois a viabilidade da espécie, depende, primordialmente, das potencialidades de uma região, especialmente na flora e nas condições climato-geográficas que apresenta, passando pela elaboração do néctar nas flores de plantas cultivadas e espontâneas, as quais deverão encontrar-se em grande quantidade e preferencialmente, dentro das potencialidades limítimas das abelhas. Como é natural, a utilidade da floração, será tanto maior quanto menor a distância a percorrer pelas abelhas, até a alcançarem. Estas zonas periféricas, situam-se especialmente ao longo da fronteira inferior (a sul), que delimita o P.N.M., e compreende as povoações de Sendim, Vilar Seco, Penso, Zido, Sobreiró de Cima, Paçó, Quintela, Soeira, Donai, Vila Nova, Vale de Lamas, Babe, Caravela, Palácios, Veigas, Deilão e Petisqueira. Aqui figuram com maior abundância, algumas plantas herbáceas

(leguminosas, forrageiras, tais como o Safeno, a Luzerna, o trevo encarnado, o trevo ladino, a couve nabo, a hortelã-pimenta, o rosmaninho, a alfazema, etc.).

De entre as plantas cultivadas, quer arbustivas quer espontâneas, merecem algum destaque nesta área, o pessegueiro, a amendoeira, a macieira, o castanheiro, o medronheiro, a acácia, a tília, o espinho alvar e a urze. Existe uma maior abundância de explorações apícolas, especialmente implantadas perto de apiários, alguns de relevo que merece destaque, quer pela sua dimensão, quer pelas produções de mel, cera, enxames e outros produtos relacionados. É de referir, que estes se encontram geralmente dispostos mais a sul, ao abrigo dos ventos dominantes, facilitando assim às abelhas, a orientação pelo sol.

Da relação entre o clima e os processos vitais das plantas, há a referir que a distribuição, o desenvolvimento, a floração, a frutificação e reprodução de muitos vegetais é muito estreita, pelo que a produção de néctar e pólen das distintas espécies de vegetação é muito sensível aos agentes climatológicos, o que vem por um lado, impossibilitar tecnicamente a transumância a grandes colheitas massivas de Mel, muito homogéneo que garante, pelas suas características, a origem da região.

A apicultura é na realidade desenvolvida por trabalhadores rurais, em que esta actividade faz parte da sua economia caseira, de pequena escala juntamente com o feijão, grão-de-bico, cebolas, tomates, etc. e conjuntamente, com a economia de maior escala como a castanha, cereal, gado e batata, mesmo assim praticada num sistema de subsistência próprio do minifúndio, e agricolamente pobre. Paralelamente, aparecem outras categorias profissionais, mais ligadas aos serviços, que por amorismo, hobby ou por rendimentos complementares, praticam uma apicultura mais tecnicamente evoluída, mas dentro dum sistema de rigor ecológico e de preservação da natureza. Daqui ressalta que a actividade é exercida pelo próprio produtor sem recurso a mão-de-obra contratada, nem à transumância, fazendo os seus próprios enxames e por vezes o material apícola (alças e colmeias) e fazendo a extracção do Mel ou Cresta nas instalações comunitárias, pertencente à sua Associação profissional – Associação dos Apicultores do P.N.M. – o que lhes garante condições sanitárias óptimas.

A grande maioria possui colmeias móveis – “*Langstrothi*” ou “*Lusitana*”, havendo alguns cortiços para delas se retirarem unicamente enxames, cera e por ventura algum favo para assim ser consumido na família e pelos amigos. Isto revela, algum desenvolvimento da actividade e uma maior responsabilidade do agricultor para manter o seu colmeal em condições api-sanitárias satisfatórias.



O mel do P.N.M., é um produto classificado e caracterizado como natural, e segundo a definição da norma portuguesa 1307, é uma substância açucarada produzida pela abelha melífera (*Apis mellífera*), a partir do néctar das flores ou secreções provenientes das plantas, ou que sobre elas se encontram e que libam, transformam e combinam com matérias específicas e armazenam nos favos das colmeias. É um mel produzido numa zona do interior de Portugal, região atrás identificada e delimitada, junto à fronteira espanhola da província de Castilha e Lyon – Galiza, de altitudes que vão dos 500 aos 1470 metros de altitude, – um mel de média/alta altitude –, com temperaturas baixas no Inverno que obrigam as abelhas a um repouso prolongado, vivendo das reservas que lhes são deixadas pelo apicultor e de uma temperatura média/alta no Verão – 25/30°C.

A flora melífera, é essencialmente constituída de urzes (*Éricas*), rosmaninho (*Lavandula pedunculáta*) e castanheiro (*Castana sativa*), em cerca de 95%, dando origem a um mel escuro, de cheiro forte, extraído nos fins dos meses de Julho/Agosto, quando o mel nos favos está mais de 90% já operculado, o que lhe confere uma humidade entre 15.5 e 17.5%. A ausência de transumância, a não introdução de raças de abelhas estranhas à região, permite manter um tipo de abelhas pouco agressivas e de razoável produção.

#### 5.4.1.1. Evolução Geral do Número Total de Colmeias:

Nos concelhos de Bragança e Vinhais, considerando a totalidade de freguesias, dentro e fora do Parque, verificou-se um aumento significativo de colmeias (5408 para 7029, correspondendo a um aumento de 9,9%/ano) de 1998 até 2001 (Tabela 1 e Gráfico 10)

Tabela 1 –Número de colmeias/ano dentro e fora do P.N.M.

Ano	PNM		Total
	Dentro	Fora	
1998	2675	2733	5408
1999	3174	3097	6271
2000	3454	3169	6623
2001	3524	3505	7029
<b>TOTAL</b>	12827	12504	25331

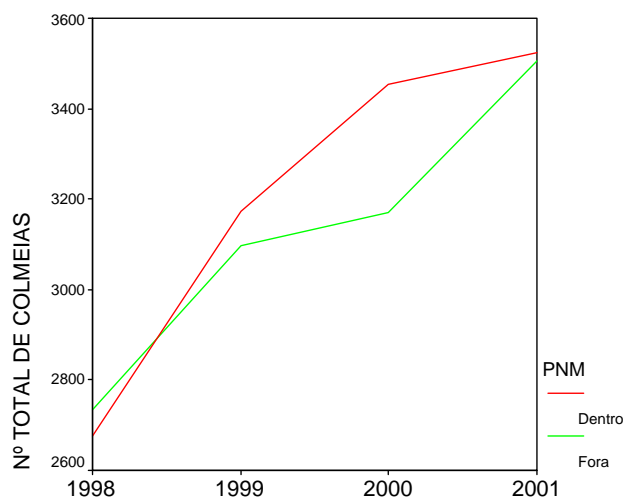


Gráfico 10 – Evolução do número total de colmeias dentro e fora do parque por ano

Assim, o número total de colmeias fora do parque era superior em 1998, invertendo-se esta proporção nos anos seguintes. Desta forma, a evolução dentro do parque foi de 10,6% / ano; enquanto que a evolução fora do Parque foi de 9,4% / ano. A aplicação do teste de Qui Quadrado ( $\chi^2 = 9,766$ ; g.l. = 3;  $p = 0,021$ ) permite verificar que existe uma relação significativa entre a evolução e a localização (dentro e fora do parque) – isto é, enquanto que o ano de 1998 beneficiava a zona fora do parque, os anos seguintes beneficiaram a zona dentro do parque (tabela 2).

Tabela 2 – Comparação do número total de colmeias, dentro e fora do parque por ano

		ANO				Valor	G.L	P	
		1998	1999	2000	2001				
PNM	Dentro	F. Absoluta	2675	3174	3454	3524	9,766	3	0.021
		% Coluna	49,5%	50,6%	52,2%	50,1%			
	Fora	F. Absoluta	2733	3097	3169	3505			
		% Coluna	50,5%	49,4%	47,8%	49,9%			
	Total	F. Absoluta	5408	6271	6623	7029			
		% Coluna	100%	100%	100%	100%			

#### 5.4.1.2. Evolução Geral do Número Total de Colmeias por Concelho

Já que o PNM é abrangido por dois concelhos (Bragança e Vinhais), o estudo foi dividido por concelhos. Desta forma, é de notar evoluções distintas nos dois concelhos. No de Bragança, a evolução dentro do parque foi superior (6,6% vs. 5,7%/ano), como se pode analisar pela Tabela 3 e Gráfico 11. No concelho de Vinhais, cujo crescimento global foi em

média 4 vezes superior ao concelho de Bragança, também o número de colmeias dentro do parque foi superior (29,5% vs. 24,4%/ano) como se pode analisar pela Tabela 3 e Gráfico 12

Tabela 3 – Número total de colmeias/concelho dentro e fora do Parque, por ano

Concelho	Ano	PNM		Total
		Dentro	Fora	
Bragança	1998	2212	2200	4412
	1999	2485	2404	4889
	2000	2686	2395	5081
	2001	2651	2581	5232
	<b>TOTAL</b>	10034	9580	19614
Vinhais	1998	463	533	996
	1999	689	693	1382
	2000	768	774	1542
	2001	873	924	1797
	<b>TOTAL</b>	2793	2924	5717

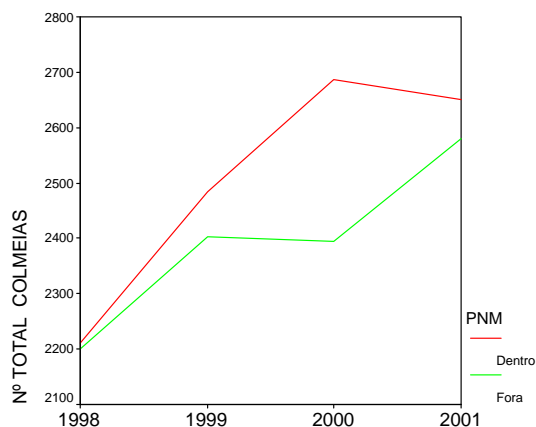


Gráfico 11 – Evolução do número total de colmeias dentro e fora do parque por ano no concelho de Bragança

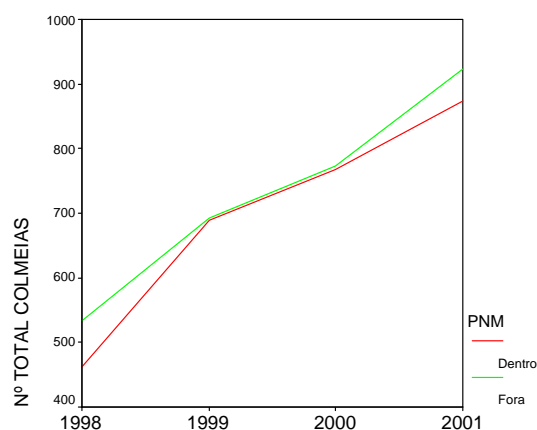


Gráfico 12 – Evolução do número total de colmeias dentro e fora do parque por ano no concelho de Vinhais

Aplicando o teste de Qui Quadrado ( $\chi^2 = 8,473$ ; g.l = 3; p=0,037) verificamos que a taxa de crescimento dentro do parque é significativamente superior à taxa de crescimento fora do parque – para o concelho de Bragança (Tabela 4).

Tabela 4 – Comparação do número total de colmeias, dentro e fora do parque por ano no Concelho de Bragança

			ANO				Valor	G.L	P
			1998	1999	2000	2001			
PNM	Dentro	F. Absoluta	2212	2485	2686	2651	8,473	3	0,037
		% Coluna	50,1%	50,8%	52,9%	50,7%			
	Fora	F. Absoluta	2200	2404	2395	2581			
		% Coluna	49,9%	49,2%	47,1%	49,3%			
	Total	F. Absoluta	4412	4889	5081	5232			
		% Coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%			

Aplicando o teste de Qui Quadrado ( $\chi^2 = 3,402$ ; g.l = 3; p = 0,334) verificamos que a taxa de crescimento dentro do parque não é significativamente superior à taxa de crescimento fora do parque – para o concelho de Vinhais (Tabela 5).

Tabela 5 – Comparação do número total de colmeias, dentro e fora do parque por ano no Concelho de Vinhais

			ANO				Valor	G.L	P
			1998	1999	2000	2001			
PNM	Dentro	F. Absoluta	463	689	768	873	3,402	3	0,334
		% Coluna	46,5%	49,9%	49,8%	48,6%			
	Fora	F. Absoluta	533	693	774	924			
		% Coluna	53,5%	50,1%	50,2%	51,4%			
	Total	F. Absoluta	996	1382	1542	1797			
		% Coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%			

### 5.4.1.3. Evolução Geral do Número Médio de Colmeia / Apicultor

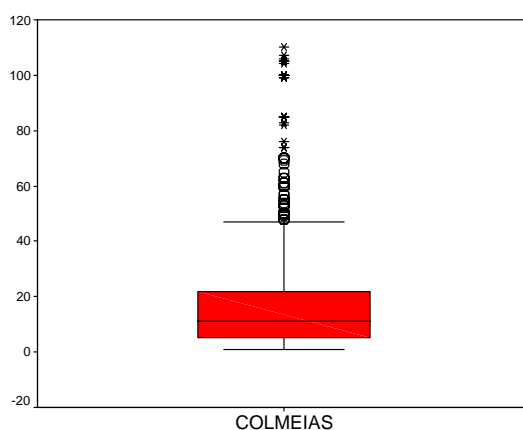


Gráfico 13 – Distribuição do nº de colmeias por Apicultor no intervalo de tempo considerado (1998 – 2001) utilizando a análise por percentis

Tabela 6 – Estatísticas de Ordem do Número de Colmeias por Apicultor (Todos os Anos)

N	MNCA
P25	5
P50	11
P75	22
P95	50
Máximo	110

A distribuição do número de colmeias por apicultor é assimétrica positiva, isto é existe uma grande maioria dos apicultores tem um reduzido número de colmeias, enquanto que uma minoria tem um elevado número de colmeias. Desta forma 25% dos apicultores tem entre 1 e 5 colmeias; 25 % tem entre 6 e 11 colmeias; 25% tem entre 12 e 22 colmeias; 20% tem entre 22 e 50 colmeias e os restantes 5% tem entre 50 e 110 colmeias (Gráfico 13 e Tabela 6).

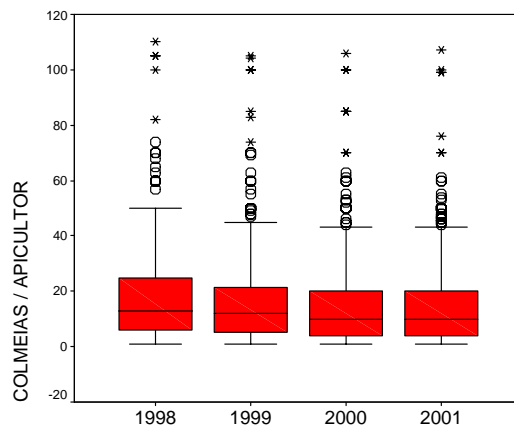


Gráfico 14 – Colmeias por Apicultor segundo o ano

Uma análise do gráfico 14 permite constatar que a estrutura apresentada acima não sofre alterações significativas no decorrer dos anos, apesar de existir um ligeiro decréscimo.

Analisando a evolução do número médio de colmeias / apicultor, verificamos que quer dentro quer fora do parque existe uma diminuição provavelmente consequência da entrada de novos produtores motivados pela certificação do mel da região. Verificamos que o decréscimo é mais acentuado fora do parque (Gráfico 15). Uma possível explicação para este acontecimento poderá estar relacionado com o facto de o mel certificado ter maior saída e valor comercial, pelo que os apicultores das freguesias fora do P.N.M., tenham tido quebras na venda do produto e consequentemente diminuição do número de colmeias e a um aumento de apicultores nas freguesias dentro do Parque.

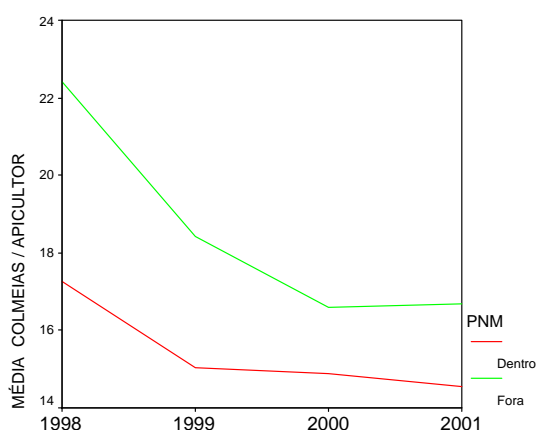


Gráfico 15 – Evolução do número total de colmeias dentro e fora do parque por ano

Tabela 7 – Comparação do número médio de colmeias/apicultor por ano – dentro e fora do parque.

		ANO					F	G.L	P
			1998	1999	2000	2001	11,982	1;3	0.001
PNM	Dentro	Média	17,3	15,0	14,9	14,6			
		Desvio Padrão	17,4	15,7	15,5	14,7			
	Fora	Média	22,4	18,4	16,6	16,7			
		Desvio Padrão	20,6	19,0	17,7	17,8			

Aplicando o teste Anova ( $F = 11,982$ ;  $g.l = 1;3$ ;  $p = 0,001$ ), verificamos que o número médio de colmeias/apicultor por ano e dentro e fora do parque tem diminuído, salientando o facto de fora ser mais evidente, comparando o número médio em 1998 e 2001. O desvio padrão é elevado devido à ocorrência heterogénea de número de colmeias/apicultor nas diferentes freguesias (Tabela 7, Gráficos 16 e 17).

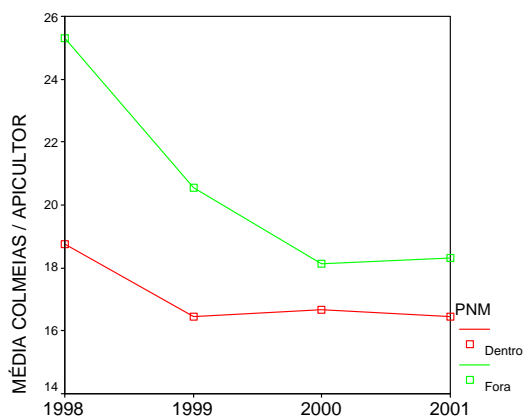


Gráfico 16 – Evolução do número médio de colmeias dentro e fora do parque por ano no concelho de Bragança

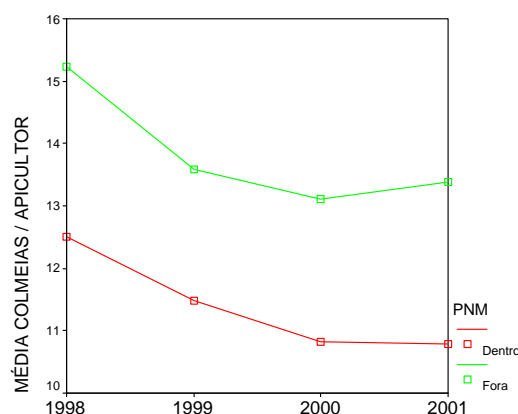


Gráfico 17 – Evolução do número médio de colmeias dentro e fora do parque por ano no concelho de Vinhais

Tabela 8 – Comparação do número médio de colmeias por ano – dentro e fora do parque no concelho de Bragança

		ANO				F	G.L	P	
		1998	1999	2000	2001				
PNM	Dentro	Média	18,7	16,5	16,7	9,112	1;3	0.003	
		Desvio Padrão	18,5	17,2	17,3				16,1
	Fora	Média	25,3	20,5	18,1				18,3
		Desvio Padrão	21,9	20,4	19,1				19,1

Tabela 9 – Comparação do número médio de colmeias por ano – dentro e fora do parque no concelho de Vinhais

		ANO				F	G.L	P	
		1998	1999	2000	2001				
PNM	Dentro	Média	12,5	11,5	10,8	4,157	1;3	0.042	
		Desvio Padrão	12,0	10,5	9,4				10,6
	Fora	Média	15,22	13,6	13,1				13,4
		Desvio Padrão	14,9	14,2	13,4				14,6

#### 5.4.1.4. Evolução Geral do Número Médio de Colmeia / Freguesia

Quando estudamos a evolução do número médio de colmeias por freguesias quer dentro, quer fora do parque, verificamos que houve um crescimento entre os anos 1998 e 2001, como se pode verificar pela análise do Gráfico 18, e aplicando o Teste Anova, um crescimento significativamente mais acentuado ( $F = 4,374$ ;  $g.l = 1;3$ ;  $p = 0,041$ ) dentro do parque.



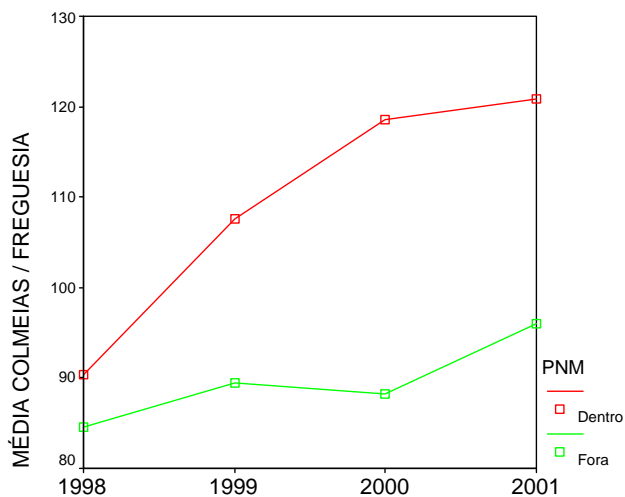


Gráfico 18 – Evolução do número médio de Colmeias por freguesias – dentro e fora do parque

Uma análise gráfica permite verificar que tanto no concelho de Bragança como no concelho de Vinhais, o crescimento do número médio de colmeias é superior dentro do parque (Gráfico 19 e Gráfico 20).

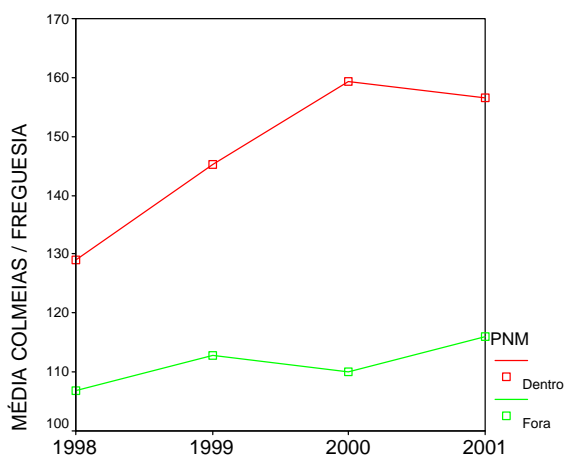


Gráfico 19 – Evolução do número médio de Colmeias por freguesias – dentro e fora do parque por ano no concelho de Bragança

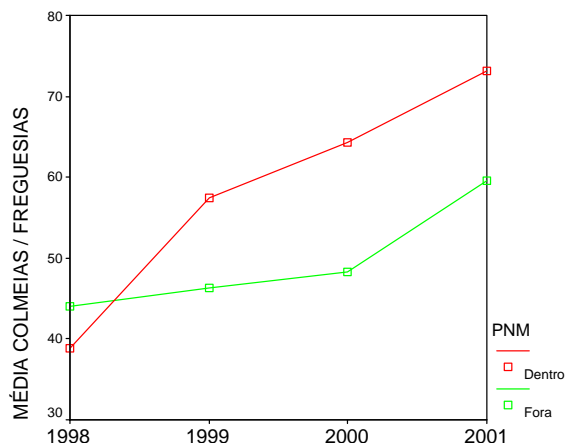


Gráfico 20 – Evolução do número médio de Colmeias por freguesias dentro e fora do parque por ano no concelho de Vinhais

#### 5.4.1.5. A Situação Actual

Nos concelhos de Bragança e Vinhais, considerando a totalidade de freguesias, dentro e fora do Parque, verificou-se um aumento significativo de colmeias (5408 para 13200) de 1998 até 2005 (Tabela 9).

Tabela 9 – Número de colmeias/ano dentro e fora do P.N.M.

Ano	PNM
	Dentro e Fora
1998	5408
1999	6271
2000	6623
2001	7029
2004	12300
2005	13200
<b>TOTAL</b>	<b>50831</b>

Estudamos a evolução do número de colmeias entre o ano de 1998 e 2005, apresentando os valores em percentagem, sendo as variações negativas codificadas como recessão, as variações entre 0% e 22,4% – estagnação e mais de 24% – crescimento e falta de dados codificadas como sem informações (Mapa 5). Verificamos que se mantém a referida “potencialidade baixa” a Norte das serras da Corôa e Montesinho, exemplo: Moimenta, Rio de Onor, fruto da agressividade climatérica nos períodos de Inverno e Verão, bem como à presença de grandes extensões de pinheiros em cultura. A adicionar a estas desvantagens, temos que referir das difíceis acessibilidades aos apiários e consequente não rentabilização do produto, associado ao abandono das terras por parte de grande número de habitantes, levando

ao aumento da taxa de desertificação; as zonas de “média e elevada potencialidade” denotam um incremento do número de colmeias, sinónimo de acessibilidades mais acessíveis e informação mais próxima, uma vez que estas zonas se situam próximas dos dois centros, Bragança e Vinhais. No entanto, existiram zonas de “elevada potencialidade” onde se verificou uma diminuição do número de colmeias. Este facto terá tido origem no provável impacto que a construção do IP4 teve sobre os mananciais nectaríferos das freguesias, com alteração nas condições climato-geográficas e na flora existente (exemplo: Babe, Palácios, Quintanilha, Deilão, Alfaião).

Mapa 5 – Evolução do número de colmeias/freguesia – concelho de Bragança e Vinhais

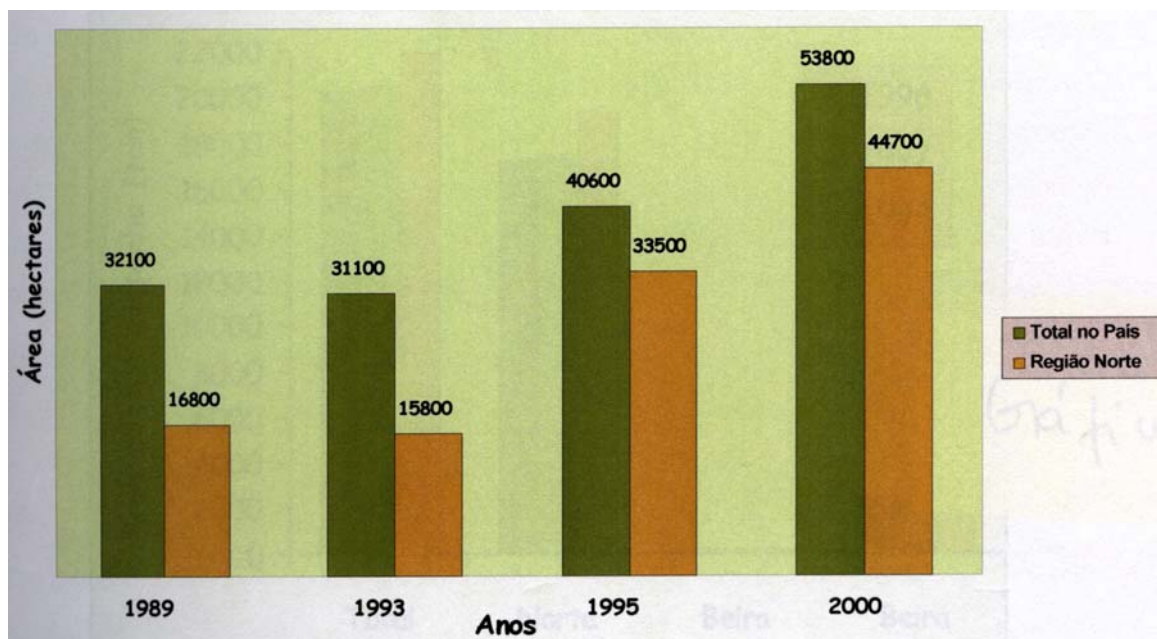
### 5.4.2. A Castanha

*“O revestimento florestal que se estabeleceu ao longo dos séculos em grandes áreas de Trás-os-Montes, ao atingir o seu equilíbrio, manteve o castanheiro entre as espécies privilegiadas. Aqui, na orla mediterrânea, com clima sub-atlântico, entre o castanheiro e o povo transmontano, criaram-se importantes laços de interdependência. O souto ligou-se intimamente à sobrevivência das populações, tendo a castanha representado uma das principais fontes alimentares.*

*Mais recentemente, com a alteração dos hábitos alimentares europeus, a castanha perdeu importância e o souto, foi, em grande parte abandonado. A introdução e incremento de outras culturas, a doença da tinta e a baixa cotação do fruto, reduziram drasticamente as áreas cultivadas”.*

*In Folheto de apresentação das Jornadas da Castanha, DRATM, 1998.*

No ano de 1992, o castanheiro ocupava em Portugal uma área aproximada de 30 mil hectares, dos quais 10 a 20% se destinava à produção de madeira. Em finais da década de 50, os nossos soutos ocupavam 70 mil hectares, mas o abate indiscriminado de árvores devido à elevada cotação da madeira, os fogos florestais e a doença da “Tinta”, contribuíram, a longo de mais de três décadas, para o desaparecimento de mais de metade dos nossos soutos (CASTRO, 1992). A partir de 1993, a área de ocupação do castanheiro em Portugal começou a aumentar e, em 2000, essa área quase duplicou, sendo de 53 800 mil hectares, localizando-se 44 700 mil hectares na região norte, como podemos observar no gráfico 21. Tal facto, deve-se, por um lado, à instalação de recentes pomares e soutos, resultantes dos incentivos comunitários, nomeadamente, PDF e Reg. 2080/92 e, por outro lado, à capacidade de adaptação e desenvolvimento da espécie nesta região, bem como à sua aceitação por parte dos agricultores; sendo o castanheiro a espécie vegetal, tida como a mais importante nesta região, quer pela madeira, quer pelo fruto. No que respeita ao fruto, a cultura do castanheiro é marcada por uma grande heterogeneidade tanto ao nível de variedades plantadas como da área plantada e de idade dos soutos. Esta cultura apresenta uma distribuição distinta em Portugal Continental, sendo a região Norte a mais representativa, como podemos verificar no Gráfico 21, sendo certo que dentro desta, a quase totalidade da produção se localiza em Trás-os-Montes.

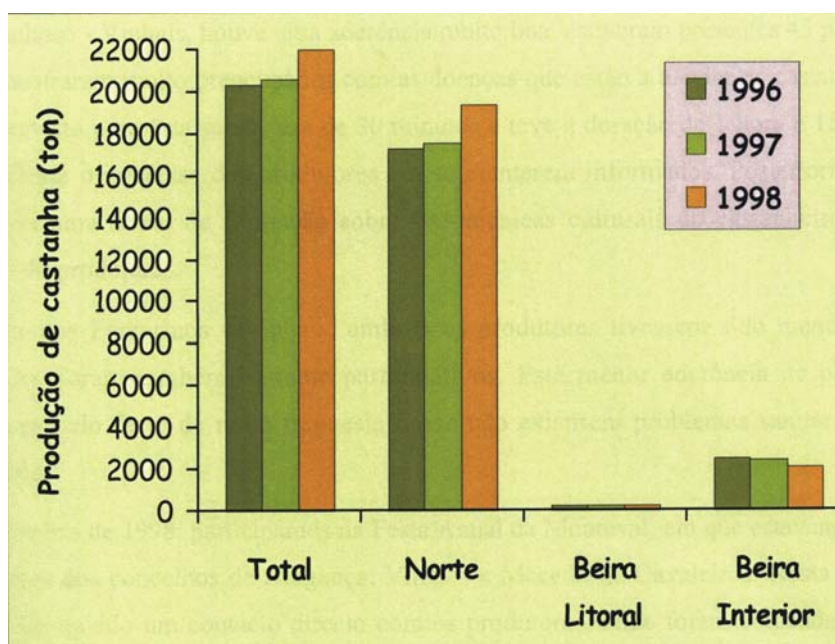


Fonte: Direcção Geral das Florestas

Nota: Dados de 2000 retirados de [www.Min\\_Agricultura.pt](http://www.Min_Agricultura.pt)

Gráfico 21 – Área de ocupação do castanheiro em Portugal

A produção de castanha da Terra Fria tem um peso significativo nas produções agrícolas do distrito. Apresenta-se no Gráfico 22, os valores relativos à produção de castanha, onde se pode verificar esta asserção, pelas produções observadas na região Norte, na qual se encontra integrada a DOP “Castanha da Terra Fria”.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 1998

Gráfico 22 – Produção total de castanha em Portugal

De acordo com o Recenseamento Geral da Agricultura de 1999, as plantações de castanheiro para fruto ocupam actualmente em Trás-os-Montes uma área de 23 388 ha para um total no país de 27 713 ha.

Quase 90% do distrito de Bragança encontra-se a uma altitude que se localiza entre os 500 m – 1000 m, temos algumas áreas no P.N.M. que se localizam entre 1000 m – 1500 m. É nestas altitudes que encontramos a maior parte dos castanheiros. A ocupação humana está concentrada em aldeias, vilas e cidades que nos últimos anos tem sofrido algumas alterações, principalmente no que se refere a desertificação dos campos com emigração massiva para o estrangeiro, grandes centros populacionais do litoral e ultimamente para os maiores agregados populacionais da região, nomeadamente Bragança, Vila Real e Chaves.

#### 5.4.2.1. Evolução Geral da quantidade de Castanha e de Castanheiro

Em relação à produção de castanha, as regiões situadas dentro do parque tiveram uma variação positiva apesar de não significativa; enquanto que as regiões localizadas fora do parque obtiveram um declínio significativo ao nível de significância de 17 %.

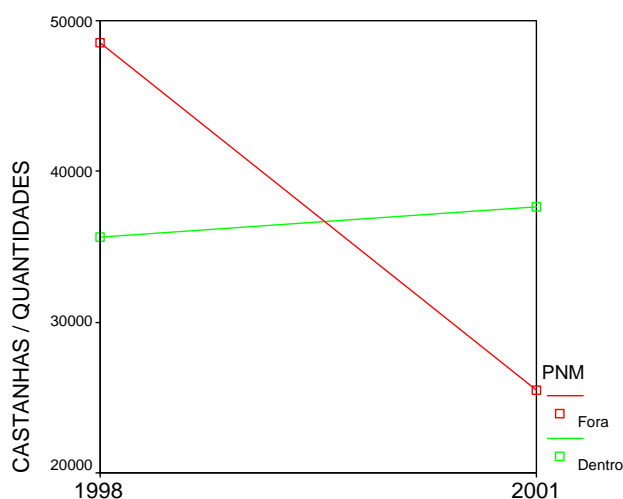


Gráfico 23 – Evolução da produção de castanhas dentro e fora do parque.

Tabela 10 -Evolução da produção de castanhas dentro e fora do parque.

Ano	Fora	Dentro
1998	48492	35656
2001	25456	37611
T	1,408	0,118
G,L	39	38
P	0,167	0,907

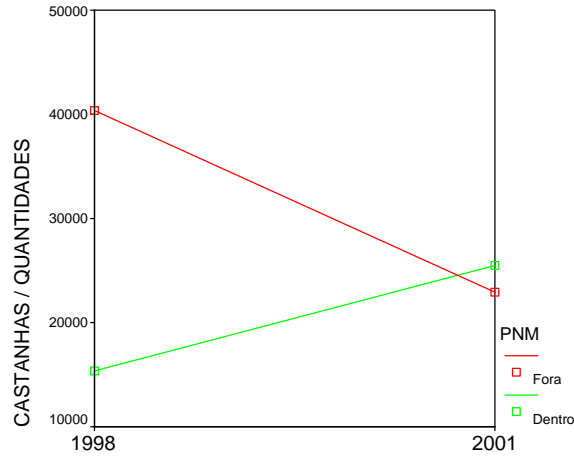


Gráfico 24 – Evolução do número médio de castanhas por freguesias – dentro e fora do parque por ano no concelho de Bragança

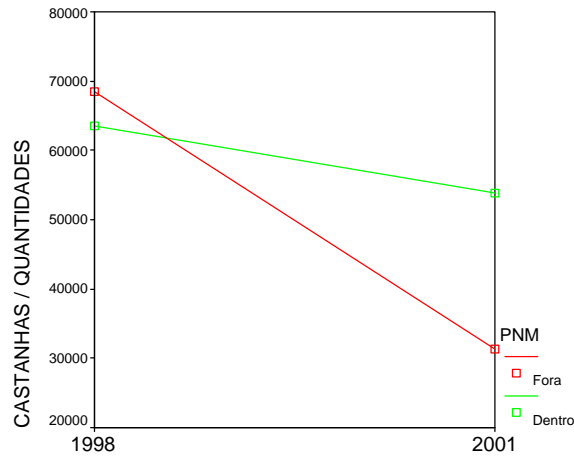


Gráfico 25 – Evolução do número médio de castanhas por freguesias dentro e fora do parque por ano no concelho de Vinhais



### 5.4.2.2. A Situação Actual

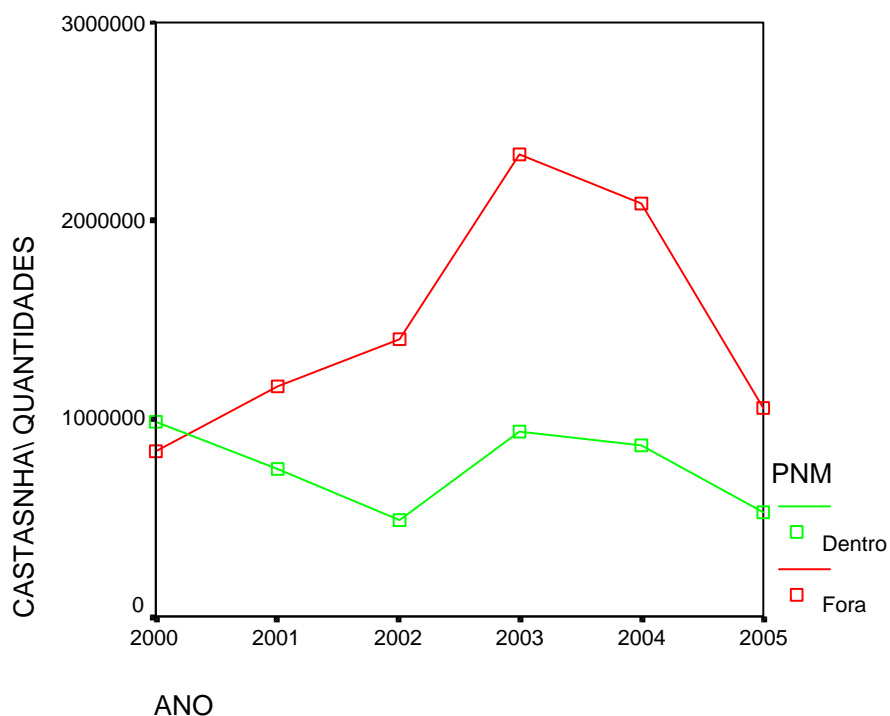


Gráfico 26 – Evolução da Produção de castanha dentro e fora do PNM

A produção de castanha no PNM nos concelhos de Bragança e Vinhais é superior fora do PNM que nas freguesias do interior (Gráfico 26). A evolução da produção fora do PNM tem mostrado uma evolução mais significativa que no interior, excepto no último ano derivado a factores climáticos em que a produção desce nas duas zonas.

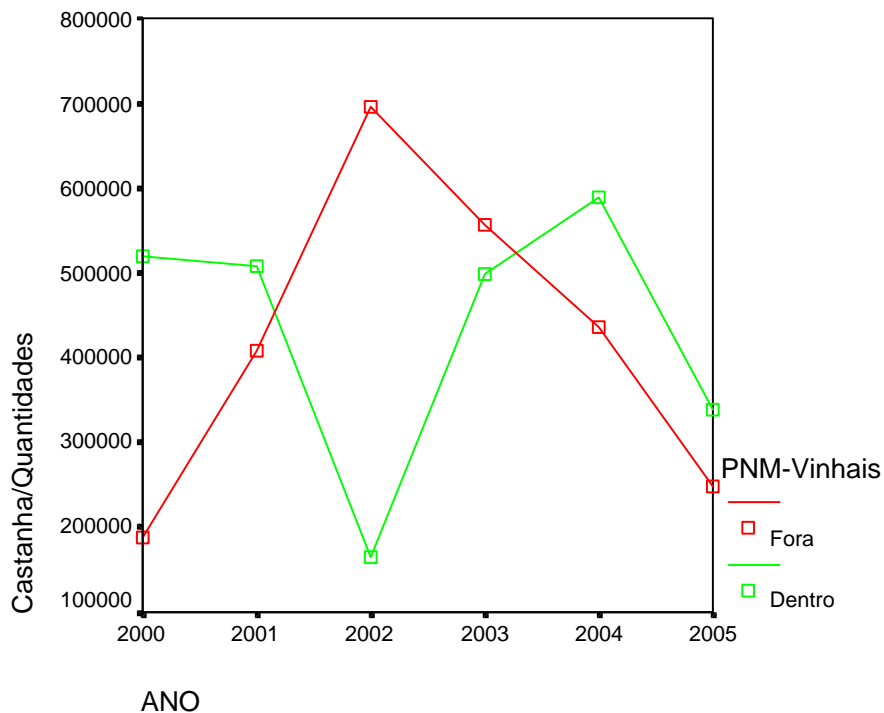


Gráfico 27 – Evolução da Produção de castanha dentro e fora do PNM no Concelho de Vinhais

A produção de castanha fora do PNM no Concelho de Vinhais tem denotado alguma irregularidade, pois existiu um aumento de produção significativo até 2002 e de seguida uma queda acentuada aproximando se os valores de 2005 com os de 2000. Por sua vez a produção no interior do PNM tem sido mas regular, excepto no ano de 2002, onde se verificou uma queda de produção acentuada (Gráfico 27).

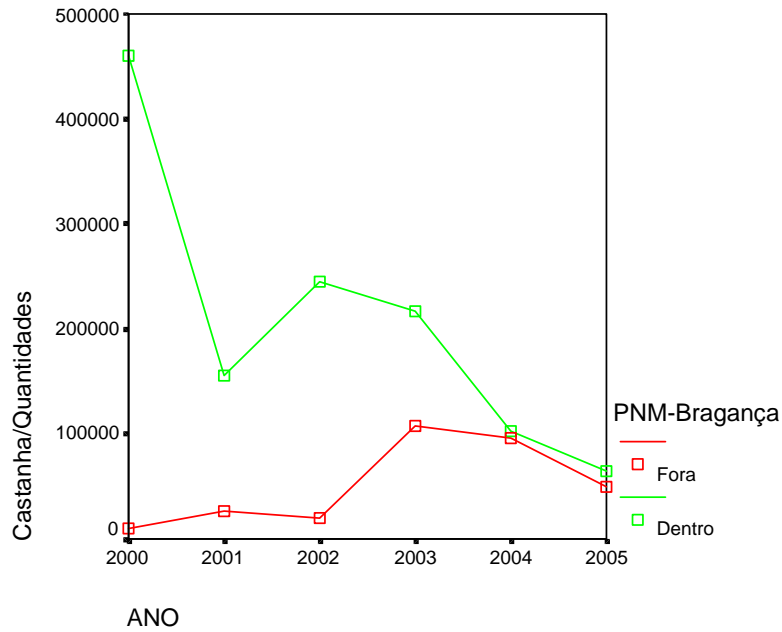


Gráfico 28 – Evolução da Produção de castanha dentro e fora do PNM no Concelho de Bragança

A produção dentro do PNM no Concelho de Bragança é maior que fora do PNM, provavelmente derivado às características geo-morfológica das zonas. A produção dentro do PNM sofreu um decréscimo nos últimos três anos, mantendo mesmo assim sempre superior a produção das freguesias exteriores do PNM (Gáfico 28).

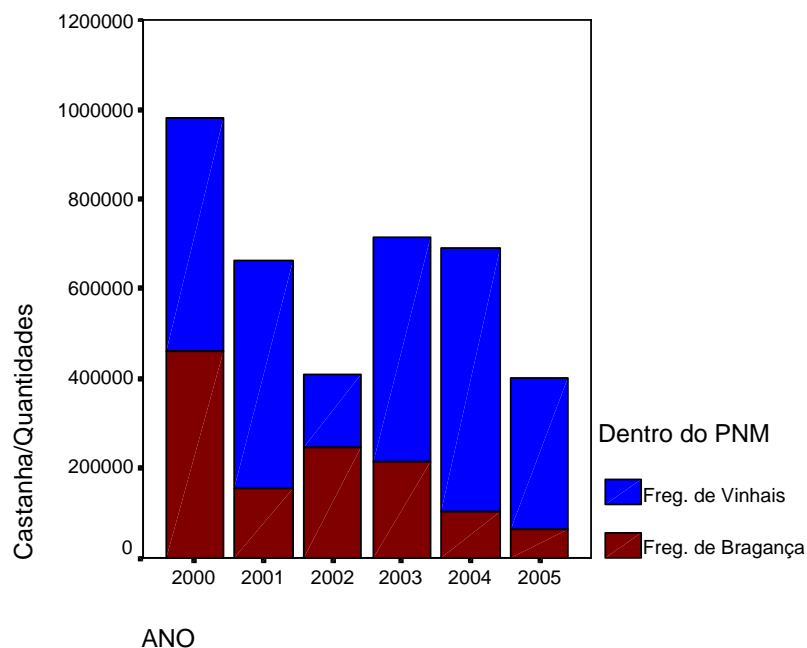


Gráfico 29 – Evolução da Produção de castanha dentro PNM nos Concelhos de Bragança e Vinhais

Através do gráfico 29 podemos concluir que em termos absolutos a produção de castanha anual é superior nas freguesias do concelho de Vinhais relativamente ao concelho de Bragança, dentro do Parque Natural de Montesinho, excepto no ano de 2002.

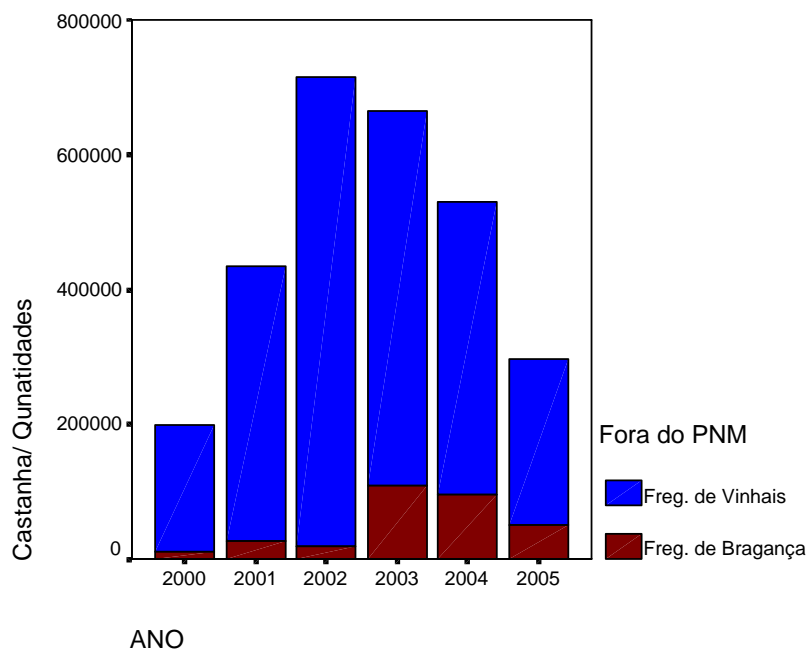


Gráfico 30 – Evolução da Produção de castanha Fora do PNM nos Concelhos de Bragança e Vinhais

Nas Freguesias exteriores ao PNM, a produção de castanha é muito mais significativa nas freguesias do concelho de Vinhais. Pois, os valores associados às freguesias do concelho de Bragança são na maioria dos anos analisados poucos relevantes na produção anual total (Gráfico 30).

## Mapa 6 – Evolução da Castanha (1998/2005)

Quase 90% do distrito de Bragança encontra-se a uma altitude que se localiza entre os 500 m – 1000 m, temos algumas áreas no P.N.M. que se localizam entre 1000 m – 1500 m (mapa 6). É nestas altitudes que encontramos a maior parte dos castanheiros. A ocupação humana está concentrada em aldeias, vilas e cidades que nos últimos anos tem sofrido algumas alterações, principalmente no que se refere à desertificação dos campos com emigração massiva para o estrangeiro, grandes centros populacionais do litoral e ultimamente para os maiores agregados populacionais da região, nomeadamente Bragança, Vila Real e Chaves.

A produção de castanha da Terra Fria tem um peso significativo nas produções agrícolas da região. Há de facto um incremento no crescimento da produção de castanha em zonas de desenvolvimento de soutos de castanheiro onde se aproveita também a vertente do turismo, uma vez que as atracções naturais do Nordeste Transmontano (muito particularmente a paisagem dominada pelos castanheiros) fazem do turismo um sector importante da economia regional, num futuro muito próximo. É neste contexto que se verifica uma evolução significativa de plantação de castanheiro em todo o concelho de Bragança e Vinhais (mapa 7). Dentro do novo espírito de protecção ambiental da PAC dando continuidade aos benefícios financeiros e medidas para a área em estudo, cada vez mais se verifica uma acentuada e progressiva plantação de castanheiro, numa prática agrícola não agressiva em termos ambientais.

Ao nível da evolução do número de castanheiros, verificamos que houve um aumento do número médio de hectares de castanheiros entre 1989 e 1999. Essa evolução foi semelhante quer dentro, quer fora do parque, não existindo diferença significativa na evolução daquelas duas zonas Teste Anova ( $F = 0,693$ ;  $g.l = 1; 1$ ;  $p = 0,408$ ) (Gráfico 31 e Tabela 11).

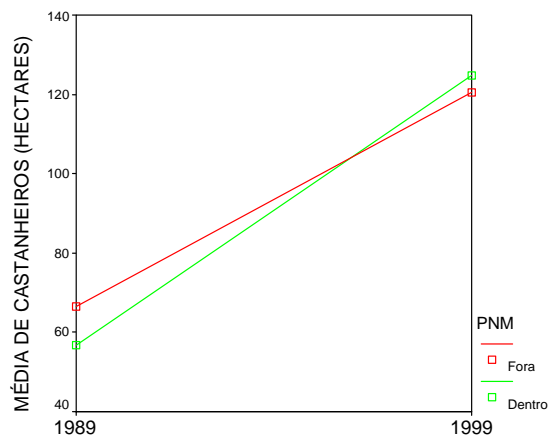


Gráfico 31 – Evolução da plantação de castanheiros dentro e fora do parque entre 1989 e 1999.

Tabela 11 – Evolução da plantação de castanheiros dentro e fora do parque entre 1989 e 1999

Zona / Ano	Média	D Padrão
<b>DENTRO</b>		
1989	56,7	61,1
1999	124,6	101,2
<b>FORA</b>		
1989	66,4	68,2
1999	120,5	120,5
<b>F</b>	<b>G.L</b>	<b>P</b>
0,693	1;1	0,408



## Mapa 7 – Evolução do Castanheiro (1998/2005)

### **5.4.3. O Porco Bísaro**

O porco de raça Bísara é descendente do *Sus celticus* ou javali Europeu. Este sub-género é caracterizado como um animal robusto, tardio, pernalteiro, de corpo estreito e garupa achatada.

Durante muito tempo, na Terra Fria de Trás-os-Montes, a castanha, a batata e o pão de centeio sustentaram as populações juntamente com a carne de porco que era o suplemento alimentar em proteínas e gorduras. Para poder consumir carne de porco durante todo o ano, a população aprendeu a conservá-la, e foi transmitindo este conhecimento de geração em geração.

O concelho de Vinhais situa-se a norte da região de Trás-os-Montes, a uma altitude próxima dos 1000 metros, possuindo inigualáveis condições naturais e um clima específico, caracterizado por Invernos longos e frios, que permitem uma cura perfeita dos enchidos e dos presuntos. O que determina a qualidade excepcional do fumeiro de Vinhais é a matéria-prima, originária na sua maioria de animais de raça bísara, criadores de uma forma perfeitamente tradicional.

#### **5.4.3.1. Evolução Geral do Número Total Associados**

Uma análise ao Gráfico 32 permite verificar que o número total de sócios da associação de criadores de porcos de raça Bísara tem aumentado substancialmente ao longo dos últimos quatro anos; passando dos 200 sócios em 1998 para 235 associados em 2001—correspondendo a um crescimento médio anual de cerca de 6%.

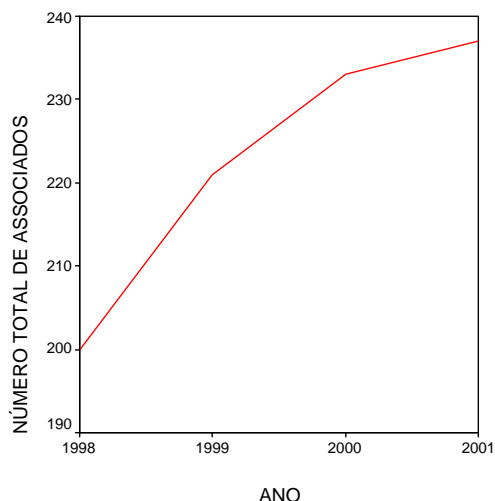


Gráfico 32 – Evolução do número total de associados

Quanto a esta evolução, dentro e fora do parque, nas duas zonas existe um crescimento ao longo dos quatro anos, sendo este crescimento significativo, utilizando o Teste Anova unifactorial ( $F = 53,519$ ;  $g.l = 1;3$ ;  $p = 0,018$ ) fora do PNM. Dentro do parque, o crescimento não é significativo ( $F = 5,388$ ;  $g.l = 1;3$ ;  $p=0,146$ ). Este padrão poderá encontrar a sua razão de ser no facto de a raça bisara estar relacionada com a região de Vinhais e não ao parque propriamente dita (Gráfico 33 e Tabela 12).

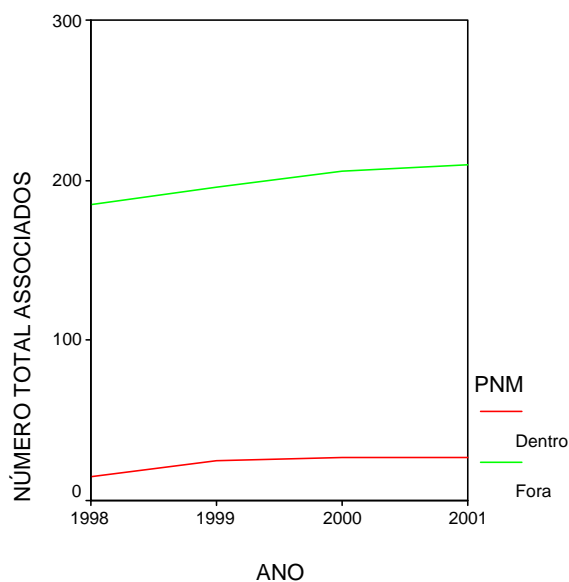


Gráfico 33 – Evolução do número total de associados dentro e fora do parque.

Tabela 12 – Evolução do número total de associados dentro e fora do parque.

Ano	Dentro	Fora
1998	15	185
1999	25	196
2000	27	206
2001	27	210
F	5.388	53.519
P	0.146	0.018
Declive	3.8	8.5

#### 5.4.3.2. Evolução Geral do Número Total de Fêmeas Reprodutoras

Relativamente ao número de fêmeas reprodutoras, ocorreu um aumento (29% ano) desde 1998 a 2001 (Gráfico 34). Analisando a evolução do número de fêmeas reprodutoras dentro e fora do parque, verificou-se que há um aumento significativo “dentro” passou de 332 para 624, correspondendo a cerca de 29% ao ano.

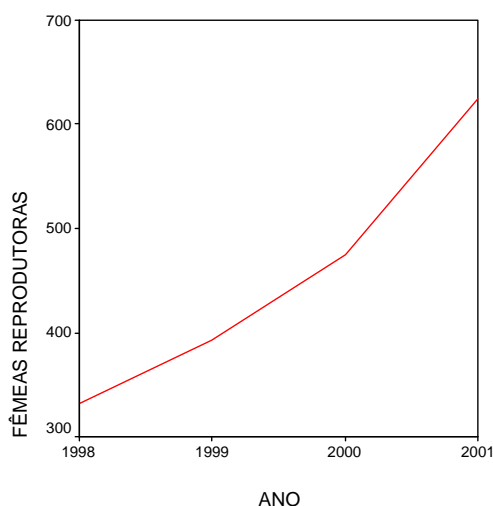


Gráfico 34 – Evolução do número total de fêmeas reprodutoras

Analisando a evolução do número de fêmeas reprodutoras dentro e fora do parque (Gráfico 35 e Tabela 13), verificou-se que há um aumento significativo “dentro”, teste Anova unifactorial ( $F = 57,836$ ; g.l. = 1;3;  $p = 0,017$ ) e apesar de um aumento efectivo, estatisticamente fora do parque, esse crescimento não pode ser considerado significativo ( $F = 17,593$ ; g.l = 1;3;  $p = 0,052$ ).

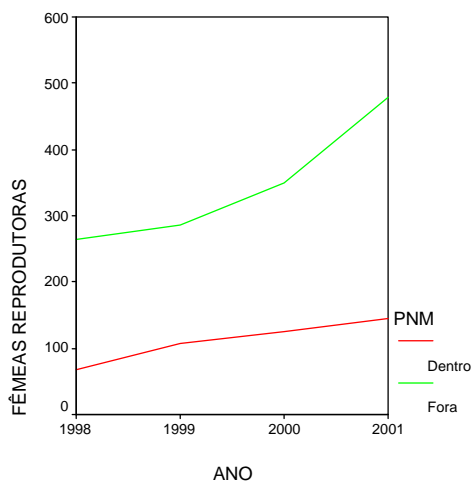


Gráfico 35 – Evolução do número de fêmeas reprodutoras dentro e fora do parque.

Tabela 13 – Evolução do número de fêmeas reprodutoras dentro e fora do parque.

Ano	Dentro	Fora
1998	68	264
1999	107	286
2000	125	350
2001	146	478
F	57.836	17.593
P	0.017	0.052
Declive	25.2	70.60

### 5.4.3.3. A Situação Actual

Em tempos o Bísaro sofreu uma drástica diminuição no seu efectivo, mas a sua capacidade de adaptação ao sistema de agricultura tradicional, o seu temperamento dócil, a prolificidade, a facilidade na criação de leitões bem como a qualidade organoléptica da carne, foram características essenciais para a manutenção desta raça. Actualmente, segundo dados da ANCSUB, existe uma evolução positiva quer no número de nascimentos (LN) quer no número de adultos (LA) (Tabela 14 e Gráfico 36).

Tabela 14 – Inscrições Registo Zootécnico

	Machos LA	Fêmeas LA	Machos LN	Fêmeas LN	Total LA	Total LN
1995	35	76	63	46	111	109
1996	38	65	296	323	103	619
1997	63	210	751	838	273	1589
1998	87	330	1074	1181	417	2255
1999	96	415	1587	1808	511	3395
2000	89	421	2578	2579	510	5157
2001	110	524	3174	3335	634	6509
2002	115	493	2406	2724	608	5130
2003	176	704	2947	3322	880	6269
2004	159	570	3488	3693	729	7181
2005	102	512	3300	3478	614	6778

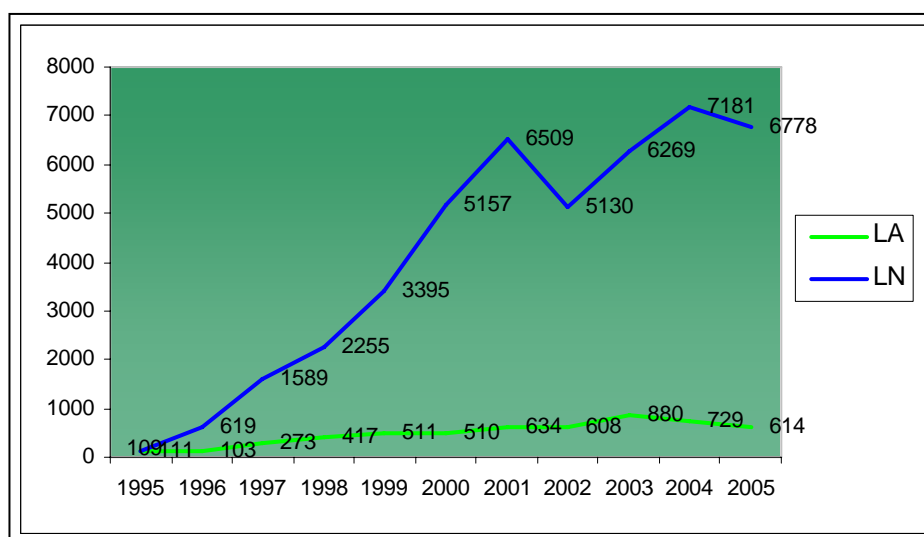


Gráfico 36 – Evolução do número de nascimentos e adultos de 1995 a 2005

Relativamente ao número de fêmeas reprodutoras, ocorreu um aumento significativo desde 2001 a 2005, passando de 624 a cerca de 1270 fêmeas activas e o número total de sócios da associação de criadores de porcos de raça Bísara tem aumentado substancialmente ao longo dos últimos quatro anos; passando dos 235 associados em 2001 para 312 associados em finais de 2005

## Mapa 8 – Evolução do Bísaro

O mapa 8 indica-nos que o desenvolvimento da produção de bísaro se centra em zonas exteriores aos limites do parque (concelho de Vinhais). Toda a área de crescimento apresenta soutos com grande quantidade de castanheiro. É uma zona com mais fácil acesso, estando mais perto da sede do concelho, Vinhais. Como foi referido, a produção e desenvolvimento da raça bísara, não se encontra associada ao P.N.M., podendo ser no entanto, um potencial factor de desenvolvimento socioeconómico do parque. Não sendo uma raça autóctone, encontra condições naturais que permite aos seus produtores potenciar as mais valias económicas da exploração da mesma, contribuindo para o crescimento da rede empresarial. A notoriedade, consequência das características únicas e muito apreciadas do Fumeiro de Vinhais, fez com que os dois produtos, Salpicão de Vinhais e Linguiça de Vinhais ou Chouriça de carne de Vinhais, conseguissem uma protecção comunitária, como Indicação Geográfica Protegida (I.G.P), reconhecida através do Despacho 139/96 de 30/12/96, vindo a permitir a certificação destes produtos. Hoje, outros produtos, apresentam já, a Indicação Geográfica, pelo Aviso 453/2002 – Alheira, Butelo, Chouriça Doce e Chouriço Azedo de Vinhais, pelo Aviso 391/2002 – Presunto Bísaro de Vinhais e pelo Aviso 392/2002 – Carne de Bísaro Transmontano. O processo de certificação destes últimos seis produtos, será iniciado durante o corrente ano.

Atendendo às necessidades específicas da raça Bísara, foi possível viabilizar um matadouro concelhio para abate destes animais onde se destaca o tipo de depilação que é feita através de chamusco em detrimento, do vulgarmente utilizado, escaldão. A laboração do matadouro de Vinhais teve início em Abril de 2000. Por esta linha de abate vão passar cerca de 3 mil suínos bísaros por ano, que vão assegurar a carne necessária para que as unidades de transformação existentes no concelho possam confeccionar o fumeiro regional.

Para além do objectivo principal (abate de suínos de raça bísara), o matadouro vai também dar resposta às necessidades de abastecimento do concelho, estando previsto abater cerca de 3 mil pequenos ruminantes (ovelhas e cabras) por ano, bem como 2 300 bovinos, para abastecer de carne os talhos e unidades de transformação. Este ponto de abate deverá pelo menos criar 9 postos de trabalho, encontrando-se o mesmo número de pessoas a receber formação específica para trabalhar nas diversas áreas.

A Feira do Fumeiro de Vinhais é um acontecimento anual, que se realiza durante três dias do mês de Fevereiro, projectando a sua importância tanto no mercado nacional como internacional. Ligando a raça bísara à tradicional Feira do Fumeiro de Vinhais, ou seja, qualidade e tradição, resulta num movimento económico nos sectores industrial e turístico. Ao



sector industrial associam-se, restaurantes, cafés e residenciais, ao sector turístico associam-se valores culturais da vila, não esquecendo a visita de mais de 60 000 pessoas vindas de todo o país e do estrangeiro.

O escoamento da produção (comercialização dos animais de raça bísara) é efectuada das seguintes formas:

- Venda directa (leitões e porcos adultos);
- Venda a retalhistas;
- Agrupamentos de Produtores de Suínos Bísaros CRL;
- Fábricas de Fumeiro.

Outra forma de escoamento da produção, é a transformação em fumeiro de Vinhais, que poderá ter os seguintes destinos:

- Autoconsumo;
- Venda directa;

#### 5.4.4. Evolução Geral do número de Nogueiras

O número médio de nogueiras obteve um crescimento entre 1989 e 1999, quer dentro e fora do parque, não existindo diferenças significativas na evolução das duas regiões, teste Anova ( $F = 0,179$ ;  $g.l = 1;1$ ;  $p = 0,673$ ) (Gráfico 37 e Tabela 15).

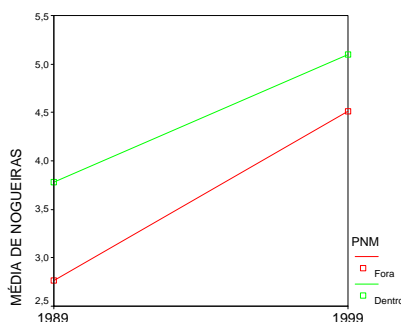


Gráfico 37 – Evolução da plantação de nogueiras dentro e fora do parque entre 1989 e 1999.

Tabela 15 – Evolução da plantação de nogueiras dentro e fora do parque entre 1989 e 1999

Zona / Ano	Média	D Padrão
<b>DENTRO</b>		
1989	3,8	6,8
1999	5,1	11,2
<b>FORA</b>		
1989	2,8	3,7
1999	4,5	11,2
<b>F</b>	<b>G.L</b>	<b>P</b>
0,179	1;1	0,673

## Mapa 9 – Evolução da Nogueira

Tendo em conta as variáveis estudadas, foi realizado um estudo integrado (Gráfico 38), de modo a compreender a dinâmica dos factores de desenvolvimento no parque, comparando-os com a mesma influência fora dos limites do parque (concelho de Bragança e Vinhais).

Relativamente ao mel/número de colmeias, parece haver influência do efeito de transumância, uma vez que há uma alternância de predominância dentro ou fora do parque. A apicultura é, como foi referido, desenvolvida por trabalhadores rurais, em que esta actividade faz parte da sua economia caseira conjuntamente com outras culturas. Apesar desta prática corrente, e depois de se começarem a manifestar os incentivos comunitários, com os melhoramentos sanitários e de acessibilidades, desenvolveram-se outras categorias profissionais, mais ligadas aos serviços, que praticam uma apicultura mais tecnicamente evoluída. Naturalmente que a certificação do produto e a consequente denominação de origem protegida trouxe como vector a qualidade do mesmo, introduzindo um aumento do número de colmeias ou de apicultores, que muitas vezes e devido à grande heterogeneidade, se distribuem muitas das vezes por zonas não coincidentes com a área limítrofe do parque – a apicultura mobilista em detrimento da apicultura fixista.

Em relação ao bísaro, verifica-se uma produção superior (em todos os anos de estudo) no exterior do parque. Não sendo uma raça autóctone, verificou-se um desenvolvimento intensivo da mesma em zonas exteriores aos limites do parque. A profunda desertificação de que é alvo o concelho de Vinhais associado ao fraco desenvolvimento económico são o contributo para um mapeamento tão visível ao nível da localização e de factores preferenciais na evolução e implementação da raça bísara :

- melhores acessibilidades
- proximidade com a sede de concelho
- acesso mais rápido à informação
- zonas de maior área de produção de castanha

Finalmente a castanha apresenta uma maior produção fora do parque (considerando apenas os dados disponíveis relativos aos anos 1998 e 2001), não sendo possível formar opiniões conclusivas, devido à grande falta de informação. No entanto e deparando-nos com uma população muito envelhecida, sem forças para enveredar por uma nova actividade, existe uma grande afinidade/proximidade com o mundo rural. Com o aparecimento dos programas de financiamento comunitários e com a queda do interesse por culturas mais exigentes em mão-de-obra, observa-se a manutenção e até crescimento da produção de castanha.

Favoravelmente se manifestou o desenvolvimento da produção de castanha em zonas exteriores ao parque tendo em vista que a dinâmica populacional e económica em áreas compreendidas pelo parque apresentavam:

- um acentuado declínio demográfico e um rápido envelhecimento da população;
- bacias de emprego de reduzida dimensão;
- economia muito dependente de actividades tradicionais pouco organizadas e de pequena dimensão;
- insuficiente capacidade de iniciativa e um diminuto empresarial;
- relativo encravamento geográfico e fracas acessibilidades intra-regionais.

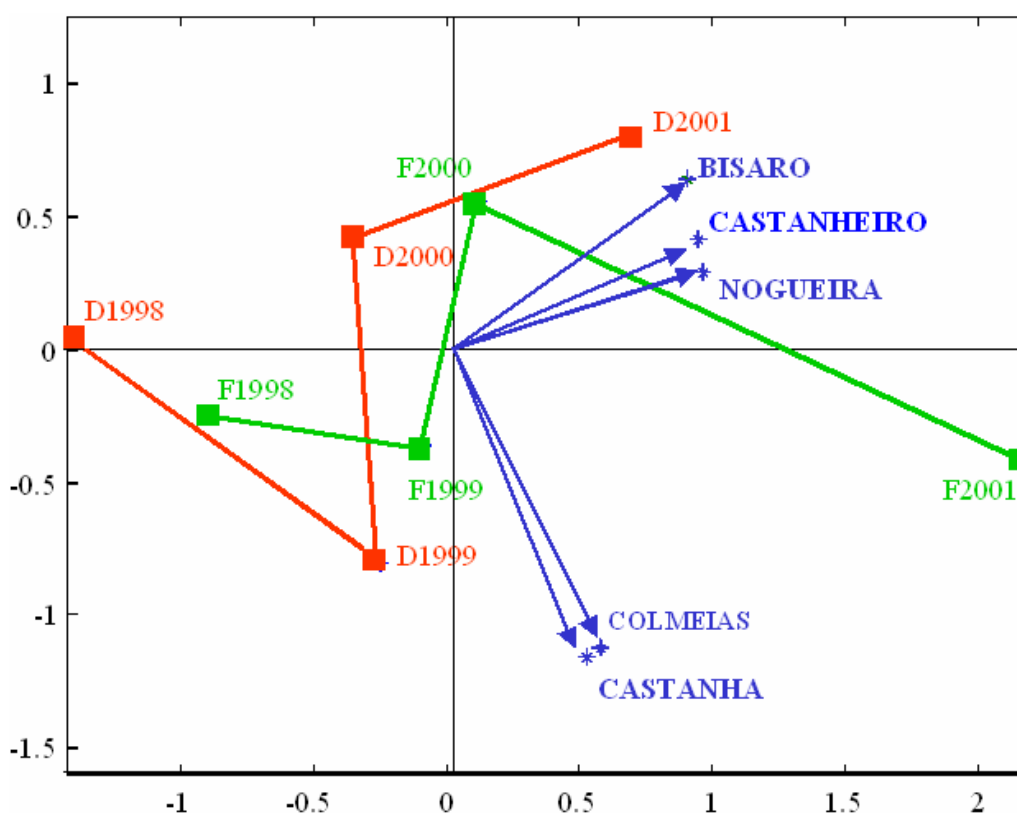


Gráfico 38 – Biplot da evolução da produção entre 1998 e 2001

Foi feita uma análise de cluster que permitiu classificar as diferentes freguesias em seis grupos ou clusters (mel, bísaro, castanha, castanheiro e nogueira), cuja constituição aparece sob a forma de diferentes cores. Um cluster forma um conjunto de freguesias cuja evolução na produção / plantação dos diferentes produtos é significativamente semelhante como é representado no mapa 10. Cada cluster é representado por uma cor demonstrando assim as semelhanças entre as freguesias (Anexo 8).

## Mapa 10 – Análise de Clusters por freguesia

No que respeita às variáveis em estudo, foram aplicados os seguintes parâmetros:

Tabela 16 – Evolução das variáveis

Cluster	Castanheiro	Nogueira	Castanha	Bísaro	Mel
1	Crescimento	Estagnação	Estagnação	S. Produção	S. Produção
2	Crescimento	Estagnação	Recessão	S. Produção	Crescimento
3	Crescimento	Estagnação	Crescimento	S. Produção	Recessão
4	Estagnação	Estagnação	Crescimento	S. Produção	Crescimento
5	Estagnação	Recessão	S. Produção	Crescimento	Estagnação
6	Crescimento	Crescimento	Recessão	Crescimento	Crescimento

Assim, resolvemos caracterizar os clusters em relação ao que os diferencia entre si, apresentando abaixo o gráfico de perfis da evolução pelos diferentes clusters.

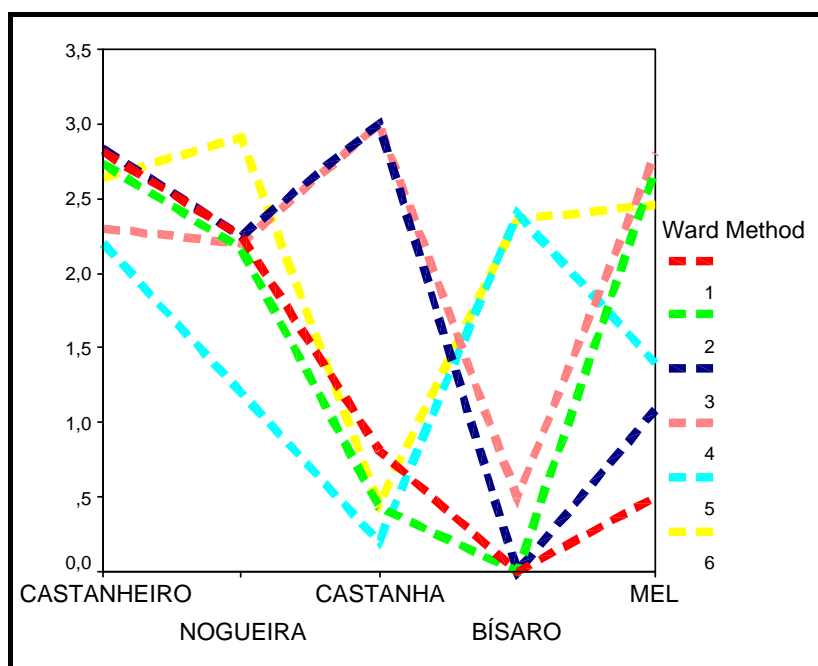


Gráfico 39 – Perfis da evolução segundo os seis clusters

#### 5.4.5. A Raça Mirandesa

A raça Mirandesa é uma raça que tem a sua origem na raça fosca do planalto superior castelhano, do qual faz parte do tronco ibérico de um conjunto de raças europeias que abrange Portugal, Espanha, França, Itália, mas que todas elas têm uma característica comum e principal que é uma raça unicolor castanha, que se designam pertencente ao tronco castanho. O centro de irradiação da raça Mirandesa coincide com a área etnográfica em que se fala a língua mirandesa, que pertence ao concelho de Miranda do Douro. Esta, por sua vez, ramificou-se para os concelhos vizinhos de Vimioso, Mogadouro, Bragança, Vinhais e Macedo de Cavaleiros, que passaram a integrar o solar da raça.

Nas zonas mais pluviosas dominam os prados permanentes de regadio (concelhos de Bragança e Vinhais) e no planalto Mirandês prevalecem os lameiros de secadal (concelhos de Vimioso, Miranda do Douro e Mogadouro). Matas de castanheiros e de carvalho são o elemento característico nas zonas mais húmidas, enquanto a paisagem das zonas mais secas é mais aberta e imperam as ripícolas, ulmeiros e freixos. A cerealicultura é baseada no centeio, as encostas são estabilizadas por matas de carvalhos, soutos de castanheiro (nomeadamente na área do P.N.M.) e os lameiros ocupam as linhas de água e zonas de coluvionares. Os lameiros podem ser de sequeiro ou secadal e de regadio: os primeiros para pasto e feno e os últimos, próximos das povoações e com abundância de água, para erva.

Quanto à sua origem, a raça Mirandesa resulta do cruzamento do tronco *Bos taurus brachyeros* com o tronco *Bos taurus primigenitus* o que faz com que haja uma diversidade feno-genotípica. Esta raça de bovinos foi, ao longo de gerações, muito apreciada pela qualidade da sua carne. Os vitelos de raça Mirandesa são alimentados, exclusivamente, à base de produtos naturais, como o leite materno misturando e complementando com cereais, pastagens e forragens produzidos na própria exploração, sem a utilização de fertilizantes químicos. Não é permitida a utilização de anabolizantes ou qualquer outro tipo de promotores artificiais de crescimento.

#### 5.4.5.1. Produções

Tabela 17 – Fundos recorridos para a criação da raça bovina mirandesa.

Fundos	Ano	PNM				Total
		Bragança		Vinhais		
		Dentro	Fora	Dentro	Fora	
Fundos específicos	2004 / 2005	0	2	9	0	11
Ambos		1	0	1	0	2
Fundos próprios		24	23	13	23	83
Não respondeu		0	0	2	2	4
<b>Total</b>		25	25	25	25	100

Os dados revelam que grande parte dos inquiridos, com 83% recorre a fundos próprios para criação da raça bovina mirandesa, 11% referem que recorrem a fundos específicos, 2% recorrem a ambos (tabela 17).

Tabela 18 – Subsídios específicos a que os agricultores recorrem.

Fundos	Ano	PNM				Total
		Bragança		Vinhais		
		Dentro	Fora	Dentro	Fora	
ADS	2004 / 2005	0	0	2	0	2
IFADAP		0	0	1	0	1
INGA		1	0	1	0	2
INGA / IFADAP		0	0	1	0	1
Subsídios		0	1	3	0	4
Associações		0	0	1	0	1
<b>Total</b>		1	1	9	0	11

Os agricultores / produtores que recorrem a subsídios específicos referem que são subsídios do ADS, IFADAP, INGA e Associações (Tabela 18).

Tabela 19 – Início de criação da raça mirandesa.

Ano de criação	PNM				Total
	Bragança		Vinhais		
	Dentro	Fora	Dentro	Fora	
1949	0	0	0	1	1
1960	0	0	1	0	1
1964	0	1	0	0	1
1970	1	0	0	0	1
1972	0	0	1	0	1
1974	3	2	3	2	10
1975	0	3	1	0	4
1977	0	0	0	2	2
1978	0	1	0	0	1
1979	3	2	0	2	7
1981	1	0	2	1	4
1982	2	2	0	1	5
1983	0	1	0	0	1
1984	2	4	2	2	10
1985	0	0	0	1	1
1986	1	0	1	2	4
1988	1	0	0	2	3
1989	2	3	1	0	6
1990	0	1	1	0	2
1991	0	0	1	2	3
1992	2	3	0	1	6
1993	0	0	0	3	3
1994	4	2	3	0	9
1995	2	0	0	0	2
1996	1	0	2	2	5
1997	0	0	3	0	3
1998	0	0	1	0	1
2003	0	0	1	0	1
<b>Total</b>	25	25	25	25	100



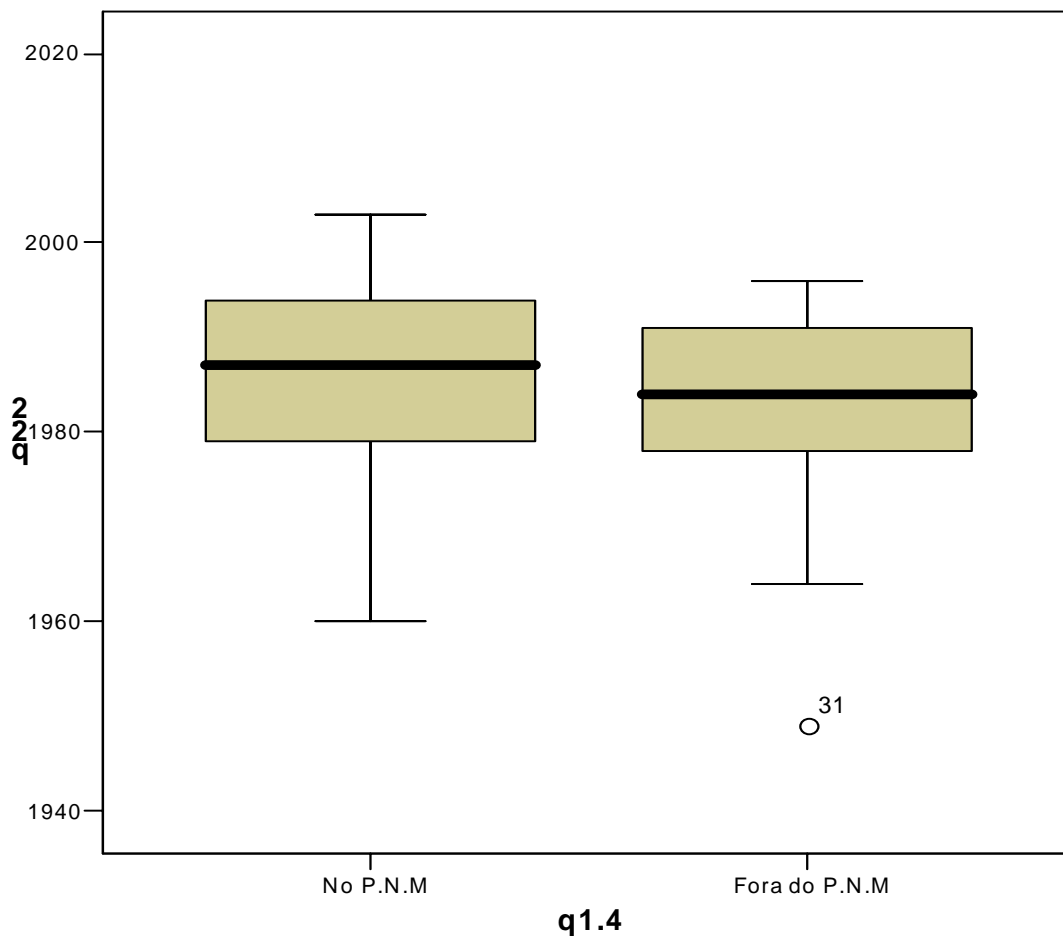


Gráfico 40 – Criação da raça Mirandesa por ano e por criador/produtor

Com os dados podemos concluir o agricultor/produtor que cria raça Mirandesa há mais tempo começou em 1949, o que o faz há menos tempos iniciou em 2003, o ano em que mais inquiridos iniciaram a produção foi em 1974 e 1984 (Tabela 14).

Tabela 20 – Criação de bovinos por ano

Bovinos criados por ano	PNM				Total
	Bragança		Vinhais		
	Dentro	Fora	Dentro	Fora	
1	1	1	1	0	3
2	2	2	3	4	11
3	2	3	3	4	12
4	4	5	5	3	17
5	2	2	2	2	8
6	2	4	0	4	10
7	2	2	1	1	6
8	1	0	3	5	9
9	2	1	0	1	4
10	0	2	1	0	3
11	1	0	0	0	1
12	1	1	1	0	3
13	1	0	0	1	2
14	1	0	1	0	2
15	0	1	1	0	2
20	1	0	1	0	2
25	1	1	0	0	2
28	1	0	0	0	1
32	0	0	1	0	1
43	0	0	1	0	1
<b>Total</b>	25	25	25	25	100

N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
100	1	43	7,33	6,78

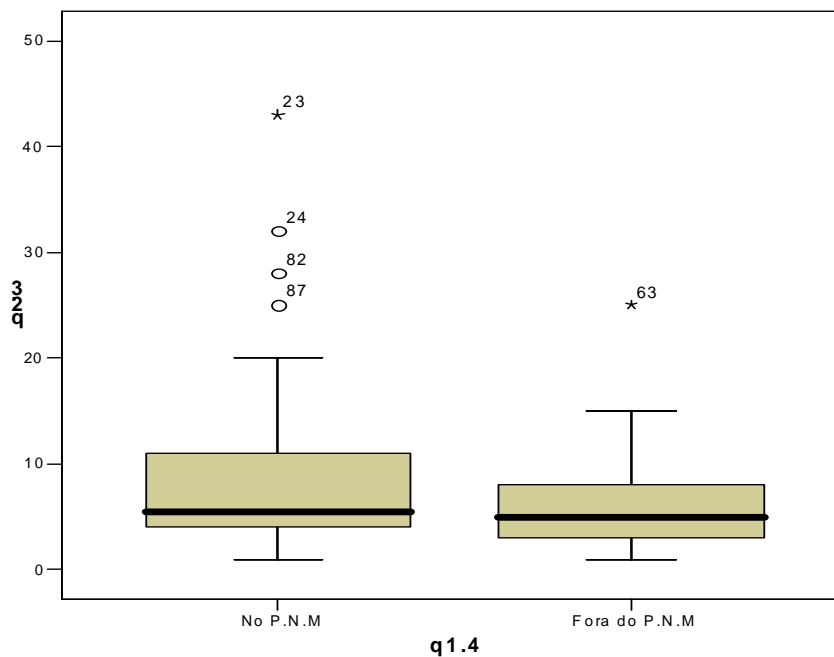


Gráfico 41 – Número de bovinos criados por ano

O Agricultor/produtor que cria mais bovinos por ano refere que são 43 aproximadamente, temos produtores que criam apenas 1, a média de criação anual entre os produtores inquiridos é de 7,33 bovinos. O valor mais frequente é referente aos agricultores que criam 4 bovinos (tabela 20 e gráfico 41).

Tabela 21 – Fornecimento e criação de outros produtos.

Fornece e cria outros produtos	Ano	PNM				Total
		Bragança		Vinhais		
		Dentro	Fora	Dentro	Fora	
Mel	2004 / 2005	0	0	1	0	1
Castanha		10	10	14	1	35
Nogueira		0	0	5	1	6
Porco Bísaro		0	0	3	2	5
Outra		1	0	0	0	1
<b>Total</b>		11	10	23	4	47

Outros produtos criados.	PNM				Total
	Bragança		Vinhais		
	Dentro	Fora	Dentro	Fora	
Centeio	0	0	1	0	1
Galinhas	1	0	1	0	2
Coelhos	0	0	1	0	1
<b>Total</b>	1	0	3	0	4

A esta questão nem todos inquiridos responderam, entre os que responderam, alguns criam ou produzem mais do que uma espécie ou produto agrícola. O Produto mais referido foi a castanha, seguido de noqueira e porco bísaro (tabela 21).

Tabela 22 – Finalidade da criação da raça mirandesa

Finalidade da criação da raça mirandesa	PNM				Total
	Bragança		Vinhais		
	Dentro	Fora	Dentro	Fora	
Auto consumo	0	1	3	0	4
Para venda em vida	25	24	22	25	96
<b>Total</b>	25	25	25	25	100

Com os dados podemos concluir 96% dos inquiridos faz criação de bovinos de raça mirandesa para vender em vida, também surgem 4% dos inquiridos que o fazem para auto consumo (tabela 22).

Tabela 23 – Tipo de alimentação

Tipo de alimentação	PNM				Total
	Bragança		Vinhais		
	Dentro	Fora	Dentro	Fora	
Rações	19	7	16	15	57
Batatas	8	17	7	4	36
Molhos	17	15	21	13	66
Outros	0	1	9	1	11
Castanhas	2	0	1	1	4
Verduras	21	14	6	16	57
<b>Total</b>	67	54	60	50	231

Outro tipo de alimento	PNM				Total
	Bragança		Vinhais		
	Dentro	Fora	Dentro	Fora	
Erva	0	2	8	2	12
Feno	15	15	10	11	51
Nabos	2	5	1	5	13
Centeio	0	1	4	0	5
Pasto	13	5	6	4	28
Cevada	6	5	0	0	11
Aveia	1	2	1	0	4
Farinha	1	1	1	0	3
Grão	0	0	2	0	2
Leite materno	0	0	1	0	1
Abóbora	0	1	0	0	1
<b>Total</b>	38	37	34	22	131

Com os dados podemos obtidos podemos concluir que o alimento mais utilizado nos animais é o milho, seguido de rações, verduras e feno, têm valores significativos as batatas, o pasto os nabos e também a cevada (tabela 23). Em qualquer das zonas geográficas os alimentos são essencialmente os mesmos.

Tabela 24 – Comercialização dos bovinos

A quem se vendem os bovinos	PNM				Total
	Bragança		Vinhais		
	Dentro	Fora	Dentro	Fora	
Talho	25	23	22	25	95
Outros locais	0	2	3	0	5
<b>Total</b>	25	25	25	25	100

Outros	PNM				Total
	Bragança		Vinhais		
	Dentro	Fora	Dentro	Fora	
Matadouro	0	0	2	0	2
Associações	1	1	4	0	6
Consumo Próprio	5	7	4	10	26
Fábricas	1	0	0	0	1
Cooperativa Mirandesa	0	1	0	0	1
<b>Total</b>	7	9	10	10	36

Com os dados podemos concluir a maioria vende os bovinos que cria aos talhantes, no entanto alguns assinalaram várias opções, porque também vendem a particulares simultaneamente que vendem para o talho, outros vendem às associações a partida Raça Mirandesa, cooperativas, matadouro, fabricas, etc (tabela 24).

Tabela 25 –Produtos extraídos da raça mirandesa

Produtos que fabrica desta Raça	PNM				Total
	Bragança		Vinhais		
	Dentro	Fora	Dentro	Fora	
Carnes	25	25	25	25	100
<b>Total</b>	25	25	25	25	100

Em geral, todos os produtores/agricultores criam esta raça de Bovinos para carne (tabela 25).

Tabela 26 – Evolução da produção

Evolução da produção	PNM				Total
	Bragança		Vinhais		
	Dentro	Fora	Dentro	Fora	
Aumento	0	2	4	1	7
Estagnação	12	14	20	9	55
Diminuição	13	9	1	15	38
<b>Total</b>	25	25	25	25	100

Em relação à evolução nos últimos anos os produtores consideram que houve uma estagnação (55%) (tabela 26).

A carne Mirandesa passou a ser um produto de marca que, em termos de regulamento (C.E.E.) 2081/92, está protegida contra qualquer tipo de tentativas de uso inadequado ou indevido da marca, com o fim de explorar, bem como, contra qualquer expressão “similares” que sejam susceptíveis de induzir a consumir em erro. É um produto DOP, certificada, onde a sua comercialização está a cargo exclusivo da cooperativa Agro-Pecuária Mirandesa (AGROPEMA), que é a entidade detentora da marca. O circuito de comercialização é o seguinte:

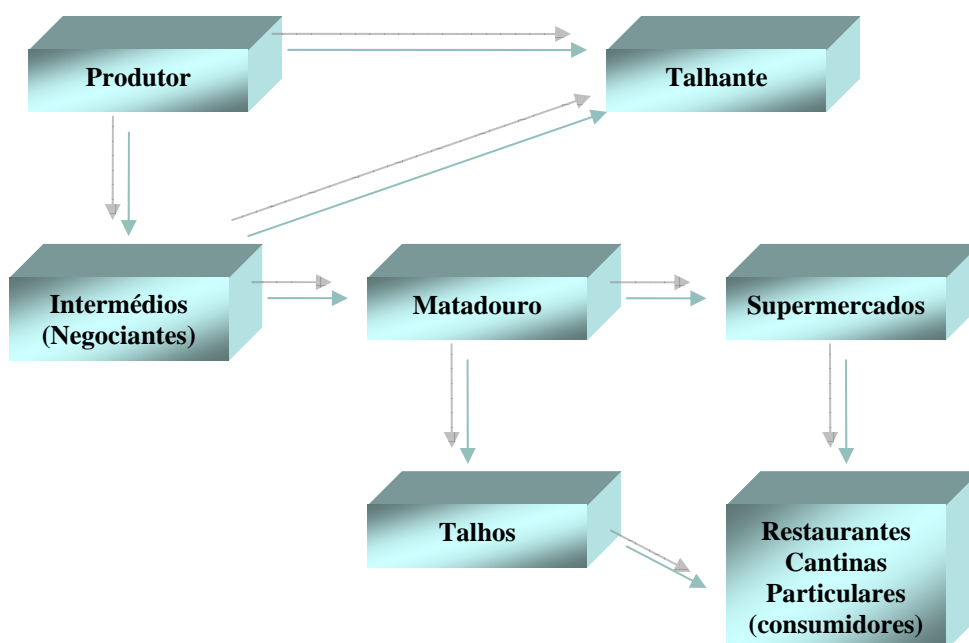


Figura 7 – Circuito de Comercialização da raça Mirandesa

#### 5.4.6. A Ovelha Churra Galega Bragançana

As origens da raça Churra Galega Bragançana são do Tipo *Pirinéus*, que por sua vez derivam do muflão europeu. A fixação dos caracteres desta raça está intimamente relacionada com o ambiente onde vivem. O clima é extremamente rigoroso, por outro lado deparamo-nos igualmente com um relevo bastante acidentado e a pouca capacidade forrageira destes solos influenciaram o tipo destes animais. A produção de ovinos está desde há longa data associada à Terra Fria Transmontana (zona mais a norte desta região e que abrange a totalidade do distrito de Bragança), proporcionando às populações desta zona alimento, agasalho e fertilização dos solos e sendo, por vezes, a única riqueza dos agricultores desta região.

Os ovinos da raça churra galega bragançana, como todos os englobados, tradicionalmente, nas raças churras autóctones, têm relações filogenéticas com o *Ovis aries studery*. A pastorícia foi uma das mais importantes facetas da vida dos primeiros habitantes da península ibérica, constituindo a exploração ovina, através de séculos, a pedra angular da economia dos povos hispânicos.

Em 1967 o efectivo ovino da raça era considerado nesta data em cerca de 40.000 cabeças, diminuição devida a diversas razões: aumento da área destinada à produção de cereais que acarretou um aumento da área de “folhadas” e restolhos e a uma diminuição das pastagens, dos pousios em consequência da mobilização dos solos feita pelas máquinas agrícolas, em substituição da tracção animal; aumento significativo da área destinada à produção florestal, sem a consequente implantação de prados de montanha, onde a ovelha podia ganhar em qualidade de pastagem, o que perdeu em área de pastoreio.

Durante este período (década de 60) e visando o aumento da produção de carne, a ovelha Bragançana foi sujeita a um duplo cruzamento: com as raças Frísia, com o fim de aumentar a prolificidade do leite; e com a raça Romney Marsh, para aumentar a produção de carne. Com a finalidade de melhorar a qualidade e quantidade das lãs, atendendo às condições edafo-climáticas e oferta de alimentos, iniciou-se na raça o cruzamento com a raça Bordaleira Campaniça.

Neste período de tempo, na área de exploração da ovelha Bragançana, a pecuária existente, especialmente no que se refere a ruminantes caracterizou-se por uma fraca invasão de animais de outras raças ovinas, diminuição do efectivo caprino, diminuição do efectivo de bovinos de trabalho, e aumento do efectivo de bovinos leiteiros, o qual em termos alimentares pouca concorrência fizeram aos ovinos.

A diminuição do efectivo da raça esteve especialmente relacionada com a diminuição da mão-de-obra em consequência de uma forte imigração para a Europa e de uma melhoria das condições sociais e culturais das populações existentes, que começaram a ocupar outras funções não relacionadas com o pastoreio e com políticas florestal e de produção de cereais, no que se refere à utilização de certas zonas consideradas marginais e que foram desviadas da sua vocação natural, a silvo pastorícia, onde a ovelha teria o seu lugar.

O efectivo da raça passou de 40.000 em 1967, a 5.000 em 1990, situação em que a raça foi considerada em vias de extinção. Factores relacionados com esta situação temos a referir as alterações relacionadas com o regime de exploração, pois a ovelha Galega Bragançana começou a ser explorada em regime intensivo em ovis construídos em Travanca, Macedo de

Cavaleiros por razões relacionadas com a falta de mão-de-obra como atrás foi mencionado e ao aumento da área de regadio, à base da construção de barragens que veio aumentar gradualmente a produção de forragens em terrenos com essa aptidão. Este regime intensivo enquadrava-se no programa de desenvolvimento da ovinicultura regional da responsabilidade da Federação dos Grémios da Lavoura do Nordeste Transmontano, e a ovelha Galega Bragançana começou a ser explorada na função de leite e com a finalidade de aumentar a produção leiteira foi sujeita ao cruzamento com as raças Frísia e Sarda, ambas as raças manifestaram o seu potencial melhorador, com realce para a raça Sarda, cujos descendentes tiveram uma melhor adaptação às condições edafo-climáticas da região.

No que diz respeito a lã, e visto tratarem-se de ovinos do tipo churro, as fibras são compridas, grossas e ásperas. Possui algum pêlo morto acastanhado. A sua utilização principal é no fabrico de artigos de artesanato – mantas e tapetes.

#### 5.4.6.1. Produções

Tabela 27 – Subsídios específicos a que os agricultores recorrem.

Fundos	Frequência	Frequência Relativa	Frequência Relativa
	Absoluta		Acumulada
ACOB	15	28,3	28,3
IFADAP	8	15,1	43,4
INGA	11	20,8	64,2
Subsídios	19	35,8	100,0
Total	53	100,0	

Os criadores de referem mais do que um tipo de fundo específico. Os agricultores / produtores que recorrem a fundos específicos e referem que são subsídios, IFADAP, INGA e ACOB (tabela 27).

Tabela 28 – Início de criação da ovelha churra galega bragançana.

Ano de criação	PNM				Total
	Bragança		Vinhais		
	Dentro	Fora	Dentro	Fora	
1974	1	0	0	0	1
1976	0	0	0	1	1
1984	0	2	0	0	2
1986	1	0	0	0	1
1987	0	2	0	0	2
1988	2	0	0	0	2
1989	0	1	0	0	1
1992	0	2	1	0	3
1994	4	0	0	0	4
1996	0	0	1	0	1



1998	0	1	0	0	1
1999	0	1	0	2	3
2000	0	0	1	0	1
2001	1	0	0	0	1
<b>Total</b>	9	9	3	3	24

N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
24	1974	2001	1991,13	7,15

Com os dados podemos concluir o agricultor/produtor que cria Ovelha Churra Galega Bragançana há mais tempo começou em 1974, o que o faz há menos tempos iniciou em 2001, o ano em que mais inquiridos iniciaram a produção foi em 1994 (tabela 28).

Tabela 29 – Criação de bovinos por ano

Número de ovinos efectivos	PNM				Total
	Bragança		Vinhais		
	Dentro	Fora	Dentro	Fora	
120	0	1	0	0	1
130	1	1	1	0	3
150	1	1	0	0	2
160	2	1	0	0	3
180	2	0	0	2	4
200	2	2	1	1	6
230	0	1	0	0	1
250	1	1	0	0	2
290	0	0	1	0	1
320	0	1	0	0	1
<b>Total</b>	9	9	3	3	24

N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
24	120	320	189,58	50,34

### Produção Média por Zonas Geográficas

LOCAL	Média	N	Desvio Padrão
Bragança-Fora PNM	195,56	9	64,25
Bragança-Dentro PNM	178,89	9	35,16
Vinhais-Fora PNM	186,67	3	11,55
Vinhais-Dentro PNM	206,67	3	80,21
Total	189,58	24	50,34

O Agricultor/produtor que têm mais ovinos refere que são 320 aproximadamente, o que possui menos gado efectivo diz serem 120. O número mais frequente é 200 animais. Comparando a média de ovinos por produtor e por zonas dentro e fora do parque, no concelho de Bragança e Vinhais, verificamos que onde a média é superior é em Vinhais na área protegida do Parque. Onde os rebanhos são mais pequenos é em Bragança, também dentro da área do Parque (tabela 29).

Tabela 30 – Fornecimento e criação de outros produtos.

Fornece e cria outros produtos	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Frequência Relativa Acumulada
Mel	1	3,6	3,6
Castanha	9	32,1	35,7
Porco bísaro	2	7,1	42,9
Cabrito de Montesinho	1	3,6	46,4
Raça Bovina Mirandesa	2	7,1	53,6
Não	13	46,4	100,0
Total	28	100,0	

Nesta questão os inquiridos seleccionaram mais do que uma opção, 53,6% criam ou produzem mais do que uma espécie ou produto agrícola. O produto mais referido foi a castanha, seguido do porco bísaro e a raça bovina Mirandesa (tabela 30).

Tabela 31 – Finalidade da criação da ovelha churra galega bragançana.

	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Frequência Relativa Acumulada
Auto consumo	20	40,8	40,8
Para venda em vida	24	49,0	89,8
para venda em morto	5	10,2	100,0
Total	49	100,0	

Alguns inquiridos seleccionaram mais do que uma opção. Com os dados podemos concluir 49% dos inquiridos faz criação de ovinos de Ovelha Churra Galega Bragançana para vender em vida, 41% também o faz para auto consumo, e 10% diz que os vende em mortos (tabela 31).

Tabela 32 – Tipo de alimentação

	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Frequência Relativa Acumulada
Rações	3	5,8	5,8
Batatas	2	3,8	9,6
Milho	12	23,1	32,7
Castanha	1	1,9	34,6
Verduras	24	46,2	80,8
outros	10	19,2	100,0
Total	49	100,0	

Outros	F.A
Feno	6
Palha	2
Centeio	4
Cereais	1
Aveia	6
Total	19

Com os dados obtidos podemos concluir que o alimento mais utilizado pelos animais é as verduras, seguidas de milho, feno, aveia entre outros menos referidos (tabela 32).

Tabela 33 – Número de cordeiros vendidos

Talho	PNM				Total
	Bragança		Vinhais		
	Dentro	Fora	Dentro	Fora	
100	2	0	0	0	2
120	0	1	0	1	2
150	1	0	0	0	1
<b>Total</b>	3	1	0	1	5

Particulares	PNM				Total
	Bragança		Vinhais		
	Dentro	Fora	Dentro	Fora	
3	1	0	0	0	1
20	1	0	0	0	1
40	0	0	0	1	1
50	2	1	0	0	3
80	0	1	0	1	2
84	0	1	0	0	1
100	2	2	0	1	5
150	0	2	1	0	3
200	2	2	0	0	4
250	0	0	1	0	1
275	0	0	1	0	1
<b>Total</b>	8	9	3	3	23

Com os dados podemos concluir que a maioria dos criadores vende os ovinos que cria a particulares, no entanto alguns assinalaram mais do que uma opção referindo que vendem a particulares e para o talho (tabela 33).

Tabela 34 – Produtos extraídos da ovelha churra galega bragançana

Produtos que fabrica da ovelha churra	PNM				Total
	Bragança		Vinhais		
	Dentro	Fora	Dentro	Fora	
Carnes	9	9	3	3	24
<b>Total</b>	9	9	3	3	24

Em geral, todos os produtores criam esta raça de ovinos para carne (tabela 34).

Tabela 35 – Evolução da produção

Evolução da produção	PNM				Total
	Bragança		Vinhais		
	Dentro	Fora	Dentro	Fora	
Aumento	3	6	3	1	13
Estagnação	5	3	0	2	10
Diminuição	1	0	0	0	1
<b>Total</b>	9	9	3	3	24

Em relação à evolução nos últimos anos 54,2% dos produtores consideram que houve um aumento, 41,7% dizem que houve uma estagnação, apenas 4% referem uma diminuição da sua criação de ovinos (tabela 35).

#### 5.4.7. Prados, Cereais, Produtos Hortícolas e Fruticultura

O sistema de agricultura predominante no Parque Natural de Montesinho enquadra-se no denominado sistema de agricultura batata-centeio-pecuária das zonas de montanha. Neste sistema de agricultura, próprio das áreas supramediterrânicas e supratemperadas submediterrânicas transmontanas, as culturas mais importantes são: a batata, o centeio e os prados permanentes, designados na região por lameiros. Na área de estudo, à excepção das cotas mais elevadas das serras de Montesinho e Corôa, haverá que acrescentar o castanheiro, espécie com uma grande área cultivada, fundamental nos rendimentos das explorações agrícolas. No espaço rural da montanha transmontana as culturas e os tipos de utilização da terra, dispõem-se numa estrutura aureolar, em função de um gradiente de fertilidade, determinante na composição da paisagem agrária e vegetal. Identificam-se assim três auréolas que se interpenetram: as hortas, os terrenos de cereal de sequeiro e os incultos. Os lameiros dispõem-se ao longo das linhas de água e tem uma estrutura alongada conectando as diferentes auréolas. No interior ou na proximidade dos povoados situam-se as hortas. São os terrenos mais férteis porque beneficiam de água para rega, de abundantes estrumações e de trabalho intensivo. Os nutrientes introduzidos em abundância neste espaço, provêm dos

estrumes animais, dos matos utilizados nas camas dos animais, das águas de escorrência dos caminhos, das nitreiras e mesmos dos efluentes domésticos. Nas hortas cultivam-se numerosas espécies hortícolas como a alho, a cebola, diversas cultivares de couve, os rábanos, o feijão, o pimento, o tomate, a abóbora, etc. Também se cultiva a batata e o nabo. No sequeiro, a segunda auréola, as rotações dependem do fundo de fertilidade dos solos. Nos solos mais fundos, frescos e férteis, derivados de rochas básicas, coluviões ou depósitos de cobertura, cultiva-se o centeio ou o trigo, em rotação com a batata, a milharada, o rábano ou o nabal, estas últimas como culturas intercalares. Por vezes os cereais são cultivados para a alimentação animal: são os ferrejos. Nos solos mais pobres, mais distantes das aldeias, normalmente localizados a meia encosta ou em planaltos, à cultura do centeio com alqueive sucede-se um número variável de anos de pousio.

Os lameiros situam-se nos fundos dos vales (lameiros de regadio, (comunidades da *Molinio-Arrhenatheretea*) ou a meia encosta (lameiros de secadal, comunidades de *Agrostietalia castellanae*) em pendentes pouco pronunciadas, aproveitando coluviões e algum freatismo. A sua posição fisiográfica permite-lhes a recolha de parte dos materiais arrastados pela erosão – cinzas e colóides minerais e orgânicos do solo — associada aos fogos cíclicos dos incultos. A exploração dos lameiros baseia-se num regime de pastoreio e corte de feno, estando a produtividade condicionada por dois factores: disponibilidade de água durante a Primavera e azoto proveniente de adubações ou excrementos de animais.

Os incultos têm uma função muito importante nos fluxos de matéria e energia dos sistemas de agricultura da região e no ciclo dos nutrientes às escalas local e regional. Têm uma utilização florestal e/ou pastoril e, muitas vezes, são baldios de propriedade comunal. A pastorícia é uma actividade fundamental no rendimento de um segmento importante das populações rurais. Os bovinos são alimentados com feno e palhas durante o Inverno e no pico do Verão. No início da Primavera e no Outono, após as primeiras chuvas, pastam nos lameiros. O número de bovinos depende das disponibilidades de feno para o Inverno e por isso, indirectamente, da área e produtividade dos lameiros. Antes da chegada da grafiose a folhada dos ulmeiros era um importante complemento alimentar durante o período de penúria estival. Os ovinos e caprinos têm um papel determinante no aproveitamento dos terrenos marginais à agricultura e no desvio do ciclo dos nutrientes em proveito das hortas e das culturas sachadas de sequeiro. No ciclo anual de pastoreio dos ovinos e caprinos são fundamentais: os restolhos de cereais, durante o Inverno; as plantas herbáceas de margens de caminhos e incultos e os crescimentos do ano das espécies arbustivas, durante as restantes

estações do ano. Os matos heliófilos – urzais-tojais, urzais e -estevais – são ciclicamente queimados para permitir a circulação dos animais e estimular o crescimento de plantas herbáceas e a rebentação das plantas arbustivas.

A floresta é pertença de privados ou é baldia. A floresta de folhosas tem um grande significado nos solos derivados de rochas básicas. Uma parte significativa dos baldios está sob regime florestal e foi arborizado com resinosas. Massacradas pelos fogos florestais as resinosas têm vindo a decrescer de importância.

O sistema de agricultura descrito surge com variantes nas diferentes áreas homogéneas do território em estudo. Por exemplo, o castanheiro tem a sua máxima expressão em solos derivados de rochas básicas ou gnaisses nas áreas de Vinhais e do Baceiro. Na Baixa-Lombada, nas extensas áreas de depósitos de superfície (formação da Aveleda), o centeio tradicional é substituído pelo trigo Barbeia. A batata-semente tradicionalmente era muito cultivada na Serra de Montesinho. Na área de estudo, de Este para Oeste, correlacionada com uma mais intensa mediterraneidade climática, diminui a produção de castanha e aumenta, nas encostas mais expostas à radiação solar, a presença da vinha e do olival.

No momento presente a utilização do espaço rural encontra-se em profunda alteração. A emigração maciça das últimas três décadas, o envelhecimento da população rural, as alterações dos preços dos factores de produção e dos produtos da terra e a desvalorização social e económica da própria actividade agrícola, foram o motor dessas alterações. O sistema de agricultura praticado nos anos 60 a 80, descrito nos parágrafos anteriores, sofreu modificações profundas com grande impacto nas paisagens agrária e vegetal. As terras mais pobres, cultivadas com a rotação *cereal – n pousio* foram abandonados e reclamadas por comunidades arbustivas. Já durante as décadas de 40 a 60, as terras arroteadas por altura da campanha do trigo tinham sido abandonadas à actividade agrícola. Uma parte significativa delas foi arborizada durante a vigência do Plano de Povoamento Florestal (1938-1968) e do Projecto Florestal Português/Banco Mundial (1981-1986). O abandono das terras de cereal mais pobres está directamente correlacionado com um abaixamento dos preços dos cereais e com uma redução do nível de fertilidade dos solos. Por sua vez a redução da fertilidade deveu-se à acentuada redução da matéria orgânica e à erosão resultante do cultivo em parcelas muito inclinadas. Para isso muito contribuíram rotações incorrectas e mobilizações inadequadas. Mais recente é a expansão da cultura do castanheiro às terras tradicionalmente cultivadas na rotação centeio – batata. Inversamente, a batata-semente está em franca

regressão, praticamente já não se cultiva na Serra de Montesinho e a sua importância na economia regional é diminuta.

Os lameiros também estão a sofrer profundas alterações na sua utilização e indirectamente na sua composição florística. Os lameiros mais distantes dos povoados e de mais difícil acesso estão a ser arborizados com choupos híbridos ou, menos vezes, com cerejeiras-bravas (*Prunus avium* L.), freixos (*Fraxinus angustifolia* Vahl) ou castanheiros (*Castanea sativa* Mill.). Uma parte destes lameiros foi simplesmente abandonada e está a ser colonizada por espécies arbustivas e por comunidades de *Brachypodium rupestre*. Nos últimos anos a redução da procura do feno, resultante da regressão da bovinicultura, reduziu drasticamente a sua rentabilidade. O corte do feno, fundamental na manutenção de uma flora pratense com valor alimentar, tem sido substituído pelo fogo. Além dos problemas de inversão da flora a queima dos lameiros na vizinhança de matos tem originado graves problemas de incêndios.

Na área do Parque Natural de Montesinho, as explorações agrícolas dedicam-se principalmente às culturas arvenses, pecuária e frutos secos. Trata-se, na maioria das situações, de uma agricultura tipicamente familiar, onde o trabalho é executado pelo agregado familiar, recorrendo uma pequena percentagem de explorações a pessoal remunerado. Esta agricultura é praticada por uma população envelhecida e com um baixo nível de instrução. Numa população agrícola de 6710, 2427 são produtores autónomos dos quais 38,6% tem idade superior a 65 anos e apenas 0,3% menos de 25 anos. Os restantes 8,4% têm idades compreendidas entre 25 e 40 anos, 24,8% entre 40 e 55 e 27,9% entre os 55 e 65 anos (Gráfico.42).

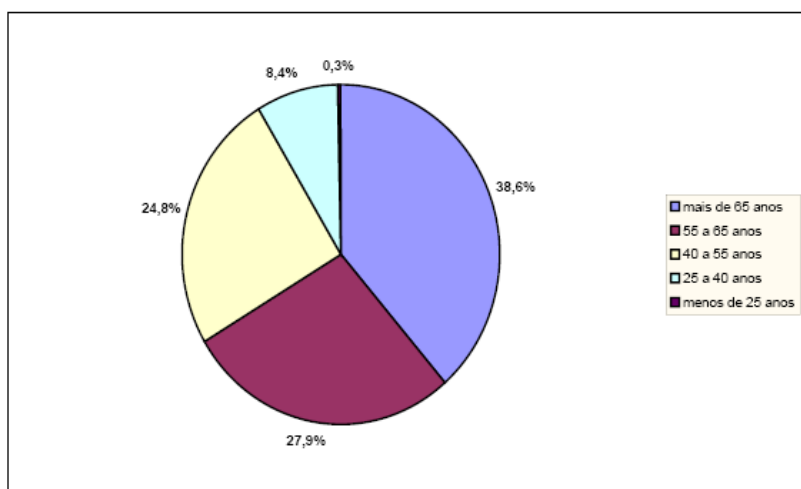


Gráfico 42 – Distribuição da População Agrícola por idades (INE, 1999)

Relativamente ao nível de instrução, 36% são analfabetos, 60,5% têm o ensino básico, 1,4% o ensino secundário e 2% um curso superior (Gráfico.43) No PNM 79,2% dos produtores agrícolas ocupam menos de 50% do tempo de trabalho na agricultura, 20,4% ocupam entre 50% e 100% e apenas 0,4%, ocupa o tempo completo nesta actividade.

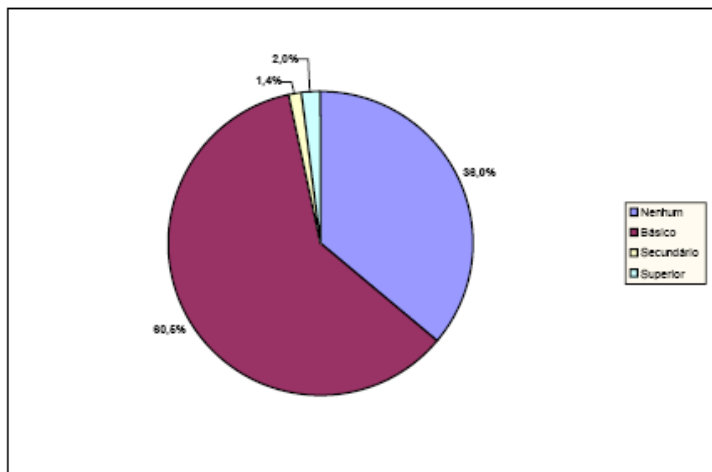


Gráfico 43 – Nível de instrução (INE;1999)

O número de explorações agrícolas no Parque Natural de Montesinho, diminuiu na última década, aproximadamente 15%, sendo, neste momento 2434. Da mesma ordem de grandeza é a redução de SAU que passa de 29507 ha em 1989 para 25012 ha em 1999. A superfície agrícola útil média por exploração é de 11,02 ha repartidos por 24,02 blocos o que se traduz numa área média por bloco de 0,46 ha. As explorações possuem na sua grande maioria (99,1%) terras de conta própria que representam 89,8% da SAU.

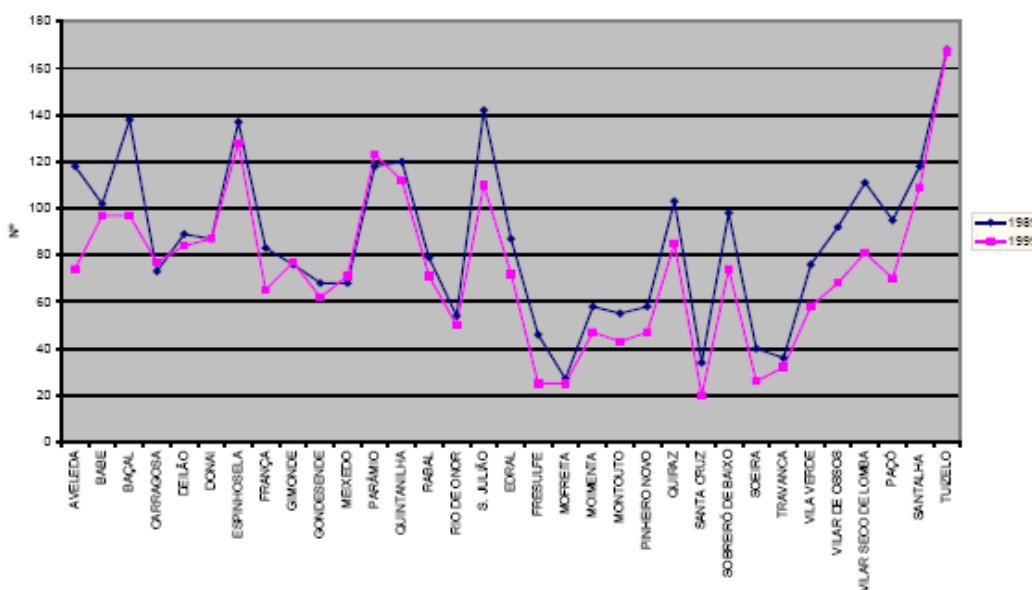


Gráfico 44 – Nº de explorações agrícola entre 1989 e 1999 (INE, 1999)



O excessivo grau de parcelamento associado à grande dispersão entre parcelas, cria uma situação de bloqueio e condiciona a existência, nesta área, de uma agricultura técnica e economicamente viável.

No que se refere à utilização do solo e apenas para a área das explorações, a superfície agrícola útil representa aproximadamente 78,9%, sendo 8,3% matas e floresta e os restantes 12,8%, superfície agrícola não utilizada. No entanto, a SAU para a totalidade da área do parque representa apenas 33,4%, sendo a restante área ocupada por floresta e mata que na sua grande maioria se encontram em terrenos baldios.

A superfície agrícola é na sua grande maioria ocupada pela cerealicultura e pelos frutos secos. Os cereais, ocupam segundo o RGA de 1999, 5244 ha o que representa 21% de SAU. Destes, aquele que detém uma área mais significativa é o centeio com 3505 ha, seguido do trigo com 1132 ha, sendo a restante área ocupada pela aveia e pela cevada. Os frutos secos ocupam 4040 ha, que correspondem a 16,2% da SAU, sendo 3912 ha área de souto (castanheiros). O número de explorações que cultivam cereal (1571), representam 64,5% das explorações do Parque, enquanto que a cultura do castanheiro é feita em 2040 o que representa 83,8% das explorações. A restante área 24% (6007 ha é pousio, 2,5% (632 ha) é batata, 2,5% (621 ha é vinha, 1,9% (557 ha é olival, 0,9% (226 ha) são hortas familiares e 0,6% (147 ha) são frutos frescos. Ligado ao sector da Pecuária temos 6002 ha ocupados por prados e pastagens permanentes e 1611 ha de prados temporários e culturas forrageiras o que representa respectivamente 24% e 6,4% da SAU Gráf.45 e 46.

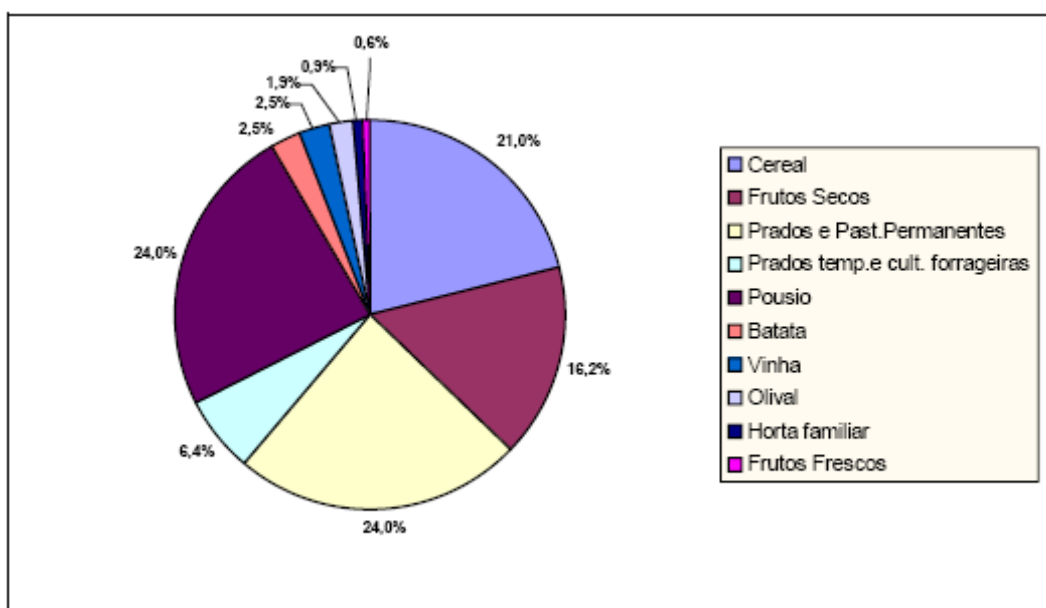


Gráfico 45 – Ocupação da SAU (INE, 1999)

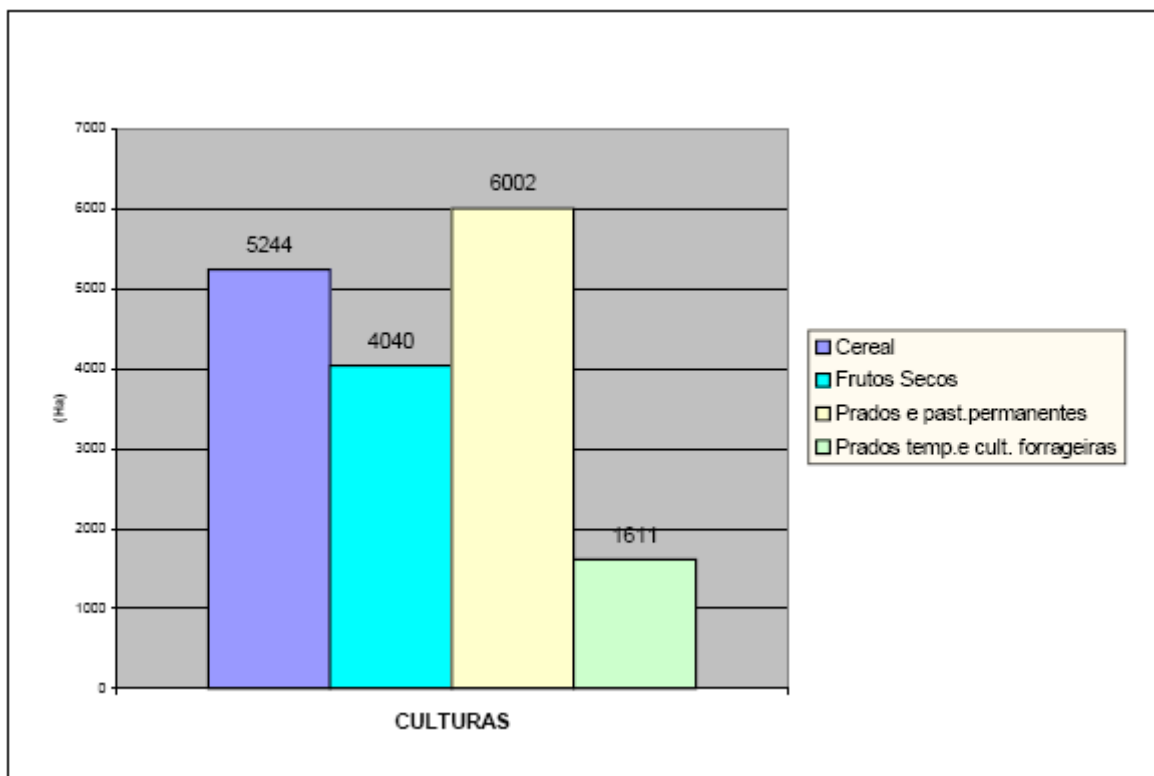


Gráfico 46 – Culturas Principais (INE, 1999)

Os incultos ocupam aproximadamente 38% da área do Parque, são na grande maioria baldios e ainda terrenos privados que pela sua topografia e/ou distância à aldeia, foram abandonadas e ocupadas por matos. A fraca aptidão da maioria dos solos para a produção agrícola associada ao clima, ao relevo e ainda á estrutura fundiária fazem com que as produções das actividades desenvolvidas na área do Parque Natural de Montesinho sejam em média bastante baixas. Assim temos para as principais culturas as seguintes produções médias:

Trigo _____	1500 Kg/ha
Centeio _____	1200 Kg/ha
Souto _____	2000 Kg/ha
Batata regadio _____	13000 Kg/ha
Batata sequeiro _____	8000 Kg/ha
Vinha _____	3000. Kg/ha
Olival _____	1500 Kg/ha
Lameiro _____	3000. Kg/ha = 150 fardos

Os sistemas produtivos mais representativos são os cereais, a pecuária e os frutos secos, mais concretamente a castanha. Estes sistemas sofreram na última década, segundo dados do RGA99, evoluções bastante significativas (gráf.47). A área de cereais diminuiu quase para metade (47,3%) tendo passado dos 9944 ha que existiam em 1989 para 5244 ha em 1999. Esta diminuição da área de cereais repercutiu-se no aumento da área de culturas permanentes em especial na área de souto que passou de 1826 ha para 3912 ha. O olival aumentou também de 244 ha para 468 ha e a vinha diminuiu de 888 ha para 621 ha. A área de batata sofreu também uma diminuição da ordem dos 50% passando de 1235 ha para 632 ha.

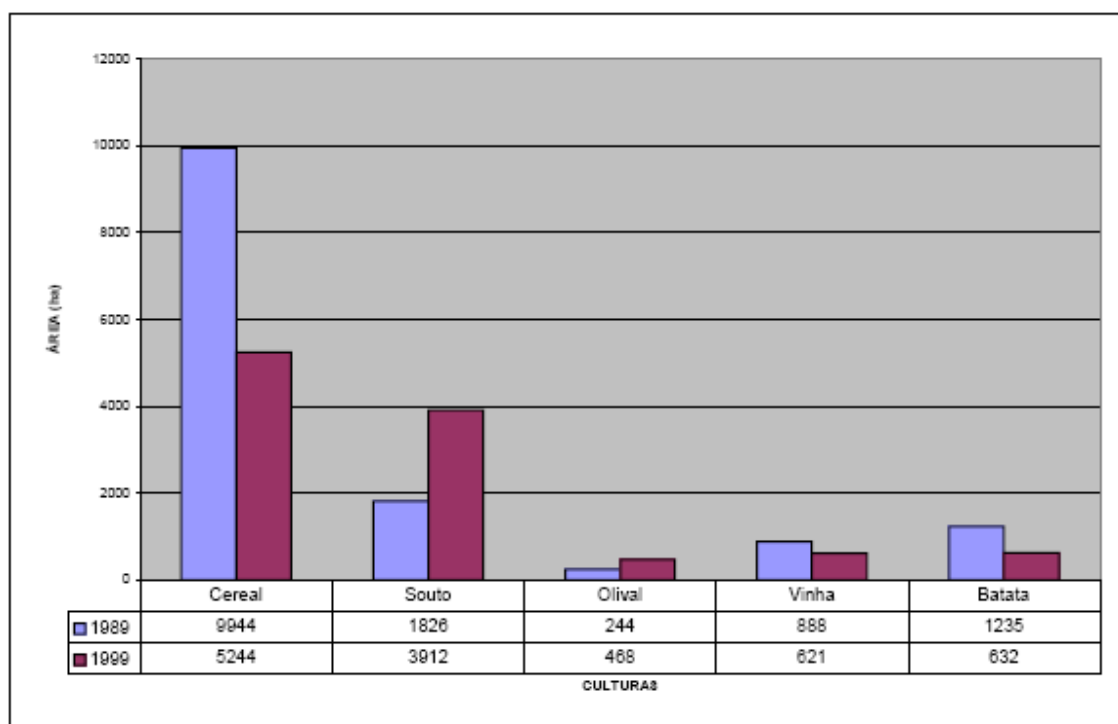


Gráfico 47 – Evolução das principais culturas na última década (INE,1999)

Na pecuária o total da superfície forrageira aumentou 8,2%, não pelo facto de a área de lameiros ter aumentado, bem pelo contrário, pois os mais afastados das aldeias têm vindo progressivamente a ser abandonados mas, porque as áreas cerealíferas que foram deixadas de pousio ao fim de algum tempo se transformaram em pastagens e ainda pelo aumento das culturas forrageiras anuais principalmente aveia. As alterações verificadas nos sistemas produtivos devem-se ao número cada vez menor de agricultores e ao seu grau de envelhecimento que levam a que as culturas mais exigentes em quantidade de trabalho sejam substituídas por outras menos exigentes e ainda pelo facto de o rendimento dos cereais ser cada vez menor.

## **5.5. Infraestruturas de transformação e distribuição das Microproduções: Produtos de Qualidade**

A área do parque Natural de Montesinho é uma área onde todos os indicadores indiciam que esta zona está longe de alcançar os níveis de outras regiões mais industrializadas. Entre os recenseamentos de 1981 e de 1991, Alto Trás-os-Montes perdeu cerca de 37 mil habitantes (-13,7%), tendo registado uma perda adicional de 8 mil indivíduos (-3,5%) até final de 1995. A descida da população, foi desde o início dos anos 80, determinada por importantes fluxos migratórios de saída. O Alto Trás-os-Montes regista simultaneamente a menor taxa de natalidade e maior taxa de mortalidade entre as sub-regiões do Norte de Portugal.

A especialização produtiva do Alto Trás-os-Montes privilegia o sector primário, que em 1991 respondia por 41% do emprego da sub-região. Entre as principais produções, destaca-se a da carne, sobretudo a bovina. O sector secundário é muito reduzido, representando em 1991, 17% do emprego, dos quais 10% cabiam à construção, 6% às indústrias transformadoras e menor de 1% à produção de energia e água. Finalmente o sector terciário assegurava 43% do emprego, repartidos em 24% para os serviços de natureza social (administração, saúde, educação, serviços pessoais...), 14% para o comércio, alojamento e restauração e apenas 5% para o conjunto dos serviços de transporte, comunicações, financeiros, imobiliários e outros prestados às empresas.

Os dados disponíveis de 1996 são apenas parcelares, mas parecem traduzir um declínio da importância relativa do sector secundário, já de si diminuta, comparativamente com outras sub-regiões do Norte. Na verdade, este sector, em conjunto com as indústrias extractivas, apenas representa 13% do emprego do Alto Trás-os-Montes em 1996. Há ainda a referir um esforço do peso relativo do comércio, alojamento e restauração, que detém 18% do emprego da sub-região, bem como do conjunto dos serviços prestados sobretudo às empresas, os quais representam 7% do emprego da sub-região. Ainda em 1996, Alto Trás-os-Montes destacava-se por ser a sub-região do Norte que registava a menor proporção de empregados por conta de outrem. Esta situação relaciona-se por certo com a forte presença do sector primário, onde o trabalho, é muitas vezes exercido por conta própria ou, pelo menos, numa base familiar.

O sector produtivo é dominado por unidades de pequena dimensão. Nenhuma das sociedades com sede em Alto Trás-os-Montes, conta com mais de 500 pessoas ao seu serviço. Embora exista uma diversidade de produtos agrários produzidos na área do PNM, somente um produto é objecto de transformação em duas pequenas unidades e referimo-nos à produção de fumeiro tradicional a partir de carne de suínos de raça bisara. Todos os outros produtos são

comercializados sem serem objecto de qualquer transformação, apesar de o processo de comercialização ser executado de diferentes formas.

O cereal em grão (centeio e trigo) é vendido directamente pelos produtores aos compradores privados ou cooperativas existentes em Bragança e Vinhais. A castanha é vendida directamente aos ajuntadores que percorrem as aldeias ou directamente aos exportadores sedeados em Bragança ou ainda a uma fábrica que existe próximo de Bragança. Este produto que tem elevado significado no rendimento de muitas famílias, está protegido com Denominação de Origem mas ainda não é comercializado como tal.

O mel do Parque Natural de Montesinho, protegido com Denominação de Origem é comercializado certificado, através do Agrupamento de Produtores do Mel do Parque sedeados em Bragança.

A carne Mirandesa, também protegida com Denominação de Origem é comercializada enquanto produto certificado através da Cooperativa Agro-Pecuária Mirandesa ou vendida directamente aos talhantes.

A carne de Cordeiro Bragançano é igualmente um produto protegido com Denominação de Origem sendo a comercialização feita por intermédio do Agrupamento de Produtores ou vendida directamente aos compradores nomeadamente intermediários.

Todos os outros produtos agrários, têm um peso diminuto no rendimento das famílias e a sua comercialização não dispõe de canais normalizados, porque a oferta está dependente dos excedentes do consumo familiar.

Verifica-se que os principais produtos agrários produzidos na área do PNM, são produtos tradicionais de elevada qualidade, daí estarem protegidos pela Denominação de Origem, dispondo os agricultores de apoio das respectivas Associações de produtores ao nível da produção e da comercialização.

As Associações têm relações comerciais com os diversos fornecedores dos produtos designados. No que respeita às raças autóctone, estas registaram uma diminuição dos criadores das raças, sendo certo, no entanto, que os seus efectivos no início da década de 90 eram superiores ao dobro do actual, devendo-se este decréscimo à idade avançada da maioria dos criadores. A diminuição deve-se à conjugação de dois factores. O primeiro é devido ao abandono da actividade pecuária (a idade avançada dos criadores) e, em alguns casos, à opção por outras raças, prescindindo, em consequência, dos apoios específicos às raças autóctones. Esta última opção é para evitar burocracias, para escapar ao “abraço” dos sistemas abstractos, não percebendo que outro “abraços” do mesmo sistema os esperam. O segundo factor, no

sentido oposto, nos últimos dois ou três anos verificou-se a adesão de novos criadores, ou de criadores que aumentaram para o dobro e o triplo os seus efectivos. Estes novos criadores, assim como os que aumentaram os seus efectivos, são relativamente jovens (alguns são mesmo Jovens Empresários Agrícolas). Em consequência destes movimentos, e por força da acção de promoção da marca DOP junto dos criadores das raças, verifica-se a estabilização do número de criadores DOP e o aumento de efectivos DOP e consequentemente do número de carcaças DOP comercializadas. É um aumento ligeiro mas sustentado nos últimos quatro anos, facto que se pode tomar como um factor positivo e indiciador do bom desempenho e aceitação das Associações/Cooperativas.

Admitindo o abandono gradual dos agricultores mais idosos, admitindo o aumento de produtividade das novas explorações (quando se atingir a estabilização reprodutiva e produtiva do efectivo) e admitindo que os Jovens Empresários Agrícolas não mudam de ideias (algo que acontece frequentemente) podemos esperar uma estabilização da produção, ou aumento ligeiro, todavia, com a vantagem de serem produtores com mais formação, explorações mais bem dimensionadas e equipadas e a produção menos pulverizada que o actualmente verificado.

Passando aos clientes, estes são de vários tipos e encontram-se distribuídos pela faixa litoral até Lisboa e distrito de Bragança. Em média, 40% da produção é escoada pelas grandes superfícies; 17,8% aos grossistas; 15% aos talhantes da região e 14,4% à restauração da região; a restante produção, 4,6% é vendida directamente ao consumidor final e 8,4% em outros locais, como feiras promocionais. A distribuição é assegurada pelas Associações/Cooperativas até à região do grande Porto. No litoral Centro e Sul a distribuição fica a cargo do intermediário da região de Lisboa. O que se verifica actualmente, a proporção de carne comercializada fora da região tem vindo a aumentar de forma sustentada. Por tipo de “consumidor”, verifica-se a diminuição do escoamento pelas grandes superfícies e o aumento do escoamento via grossistas. As restantes formas mantêm-se estáveis ou registam variações de menor amplitude. Estes desenvolvimentos encontram explicação na estratégia comercial de diversificação da clientela e de expansão da área geográfica de implantação da marca. Subjacente a esta estratégia está uma postura cautelosa de manter várias vias de comercialização abertas, diminuindo assim o risco de dependência em relação a qualquer uma delas.

Nos últimos anos cresceram as dificuldades para equilibrar a oferta e a procura, a ameaça de ruptura vai-se tornando mais próxima à medida que cresce a implantação comercial da marca e a produção não acompanha esse crescimento.

As Associações dos produtores com produtos DOP (mel, castanha) têm um papel importante na valorização de produtos de qualidade ímpar, reconhecidos pelo estatuto DOP, intervindo ao nível da comercialização e transformação (nomeadamente, a dinamização do agrupamento de produtores), estando o seu escoamento a ser cada vez mais diversificado, ocupando outros nichos de mercado, onde a sua qualidade se impõe

Segundo GARCIA (2004) “os inequívocos sinais de ajuste, readaptação e novas estratégias de desenvolvimento que caracterizam o panorama manufacturado actual e que, por outra parte, deram lugar a um incremento das produções, prosseguem na realidade de uma estrutura produtiva regional afectada ao longo destes anos por uma ligeira tendência regressiva, em virtude da marcada preeminência dos serviços na captação dos índices relativos de crescimento”. Assim se pode entender que houvesse uma diminuição dos empregos industriais. As readaptações do tecido empresarial, a externalização dos serviços de produção e empresas juntamente com a própria expansão do sector terciário no seu conjunto, unido no crescimento da construção, sem esquecer o contexto geral da perda populacional, são sinais evidentes. Um espaço rural como o caracterizado começa a estruturar-se num verdadeiro espaço produtivo emergente cuja especialização se encontra estreitamente associada ao aproveitamento dos recursos endógenos ou à expansão das actividades industriais pré-existentes. Tudo isto apoiado na emergência de pequenas empresas maioritariamente de origem local, o que em definitivo vai articulando pequenos e embrionários sistemas produtivos locais de qualidade pela protecção da Denominação de Origem.

---

**PARTE III**  
**AS ACTIVIDADES EMERGENTES: O TURISMO**

---





*“Sim, olhar a paisagem...  
Olhá-la como um bicho  
Ou como um lago.  
Olhá-la neste vago  
Sentimento  
De pasmo e transparência.  
Olhá-la na decência  
Original,  
Com olhos de inocência  
E de cristal.”*

MIGUEL TORGA (1999)



## CAPÍTULO 6 – O Turismo

### 6.1. Definição de Turismo

O turismo está estreitamente relacionado com a arte de viajar, de conhecer novos povos e novas terras; a esse respeito os Portugueses têm muito que contar. Embora os descobrimentos não tenham sido norteados pelo prazer de viajar foram-no certamente pelo prestígio de descobrir novos mundos e as suas riquezas. Esta sede de conhecimento não morreu aí, manteve-se no decorrer dos tempos com alguns períodos de maior ou menor dormência.

Nos derradeiros anos do século XIX, a vida nacional era então atravessada por uma profunda crise social e económica provocada pelo esgotamento de uma monarquia decadente; Leonildo Mendonça e Costa, activo jornalista, fundador e director da *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, conhecedor da realidade mundial referia-se ao turismo como “*uma indústria que tomava grande incremento no panorama europeu*”<sup>7</sup> e considerava-o uma “*abrangente e privilegiada actividade que suscitava o intercâmbio das ideias e promovia a visão directa das realidades nacionais*”<sup>8</sup>. Esta convicção foi decisiva para a constituição de um Conselho de Turismo, decretado em 16 de Maio de 1911 pelo Governo provisório da República e cuja presidência coube ao Grão-Mestre da Maçonaria Portuguesa Sebastião Magalhães Lima.

Numa conferência em 1912, Magalhães Lima fazia “*a exaltação do turismo como fenómeno libertador de obscurantismos, agente inigualável do trânsito de ideias e de progressos entre as nações*”<sup>9</sup>. Fazia-o com as seguintes palavras:

“(…). Não há só exércitos em marcha: há também povos em marcha. E, nesta marcha radiosa para a luz, para a vida, para a beleza e para o amor, os povos confundem-se no mesmo ideal da libertação dos espíritos e da emancipação das consciências. Deste movimento verdadeiramente planetário não pode isolar-se a República Portuguesa, sob pena de suicidar-se. (...) Precisamos de viver no respeito de estranhos, mostrar o que fomos, o que somos e o que podemos ser. Precisamos de viver para o mundo e para a civilização”<sup>10</sup>.

---

<sup>7</sup> Pina, P. (1988). *O Turismo no Século XX*. Lucidus Publicações Lda. p.13, Lisboa

<sup>8</sup> Idem. p. 13

<sup>9</sup> Idem. p. 23

<sup>10</sup> Pina, P. (1988). *O turismo no Século XX*. Lucidus Publicações Lda. p.21-23, Lisboa.

O primeiro Congresso Nacional de Turismo decorreu entre 12 e 16 de Janeiro de 1936 na Sociedade de Geografia de Lisboa, tinha decorrido um quarto de século sobre o histórico Congresso Internacional de Turismo de 1911; o Conde de Penha Garcia, um dos seus responsáveis referiu-se ao turismo por estas palavras: “*O Congresso é uma obra sincera e lealmente portuguesa, que pretende contribuir para dignificar o País, não só no campo espiritual, mas também no campo económico, desenvolvendo e aperfeiçoando essa grande indústria moderna que é o turismo*”<sup>11</sup>.

Três décadas mais tarde (década de 60) o turismo, para além do seu peso económico, é visto como um trunfo a favor da paz: “*O turismo serve interesses humanos, mesmo para lá e acima da sua expressão monetária: com ele abrem-se os povos a um melhor conhecimento recíproco, cujos frutos se traduzem num enriquecimento do património cultural da humanidade, num fortalecimento da solidariedade e da paz*”<sup>12</sup>.

Em finais da década de 80, o então Secretário de Estado do Turismo, Licínio Cunha, por ocasião das comemorações do Ano Jubileu do Turismo Português escreveu a propósito do turismo: “*De privilégio dos estratos da população mais abastados, o turismo transformou-se num direito de todos os homens, de actividade circunscrita aos países mais desenvolvidos, o turismo passou a ser um fenómeno universal, de bem de luxo passou a ser um bem de uso corrente*”<sup>13</sup>.

Na sessão de abertura do Seminário subordinado ao tema Novas Estratégias para o Turismo, que decorreu nos dias 16 e 17 de Novembro de 2000 no Europarque, Sua Excelência o Secretário de Estado do Turismo, Dr. Vítor Cabrita Neto referiu-se ao turismo nos seguintes moldes: “*Há, portanto, uma longa experiência, uma cultura acumulada nas últimas décadas, que não pode, nem deve, ser ignorada porque o Turismo é uma actividade complexa, vulnerável, sujeita a enormes imponderáveis, irregular ao longo do ano, incerta ao longo dos anos, onde o risco de investimento é grande e o retorno é lento e onde o poder dos grandes operadores internacionais é cada vez mais asfixiante e pode tornar-se fatal*”<sup>14</sup>.

O turismo contribui com cerca de 8% para o PIB nacional e emprega directamente 6% da população activa, sendo uma actividade económica em expansão, tanto a nível mundial como a nível nacional, onde Portugal apresenta valor concorrencial assinalável em resultado de factores climáticos, culturais e ambientais. O desenvolvimento racional e equilibrado do

---

<sup>11</sup> Idem. p. 81

<sup>12</sup> Barata, J. (1964). *O Turismo em Portugal*. CEPS p. 11, Lisboa.

<sup>13</sup> Pina, P. (1988). *O turismo no Século XX*. Lucidus Publicações Lda. p.7, Lisboa.

<sup>14</sup> Associação Empresarial de Portugal (2000). Seminário – Novas Estratégias para o Turismo. p. 91, Porto.

turismo é fundamental para o nosso País, já que, tratando-se de um sector gerador de infraestruturas, de equipamentos, de actividades e de empregos, pode proporcionar uma verdadeira cadeia de riqueza com repercussões directas nas economias regionais e na economia nacional, onde, no conjunto dos seus ramos directos e indirectos, já possui um peso superior a outros sectores significativos na nossa estrutura de especialização económica. Verifica-se que o turismo é fortemente dinamizador de actividades económicas locais, face ao excelente grau de apropriação potencial dos seus efeitos multiplicadores pelos sistemas regionais e locais. Paralelamente, e face às suas características, o turismo surge como um conjunto de actividades económicas que pode preservar o carácter local ou regional, sem perigo de deslocalização de actividades e, conseqüentemente, de postos de trabalho.

Os efeitos multiplicadores de desenvolvimento originado pela actividade turística (a criação de emprego e serviços, a fixação da população e a recuperação e conservação do património local e de actividades tradicionais como sejam a gastronomia, artesanato e folclore) são sobretudo visíveis nas zonas rurais carenciadas, envelhecidas e desertificadas (áreas protegidas, aldeias do interior) que a melhoria das acessibilidades tornaram menos isoladas e que apresentam potencialidades de aproveitamento turístico quer pelo enquadramento paisagístico quer pela qualidade urbana e patrimonial dos aglomerados. Torna-se evidente a necessidade de se atender à existência de uma relação de forte dependência face aos recursos naturais, de ordem física, ecológica e sócio-cultural.

Os recursos naturais e culturais constituem a base fundamental de sustentação das actividades turísticas, actuando como o factor motivador dominante da procura e do desenvolvimento turístico. A eficiência do processo de promoção e utilização, para fins turísticos, dos recursos ambientais deve assentar num correcto balanço entre as prioridades económicas e ambientais, através de uma gestão adequada dos recursos e da redução do conflito economia-ambiente. Neste contexto, quando o turismo se adapta ao ambiente local e à sociedade, por meio de um planeamento e gestão eficiente, pode desempenhar um papel preponderante na conservação do ambiente, ajudando a justificar a conservação da natureza, participando, inclusivamente, no respectivo processo.

O plano de Aplicação adoptado na *Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável* realizada em Joanesburgo apela a que seja dado destaque ao desenvolvimento sustentável do turismo e traça em linhas gerais as medidas a tomar a fim de alterar os padrões de consumo e produção insustentáveis, que também têm uma importância significativa para o turismo sustentável. Existe ao nível europeu uma procura crescente no sentido da

identificação de orientações e medidas estratégicas necessárias ao desenvolvimento de um turismo sustentável e à criação de modelos de desenvolvimento sustentável adequados a cada tipo de destino turístico.

O artigo 2º do Tratado que institui a Comunidade Europeia refere a promoção do desenvolvimento sustentável de actividades económicas como uma das tarefas da Comunidade. O turismo pode dar um contributo para a concretização dos objectivos do desenvolvimento sustentável e a alínea u) do artigo 3º do Tratado prevê que a acção da Comunidade compreenda medidas no domínio do turismo para alcançar os fins enunciados no artigo 2º do Tratado. A sustentabilidade do turismo deverá estar em consonância com a orientação global para o desenvolvimento sustentável definida para a UE na Estratégia Europeia de Desenvolvimento Estratégico (EDS).

O desenvolvimento sustentável do turismo constitui, desde meados dos anos noventa, uma prioridade para as instituições da UE. Na sua comunicação Uma abordagem cooperativa para o futuro do turismo europeu de Novembro de 2001, a comissão propôs continuar “*a promoção do desenvolvimento sustentável das actividades turísticas na Europa através da definição e aplicação de uma Agenda 21*”, proposta essa que foi objecto de um apoio significativo por parte do Parlamento Europeu, do Conselho, do Comité Económico e Social Europeu e do Comité das Regiões.

A presente comunicação visa promover a continuação dos avanços no sentido da sustentabilidade do turismo na Europa e à escala mundial. As suas orientações de base incluem o *input* da Comissão Europeia, nesta fase, para um processo alargado da Agenda 21 com vista a um turismo europeu sustentável. Visa incentivar os esforços dos diferentes intervenientes neste domínio, a todos os níveis territoriais e administrativos, e define em pormenor o modo como a Comunidade e os outros intervenientes poderão continuar a contribuir.

## 6.2 Turismo e Cultura

Terá sido a cultura a influenciar o turismo e só depois o turismo a emanar influências sobre a cultura!

*“Foi o interesse pela cultura (no sentido mais antropológico e humanístico do conceito) que originou o turismo como fenómeno natural (individual ou colectivo), ligado à curiosidade, ao ritual da viagem, à descoberta de povos, monumentos, regiões exóticas e ao lazer. As peregrinações medievais podem ser consideradas um fenómeno religioso com*

*implicações culturais e as viagens dos humanistas do Renascimento e dos Iluministas e Românticos dos séculos XVIII e XIX foram prioritariamente concebidas com objectivos artísticos e culturais. E se a reformulação do turismo moderno a partir do final do século XIX teve por objectivo inicial o lazer e o convívio social (termas e praias), rapidamente lhe foi introduzida a perspectiva cultural”<sup>15</sup>.*

No início do século XX, num piscar de olho à cultura, a incansável SPP também tentou a propaganda pela música pondo a concurso a elaboração de uma canção de carácter popular destinada a discos e à telefonia sem fios cuja música deveria ter um carácter acentuadamente nacional, podendo ser composta dentro de qualquer modalidade própria da alma portuguesa. Na época teve fracos resultados, mas valeu a pena por ter aberto uma porta para que a música viesse a constituir mais tarde, através do fado e do folclore, um dos mais atractivos cartazes do turismo português. Depois deste encontro, a música e o turismo têm caminhado sempre de mão dada e acompanhadas de perto, nas últimas décadas, pela preocupação de preservar o património e o ambiente.

Este paralelismo estendeu-se a outros valores da cultura, principalmente ao património histórico. Este último foi muito beneficiado e será *“de justiça dar conta da adaptação de castelos e palácios a estabelecimentos hoteleiros; da obrigatoriedade de passagem, nos circuitos turísticos, por lugares históricos; da instrução dos guias intérpretes com vista à divulgação dos nossos valores culturais; de algumas exposições artísticas; de espectáculos (...) de manutenção do Museu de Arte Popular do Festival de Sintra, que vai na oitava realização, e dos Cursos de Férias Musicais, no Museu Conde Castro de Guimarães, na Costa do Sol”<sup>16</sup>.*

É indiscutível que a arte constitui por si um importante cartaz turístico. Embora combinada com outros factores, a cultura é sempre uma das motivações do turista que nos visita. Com a expansão do turismo, os visitantes são cada vez mais exigentes na variedade e qualidade dos produtos que o País que os recebe lhes oferece.

A ruralidade refere-se à qualidade de se apresentar em estado rural, isto é, fora da abrangência do urbano e conseqüentemente inclui-se aqui o predomínio da vida campestre e da agricultura. Esta característica, vem sendo de há muito promotora do desenvolvimento das regiões que têm o dom de a saber valorizar.

---

<sup>15</sup> Excerpts from *As Regiões de Turismo e os anos 90*. (1991). Turismo Actualidade, p. 23.

<sup>16</sup> Barata, J. (1964). *O Turismo em Portugal*. CEPS p. 114, Lisboa



Há quase um século atrás, António Ferro idealizou para a publicitação da imagem turística do País, uma escala de valoração assente na enfatização dos recursos de cariz popular, em alternativa às atracções eruditas tradicionais da época; assim “*doseadamente, contrapôs à monumentalidade dos grandes centros artísticos internacionais, o tipismo das nossas vilas e aldeias; à portentosa museologia estrangeira, a garridice ingénua do nosso artesanato; à féerie das diversões cosmopolitas, a coloração festiva do nosso folclore; aos requebros mundanos dos grandes centros de vilegiatura, a singeleza franca da hospitalidade do nosso povo; à restauração requintada das grandes metrópoles, a candura substanciosa da culinária regional*”<sup>17</sup>.

Em 1948, aquando da inauguração do Museu de Arte Popular, o ilustre António Ferro, seu fundador, reforçou estes fundamentos da sua doutrina nas palavras que proferiu: “*A diferenciação é a própria independência dos povos, a profunda manifestação do seu carácter, seja qual for o aspecto em que se manifeste*”<sup>18</sup>. Esta doutrina mantém-se actual; nas últimas décadas parece ter-se desenvolvido na sociedade portuguesa um sentimento generalizado de apreço pelo campo, sobretudo pelo entendimento, mais ou menos implícito da contribuição das actividades, que nele se desenvolvem, para a conservação ambiental. Estas circunstâncias fazem com que os espaços rurais sejam procurados e transformados em factor de desenvolvimento. A nossa ruralidade resultou da consolidação, ao longo de décadas, de formas tradicionais de viver e de produzir bens necessários ao próprio sustento; não é uma ruralidade encenada para o turista ver. Esta consolidação é uma mais valia que garante a sua sustentabilidade e a torna um factor de desenvolvimento sócio-económico. Para que este ambiente rural se mantenha é indispensável retomar a pequena produção de qualidade (vinhos, queijos, enchidos, artesanato, ...) pois a valorização dos produtos regionais constitui um incentivo à agricultura e à pecuária, actividades necessárias à manutenção do equilíbrio ambiental e à preservação dos espaços verdes e da vegetação natural. Com efeito, a reunião de interesses dos sectores do turismo e da cultura encontra, no plano do território, um domínio de eleição. O turismo tende a ser um importante veículo de divulgação e valorização dos valores culturais do território, fruto de um contacto mais alargado dos turistas com os recursos patrimoniais, as tradições e a cultura locais. Muitas vezes, são os próprios fluxos turísticos que contribuem para a preservação de tradições populares ou para estimular os movimentos culturais de vanguarda, gerando condições mais vantajosas para o trabalho dos criadores profissionais por via do aumento extraordinário dos públicos. Mas, como é que um espaço

<sup>17</sup> Pina, P. (1988). *O turismo no Século XX*. Lucidus Publicações Lda. p.97, Lisboa

<sup>18</sup> Idem. p.97

como a área em estudo e tendo a sua inserção na Terra Fria Transmontana pode ambicionar a tornar-se um destino para o turismo cultural? Uma análise tanto rigorosa como crítica poderia deitar por terra esta pretensão:

- Primeiro, o desenvolvimento turístico recente da TFT não será ainda de molde a justificar uma aposta segmentada focalizada no turismo cultural;
- Segundo, e salvo raras excepções, o património cultural deste espaço não reúne valores monumentais, artísticos e de vivências suficientemente atractivos que justifiquem que a TFT possa ser vista como um destino cultural tal como ele é equacionado numa perspectiva clássica;
- Terceiro, o património cultural construído seja ele popular ou erudito, religioso ou secular, civil ou militar está em muitos casos degradado e pouco valorizado, no que constitui, simultaneamente, uma diminuição da capacidade atractiva da TFT no segmento do turismo cultural;
- Quarto, a TFT não possui um sistema urbano capaz de cumprir com funções essenciais para a satisfação dos segmentos de procura clássica do turismo cultural, nomeadamente com serviços turísticos primários; com infra-estruturas (teatros, salas de espectáculos, museus) e serviços culturais básicos; e com dinâmicas consolidadas de animação cultural (agendas de animação cultural, eventos culturais e artísticos, públicos consolidados);
- Quinto, por fim, é patente o divórcio entre os agentes turísticos da região e os agentes culturais, não tanto por dificuldades de relacionamento, mas mais como consequência do próprio nível de desenvolvimento turístico em que se encontra a TFT. Estas críticas, contudo, falham num aspecto essencial. Elas assentam no pressuposto do conceito clássico do turismo cultural, das suas clientelas e das suas motivações. Com efeito, existia uma abordagem mais elitista na forma clássica de encarar o turismo cultural e, evidentemente, essa abordagem não se coaduna à realidade turística e cultural da TFT. Ora, o elitismo que recaía sobre o turismo cultural tem vindo a dar lugar ao eclectismo das demandas e isso de forma cada vez mais acelerada. Por um lado, o leque de motivações em que assenta o turismo cultural está a diversificar-se. Se outrora o turista cultural seleccionava os seus destinos em função dos grandes centros de produção e irradiação artística e estabelecia os calendários das suas viagens atendendo às datas das grandes manifestações culturais, hoje em dia o que o move principalmente é a descoberta do exótico, do excêntrico e do singular. Por outro lado, esta é uma das formas de

turismo mais modeláveis, mais evolutivas e com maior capacidade de auto-regeneração, por se apoiar fortemente em funções de animação e de integração de recursos, agentes e dinâmicas endógenos. Por outras palavras, o turismo cultural tende a reinventar-se mais facilmente porque isso faz parte da sua própria natureza contrariamente a outras formas de turismo, como o balnear. Atendendo ao dinamismo que o turismo cultural regista hoje em dia em destinos equiparados à TFT, num processo em evolução constante, a verdade é que se geraram as condições necessárias para o surgimento de produtos turístico-culturais mais complexos, em que a interdependência entre turismo e cultura é mais evidente. Assim, à medida que o turismo baseado em motivações culturais vai granjeando uma maior adesão, é o próprio potencial atractivo dos territórios que se vai alargando e diversificando. Em suma, hoje em dia certos territórios do interior têm interesse em ver o turismo cultural numa perspectiva mais lata associado às tradições e à cultura local, à etnografia, à ruralidade e à manutenção da paisagem. É nessa perspectiva, moderna e abrangente, de encarar o fenómeno do turismo cultural, que se deve contextualizar um projecto de turismo e de cultura na TFT. A este respeito, importa registar que esta encomenda é, por si só, o testemunho de uma nova forma de encarar o desenvolvimento sustentado deste território, suportando alternativas económicas para os seus investidores, rendeiros e trabalhadores, valorizando a sua herança cultural e qualificando a sua imagem. Com efeito:

1. O turismo é, reconhecidamente, um dos sectores de actividade emergentes da TFT, pelo que a criação de itinerários turístico-culturais deve também ser encarada nessa dimensão económica;
2. Existe a percepção que a diversificação da oferta turística actual deve passar, primeiro, pela exploração das oportunidades associadas às motivações culturais;
3. Por fim, é consensual que o turismo cultural constitui, entre as várias formas de turismo, o que melhor se coloca em termos de cumprir o objectivo estratégico da TFT de apostar num turismo de qualidade. Justificando essas expectativas, a TFT possui um património histórico, cultural e etnográfico de inegável valor. Mas, é na vivência desse património, no contacto com esse ‘grande ecomuseu’ e na descoberta desse mundo ancestral ainda vivo, que melhor se entende a riqueza cultural destas terras. Consubstanciando esse capital de oportunidade, este é, por certo, o momento oportuno para lançar uma iniciativa desta natureza.

### 6.3. O turismo sustentável: um mosaico conseguido

A noção de desenvolvimento sustentável foi retomada pelas principais organizações de protecção do ambiente. Por exemplo, em 1991, a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos seus Recursos (UICN), o Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) publicaram um relatório intitulado *Caring for Earth* que retoma os seus temas principais: “*a humanidade deve viver no interior dos limites que a capacidade de carga da Terra representa (...) Devemos adoptar modos de vida e modelos de desenvolvimento que respeitem os limites da natureza e se inscrevam neles*”<sup>19</sup>.

Em colaboração com o PNUA, a Organização Mundial do Turismo (OMT) aplicou imediatamente a noção ao domínio do turismo. As publicações internacionais mais recentes falam de *sustainable tourism development* ou em francês *tourisme durable*. Este encontrou um terreno muito favorável porquanto a noção de capacidade de carga já tinha um amplo desenvolvimento. É mais ou menos nos mesmos termos que, em 1993, a OMT, num guia de desenvolvimento turístico sustentável destinado aos técnicos de ordenamento locais, afirma: “*O ambiente é a base dos recursos naturais e culturais que atraem os turistas. Por conseguinte, a protecção do ambiente é essencial para o sucesso do turismo a longo prazo. A capacidade de carga é um conceito chave na planificação do desenvolvimento turístico sustentável*”<sup>20</sup>. Para a OMT, o desenvolvimento sustentável liga-se, pois, à problemática do auto desenvolvimento. O desenvolvimento do turismo deveria ser principalmente o problema das sociedades locais. Isto liga-se às definições da capacidade de carga que consiste em não depender economicamente do exterior.

O Turismo Sustentável é um processo evolutivo e, contrariamente a um produto, constitui um objecto de estudo instável, sempre sujeito à influência das evoluções e das alterações onde as ferramentas não podem funcionar como uma chave de parafusos, por exemplo, devem ser permanentemente adaptadas e ajustadas para corresponderem aos objectivos visados. Dentro desta lógica artesanal, parece igualmente ilusório propor ferramentas acabadas. O acompanhamento colectivo dos agentes locais rumo a um Turismo Sustentável, deveria prioritariamente preocupar-se com a identificação das direcções e dos objectivos pretendidos, a fim de poder deduzir as actividades a implementar para melhorar a

---

<sup>19</sup> Federação dos Parques Naturais e Nacionais da Europa (1993). *Loving them to death? The need for sustainable tourism in Europe's Nature and National Parks*, p. 5

<sup>20</sup> OMT (1993). *Sustainable tourism development: guide for local planners*, p. 16

sustentabilidade das práticas turísticas. Os instrumentos de acompanhamento, a criar localmente, devem ser coerentes com os objectivos anunciados e ser fáceis de utilizar.

As várias declarações oficiais e as diversas publicações nacionais e internacionais fornecem uma matéria-prima muito rica que é conveniente traduzir em objectivos preciosos para clarificar o conceito e dotá-lo de uma vocação operacional: o Turismo Sustentável é um conceito político que provém em linha recta das declarações do Rio sobre o desenvolvimento sustentável. Insiste na noção de desenvolvimento ou na adaptação de métodos de desenvolvimento para responder a três considerações prioritárias:

- 1) Promover um desenvolvimento ao serviço da pessoa, o que impõe preocupações em relação ao ambiente e ao equilíbrio social. Para viver, o homem precisa de ar, de água e de solos de qualidade, ao passo que os serviços sócio-culturais são indispensáveis à sua existência e desenvolvimento. O êxito dos processos de desenvolvimento está ainda directamente condicionado pela satisfação destas necessidades.
- 2) Colocar a economia ao serviço do desenvolvimento e, portanto, ao serviço da satisfação das necessidades ambientais e sociais necessárias à vida humana.
- 3) Construir um desenvolvimento para todos, tendo a preocupação de determinar, com exactidão, as regras éticas condicionantes do desenvolvimento pretendido ou desejado.

O Turismo Sustentável pode caracterizar-se por cinco objectivos:

- Responde às necessidades de desenvolvimento local e à procura da clientela. Não é turismo pelo turismo, mas sim uma actividade económica ao serviço da satisfação de reconhecidas necessidades humanas.
- É acessível a todos os agentes que pretendem viver desta actividade e a todos os turistas que desejam permanecer no território.
- Favorece a democracia local, a abertura, a cultura do debate, a evolução das mentalidades em relação ao outro ou ao estrangeiro. A criação da oferta turística é a realização de contribuições simples, com a informação, o transporte, o alojamento, o acolhimento, as actividades. Satisfazer o imaginário dos clientes consiste em conseguir alcançar esta alquimia, numa gama diversificada de preços. Uma oferta sustentavelmente competitiva integra estas características. O Turismo Sustentável procurará, portanto, melhorar constantemente a compreensão entre as pessoas, a fim de criar as condições necessárias à oferta de produtos turísticos de qualidade. Deste

modo, o Turismo Sustentável pode constituir uma boa alavanca de desenvolvimento ao participar activamente na melhoria do ambiente local.

- Trata-se de um turismo conduzido em transparência, por conseguinte, a partir de indicadores definidos e aceites colectivamente. O turismo “genuíno”, se procurado pela clientela, apoia-se em sectores económicos vivos (artesanato, agricultura, indústria, comércio, etc.). Para manter a sua validade e o seu dinamismo, é também essencial verificar o impacto do turismo praticado sobre o futuro dos sectores económicos e culturais, nos quais se insere.
- É dominado pelos agentes locais, uma vez que se encontra directamente ao serviço das expectativas do desenvolvimento local.

### **6.3.1. Os Desafios e Objectivos do Turismo Sustentável**

O principal desafio que se coloca ao sector do turismo europeu, às suas empresas e aos seus destinos consiste em determinar de que forma se poderá gerir o crescimento previsto para o sector, na Europa e à escala mundial, nas próximas duas décadas, a fim de garantir o respeito pelos limites e a capacidade de regeneração da sua base de recursos e, ao mesmo tempo, manter a viabilidade comercial. Uma vez que o produto assenta, em larga medida, na qualidade ambiental, cultural e social, o sector corre o risco, se não for gerido de uma forma sustentável, de se deteriorar ou inclusivamente de consumir a sua própria base de recursos geradora de riqueza, tornando-se deste modo insustentável do ponto de vista económico e social.

O desenvolvimento do turismo sustentável está associado a um crescimento que se manifestará mais na qualidade do que na quantidade. A sensibilidade dos turistas para a qualidade constitui também um pré-requisito do desenvolvimento sustentável e, tanto a sustentabilidade, como a qualidade deverão estar integradas. São indispensáveis para a competitividade do sector do turismo. A competitividade das empresas e dos destinos turísticos exige uma eficiência que possa assegurar a sustentabilidade e maximizar um rendimento sustentável. Por sua vez, a qualidade da mão-de-obra, o respeito pela sociedade local e um impacto menor no ambiente libertam verbas para a eficiência dos recursos. A sustentabilidade do turismo está relacionada com aspectos particularmente importantes, como empresas turísticas competitivas e socialmente responsáveis, a possibilidade de todos os cidadãos participarem no turismo, boas oportunidades de emprego no sector e benefícios das actividades do turismo para as comunidades locais. Exige a preservação da integridade

cultural, a integração dos aspectos ambientais e da protecção dos recursos patrimoniais as medidas que visem a actividade turística. As soluções com parcerias multi-laterais e uma boa governança que melhorem a participação de todos os intervenientes permitem ao sector avançar e ultrapassar a falta de coerência entre as práticas destes intervenientes.

Um dos problemas mais generalizados no turismo de lazer na Europa reside na sua concentração em períodos específicos e restritos do ano, que está associada ao clima e ao ritmo cultural e socioeconómico do quotidiano. Esta circunstância resulta numa saturação temporária das infra-estruturas de comunicação e de acolhimento de turistas, assim como da capacidade de acolhimento dos destinos, propiciando uma redução da qualidade.

O segundo factor fundamental que influencia a sustentabilidade, sobretudo de um ponto de vista ambiental, deriva dos transportes necessários à realização das viagens. A expansão turística registada nos últimos cinquenta anos tornou-se possível sobretudo pela utilização de transportes rodoviários e aéreos pouco ecológicos que se têm tornado cada vez menos dispendiosos e mais fáceis de utilizar. Esta situação veio incentivar a utilização dos transportes rodoviários em viagens de longo curso e expandir as viagens aéreas para fins turísticos, incluindo viagens de curta distância. Há uma tensão crescente entre o desenvolvimento das infra-estruturas e os serviços de transportes europeus, os requisitos de mobilidade do turismo no que diz respeito às ligações disponíveis para os destinos, a capacidade de as assegurar e os custos associados.

Paralelamente a um crescimento significativo no turismo, as alterações registadas na estrutura demográfica irão resultar numa procura diferente no que diz respeito aos tipos de turismo. Assim, prevê-se que o turismo cultural e relacionado com o património natural será o que vai registar o crescimento mais significativo. O comportamento do consumidor como resultado do preço, da qualidade e da imagem, é quase exclusivamente determinado pelo interesse individual. Actualmente, os turistas mostram pouco interesse pela questão da sustentabilidade. Mas a divulgação de forma adequada de informações aos consumidores, através de mensagens de fácil compreensão nos meios de comunicação, que sejam largamente distribuídas no sector (brochuras promocionais, catálogos e guias), que desenvolvam a sua mentalidade sustentável e influenciem e convençam as pessoas através de sinais claros, pode provocar padrões de consumo sustentáveis, propiciando alterações a nível da oferta de produtos. Os jovens são um grupo-alvo particularmente importante neste domínio. Estas acções deverão incluir uma maior sensibilização para a qualidade como uma característica

integrada no produto, assim como novas abordagens destinadas a comunicar aos turistas a mensagem de que o turismo sustentável e de qualidade tem o seu preço.

A gestão de uma cadeia de oferta de turismo sustentável implica empresas competitivas e condições de concorrência equitativas. Está relacionada com a gestão da qualidade da produção de bens e serviços de turismo. Para que os ganhos económicos não sejam produzidos à custa dos aspectos sociais e ambientais, o sector deverá internalizar os seus custos socioeconómicos e ambientais para determinar correctamente os seus preços, sobretudo através da utilização de sistemas de mercado adequados. Uma cadeia de turismo sustentável implica também a optimização do emprego e dos benefícios sociais, isto é, que as empresas do sector apliquem o conceito de responsabilidade social das empresas, incluindo oportunidades de formação e emprego de boa qualidade para trabalhadores qualificados e motivados que prestem serviços de turismo de alta qualidade, sistemas de certificação que incentivem padrões de produção e de consumo sustentáveis e o recurso à inovação e às novas tecnologias sempre que tal se revele adequado. Exige também um reforço do diálogo social e a atribuição de mais poderes aos parceiros sociais a todos os níveis da concepção e da aplicação.

Na maior parte da Europa, a paisagem cultural tradicional providencia o recurso natural e cultural adequado que constitui um dos pré-requisitos do produto turístico. Os recursos patrimoniais, as infra-estruturas de comunicações, a hospitalidade e as estruturas turísticas são outros dos recursos básicos de um destino turístico. Um ordenamento territorial racional constitui um factor crucial no desenvolvimento sustentável dos destinos. Os requisitos do turismo nesta matéria e em relação com a identidade cultural local e as necessidades dos residentes locais geraram, em determinados casos, tensões ao nível dos destinos. O turismo competitivo de alta qualidade tem que respeitar a capacidade de acolhimento das suas zonas naturais e culturais. A garantia de boas perspectivas para o turismo europeu requer a preservação da sua diversidade regional enquanto vantagem competitiva, a garantia da qualidade e a tomada em consideração do bem-estar da comunidade nos destinos turísticos, a preservação ou recuperação das zonas costeiras e montanhosas da Europa, das áreas protegidas e dos locais de património cultural como factor de base da atracção de um destino; a protecção do ambiente e dos recursos naturais e a sua utilização racional, assim como a promoção da mobilidade sustentável entre destinos ou a nível dos destinos. Depende igualmente de condições de concorrência equitativas para os prestadores locais em relação



àqueles que comercializam o produto turístico e exige que os lucros gerados pelo turismo revertam a favor desses destinos.

### **6.3.2. Turismo Sustentável e Desenvolvimento Local**

O turismo deve contribuir de maneira positiva e equitativa para o desenvolvimento económico e para o desafogo dos indivíduos que vivem, trabalham ou permanecem nas áreas protegidas. Esta vontade concretiza-se através dos seguintes princípios: a valorização dos recursos e das competências locais, a promoção do emprego estável para os habitantes da região, o equilíbrio entre as actividades económicas (não relacionadas com o turismo), os efeitos impulsionadores que o turismo exerce sobre as outras actividades, a difusão das actividades turísticas no espaço, o domínio local do desenvolvimento, a melhoria da qualidade de vida das populações. A motivação económica encontra-se aqui amplamente integrada numa preocupação social.

Ao perder a sua versão estritamente económica, o Turismo Sustentável é encarado como um outro modo de desenvolvimento muito mais complexo. A economia é reintegrada no social. O individualismo metodológico deixa de ser possível, o que conta é a evolução de uma sociedade, de um grupo. Os métodos tornam-se mais fluidos, mais incertos, porque tomam em linha de conta os agentes na sua diversidade. Solidariedades mas também conflitos de interesses, motivações económicas mas também psico-sociológicas, culturais ou sociais. Deixa de ser apenas a economia que permite compreender, sendo colocada em prática uma interdisciplinariedade, ainda balbuciante. A acção situa-se numa dimensão mais restrita – a do território. Nesta posição teórica, o conceito de território torna-se fundamental visto ser (em si mesmo) o meio inovador desenvolvido por diversos economistas, sobretudo por Philippe Aynaud, com a investigação a partir do ponto de se saber que condições são necessárias para o surgimento da empresa e da inovação. Segundo eles, a empresa (e as inovações no seu seio) devem ser vistas como uma criação do “meio”, ou seja do seu território e comunidade, e não defini-las em parâmetros técnicos e aplicáveis da mesma forma em todos os territórios. Este conceito de “meio” corresponde a um conjunto de relações territorializadas e ligadas ao seu exterior, ao ambiente tecnológico e ao mercado, que ao integrarem saberes, normas e valores, constituem um capital “relacional” e uma matriz de desenvolvimento que produz competências distintivas próprias, ou dito de outro modo, locais. Num sistema de produção localizado, que engloba vários actores como empresas, centros de investigação e formação, associações profissionais e locais, organismos públicos, entre outros, a influência positiva do

meio traduz-se num acréscimo de confiança que facilita a cooperação entre estes actores, permitindo soluções que impulsionam a evolução tecnológica e, por último, os ganhos de produtividade. O meio é assim um catalizador que surge ligado ao sistema produtivo – é um factor distintivo de desenvolvimento.

A utilização do conceito de “meio inovador” permitiu conhecer melhor os mecanismos de desenvolvimento territorial, ao estudar as relações das empresas com os territórios no processo de inovação, o papel das redes locais neste processo e a sua interacção com o exterior, e os processos de aprendizagem colectiva.

A importância dos recursos imateriais e do conhecimento nas dinâmicas de desenvolvimento tem vindo a acentuar-se com a globalização da economia, no sentido em que se proporcionam as vantagens competitivas necessárias na relação do local com o exterior, o que nos diz sobre a importância desta abordagem para o debate em torno do desenvolvimento endógeno. Como uma das características fundamentais dos modelos de desenvolvimento endógeno é autonomia local, no sentido em que os actores locais possuem algum controlo sobre o processo produtivo e a capacidade de incorporar e transformar a informação vinda do exterior, é a capacidade do meio produzir inovação que pode revelar-se como a base dessa autonomia. De resto é Aydalot, que embora crítico em relação às teses do desenvolvimento local baseadas num desenvolvimento autocentrado e comunitário, realça a importância do que poderá ser uma “teoria dos dinamismos locais” para a problemática do desenvolvimento endógeno; a vitalidade dos meios locais encerra em si potencialidades inexploradas no modelo de desenvolvimento funcional, pelo que *“dar ao “meio” um papel essencial é fazer do território a fonte de desenvolvimento”* (Aydalot, 1985). A inserção da problemática da inovação nas teses de desenvolvimento local, contributo original de Aydalot, apontou o território como a base do desenvolvimento local, e a capacidade do “meio” em produzir inovação como a chave da sua sustentabilidade. Deste modo, também se veio a colmatar algumas das lacunas atribuídas aos modelos de desenvolvimento autocentrado, que apostavam numa autarcia selectiva, ao ser referida a importância da relação com o exterior e a aprendizagem do meio na produção da inovação. O turismo faz parte do sistema territorial, ou seja, está interligado a outras actividades; as mudanças que intervêm na esfera turística modificam outras componentes e vice-versa.

Os agentes do território são os empresários, os decisores ou os “responsáveis”, como são geralmente conhecidos, mas também todas as pessoas que agem dentro do território. Exercem actividades de vária ordem, profissionais, políticas, sociais. Possuem a sua própria

racionalidade e dispõem de capacidade de escolha: trabalhar sozinhos ou em parceria, aderir a uma ideia ou recusá-la, reproduzir actividades tradicionais ou inovar. Para a sua actividade turística, pode supor-se que os agentes de um território detenham representações diversas que façam referência a práticas particulares, com implicações específicas nas quatro dimensões do Turismo Sustentável – ambiental, económica, social e ética.

Os agentes devem ser acompanhados por uma animação permanente. A animação constitui o cerne da procura. Ela organiza e coordena as diligências participativas entre os intervenientes. Acompanha a elaboração dos projectos e constrói dispositivos colectivos que dão resposta às exigências e necessidades dos agentes turísticos locais.

À animação são conferidas diversas missões:

- a) Garantir o acompanhamento da evolução da diversidade dos agentes ao longo do tempo. Um território é um meio vivo, com pessoas que partem e que chegam. A diversidade dos agentes modifica-se, bem como as suas necessidades.
- b) Facilitar a elaboração de diagnósticos contraditórios para agir. Após a determinação da diversidade dos agentes, a caracterização das suas práticas turísticas e o seu reconhecimento como motores de oferta, torna-se possível a realização de diagnósticos contraditórios. Esses diagnósticos favorecem a participação activa dos agentes, permitem capitalizar a riqueza das ideias e garantir o debate indispensável e prévio a qualquer escolha. O debate desejado exige o desenvolvimento de uma linguagem comum: a tabela local de indicadores. A animação promoverá a construção colectiva deste sistema de referências.
- c) Construir colectivamente uma tabela dos indicadores do turismo sustentável para medir, debater, avaliar, hierarquizar, agir. Trabalhar com a diversidade de agentes exige a criação de uma linguagem comum, de modo a evitar diálogos de surdos e concretizar em conjunto acções turísticas viáveis.

A tabela de indicadores é uma ferramenta de construção local que visa estruturar as decisões dos agentes locais e favorecer o acompanhamento do turismo sustentável. A organização da tabela local permite:

- ▣ Auxiliar os agentes locais a analisarem as suas práticas turísticas em relação aos quatro pilares do desenvolvimento sustentável (ético, ambiental, social e económico).

- ▣ Auxiliar os agentes locais a hierarquizarem e a determinarem, em relação a cada um dos pilares do turismo sustentável, quais os indicadores cuja aplicação consideram pertinente face ao contexto territorial.
- ▣ Auxiliar os agentes locais a construírem e a validarem uma linguagem comum de modo a estruturarem os seus debates.

### **6.3.3. Desafios da Interioridade: a riqueza ambiental e a vantagem para a sustentabilidade**

Fortemente promovido pela Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento em 1992, grandes têm sido as dificuldades para dar conteúdo concreto ao conceito de desenvolvimento sustentado, em contextos nacionais e internacionais. Na sua essência, o desenvolvimento sustentado pressupõe uma alteração profunda dos valores e das valências de desenvolvimento, das prioridades de acção e intervenção e do equacionamento das relações entre comunidades e regiões com índices de desenvolvimento profundamente díspares. A orientação geral reside em princípios conjugados de equidade social, de equilíbrio ambiental, de eficácia económica. Assim, entende-se que o desenvolvimento sustentado não é uma dimensão actualmente conhecida, mas antes um grande objectivo, de longo prazo, exigindo uma abordagem por tentativa e erro, ou seja, que se avance por tentativas na procura do equilíbrio que definirá a própria sustentabilidade. Esse limite de equilíbrio é extraordinariamente volúvel uma vez que depende de três pressupostos fundamentais:

- 1) As condições de partida;
- 2) Os níveis de eficácia e de qualidade que se pretende alcançar;
- 3) A dinâmica profunda que sustenta o evoluir da sociedade e a alteração dos seus valores fundamentais.

Definir uma direcção e uma rota de sustentabilidade implica opções de incerteza que são específicas de cada contexto de desenvolvimento. Ou seja, falar em sustentabilidade do desenvolvimento nacional não fará de todo sentido, a menos que o mesmo resulte da conjugação de objectivos de sustentabilidade social, económica e ecológica ou, em termos mais geográficos, sustentabilidade urbana, costeira, rural e de cada realidade socio-geográfica nacional.

Pensar os problemas da interioridade numa óptica de sustentabilidade exige, primeiro que tudo, o abandono dos pressupostos que têm liderado o desenvolvimento das zonas urbano-industriais, ou seja, exige a idealização e formulação de um modelo de desenvolvimento

próprio e não a importação de formas de desenvolvimento que fizeram sentido noutras épocas e noutros locais. Consequentemente, exige a criação de referenciais, princípios e orientações que permitam o equacionamento dos chamados problemas de interioridade, e que auxiliem a identificação de soluções necessárias e suas prioridades. A realidade das zonas de interior é específica, as suas oportunidades são ímpares e a defesa do seu carácter diversificado deve imperar sobre as sistemáticas tentativas de homogeneização do espaço geográfico português por modelos de desenvolvimento já totalmente ultrapassados. Pensar as regiões de interior e os desafios de desenvolvimento que às mesmas se colocam exige um espaço próprio de entendimento daquilo que são os seus próprios recursos naturais e humanos, das suas relações endógenas e das possibilidades de relações exógenas, sem pôr em causa a sua identidade própria e sem pôr em risco os fortes valores culturais e ambientais que as caracterizam e que constituem a sua principal riqueza.

Um segundo princípio fundamental que decorre do anterior e que aqui se advoga assenta num ordenamento do território orientado pela gestão prioritária dos recursos naturais endógenos, e pela sua valorização, respeitando práticas de gestão ambiental. Este desenvolvimento assenta na existência, e promoção, de um capital natural, constituído pelos recursos ambientais em sentido lato. Nestes se incluem não apenas a água, o solo, os minerais, a flora e a fauna, o espaço e a paisagem, mas também o património construído, arqueológico e etnográfico, os sistemas humanos, o potencial energético e tecnológico tradicional. O ordenamento do território, orientado segundo o princípio da gestão de recursos, adopta como primeira prioridade a identificação do potencial de exploração dos recursos endógenos, segundo a sua principal aptidão funcional e dentro dos limites da sua capacidade de renovação. Reconhece a existência de limiares de utilização dos recursos e respeita esses limiares de forma a garantir a continuidade da existência desses recursos, a manutenção da sua capacidade funcional e de prestação de serviços e, bem assim, a sua sustentabilidade. Esta atitude é contrária à que tem sido promovida pelo modelo de desenvolvimento tradicional, cuja prática corrente reside na fixação de índices de crescimento demográfico-económicos, tidos como objectivos prioritários, e na programação de acções que permitam atingir esses índices, independentemente dos sacrifícios impostos à identidade ecológica ou cultural do território geográfico. Um ordenamento do território orientado segundo princípios de gestão de recursos adopta como grande prioridade a identificação do capital de recursos existentes e do seu potencial de utilização, dentro de limites compatíveis com a sua sensibilidade intrínseca. O que é que isto significa? Significa que o desenvolvimento em vez de se processar à custa do empenhamento da riqueza natural específica do território, vai antes explorar ao máximo o

potencial específico dos recursos naturais de cada região e de cada lugar, mas com consciência sobre os limites de exploração desses mesmos recursos, base fundamental do próprio processo de desenvolvimento. Mas identificar os recursos não basta. É necessário valorizá-los, torná-los comparáveis com referenciais existentes, romper com a ideia de que recurso natural é uma dádiva que, não exigindo investimento de mercado, não pressupõe também um valor de mercado. As modernas teorias da economia ambiental avançam com o conceito de valor dum modelo existência dos recursos, que se veio juntar aos já conhecidos valores de uso real e de uso potencial. Ou seja, o valor de existência assenta no princípio da diversidade ecológica natural, em que o valor é devido a critérios de raridade, especificidade e funcionalidade em termos de sistemas ecológicos, sem que exija o reconhecimento de um valor de mercado de curto prazo.

Entende-se que as chamadas «regiões menos desenvolvidas», segundo designação da óptica tradicional desenvolvimentista, constituem de facto, o grande manancial de riqueza e a grande oportunidade de desenvolvimento do século XXI. Este pressuposto reside no facto de ser nestas regiões que se concentram as grandes reservas de recursos necessárias ao próprio processo de desenvolvimento.

Um terceiro e último princípio, entendido como relevante no presente contexto, refere-se à qualidade ambiental e ao equilíbrio dos diversos factores de qualidade. Uma vez mais este princípio decorre dos anteriores, sendo, juntamente com a gestão dos recursos, condição essencial para a promoção de um desenvolvimento sustentado. O sistema ambiental oferece condições de equilíbrio que variam bastante consoante as características dos sistemas ecológicos que os constituem. De um modo geral, e a menos que se trate de situações de elevada sensibilidade e fragilidade (normalmente salvaguardadas com estatutos específicos de protecção), os sistemas ambientais oferecem grande capacidade de resistência a factores de perturbação externos, reagindo, de forma a restabelecer por si só, o anterior estado de equilíbrio, ou determinando um novo estado de equilíbrio. Contudo, quando os factores externos de perturbação são demasiado intensos ou persistentes, o sistema não tem oportunidade de reagir, e entra em situação de degradação, ou mesmo de colapso. Esta situação tem sido apontada por variadíssimos autores, desde há já várias décadas, com maior frequência desde a década de 60. Contudo, sendo inicialmente pouco acreditada pelas forças do desenvolvimento, e tomada por «histeria ecológica», só na última década se tem tornado mais evidente, graças à sua manifestação física: a poluição, a escassez de recursos essenciais,

e os custos associados. Apesar de tudo, nem sempre a sua importância é suficientemente reconhecida, sobretudo quando se contrapõe a irremediáveis forças de mercado.

Têm sido desenvolvidos instrumentos de apoio à decisão do desenvolvimento cujo objectivo é o de acautelar a ocorrência dessas situações de desequilíbrio ambiental, fomentando o desenvolvimento com sentido ambiental, ou seja, o desenvolvimento que, não deixando de se processar por razões ecológicas, adopta formas e procedimentos que evitam, ou pelo menos minimizam, os impactes ambientais causados pelo próprio desenvolvimento. A Avaliação do Impacte Ambiental é um dos mais importantes desses instrumentos de política ambiental, de maior visibilidade e popularidade em todo o mundo. Embora a sua prática exista sobretudo ao nível de decisões sobre projectos de desenvolvimento, é crescente a sua utilização e aplicação a decisões de política ou planeamento. Na sua essência, trata-se de um instrumento de natureza preventiva e antecipativa de perturbações ao equilíbrio ambiental. O seu papel ao nível do desenvolvimento de zonas de interior é fundamental, e um garante do princípio do equilíbrio ambiental que aqui se apresenta como um dos três princípios que devem assistir a promoção do desenvolvimento das zonas de interior.

O território rural e o território urbano e industrial distinguem-se efectivamente pelas suas funções. Contudo, as perspectivas mais recentes apontam para a necessidade de garantir o equilíbrio de cada um destes espaços, com razões exógenas de ligação entre cada espaço, mas garantindo a sua autonomia e a sua sustentabilidade. Não é mais sustentável fazer depender a sobrevivência dos grandes espaços urbano-industriais de zonas rurais débeis e com função apenas de fornecimento de bens essenciais ao funcionamento da urbe (bens alimentares, mão-de-obra, espaço físico, etc.). Admite-se hoje que as zonas rurais devem ser prósperas por si só, pela sua funcionalidade e estrutura características, já que as mesmas constituem um potencial de desenvolvimento. Com efeito, as zonas rurais são hoje muito mais do que espaços agrícolas, como algumas perspectivas parecem ainda fazer crer. A agricultura não é mais a grande prioridade da política de desenvolvimento das zonas rurais de interior ou litorais. Bem pelo contrário. A evolução tecnológica, o aumento dos tempos de lazer e recreio e a própria alteração de valores das comunidades humanas têm dado origem a uma multiplicidade de opções de utilização das zonas rurais em todo o mundo, que, em Portugal, só por falta de perspectiva e de iniciativa empresarial, não tem sido mais evidente.

Em praticamente todo o mundo desenvolvido, em particular na Europa do Norte e Centro, América do Norte e Austrália-Nova Zelândia, tem-se vindo a assistir a um ressurgimento das zonas rurais como alternativa residencial às zonas urbanas. As novas

tecnologias de comunicação têm possibilitado a existência de números crescentes de profissionais que funcionam por ligação remota aos seus escritórios urbanos habituais, permitindo-lhes desta forma manter a comunicação permanente com o centro decisional, sem necessidade de deslocação física de mais do que uma ou duas vezes por semana, e por vezes até menos frequentemente. Tem-se verificado que existem aumentos de rendimento, com diminuição de custos individuais e empresariais, quer ao nível de deslocação diária casa-emprego, quer ao nível de custos indirectos que a permanência diária na zona de residência permite. Associados estão também aspectos lúdicos e de actividades secundárias que uma zona rural potencia e que, em contextos intelectualmente mais desenvolvidos, podem tornar-se bastante incentivadores. De um modo geral, os recursos ambientais existentes em zonas rurais potenciam o desenvolvimento de actividades turístico-recreativas, florestais, cinegéticas, mineiras, de serviços, e naturalmente agrícolas. Todas estas actividades, se promovidas segundo os princípios e pressupostos acima enunciados, podem tornar o desenvolvimento rural extraordinariamente bem sucedido e sustentável.

As actividades turístico-recreativas e cinegética são talvez as mais evidentes, já que o seu sucesso e durabilidade depende essencialmente da manutenção dos recursos que as justificam. Se ligarmos a isto o facto de a actividade turística ser já hoje uma das actividades económicas de maior sucesso deste final de século, e certamente uma das principais actividades de futuro, torna-se evidente a importância que a promoção correcta e equilibrada destas actividades representa no desenvolvimento das zonas de interior. A recente cimeira do Conselho Mundial de Turismo e Viagens, realizada em Portugal, demonstra que o turismo é de facto a actividade económica mais promissora dos próximos anos e que o seu papel em Portugal é de extraordinária relevância. Com efeito, o clima, a diversidade geográfica e cultural do nosso país, derivada precisamente da identidade cultural regional que ainda se mantém, constituem o grande argumento do potencial português para a promoção da actividade turística. É claro que os modelos de desenvolvimento turísticos também são diversos, e por certo que em Portugal existem já diferentes modelos, nem todos igualmente sustentáveis. Contudo, a actividade turística é sempre possível dentro dos princípios de sustentabilidade e de gestão de recursos e de equilíbrio ambiental acima enunciados. É apenas uma relação de balanço entre alternativas de desenvolvimento e recuperação de margens de investimento em prazos mais ou menos alongados.

Pensar o desenvolvimento do mundo rural de interior, ou de litoral, exige a definição de objectivos, prioridades e definição de modelos de desenvolvimento específicos, que explorem



ao máximo, dentro dos limites de capacidade de regeneração, os recursos existentes nas zonas em causa, e que lhe conferem as especificidades próprias. As opções de desenvolvimento devem ser ponderadas em função de um ordenamento do território baseado na gestão sustentada dos recursos naturais e do equilíbrio ambiental, pois estes são condições do próprio desenvolvimento. Não adianta tentar promover o desenvolvimento florestal de produção em áreas onde claramente a opção é cinegética ou o desenvolvimento agrícola e pecuário em áreas com forte vocação florestal de produção, com consequentes baixos rendimentos e deterioração dos recursos naturais de base.

Acima de tudo, uma forte aposta deve ser a garantia da diversidade e multifuncionalidade das actividades, com respeito não apenas pela biodiversidade do território mas também pelo uso múltiplo do espaço, condição essencial à prossecução de objectivos de sustentabilidade e à eficiência económica no melhor uso possível dos recursos endógenos existentes.

#### **6.3.4. A Situação Actual**

As orientações de base para a sustentabilidade do turismo europeu podem tirar partido do grande volume de trabalho e documentos onde se delineiam processos e princípios importantes. Tem-se procedido à criação de redes com vista à troca e à divulgação de informação útil e para incentivar a adopção de melhores práticas. Através de uma série de medidas políticas, também a Comunidade Europeia começou a contribuir para a sustentabilidade, incluindo a do turismo, tanto num contexto mundial como europeu. Apesar de visarem sobretudo as questões de sustentabilidade de uma forma geral através dos sectores económicos, estes elementos podem contribuir significativamente para o desenvolvimento do turismo europeu. No domínio público, e de acordo com o trabalho actualmente em curso ao nível internacional, a EU apoia o desenvolvimento do turismo como instrumento importante de luta contra a pobreza e de melhoramento das condições sociais, nomeadamente nos países mais pobres do mundo. Em 1998 a Comissão apresentou uma Estratégia da Comunidade Europeia de apoio ao desenvolvimento de um turismo sustentável nos países em vias de desenvolvimento como base política essencial que o Conselho adoptou numa Resolução de 30 de Novembro de 1998.

Do mesmo modo, a responsabilidade mundial da Comunidade é extensível ao comércio de serviços sustentáveis. Para além de aplicar os compromissos actuais, a Comunidade pretende liberalizar tanto quanto possível o sector do turismo no quadro do Acordo GATS da

Organização Mundial do Comércio. Os obstáculos remanescentes ao comércio neste sector deverão ser substancialmente reduzidos de uma forma que seja compatível com outros acordos que apoiem a sustentabilidade sem, contudo, afectar negativamente as condições das comunidades locais e os seus direitos. Também o direito dos governos locais de determinarem o desenvolvimento sustentável do turismo, o património natural e cultural local, a qualidade do serviço, a defesa dos direitos dos consumidores e dos trabalhadores ou a segurança pública não deverá ser reduzido. A Agência Europeia do Ambiente já instituiu alguns indicadores-chave e está a proceder à criação de um “mecanismo para a informação em matéria de turismo e ambiente”. Além disso, o Plano de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (PDEC) constitui uma referência para o desenvolvimento territorial no domínio do turismo, tal como o Protocolo sobre Turismo e Actividades de Recreio no âmbito da Convenção Alpina. Para estas iniciativas, a transposição para o nível regional e local será importante como forma de assinalar progressos. Ao nível nacional, alguns países estão a elaborar *Estratégias Nacionais de Desenvolvimento Sustentável* que incluem o turismo, ou planos nacionais mais específicos para este sector. Ao nível regional, estão a ser concebidos e testados diversos sistemas-piloto de monitorização e de indicadores no domínio do turismo.

Apesar destas inúmeras iniciativas que se apresentam desde o nível internacional até ao nível local e que ocorrem um pouco por toda a parte, ainda não se verificou uma alteração significativa dos padrões de consumo e produção insustentáveis a nível do turismo europeu. O turismo europeu ainda não está a fazer uma adaptação de fundo aos requisitos em matéria de sustentabilidade no que diz respeito quer ao transporte turístico, quer à elevada sazonalidade do turismo de lazer, quer aos seus efeitos insustentáveis do ponto de vista económico, social e ambiental. Ao que parece, não existe nem informação nem incentivo suficiente para pôr em prática estas iniciativas no terreno, onde são definidos os moldes em que o turismo se desenvolve. Uma vez que os custos socioeconómicos e ambientais não são internalizados, o que então existe é um contra-incentivo. Além disso, o comportamento do consumo é formado individualmente e o turismo ocorre localmente. É a estes níveis que as políticas que os visam têm que ser criadas e aplicadas. O êxito de iniciativas e contributos com vista a uma produção sustentável é, assim, determinado sobretudo ao nível das PME e dos destinos locais.

Um dos principais obstáculos à transposição de iniciativas para acções concretas bem sucedidas ao nível dos centros de decisão e de acção é o facto de os gestores serem confrontados com muitas questões e das suas prioridades serem determinadas ao nível do mercado local. Acresce a este facto uma comunicação inadequada das cúpulas para as bases:

mensagens formuladas numa linguagem complexa ao alto nível não chegam aos intervenientes ao nível local e regional, nem aos cidadãos. A disponibilização de publicações e a divulgação através da Internet não criam uma consciencialização suficiente no terreno. De modo geral, os turistas não têm acesso nem compreendem a informação bastante complexa que é necessária para avaliar os efeitos do seu comportamento em termos de sustentabilidade. Assim, são necessárias medidas que associem, impliquem e abordem estes intervenientes de uma forma mais directa e que levem à formulação de mensagens facilmente acessíveis e fáceis de compreender, concentrando-se nos seguintes aspectos:

- ▣ Os méritos da subsidiariedade e da abordagem “das bases para o topo” vigente para resolver os problemas;
- ▣ Necessidade de considerar individualmente cada uma das componentes, subsectores, domínios e aspectos, e os problemas específicos a eles associados, em vez de tratar o turismo e a sua sustentabilidade como um problema único;
- ▣ Informação ao consumidor para assegurar a intervenção das forças de mercado com vista a promover padrões de consumo e produção sustentáveis;
- ▣ Necessidade de reconhecer a natureza específica das PME e das micro-empresas;
- ▣ Necessidade de assegurar a viabilidade social e económica, assim como a sustentabilidade ambiental, das comunidades rurais e costeiras.

O melhor caminho a seguir para dar resposta aos desafios do turismo europeu sustentável deve basear-se em dois elementos fundamentais:

- ▣ Aplicação eficaz de iniciativas existentes e reforço dos esforços encetados pelos intervenientes com actividade neste domínio que não a Comunidade;
- ▣ Actividades da Comunidade, de entre as quais é possível distinguir dois tipos fundamentais:
  - Maximização do efeito das políticas e medidas comunitárias que visam a sustentabilidade do turismo europeu, e
  - Definição e aplicação de medidas específicas suplementares no âmbito do turismo com o fim de promover a sustentabilidade em toda a Comunidade, destinadas sobretudo a apoiar as iniciativas de outros intervenientes e incentivar a participação nas mesmas, que venham colmatar as lacunas das políticas e medidas comunitárias em matéria de turismo.

A Comissão considera esta abordagem multilateral cooperativa e proactiva, que também visa eliminar o distanciamento que existe entre a Comunidade e os intervenientes no terreno, como sendo a mais correcta para alcançar a sustentabilidade do turismo europeu.

### **6.3.5. Opções de Futuro a Nível Comunitário**

Na Europa, e para além das suas fronteiras, a sustentabilidade do turismo europeu necessita de medidas políticas a todos os níveis, desde o nível global, que abordem os padrões de consumo e de produção na cadeia de oferta de turismo. Os intervenientes do sector – empresas, trabalhadores e destinos, administrações nacionais e autoridades locais e regionais – são os principais responsáveis pela definição de quadros de política do turismo e pela aplicação de medidas. A auto-regulamentação nos vários sub-sectoros e aos níveis adequados, e o trabalho de organismos internacionais e europeus especializados, incluindo as organizações de normalização, poderão incentivar os progressos em matéria de aplicação. Enquanto as acções relacionadas com questões associadas à concentração sazonal e a viagens de turismo sustentável deverão geralmente ser tratadas em instâncias superiores às do nível local e regional, as autoridades locais e o sector privado do turismo constituem no entanto os principais intervenientes em matéria de sustentabilidade dos produtos turísticos. Cabe-lhes a responsabilidade de elaborarem a sua própria Agenda 21 a nível local ou sub-sectorial. Para o efeito, precisam de pistas e orientações específicas que resultem de um processo multilateral voluntário, baseado em grande medida na participação de agentes regionais, locais e não-públicos, mas aprovado a nível europeu. Os organismos que representam o sector do turismo, as entidades regionais e locais e os interesses da sociedade civil devem estar profundamente envolvidos neste processo, contribuindo com o seu conhecimento, a sua experiência e as suas opiniões e promovendo as mensagens junto dos intervenientes públicos e privados nos diferentes níveis territoriais.

A grande diversidade do turismo europeu, o princípio da subsidiariedade e a falta de competências específicas implicam que a própria Comunidade Europeia apenas possa pôr em prática actividades complementares e incentivar os intervenientes a porem em prática medidas de política, entre as quais se incluem as seguintes:

- ▣ Incentivar a coerência e a contribuição das políticas comunitárias e de medidas complementares no âmbito do turismo;

- ▣ Participar activamente nos processos internacionais e mundiais, estabelecer vínculos com organismos governamentais internacionais e agrupar as actividades dos principais agentes internacionais;
- ▣ Praticar e promover os princípios da boa governança, através das seguintes medidas:
  - uma avaliação de impacto adequada de qualquer medida ou iniciativa comunitária pertinente;
  - uma maior coerência das políticas nacionais em relação às actividades comunitárias e entre as políticas dos vários Estados-Membros;
  - o estabelecimento de contactos, processos de consulta e cooperação com organismos internacionais e europeus não públicos que representem o sector do turismo e outros interesses das partes intervenientes;
  - o fomento da boa governança a todos os níveis e incentivos a todos os intervenientes, assim como aos organismos que os representem, para que sejam encontradas abordagens comuns relativamente à sustentabilidade nos diferentes subsectores do turismo;
- ▣ Apoiar as partes intervenientes europeias, nacionais, regionais e locais, públicas ou privadas, no sentido de assumirem as suas responsabilidades em matéria de sustentabilidade da produção do turismo, sobretudo através das seguintes medidas:
  - utilização dos instrumentos comunitários disponíveis;
  - promoção do intercâmbio de boas práticas e difusão da informação, cooperação, parcerias e estabelecimento de redes flexíveis na Europa entre os intervenientes;
  - conjugação de conhecimentos especializados relativamente a questões que não tenham ainda sido devidamente estudadas, de modo a contribuir para a orientação dos intervenientes.

#### **6.4. A Avaliação Local**

No momento em que, após o crescimento dos últimos anos, a oferta turística dos quatro concelhos que integram a Terra Fria Transmontana (TFT) atravessa uma fase de consolidação, importa contextualizar a presente proposta de itinerários no quadro das novas necessidades de desenvolvimento turístico do Nordeste Transmontano. É inegável o crescimento, em termos relativos, da oferta turística desta zona. Na cidade de Bragança, em especial, esse crescimento foi empolado nos últimos anos pela abertura de novas unidades hoteleiras. Nos restantes

concelhos, o crescimento da hotelaria foi menos importante, assistindo-se à abertura de estabelecimentos que colmataram algumas necessidades pontuais de alojamento.

O actual processo de desenvolvimento turístico da Terra Fria Transmontana, portanto, caracteriza--se por uma certa tendência de concentração da oferta no principal centro polarizador do território nordestino. Ora, essa tendência de polarização comporta benefícios, mas também riscos: no seu conjunto, o reforço da capacidade hoteleira na capital de distrito, Bragança, tende a ser benéfica para a região.

A maior capacidade de captação de turistas pode contribuir para o crescimento sustentado de outros serviços turísticos (como parece ser o caso da restauração e da animação nocturna) e para o aparecimento de novos agentes no sector. Assim, o aumento da capacidade de alojamento turístico (na hotelaria, em particular) gera as condições necessárias, mas não suficientes, para cobrir um leque de funções turísticas maior, criando condições para o aumento da procura de turistas. Mas, o maior peso relativo da cidade de Bragança no contexto da oferta turística da TFT também comporta o risco de concentração excessiva dos fluxos turísticos. Se Bragança e os locais de visita mais próximos dessa cidade assistirão ao aumento crescente procura, já nas restantes localidades nordestinas os efeitos do aumento dos influxos turísticos tenderão a ser menos notados. São estes desequilíbrios territoriais potenciais que importa acautelar na perspectiva do desenvolvimento turístico equilibrado deste espaço. Atendendo à situação descrita anteriormente, os itinerários turístico-culturais da Terra Fria Transmontana não devem ser vistos apenas como um projecto de desenvolvimento turístico, mas também como um instrumento de desenvolvimento local deste espaço de Trás- os-Montes. Se, no plano dos fins, este projecto deverá ser capaz de definir um conjunto equilibrado, coerente e atractivo de percursos pelo espaço da Terra Fria Transmontana, no plano dos princípios, ele deverá contribuir para que se prossigam dois desideratos principais:

- Primeiro, os percursos devem contribuir para que se alcancem objectivos de diversificação da actual oferta turística, de atracção de novos segmentos de procura e de criação de novos produtos turísticos, complementares dos actuais. É o caminho do ‘catching-up’ do nível de desenvolvimento turístico da Terra Fria relativamente a destinos concorrentes;
- Segundo, os percursos devem contribuir para assegurar, em todo este território, os mesmos níveis de oportunidade de desenvolvimento turístico, atenuando os efeitos da concentração turística nos seus principais centros urbanos, em particular em Bragança. É o caminho do crescimento sustentando, fazendo uso de todas as

potencialidades do território e gerando novas oportunidades de desenvolvimento para as comunidades locais dos quatro concelhos. A certa altura, mas com maior incidência na última metade da década de 90, passou-se da fase dos diagnósticos à fase das concretizações. Aqui, destacam-se as iniciativas de aproveitamento dos valores culturais nordestinos para fins turísticos:

1. Antes de mais, a região possui alguns marcos patrimoniais de relevo. Três exemplos apenas: o conjunto do castelo e cidadela de Bragança é um dos mais importantes exemplos de arquitectura militar tardo-medieval do país e mostra-se perfeitamente restaurado (nesse enquadramento encontramos também o *Domus Municipalis*, arquitectura civil medieval única na península); finalmente, muito por culpa do isolamento desta franja do país (só recentemente atenuado por via da abertura do IP4 e da ligação a Espanha), a TFT preservou preciosos arcaísmos, que vão das tradições comunitárias das aldeias do Montesinho à língua mirandesa;
2. Acresce que o baixo nível de desenvolvimento turístico ainda patenteado pela TFT permitiu-lhe resguardar uma mística muito própria. O nordeste é para muitos portugueses um espaço virgem, um destino secreto, a última fronteira. Trata-se de um capital apelativo muito forte, culturalmente excêntrico, que aguarda para ser despoletado;
3. Por outro lado, nos últimos anos as autarquias e alguns agentes da sociedade civil têm animado a vida cultural local de forma persistente e cada vez mais ambiciosa, existindo alguns equipamentos culturais de nível nacional, como é o caso do Museu Abade Baçal;
4. Por fim, começam a despontar alguns agentes de animação turística, mesmo que em moldes ainda pouco profissionais e empresariais. Estes sinais traduzem uma crescente dinâmica de procura de animação e de actividades turísticas e de lazer. Se o contexto turístico é mais favorável no círculo urbano de Bragança, também é inegável que os novos agentes tenderão a optar por seguir lógicas próprias que reforçarão a dimensão territorial do fenómeno turístico na Região e aumentarão a sua complexidade. Tendo em conta os elementos expostos, existem condições muito favoráveis à concretização bem sucedida de uma iniciativa do tipo dos itinerários turístico-culturais no território da Terra Fria Transmontana. Esta é uma experiência com precedentes, aliás, em Trás-os-Montes. Na mesma linha desta iniciativa destacam-se, pelo exemplo e pela complementaridade, os

itinerários turístico-culturais do Vale do Douro Sul, que se centram na temática do património edificado no período medieval. Trata-se de um projecto que é hoje o suporte de uma animação turística de carácter regular com um importante valor estimativo e pedagógico para as populações locais e as escolas. Espera-se que esta iniciativa concorra para a diversificação e qualificação da oferta turística da Terra Fria, promovendo a aproximação dos agentes turísticos locais às tendências mais recentes do fenómeno do turismo cultural e favorecendo, numa óptica territorial, a agregação de agentes e iniciativas, de forma a acautelar a sustentabilidade futura do projecto e a diversificação económica desta região. É nossa convicção que os itinerários turístico-culturais podem representar um extraordinário factor de dinamização turística para a TFT e, por essa via, de desenvolvimento das respectivas comunidades locais. Esses efeitos serão sentidos não só a montante, em termos da oferta local, qualificando-a e diversificando-a, mas também a jusante, em termos da procura turística organizando a ‘hospitalidade’ da região e congregando-a em torno de um conceito de Marketing mais elaborado.

A concepção e a concretização física de itinerários turísticos na região, para mais de temática cultural, está sujeita a condicionalismos de vária ordem. Importa, pois, identificar os principais estrangulamentos à prossecução desta iniciativa, tendo em conta, também, o domínio das oportunidades. Assim, devem ser avaliadas as condições de suporte dos itinerários e, determinadas essas condições, devem ser escolhidas as temáticas mais adequadas à oferta disponível e, simultaneamente, mais atractivas. Um itinerário turístico obedece a um conceito de deslocação do turista num dado espaço, segundo uma certa lógica. Essa lógica pode ser linear (os trajectos definem as visitas) como pode ser temática (as visitas condicionam os trajectos). Quando se entra no conceito de temática, os técnicos de turismo associam sempre o conceito de motivação turística. A uma temática cultural corresponderão, fundamentalmente, motivações culturais. Neste domínio existe ainda uma boa dose de arbitrariedade. As motivações culturais são também elas voláteis, sujeitas a grandes tendências ou a modas pontuais e passageiras. As motivações culturais clássicas, que remontam aos primórdios do fenómeno turístico, têm sido substituídas por novos paradigmas motivacionais, ligados a fenómenos culturais alternativos emergentes, uns de raiz marcadamente urbana, outros de abertura à diversidade cultural do mundo, dos seus povos e dos seus territórios. É por isso que a concepção técnica dos itinerários turístico-culturais da



TFT tem que responder, antes de mais, a um problema de posicionamento motivacional. A resolução desse problema passa pela conciliação entre o potencial cultural do território, no seu sentido mais lato, e a capacidade atractiva junto do mercado turístico, nomeadamente junta da grande amplitude dos segmentos de motivações culturais. Para conciliar de forma eficaz essas duas dimensões, exige-se:

- A análise das condições de operação da oferta turística daTFT na perspectiva dos itinerários;
- A avaliação correcta das oportunidades decorrentes da análise anterior ao nível da definição temática;
- E, entre um vasto leque de opções resultante da avaliação precedente, a tomada de decisões claras e objectivas relativamente ao posicionamento temático dos itinerários.

A Terra Fria Transmontana parece reunir as condições suficientes para o arranque de uma iniciativa do tipo dos itinerários turísticos. Contudo, há factores de suporte, ou requisitos operacionais, a considerar:

– **Acessibilidades:**

Não sendo excelentes, as acessibilidades melhoraram significativamente nos últimos anos. Em virtude da conclusão do IP4, os acessos externos por Poente (mercado interno) e Nascente (mercado interno alargado a Espanha) foram consideravelmente melhorados, persistindo alguns problemas ao nível das ligações externas secundárias, que se devem ao atravessamento de relevos montanhosos (TFT-Espanha, Bragança-Chaves, Bragança-Valpaços e Vinhais-Miranda). As ligações internas também foram melhoradas. O atravessamento Este-Oeste da TFT revela-se ainda demorado, mas está em vias de ser parcialmente resolvido o maior estrangulamento ainda existente, a ligação entre as sedes dos concelhos de Vimioso e Miranda do Douro. Já no que diz respeito às ligações municipais e locais, a situação é muito variável. Registe-se, ainda, que a concretização da Rota da Terra Fria (projecto em curso de concretização) permitirá a abertura de um circuito rodoviário à volta dos quatro concelhos em condições de segurança e comodidade. Assim, a rede viária existente, salvo algumas excepções, satisfaz minimamente o tipo de turista que procura o Nordeste Transmontano. A sinalização é, contudo, um aspecto que, em muitos casos, ainda deixa algo a desejar.

### – **Hospitalidade:**

A região não dispõe de uma rede de informação turística (postos de turismo, pontos de informação a visitantes, etc.) suficientemente capaz. Os principais balcões estão abertos nas sedes de concelho da TFT, mas há manifestas carências de cobertura de importantes pontos de passagem e eixos de circulação dos fluxos de turistas. Nos casos em que os serviços de informação e encaminhamento turísticos são prestados, nem sempre isso acontece nas melhores condições para os turistas. Nos postos de turismo, nomeadamente, há lacunas de cobertura mínima (por exemplo, no concelho de Vimioso) e detectaram-se deficiências ao nível do funcionamento. A informação prestada nestes locais revela também evidentes deficiências ao nível das necessidades dos turistas motivados pela cultura.

### – **Serviços de Apoio:**

Relativamente aos serviços de apoio às actividades turísticas (serviços de comunicações: correios, telefones públicos e cobertura das redes móveis; serviços bancários e cobertura de caixas Multibanco; e aos serviços de combustíveis e assistência automóvel: estações de serviço/postos de abastecimento de combustíveis), na generalidade a situação, sem ser satisfatória, é suficiente, especialmente se consideradas as sedes de concelho (que não distam a mais de 40 km umas das outras) e os principais eixos de comunicação.

### – **Serviços de Assistência e Segurança:**

As questões ligadas à assistência e à segurança da estadia (serviços de saúde e emergência médica, bombeiros e policiamento) estão satisfatoriamente cobertas no que respeita a eventuais emergências. Estes serviços, embora presentes nas sedes de concelho de forma desigual, garantem níveis de acessibilidade minimamente aceitáveis. Note-se que em Bragança está sediado um Hospital Distrital, enquanto que nas outras sedes de concelho estão instalados centros de saúde. Por sua vez, várias outras localidades da região dispõem de extensões de saúde. Posto isto, a definição dos itinerários turístico-culturais da TFT deverá orientar-se de acordo com as seguintes ideias:

- A natural dispersão dos operadores turísticos (hotéis, pensões, restaurantes) da TFT é um factor a considerar. Ora, essa dispersão não deve pôr em causa o acesso fácil dos turistas aos atractivos turísticos e aos serviços de hospitalidade, de apoio e de segurança. Neste sentido, o suporte físico dos itinerários deverá ser, quase que obrigatoriamente, a infra-estrutura rodoviária existente (ou em construção). Isto

releva a importância de aspectos como as acessibilidades, a sinalização e o envolvimento privilegiado de parceiros com a tutela desta área: Câmaras Municipais e Instituto de Estradas de Portugal;

- A complexidade das operações turísticas de suporte dos itinerários tende a ser grande, pelo que se impõe uma inventariação exaustiva de todas as situações passíveis de servir, directa ou indirectamente, a matriz temática a definir. Mediante um processo de inventariação, deve seleccionar-se um conjunto coeso e selectivo de serviços turísticos e de serviços de apoio aos visitantes dos itinerários. Sem prejuízo de se estar a desmotivar as deslocações dos turistas, a verdade é que nem sempre o monumento mais atractivo é o mais merecedor de uma visita – outros factores devem ser ponderados: a sua acessibilidade, a disponibilidade de serviços turísticos nas proximidades, a distância aos serviços de emergência médica, etc. Em suma, quatro grandes princípios devem orientar a concepção dos itinerários:
  1. Assumir a importância dos factores ‘comodidade’ e ‘segurança’ da infraestrutura rodoviária como suporte adequado das experiências dos turistas;
  2. Não negligenciar a importância dos operadores e das condições de operação da oferta turística local;
  3. Privilegiar o melhor que a região efectivamente oferece ao turista, em detrimento de decisões apenas baseadas em atractivos potenciais, mas dificilmente concretizáveis. Assim, deve-se ter em conta a realidade turística efectiva da TFT;
  4. Reconhecer que organização turística actual da região limita, à partida, itinerários turísticos muito complexos e apostas deliberadas na valia intrínseca dos atractivos, sem ponderar outras condições de realização.

O povoamento do Terra Fria Transmontana recua a tempos pré-históricos e a longa utilização do meio físico teve como consequência uma paisagem humanizada, se bem que aparentemente natural. Este tipo de paisagem é característico de povoamentos de montanha que baseavam a sua subsistência nas actividades pastoris, pecuárias e silvícolas e em que a agricultura só parcialmente supria as necessidades básicas das comunidades. Assim, o Norte da TFT é herdeiro de uma paisagem marcada por extensos soutos de castanheiros e carvalhos, atravessados pelos rebanhos de pequenos ruminantes. Nas zonas onde a presença da água é mais abundante, surgiram aldeias rodeadas por pastagens e lameiros que serviam uma magra agricultura de subsistência e sustentavam as actividades pecuárias, nomeadamente a criação bovina e suína. Nas veigas mais férteis fazia-se uma exploração cerealífera relativamente

importante, assente no trigo e no centeio. Mais a sul, por alturas de Sendim, Izeda e Ervedosa, as culturas de montanha davam lugar à vinha e ao olival. Chegara-se ao termo da Terra Fria. A Sul, aliás, os horizontes são mais soalheiros e abertos. A geologia determina vales muito encaixados que se vão alargando à medida que nos deslocamos para a Terra Quente. Os vales mais impressionantes são justamente os do Tuela e do Sabor. Rompem, com os seus afluentes, a complexa geologia definida pelos maciços montanhosos das serras Coroa, Montesinho e Nogueira, nas fraldas da imponente Sanábria, verdadeira fronteira natural. Por vezes, os rios e ribeiros rasgam bravamente formações geológicas imponentes cristas de quartzitos, imponentes monólitos graníticos e abruptas ravinas xistosas. Quanto ao Douro, segue encanado por entre arribas imponentes. Trata-se, aliás, de um surpreendente acidente geológico para quem atravessa a planalto de Miranda vindo de Oeste... Os cursos de água da TFT oferecem, aliás, boas condições para o desenvolvimento de actividades turísticas ligadas ao lazer e ao recreio (praias fluviais, desportos radicais e pesca), para além de grandes qualidades paisagísticas que são o quadro de memoráveis passeios. Se bem que por vezes se notem os efeitos dos incêndios florestais, o nordeste transmontano oferece ainda extensas manchas florestais, sobretudo nas zonas mais montanhosas. Estas condições naturais são favoráveis à realização de caminhadas e de passeios de bicicleta ou de Todo Terreno. Nas clareiras e espaços abertos prolifera a caça menor, sendo que, como caça grossa, a espécie cinegética mais frequente é o javali. Muita desta riqueza natural pode ser deslumbrada de miradouros, com destaque para os que surgem associados, de forma nada fortuita, a ermidas e a santuários. Os valores naturais, associados a marcas de humanização muito peculiares, justificaram plenamente a criação de duas áreas naturais protegidas (os Parques Naturais do Montesinho e do Douro Internacional) e classificação de vários biótipos na rede Natura 2000. A transcendência desses atractivos, em harmoniosa, e ancestral, ligação com o Homem, constitui um significativo marco cultural que merece ser acautelado na definição temática dos itinerários. No capítulo do património arqueológico, a região reúne um conjunto relevante de vestígios: são os casos do Abrigo Rupestre da Solhapa, em Duas Igrejas, do Paleolítico Final; da Lorga de Dine; da Mamoa de Donai e dos castros de Sacóias, Gimonde, Ciragata e de Aldeia Nova, todos classificados. Convém referir que esse património se encontra em fase de estudo e valorização, em virtude do empenhamento de arqueólogos e das entidades locais, com destaque para as Câmaras Municipais. As localizações e a rede viária que em muitos casos serve os atractivos arqueológicos não estão preparadas para suportar fluxos volumosos e constantes de turistas (baixa capacidade de carga). Para reunir as condições de visita mínimas seria necessário realizar investimentos importantes, necessariamente exigentes do ponto de

vista financeiro. Por outro lado, o grau de especialização temática é muito mais rigoroso, apelando a um trabalho de base científico e técnico que corresponda às expectativas, não só do grande público (caso contrário, só verá pedras...), mas, sobretudo, de um nicho de procura turística que privilegia as abordagens científicas.

Outras exigências se colocam às temáticas históricas ligadas à descoberta dos marcos da presença islâmica e judaica. A TFT também revela influências semitas que poderiam justificar itinerários específicos, mas atendendo a que os turistas a que eles se destinariam seriam sempre de níveis socioculturais mais altos constata-se que o estado de investigação científica destas matérias não está ainda suficientemente avançado para poderem ser trabalhadas turisticamente. O património artístico deste período também revela surpresas, especialmente o ligado a funções religiosas. Sendo raros os exemplos de arquitectura medieval que sobreviveram, intactos, à passagem dos séculos, é ainda possível encontrar pormenores artísticos de raiz medieval em muitos lugares de culto. Sendo na sua maioria escultóricos, encontram-se também alguns exemplares pictóricos, constituídos por frescos quinhentistas. Esses testemunhos patrimoniais recordam a raiz medieval de muitos dos templos da TFT, mesmo que bastante transformados posteriormente.

A região possui ainda um bom número de marcos patrimoniais (MN) associados ao municipalismo medieval: pelourinhos, antigos paços de concelho (que eram também prisões e tribunais). Símbolo maior desse património, o edifício de origem medieval da *Domus Municipalis*, em Bragança, é um exemplar único na Península Ibérica. Segue-se um período artística e arquitectonicamente rico, que se inicia em meados do século XVI (com a fixação, em Miranda do Douro, da sede de um novo episcopado) e culmina no século XVIII, em fase de alguma prosperidade económica originada pelo ouro e diamantes do Brasil. Estes séculos abrangem uma era de grande renovação estilística, inspirada pelos movimentos artísticos do maneirismo e da contra-reforma, que deixaram marcas profundas na região. Entretanto, a instabilidade política associada à restauração da independência deixou também as suas sequelas na raia nordestina, impedindo uma mais ampla reforma estilística e progressos económicos mais sustentados, como aconteceu noutros espaços nacionais e, inclusive, de Trás-os-Montes e Alto Douro. Esta situação não favoreceu a instalação de uma aristocracia rural rica e influente, pelo que não estranha que os melhores exemplos de arquitectura civil deste período (solares e quintas) se localizem nos principais núcleos urbanos da TFT ou nas suas proximidades. Posteriormente, a TFT entrou em processo de declínio, porém atenuado pelos efeitos da manutenção (decrecente) das funções militares e do dinamismo relativo de

algumas actividades económicas (exploração mineira, sericicultura, artesanato, comércio e contrabando). Esse declínio, como em tantos outros casos, produziu o efeito paradoxal de ter permitido a chegada aos nossos dias de um conjunto arquitectónico e artístico relativamente bem preservado, bem como a salvaguarda da autenticidade dos valores culturais e etnográficos. Outra característica própria do património artístico e arquitectónico da TFT, como acontece noutros pontos do interior, é a tendência para ampliar, remodelar e reconstruir, ao longo dos tempos, o património existente, de que resulta uma sobreposição de estilos arquitectónicos que diz muito da história e da cultura das comunidades locais. Por conseguinte, a região reúne um conjunto diversificado de valores culturais (alguns deles relevantes à escala nacional) em termos históricos, arquitectónicos e artísticos. Paralelamente, a TFT preservou muito do carácter tradicional das suas aldeias e espaços rurais, territórios possuidores de uma cultura vernacular muito viva. O Nordeste Transmontano oferece, associada a uma grande diversidade paisagística, uma grande variedade de estilos arquitectónicos tradicionais. Essa variedade é patente na organização espacial das aldeias e no uso feito dos materiais construtivos disponíveis nas proximidades. Também é possível distinguir as aldeias em resultado da função produtiva preponderante: a agricultura, a pecuária ou a exploração silvícola, entre outras.

A Norte da TFT, entre as serras da Coroa, de Nogueira e do Montesinho, associada a condições geográficas física e humanas características de zonas de montanha, surgiu uma realidade cultural muito própria, talhada pelo isolamento, que manteve muitos dos seus traços originários, nomeadamente, as suas tradições comunitárias, uma arquitectura tradicional peculiar e modos singulares de ocupação e de uso do solo. Neste âmbito, nota-se a importância das actividades silvícola (madeiras, castanha) e pecuária (suínos porco bísaro e bovinos) que providenciavam parcos rendimentos às comunidades montesinas. Historicamente, esta situação não favoreceu a acumulação de riqueza, a construção de marcos arquitectónicos relevantes ou a aquisição de obras artísticas. Em contraste, o abundante uso da madeira e da pedra (granito, lousa e xisto) como materiais de construção criou linguagens estilísticas muito próprias ao nível da arquitectura popular. O património cultural de tipo vernacular é muito rico, herdeiro de tradições antigas ainda vivas. Em suma, esta realidade cultural (que em muitos aspectos reflecte uma continuidade cultural com a vizinha Sanábria) perfila-se como um ecomuseu quase intacto, singular no contexto português. Este é um potencial atractivo que não pode ser subestimado, como o comprova os fluxos turísticos que hoje surgem associados ao P. N. do Montesinho.

### 6.4.1 Os operadores turísticos da TFT – Operadores de alojamento turístico

Segundo dados da Região de Turismo do Nordeste Transmontano (RTNT) reportados o alojamento tradicional (hotéis, pensões e estabelecimentos hoteleiros e similares) totalizava 54 estabelecimentos para um total de 920 quartos (Tabelas 36 e 37).

Modalidades	<i>Hotéis / Estalagens/ Albergarias / Residenciais / Hospedarias / Moradias Turísticas / Pousadas / Turismo no Espaço Rural</i>		
	<i>Nº Estabelecimentos</i>	<i>Nº Quartos</i>	<i>Nº Camas</i>
Concelhos			
Alfândega da Fé	5	55	111
Bragança	34	641	1238
Carrazeda de Ansiães	2	24	36
Freixo de Espada à Cinta	3	23	41
Macedo de Cavaleiros	16	206	345
Miranda do Douro	10	184	363
Mirandela	7	181	319
Mogadouro	16	212	333
Torre de Moncorvo	7	80	146
Vila Flor	4	27	48
Vimioso	4	38	63
Vinhais	6	57	92
<b>Total Geral</b>	<b>114</b>	<b>1728</b>	<b>3135</b>

Tabela 36 – Número de alojamentos tradicionais (hotéis, pensões e estabelecimentos hoteleiros e similares) na TFT. (adaptado de RTNT 2005)

Tabela 37 – Número de quartos na TFT. (adaptado de RTNT 2005)



Mas, convém realçar a concentração geográfica destes estabelecimentos. Para se ter uma ideia, só na cidade de Bragança estão concentradas mais de 1000 camas. Bragança perfila-se, portanto, como o principal pólo de exploração turística da região. A cidade atraiu uma cadeia multinacional – os Hotéis Ibis – e a maior e mais qualificada unidade hoteleira é um investimento de uma sociedade turística com interesses crescentes no Alto Trás-os-Montes, que passa, assim, a dispor de alojamento turístico nos principais centros urbanos: Chaves-Bragança-Mirandela. O alojamento tradicional menos qualificado proporciona uma maior cobertura geográfica, mas com posicionamentos no mercado díspares em termos da relação qualidade/preço oferecida. A oferta das ‘pensões’ preenche um conjunto de 624 camas, o que perfaz uma percentagem de cerca de 49% do total do alojamento da Terra Fria Transmontana. A maioria das pensões classifica-se em 2 e 3 categoria, estando vocacionadas para uma clientela excursionista, mais indiferenciada, se bem que frequentemente ligada a motivações profissionais (vendedores, representantes, quadros e trabalhadores deslocados...). Uma última menção para a existência, na TFT, de uma pousada, próxima da cidade de Bragança, e de duas estalagens. A rede nacional de pousadas da ENATUR abrangia as cidades de Bragança e de Miranda, mas presentemente apenas mantém a Pousada Regional de S. Bartolomeu, em Bragança. A antiga Pousada de Sta. Catarina em Miranda do Douro, agora desafectada da rede ENATUR, está desde o início de 2003 em mãos privadas, classificada como estalagem de três estrelas. O seu proprietário pretende realizar obras de remodelação a fim de melhorar a sua classificação. Este segmento, mais qualificado, da oferta de alojamento completa 80 quartos na região. Um aspecto não focado nos dados recolhidos pela RTNT prende-se com a idade do parque hoteleiro. O levantamento realizado aponta para que os estabelecimentos mais qualificados sejam de construção ou de remodelação recente. Nos últimos anos, aliás, as modalidades de alojamento hoteleiro mais qualificado são precisamente as que mais têm crescido. Quanto ao alojamento alternativo (onde se incluiu as modalidades ‘Turismo em Espaço Rural (TER)’, ‘Hotel Rural’ e ‘Parque de Campismo Rural’), os elementos da RTNT de Dezembro de 2004 apontavam para a existência de uma oferta alternativa pouco significativa (Tabela 38), em claro contraste com o enorme potencial que a TFT oferece para o desenvolvimento destas modalidades. Estão contabilizados apenas doze estabelecimentos alternativos, a maioria dos quais localizados nas proximidades de Bragança: cinco unidades de Turismo Rural, com um total de 23 quartos, uma unidade de Agroturismo, com um total de dez quartos, três Casas de Campo, disponibilizando nove quartos, duas unidades de Turismo de Natureza, com sete quartos e uma unidade de Turismo de Aldeia, disponibilizando nove

quartos. Refira-se que, até à data, a região não dispunha de uma única unidade de Turismo de Habitação, talvez a mais emblemática de todas as modalidades de alojamento alternativo. Também não existiam equipamentos hoteleiros ou de campismo com características rurais.

Tabela 38 – Alojamento alternativo (TER). (adaptado de RTNT 2005)

Trata-se, aliás, de uma realidade a ter em conta na concepção dos itinerários. De facto, pelos valores ambientais e patrimoniais de que dispõe, a TFT justificaria uma maior importância em termos de oferta alternativa. E assim é, em certa medida... Com efeito, a capacidade de alojamento alternativo não é a que se infere destes números, mas isso será tratado posteriormente. O alojamento complementar resume-se, praticamente, aos parques de campismo. Os dados recolhidos pelo INE (2001) e actualizados apontam para a existência, em finais de 2002, de três parques de campismo. Em Bragança encontram-se o Parque de Campismo 'Cepo Verde', explorado por privados, que se situa na localidade homónima, na freguesia de Gondesende (capacidade para 140 campistas), e o Parque de Campismo Municipal 'Sobre Águas', adjacente ao Rio Sabor, localizado perto de Meixedo (pode acolher 180 campistas). O Parque de Campismo Santa Luzia, em Miranda do Douro, explorado pela autarquia local, é o maior da TFT, podendo albergar um máximo de 390 campistas. A TFT dispõe, pois, de condições para albergar diariamente, em condições adequadas, mais de 500 campistas. Pertencentes a particulares, e disseminados por várias aldeias do Parque Natural do Montesinho, (Montesinho, Espinhosela, Rabal, Gimonde), encontram-se registados alguns apartamentos e moradias turísticos. Estes alojamentos resultam de dinâmicas de desenvolvimento próprias que contornam, de certo modo, as exigências postas pela DGT em sede do licenciamento. A capacidade de alojamento destes apartamentos e moradias não é muito significativa. Por fim, impõe-se uma abordagem a outras modalidades de alojamento, cujo licenciamento está fora da alçada da DGT. Frequentemente conotado com o fenómeno da oferta paralela, em virtude da utilização indevida de terminologia específica como 'pensões', 'residenciais', as chamadas 'casas de hóspedes' ou 'hospedarias' são uma realidade particularmente viva no interior, frequentemente associada a unidades de restauração. Ora, a TFT não é excepção. O alojamento paralelo é frequentemente um fenómeno urbano, mas também é possível encontrá-lo em meio rural, nomeadamente no Parque Natural do Montesinho. É, contudo, nas cidades de Bragança e Miranda (aqui associado aos movimentos fronteiriços) que ele tem maior expressão. Note-se, porém, que estas opções de alojamento nem sempre garantem, ao turista mais exigente, níveis aceitáveis de qualidade, pelo que, uma selecção dos operadores de alojamento a envolver nos itinerários deveria sempre ressaltar o critério da classificação dos estabelecimentos turísticos. Neste contexto, deve-se excluir duas situações:

1. As casas e apartamentos que o Instituto de Conservação da Natureza (ICN) ainda gere no Parque Natural do Montesinho. Estes equipamentos estão actualmente

encerrados para obras de remodelação e adaptação às figuras legais da nova legislação do Turismo de Natureza (Lei n.º 47/99). O Estudo de Enquadramento Estratégico do Turismo de Natureza do Parque Natural do Montesinho aponta para que duas moradias sejam reconvertidas em Casas-abrigo ('Rio Sabor', freguesia de França, e 'Pontões de Dine', freguesia de Dine) e para que várias moradias (Montesinho, Serra Serrada, Termas do Tuela e Moimenta) e um apartamento (Moimenta) sejam transformados em Casas-retiro. Prevê-se que a regularização destas situações possa processar-se de acordo com critérios mais coerentes com o tipo de serviços turísticos esperados pelo turista de natureza. É intenção do ICN concessionar a privados estes alojamentos renovados.

2. A Pousada da Juventude de Bragança, situada no Forte de S. João de Deus, no centro daquela cidade, é propriedade do Instituto Português da Juventude (IPJ). Esta unidade, bem equipada, está vocacionada, naturalmente, para segmentos da procura mais jovens. Ela dispõe de 10 quartos duplos, de 16 quartos múltiplos com quatro camas cada e de dois apartamentos com seis camas cada. Refira-se, por fim, que o INATEL, instituto público com responsabilidades no desenvolvimento do turismo social em Portugal, não dispõe de qualquer equipamento no nordeste transmontano.

No mapa 11 é representado a localização e proporção dos alojamentos disponíveis na TFT. Está patente a concentração do alojamento nos principais núcleos urbanos da TFT.

Mapa 11 – Concentração do alojamento nos principais núcleos urbanos da TFT.  
Adaptação gráfica de dados recolhidos por INE, 2001.

↑  
N  
Escala 1:650000

### – Operadores de restauração e similares:

Os operadores de serviços de restauração e similares (restaurantes, cafés, bares, casas de pasto, tascas, snacks-bars, confeitarias, pastelarias, etc.), responsáveis pela prestação de serviços de alimentação e bebidas aos residentes e visitantes da TFT, são muito numerosos, pelo que seria sempre exaustivo a sua elencação. Em termos absolutos, a região apresenta-se suficientemente dotada, inclusive para atender às necessidades de clientelas fortemente flutuantes, resultantes dos fenómenos de excursionismo associado à sazonalidade que se verifica na região no Verão e nos fins-de-semana prolongados. Contudo, no que diz respeito à localização desses estabelecimentos, verifica-se uma forte polarização nas sedes de concelho e núcleos urbanos mais importantes, sendo de destacar a cidade de Bragança, o que resulta da sua condição de capital distrital e de aí estarem sediadas as principais actividades económicas, vários serviços administrativos e o essencial do ensino superior. Significativa é também a lógica de implantação segundo as vias de comunicação mais importantes. Este fenómeno pode ser considerado ‘natural’ porque corresponde a uma tradição e a uma lógica de mercado ditada pela amplitude e frequência dos fluxos de passantes, carreiras e excursões. No que diz respeito aos aspectos qualitativos, verifica-se que a quantidade não é necessariamente acompanhada pela qualidade:

- A maioria dos estabelecimentos está vocacionada, naturalmente, para as clientelas tradicionais (residentes, excursões, passantes e profissionais deslocados), colocando pouca ênfase na atracção de clientelas turísticas associada, necessariamente, à orientação do negócio para serviços mais exigentes e selectivos;
- O nível dos serviços prestados na generalidade dos estabelecimentos pela qualidade do atendimento e pela variedade e autenticidade regional das ementas oferecidas apresenta-se muito irregular.

Contudo, recentemente, deram-se passos importantes na TFT no sentido da qualificação, numa perspectiva não meramente subjectiva, dos estabelecimentos e dos serviços prestados pelos operadores de restauração e similares. As conquistas recentes são especialmente notadas na melhoria das condições de acolhimento (funcionalidade, conforto e decoração dos espaços interiores), atendimento e serviço à mesa e no enriquecimento das ementas com a gastronomia regional, associada aos excelentes produtos tradicionais regionais. No centro destes desenvolvimentos está a cidade de Bragança, mas hoje é possível observar por via de uma maior sensibilização dos operadores de restauração regionais que outras localidades seguem a mesma tendência. Quanto aos estabelecimentos similares, são patentes as dificuldades de

avaliação, motivadas tanto pela proliferação dos estabelecimentos como pela variedade das suas funções. Esta situação é patente nas sedes de concelho da TFT, que assistiram, nos últimos anos, a uma diversificação considerável dos serviços similares de restauração. Sendo certo que essa evolução acompanhou o desejo de modernidade e a abertura da TFT a novos hábitos de consumo, nem sempre esse processo contribuiu para a dignificação da restauração regional afinal, aquela que corresponde melhor aos padrões de consumo dos turistas guiados por motivações culturais.

#### **– Operadores de transportes regulares e turísticos:**

Os operadores regionais de transportes públicos de passageiros estão essencialmente vocacionados para as carreiras regulares e, ocasionalmente, para o excursionismo para fora da região. A Terra Fria Transmontana está suficientemente coberta de carreiras, principalmente nas ligações entre as sedes de município e, a partir destas, aos principais centros urbanos de Trás-os-Montes e Alto Douro (Chaves, Mirandela e Vila Real), nacionais (Lisboa e Porto) e da Europa (via Quintanilha ou Miranda). O grande centro dos transportes rodoviários regulares é a cidade de Bragança, etapa das carreiras nacionais e internacionais mais importantes. A qualidade dos serviços prestados é regular, quer ao nível das condições de operação (rede de paragens e centrais de camionagem), quer ao nível da prestação de serviços (frequência de carreiras, conforto, cumprimento de horários, comercialização e reservas). Contudo, não podem ser ignorados vários entraves de ordem qualitativa, nomeadamente de ordem organizativa. Quanto aos transportes de aluguer com condutor, realce-se que existem praças de táxis organizadas em todas as sedes de concelho, pelo menos, o que garante um atendimento regular deste tipo de serviços. Por fim, encontra-se apenas um operador de transportes turísticos dedicados a actuar na TFT. Trata-se de um operador turístico-fluvial que opera, a partir de Miranda, no Douro Internacional: o Europarques. Essas operações decorrem durante todo o ano (excepto no Natal), todos os dias da semana, numa embarcação com 120 lugares. Os cruzeiros aproveitam o cenário grandioso das arribas do Douro, apostando claramente numa temática ambiental. Os agentes de animação turística a operar na região também oferecem serviços de transporte turístico. Porém, esses serviços têm um carácter pontual, pois enquadram-se em serviços turísticos receptivos o que implica que se dirijam essencialmente para grupos.



### – Operadores de animação local e turística:

A pulverização de agentes de animação local (nas esferas das autarquias locais, do ensino superior ou da sociedade civil: associações, clubes e outras colectividades, comissões fabriqueiras, etc.) esconde, de alguma forma, um relativo vazio no tocante à profissionalização do sector e à organização de eventos de abrangência intermunicipal. Mas, apesar destes problemas, alguns sectores demonstram grande vitalidade. É o caso da animação local de expressão mais popular, em que é possível encontrar organizações com tradição e dinâmica. Disseminados pela Terra Fria Transmontana há vários agentes os grupos folclóricos ou etnográficos (como é o caso dos associados às tradições dos pauliteiros de Miranda), as bandas filarmónicas e as colectividades que dinamizam actividades culturais como o teatro amador que poderão ser implicados em fase de operacionalização e animação dos itinerários. No que respeita aos agentes de animação turística, desportiva e de lazer aqui sediados, identificou-se:

- A ‘Trilhos do Nordeste’, sediada em Bragança, iniciou a sua actividade apenas em finais de 2000. Direccionada para a oferta de eventos de natureza turística, de lazer e desportiva por todo o país, é contudo na TFT (nomeadamente nos seus dois parques naturais) que a empresa tem o seu espaço de eleição. Em termos de propostas, a ‘trilhos do Nordeste’ privilegia a vertente Todo Terreno (4x4, passeios e eventos), hoje em dia muito procurada, mas possui ainda competências ao nível da BH e das actividades de outdoor, como o contacto com a natureza, os passeios pedestres e os desportos radicais;
- A ‘Montesinho Aventura’, que se dedica a actividades de desporto e lazer (passeios pedestres, o Todo Terreno, o paintball, a canoagem e dos desportos de aventura). Tem a sua sede também em Bragança;
- Finalmente, em Sendim, encontra-se a ‘Silbote’, sociedade recente que se dedica à animação turística e aos percursos turísticos.

Assumindo-se como empresas de turismo activo, estes três agentes (e outros que entretanto surjam) poderão ser envolvidos em parceria numa fase mais consolidada da animação e inserção comercial dos itinerários. Na TFT há ainda clubes de carácter mais local que se dedicam a actividades regulares de carácter desportivo, nomeadamente, à caça e pesca desportivas. A região possui algumas concessões de caça associativa e turística e oferece boas condições para a prática da pesca de recreio, dada a densidade e pureza das suas linhas de água. Porém, esta é uma vertente pouco relevante no quadro do turismo cultural. Uma nota final para os operadores de animação nocturna e do jogo que, em determinadas circunstâncias,

podem complementar a oferta local dirigida ao turismo cultural. As unidades de animação nocturna (discotecas, bares, pubs) têm um carácter essencialmente urbano, com destaque para Bragança, muito graças à sua vivência estudantil. As potencialidades abertas pela animação nocturna merecem ser exploradas em fase mais avançada da concretização dos itinerários. Registe-se que na TFT não há concessionários de jogo legalizados, dada a contenção que em Portugal existe no sector.

**– Operadores de atracções culturais:**

A oferta cultural da TFT está muito condicionada pelos baixos níveis de atendimento às populações locais dos seus equipamentos culturais. A inexistência de uma verdadeira rede pública de equipamentos culturais convenientemente equipados e servidos por programas de actividades regulares teatros, cinemas, auditórios e galerias de arte, entre outros desaconselha qualquer aposta em fórmulas mais eruditas de turismo cultural. A concretização destas fórmulas implicaria uma animação cultural de expressão urbana, expressa na oferta organizada de manifestações artísticas: espectáculos, eventos sociais e culturais, mostras, exposições, etc. Para isso, seria necessário criar uma agenda cultural para toda a TFT, o que dificilmente se realizará nos tempos mais próximos. Exceptuando alguns círculos restritos, pode dizer-se que a vida cultural da TFT não está ainda sustentada por públicos urbanos consolidados. Mesmo assim, foi possível identificar, nesta fase, alguns agentes culturais potencialmente relevantes para a concretização dos itinerários:

- O museu do Abade Baçal, fundado em 1915, está instalado no antigo Paço Episcopal de Bragança. O seu acervo baseou-se, originalmente, em colecções municipais de arqueologia e numismática e no recheio do paço episcopal. Posteriormente, as colecções de arte foram aumentadas com dádivas de artistas como Abel Salazar ou de beneméritos como a família Guerra Junqueiro. Completa o espólio a aquisição recente de uma importante colecção de máscaras locais (caretos). O museu tem sido sujeito a várias obras de remodelação, actualmente em fase final, para o dotar de melhores condições de acolhimento e exposição. O museu tem loja/livraria e foi visitado, em 2005, por cerca de 8.500 visitantes;
- O museu militar, instalado na torre de menagem do castelo de Bragança, sob a alçada do exército, expõe um relevante espólio de armamentos, uniformes e iconografia militar associada à história do país. No topo da torre há um excelente miradouro sobre a cidade e as redondezas;

- E o museu das Terras de Miranda, que ocupa o antigo edifício seiscentista da Câmara Municipal, no centro de Miranda. Sujeito igualmente a obras de remodelação, o museu possui um valioso espólio etnográfico ligado à cultura mirandesa. Em 2005, o museu foi visitado por mais de 10.000 visitantes, sendo o mais visitado da TFT. Completam a oferta museológica da TFT outros equipamentos de carácter mais restrito, destacando-se o núcleo ferroviário de Bragança e os núcleos de um ecomuseu localizados em Caravelas e 5. Julião de Palácios, concelho de Bragança (dois lagares de vinho comunitários remodelados).

Ponderando os elementos disponíveis, tudo encaminha para que se aposte nas vertentes mais alternativas do turismo cultural. Neste âmbito, a TFT dispõe de alguns trunfos:

1. Um património construído de carácter erudito muito significativo, fundamentalmente constituído por monumentos de carácter religioso, na posse da fábrica da Igreja e das misericórdias;
2. Um relevante património construído associado à antiga engenharia civil e militar, hoje sob a alçada do exército e, fundamentalmente, das autarquias, com a tutela do IPPAR ou da DGEMN;
3. Uma diversidade apreciável de modelos arquitectónicos de raiz popular (compreendendo os estilos de construção, os modos de organização dos povoamentos, os patrimónios rurais e os equipamentos comunitários: fontanários, fornos, forjas, etc.), de manifestações de carácter etnográfico e de valores de religiosidade (alminhas, caminhos de cruzeiros, etc.);
4. Uma riqueza extraordinária relacionada com a cultura vernacular, ainda presente nos actos quotidianos. De carácter difuso e eclético, essa cultura funde-se, entre outros, nas lendas, nas tradições, nas festividades religiosas e pagãs, no folclore, nas artes e ofícios tradicionais, na gastronomia e produtos típicos, na paisagem humanizada...
5. E, por fim, um apreciável espólio artístico relativamente acessível. Note-se que o acesso às obras de arte (com excepção dos museus, dos núcleos museológicos de iniciativa pública e de algumas colecções privadas) é, em grande parte, facilitado pelo facto destas permanecerem em templos que, na sua maioria, ainda estão votados ao culto.

### **– Outros operadores do turismo e da cultura**

No plano da venda de arte erudita (pintura, escultura, antiquários), a inexistência de um circuito organizado de galerias e lojas especializadas limita as possibilidades de compras culturais na região. O museu de Abade Baçal, excepcionalmente, deverá contar com uma loja devidamente apetrechada, dentro da lógica das ‘lojas de museus’ do Instituto Português dos Museus. Quanto à venda de artes populares, o mercado se bem que potencialmente mais rico não se encontra devidamente organizado em termos comerciais. A relevância etnológica de muita da produção popular, cuja origem recua nos tempos, atrai o visitante interessado na história, na antropologia ou, simplesmente, nos modos de vida do passado. Por vezes, o turista consegue visitar o local de trabalho do artesão, o que se revela uma experiência cultural muito satisfatória. Salvo raras exceções, contudo, essas visitas não ultrapassam o domínio da informalidade e da oportunidade, sendo pouco relevantes numa perspectiva verdadeiramente comercial. Por conseguinte, as oficinas e as lojas de artesanato local seja ele o tradicional ou o de vanguarda são raras e dispersas na região; A aquisição de produtos regionais pode ser outro foco de grande interesse para o turista cultural. A TFT está intimamente ligada à produção de delicadezas alimentares, como é o caso das carnes e dos produtos do fumeiro, pelo que é natural que a compra desses bens seja da preferência do turista. Regra geral, não há lojas especializadas para a mostra cuidada, degustação e venda desses produtos (o projecto da Rota da Terra Fria, da Associação de Municípios, poderá contribuir nesse sentido), pelo que a aquisição destes géneros está muito dependente da venda directa e do comércio local (tanto o tradicional, como o das grandes superfícies). Esta situação, contudo, não será a mais adequada dentro da lógica do turismo cultural. Os produtos regionais a integrar os itinerários turístico-culturais têm que ser encarados numa perspectiva cultural, pedagógica e até promocional. Assim, este projecto não pode ser um mero canal de distribuição para os produtores locais. Há que associar, primeiro, os produtos típicos como o mel, a castanha, as carnes, o fumeiro, as máscaras, a cestaria e a cutelaria, por exemplo, às terras, às paisagens e aos homens. A mesma lógica deve ser alargada à gastronomia local, seja ela ligada à castanha, à caça ou às aves do pombal.

### **– Operadores institucionais ou com intervenção institucional no turismo:**

Os principais actores institucionais do turismo naTFT são indubitavelmente a Região de Turismo do Nordeste Transmontano e cada uma das respectivas Câmaras Municipais. A actuação destas entidades é sentida especialmente a dois níveis:

- Na gestão da hospitalidade, com responsabilidades directas na criação de infra-estruturas de apoio aos turistas e no funcionamento dos principais pontos de informação turística da TFT: os postos de turismo de Bragança, Vinhais e Miranda do Douro;
- Em diversas iniciativas de promoção e animação, se bem que frequentemente descoordenadas.

As autoridades nacionais que regulamentam os sectores do turismo, da cultura e do património arquitectónico e artístico são igualmente relevantes parceiros, destacando-se, nesta abordagem, a Direcção Geral do Turismo onde existe um núcleo de dinamização do turismo cultural e o Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo, para efeitos do eventual financiamento das iniciativas. Por fim, há entidades de âmbito regional que também poderão contribuir para a concretização deste projecto, mormente a Comissão de Coordenação da Região do Norte, na perspectiva de concretizar apoios financeiros, e a Associação de Desenvolvimento do Turismo da região do Norte (ADETURN), na lógica da promoção e inserção comercial dos itinerários. Já entre os agentes regionais com interesses e intervenções na área do turismo, e a níveis variados de envolvimento, destacam-se:

- A Associação de Desenvolvimento Local ‘CORANE’, pela sua cumplicidade no desenvolvimento do turismo rural na TFT. Gestora de iniciativas apoiadas por fundos comunitários como o Programa LEADER e os centros rurais, a CORANE tem dado um contributo decisivo para a criação de condições de exploração turística do espaço e dos valores rurais, actuando também ao nível da sua promoção e animação. A Associação surge agora a promover esta iniciativa;
- A Associação de Municípios da Terra Fria Transmontana, que recentemente concretizou o alargamento do seu âmbito de actuação ao turismo, é outro parceiro a ter em conta. O projecto turístico da Rota da Terra Fria Transmontana é uma iniciativa que, a ser cabalmente executada, pode revestir-se de inegáveis sinergias ao nível deste projecto de itinerários;
- E os PN do Montesinho (sede em Bragança, delegação em Vinhais) e do Douro Internacional (delegação em Miranda) que, através do Instituto de Conservação da Natureza, têm grandes responsabilidades ao nível do desenvolvimento do turismo de natureza. Registe-se, aliás, que o PN do Montesinho possui alojamento turístico e um centro interpretativo na aldeia de Montesinho. Estes equipamentos tenderão a ser reproduzidos noutras localizações dos dois parques.

#### 6.4.2. Exploração turística na TFT

O conjunto dos indicadores de análise da procura turística efectiva na TFT colocados à nossa disposição está limitado aos dados estatísticos da hotelaria tradicional, às análises retrospectivas produzidas por entidades competentes e aos contactos estabelecidos com alguns operadores turísticos locais. Em finais de 1996, o boletim da ADETURN apontava já algumas tendências relativas à evolução previsível da procura turística do ‘Destino Trás-os-Montes’. Os agentes ligados ao sector do turismo neste espaço revelavam, no médio prazo, um optimismo moderado. Esse sentimento veio, de certo modo, a confirmar-se. A evolução registada ao nível das dormidas não conheceu aumentos acentuados como noutros espaços (o Douro, por exemplo), apesar de se ter registado uma ligeira subida sustentada. Em termos geográficos, é também relevante o peso que assume o concelho de Bragança (via sede de concelho). Note-se que os dados se reportam a 2000, não tendo em conta a evolução da capacidade hoteleira registada entretanto, sobretudo na cidade de Bragança, com a abertura de novas unidades hoteleiras. Assim, e tendo em conta a nossa percepção da evolução da procura dirigida à hotelaria na Terra Fria Transmontana desde 2000, apontam-se algumas alterações:

- O reforço das dormidas em hotéis na TFT e, em particular, no concelho de Bragança;
- O reforço ligeiro das dormidas em todos os concelhos da TFT, agora de forma mais homogénea, com dormidas registadas em todos os 4 concelhos.

Este é um dado de monta porque exprime, de modo categórico, o peso que as operações turísticas da TFT assumem na Região do Norte. Em termos médios, a estadia na hotelaria ronda as 1,2 noites, o que dá conta de um baixo nível de permanência nos estabelecimentos. Este indicador indicia que a estadia média dos turistas na TFT é curta. Estes elementos confirmam uma capacidade modesta do Nordeste Transmontano em reter os visitantes, prolongando as suas estadias e potenciando as dormidas. Cumulativamente, as estadias curtas também põem em evidência a importância das operações turísticas baseadas em clientelas profissionais, normalmente associadas a estadias mais curtas.

No tocante à ‘nacionalidade’ das dormidas na hotelaria tradicional na TFT (Tabela 39, em dormidas absolutas), é importante salientar o peso das dormidas de hóspedes nacionais a pernoitar na região.

Tabela 39 – Nacionalidade dos turistas que pernoitam na hotelaria tradicional na TFT  
(evolução em dormidas absolutas). (adaptado de RTNT 2005)

Países Emissores	Ano 2003	Ano 2004	Variação
ALEMANHA	783	777	-0,7%
BÉLGICA	1343	777	-42,1%
DINAMARCA	69	151	119%
ESPAÑA	16260	15512	-4,6%
FRANÇA	6700	4897	-29,2%
HOLANDA	1654	1270	-23,4%
INGLATERRA	1600	1784	6,6%
ITALIA	1029	705	-31,4%
<b>Total</b>	<b>29438</b>	<b>25873</b>	<b>-12,1%</b>

Outros Países	Ano 2003	Ano 2004	Variação
Argentina	59	60	1,6%
Austrália	71	99	39,4%
Áustria	49	34	-30,6%
Brasil	455	347	-23,7%
Canada	100	152	52%
Chile	5	4	-20%
China	3	17	466%
E. U.A	255	199	-21,9%
Egipto	0	4	0%
Eslováquia	91	33	-63,7%
Finlândia	4	16	300%
Grécia	1	5	400%
Hungria	16	15	-6,2%
Irlanda	88	66	-25%
Israel	70	48	-31,4%
Japão	36	39	8,3%
Letónia	1	10	900%
Marrocos	4	4	0%
México	8	8	0%
Noruega	63	77	22,2%
Nova Zelândia	31	65	109,6%
Polónia	27	80	196,2%
Rep. Checa	95	139	46,3%
Rep. Dominicana	0	6	0%
Rep. Sul-Africana	1	11	1000%
Suécia	48	65	35,4%
Suiça	70	111	58,5%
Ucrânia	6	26	333,3%
Venezuela	6	4	-33,3%

PORTUGAL	Ano 2003	Ano 2004	Variação
Lisboa (Cidade)	4571	4363	-4,5%
Porto (Cidade)	3062	2935	-4,3%
Grande Porto	2714	2918	6,9%
Vale do Tejo	1949	1034	-46,9%
Beiras	1848	1732	-6,2%
Trás-os-Montes	1474	1733	17,5%
Minho	1428	1608	12,6%
Alentejo	993	418	-57,9%
Algarve	919	412	-55,1%
Douro	895	778	-13%
Madeira	94	66	-29,7%
Açores	75	53	-29,3%
<b>TOTAL</b>	<b>20022</b>	<b>18050</b>	<b>-9,8%</b>

ESPAÑA	Ano 2003	Ano 2004	Variação
Resto do País	4429	3296	-25,5%
Castilla y Leon	4207	5313	26,2%
Madrid	3580	3247	-9,3%
Galiza	2435	2088	-14,2%
Astúrias	1579	1568	-0,6%
<b>TOTAL</b>	<b>16230</b>	<b>15512</b>	<b>-4,4%</b>

Conclui-se, portanto, que a exploração turística na TFT está muito dependente da clientela portuguesa. Por nacionalidades estrangeiras, surgem, imediatamente, as dormidas de espanhóis. Note-se, aliás, a importância da clientela espanhola no concelho de Miranda do Douro, certamente consequência da proximidade da sede de concelho ao país vizinho. Por fim, outra nota de realce é a importância das dormidas de nacionais comunitários (exceptuando portugueses e espanhóis), acompanhando as tendências, aliás, da região do Norte e do resto do país. Importa, agora, confrontar os elementos estatísticos que têm vindo a ser explorados com as tendências mais recentes da procura turística na Região do Norte. Pretende-se, através dessa análise, contextualizar o actual momento das operações turísticas da TFT, de molde a enriquecer a presente abordagem com alguns elementos de índole mais qualitativa. Neste sentido, os dados estatísticos preliminares recolhidos pelo INE nos estabelecimentos hoteleiros recenseados em 2000 mostram três ideias fortes:

- Primeiro, a Região do Norte é a que mais cresce em termos de número de dormidas, em contraciclo com o resto do país (um acréscimo de 8,7%, contra uma diminuição de -4,9%);
- Segundo, a Região do Norte terá sido das NUT II mais beneficiadas pelo crescimento das dormidas de nacionais nos estabelecimentos hoteleiros do país (+1,8%);



- Terceiro, as receitas acompanharam o acréscimo das dormidas (+8,6%, de proveitos totais e de aposento), em contraciclo com as fortes perdas registadas no país. Tendo em conta a posição relativa das operações turísticas daTFT no cômputo da Região do Norte, é bem possível que o Nordeste Transmontano tenha beneficiado destas dinâmicas (e contribuído para elas).

Constata-se, também, que o concelho de Bragança é aquele que realiza maiores receitas no Nordeste Transmontano. As receitas globais de aposento na TFT ascendiam a cerca de 1,8 Milhões de Euros, cabendo só a Bragança 1,5 MEuros. No respeitante às receitas totais da hotelaria (que mais relevante é a contribuição das receitas que inclui, para além dos proveitos de aposento, as receitas da restauração e outros serviços prestados nos estabelecimentos hoteleiros), a situação não se altera grandemente. As receitas totais da hotelaria na TFT subiam a cerca de 2,5 Milhões Euros, mantendo Bragança a primazia: cerca de 2 MEuros.

Uma análise mais aprofundada destes dados permite avançar uma explicação. Estando constringidos a estadias mais curtas, os estabelecimentos hoteleiros da TFT tendem a beneficiar menos dos proveitos resultantes da prestação de outro tipo de serviços hoteleiros. Isso indica que a hotelaria da região é utilizada fundamentalmente para efeitos de pernoita, confirmando, aliás, os indícios, já manifestos, da sua dependência relativamente a clientelas de motivações profissionais e de passantes pelos balcões. Mas, quais têm sido, então, as tendências de evolução dos preços médios ao balcão na Região do Norte?. Os preços médios das pernoitas na TFT tendem a ser inferiores aos praticados na Região do Norte e no país. A situação mais anómala verifica-se ao nível dos preços de referência para os hotéis e pensões. Em situações normais, os preços praticados ao nível dos hotéis seriam mais elevados que os das pensões. Ora, isto não acontece na TFT. Os hotéis praticam preços médios que rondam os 19,3 Euros, enquanto nas pensões os preços sobem aos 22 Euros, superiores inclusivamente aos preços praticados na Região do Norte e no país. Provavelmente, a razão principal reside no facto das pensões serem aqui mais concorrenciais que os hotéis. Tal parece ficar a dever-se ao posicionamento comercial inadequado dos raros hotéis aqui existentes, o resultado de factores como a falta de investimentos, a qualidade comparativa inferior dos serviços ou idade dos próprios estabelecimentos. Em todo o caso, parece que os turistas que pernoitam naTFT preferiram as pensões aos hotéis, mesmo que pagassem mais por isso. Esta situação terá evoluído recentemente, se bem que ainda não seja possível confirmá-lo estatisticamente. Dois hotéis de grande capacidade e com níveis de serviços melhorados poderão levar a um aumento considerável das dormidas nos hotéis, aumentar as suas taxas de ocupação e,

simultaneamente, aumentar os preços médios das pernoitas neles praticados. Finalmente, outro aspecto muito relevante em termos da exploração turística da TFT é o da sazonalidade. Na ausência de dados mais precisos para caracterizar a evolução mensal dos respectivos índices de ocupação, socorremo-nos de elementos estatísticos reportados à Região do Norte, cruzando essa informação quantitativa com elementos qualitativos recolhidos junto dos principais operadores de alojamento turístico da região:

- Ao longo do ano de 2005, as taxas de ocupação da hotelaria tradicional na Região do Norte apresentam, nos meses de Janeiro e Agosto, respectivamente, o nível mais baixo e o mais alto. Ressalta, pela sua amplitude, o aumento considerável da procura no período estival;
- O fenómeno da sazonalidade na TFT reflecte essencialmente as flutuações próprias da procura interna, mais forte no período estival e em certas alturas do ano (fim do ano, Carnaval e Páscoa).
- Neste plano, o impacto da procura associada ao período de caça não é significativo, o que pressupõe o limitado peso relativo destas motivações turísticas comparativamente a outras: férias, visita a familiares e amigos, passeio e excursionismo;
- Quanto à procura dos turistas estrangeiros, a sazonalidade na Região do Norte também está presente, mas aqui as flutuações são menos acentuadas ao longo do ano.
- Em contraste, as indicações dos operadores da hotelaria tradicional, realçam que a sazonalidade associada à procura turística externa é muito significativa na TFT;
- Por fim, o peso relativo que na TFT ocupam outras formas de alojamento (campismo e pousada da juventude) leva a crer que o fenómeno da sazonalidade não é exclusivo da hotelaria tradicional. Aliás, ele tenderá a acentuar-se se se tiver em conta a totalidade do alojamento turístico.

Resta tecer algumas considerações finais relativamente a apreciações de ordem mais qualitativa tecidas pelos operadores turísticos da região:

- O crescente número de visitantes e turistas na TFT é notório nos segmentos mais qualificados, onde se posicionam, precisamente, os turistas com motivações de cultura e lazer;
- As motivações relacionadas com a natureza e com a descoberta das marcas da ruralidade da TFT têm ganho uma importância crescente;

- Existe um nicho de mercado turístico particularmente dinâmico, relacionado com formas activas de exploração turística (desporto & aventura, Todo-Terreno, passeios pedestres);
- Para este clima favorável aos negócios turísticos, finalmente, muito contribui a maior visibilidade dos atractivos naturais da região, na sequência da recente criação do Parque Natural do Douro Internacional.

Por fim, uma última nota respeitante à especificidade das motivações culturais. Em termos nacionais e até regionais, a posição da TFT no segmento de mercado turístico ligado às motivações culturais permanece marginal. A exploração turística de matriz cultural não está suficientemente desenvolvida para que o turismo da TFT se afirme também por razões de cultura. Sendo inegável que a marca TFT’ permanece muito associada à paisagem e à ruralidade, era desejável explorar a dimensão cultural que esses atractivos comportam. Com efeito, a natureza e a ruralidade na TFT são o reflexo de uma vivência cultural muito própria. Atendendo à importância da procura interna na TFT, é de admitir que as experiências turísticas do turista nacional teriam muito a ganhar com a vivência da identidade cultural das gentes nordestinas: na história, nas tradições comunitárias, nas variadas marcas patrimoniais...

Esta seria, igualmente, a forma mais eficaz de realizar o posicionamento estratégico do produto turístico nordestense relativamente a outros destinos concorrentes, que também oferecem paisagem, natureza e ruralidade: apostar decididamente no mercado turístico nacional e em nichos do mercado turístico espanhol, sejam de proximidade ou de afinidade (comunidades da Sanábria, de Zamora e de outras terras leonesas).

### **6.4.3. Organização regional do turismo**

A abordagem da organização regional do turismo versará, em primeiro, a organização comercial dos operadores turísticos do Terra Fria Transmontana e, seguidamente, a sua organização institucional. No que diz respeito à organização comercial temos que distinguir dois tipos de mercados emissores de turistas para a TFT: o primeiro diz respeito ao mercado interno e ao mercado interno alargado (que abarca também a Espanha); o segundo concerne aos mercados externos. O mercado turístico interno é de longe o mais relevante (Gráfico 48). O principal cliente dos serviços turísticos da TFT é português, normalmente não utiliza canais de distribuição turística (trade) organizados, não tem um perfil de consumo e despesa turística tipificado e assenta os seus interesses de visita em vários tipos de motivações. A sazonalidade (Verão, fins-de-semana alargados, Carnaval, Páscoa e fim do ano) é marcada e tem como

sintomas a extensão do excursionismo, a importância do fenómeno das visitas a familiares e amigos (normalmente associadas a deslocações em viatura própria) e a importância do turismo alternativo no interior do país (o turista alternativo prefere modalidades de alojamento complementares – como, por exemplo, o campismo e tende a ser mais independente e individualista).

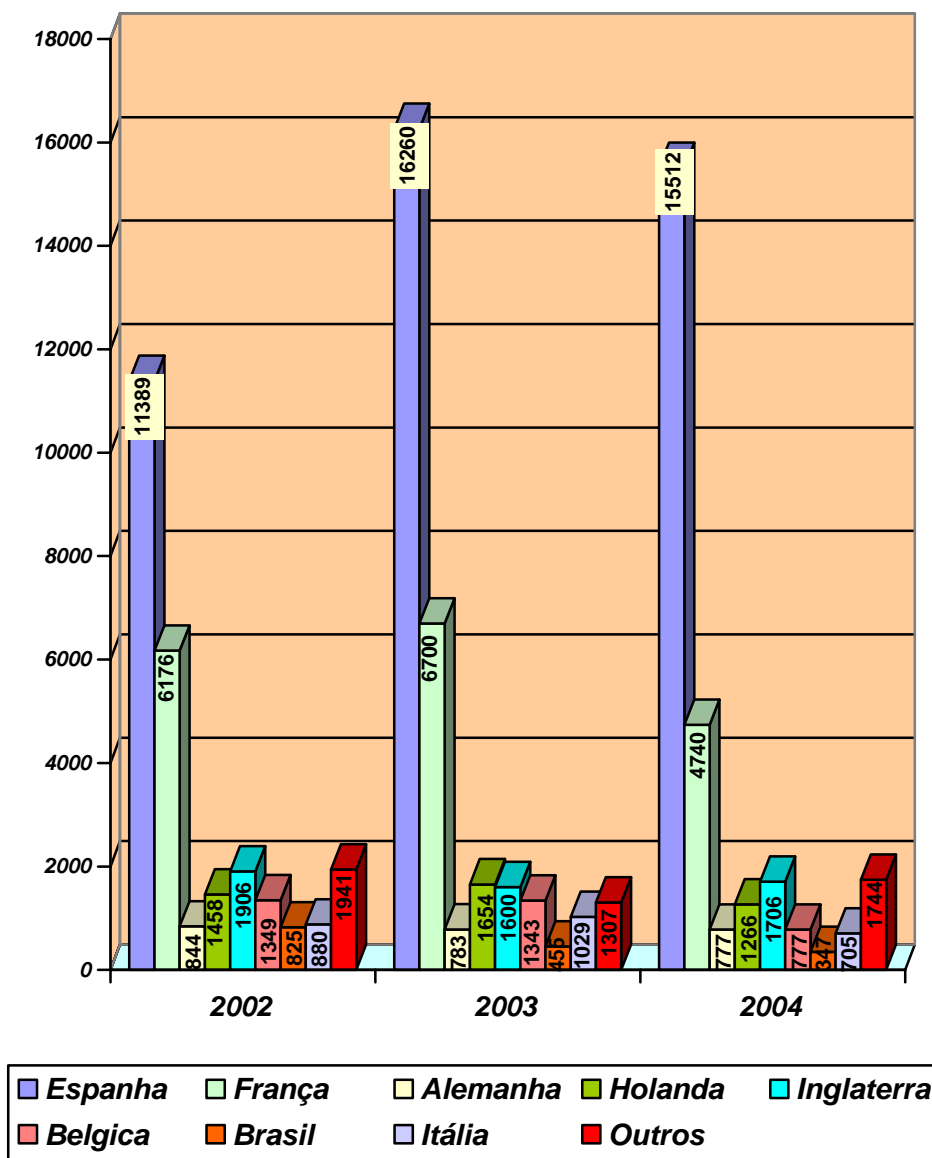


Gráfico 48– Mercados emissores de turistas para a TFT. (adaptado de RTNT 2005)

Nos casos em que o mercado interno surge mais organizado, o que é mais raro, isso acontece principalmente pela actuação de operadores de mercados externos à TFT. Um exemplo paradigmático passa pelos turistas que visitam a região enquadrados em grupos

(normalmente, em autocarro de excursão). Estas excursões (touring) têm um mercado estabelecido, muito concorrido pelos portugueses (visitas escolares, passeios de idosos...), em virtude dos baixos preços praticados. Ora, se são inegáveis alguns benefícios dessas excursões para a actividade turística daTFT, também é verdade que a região não beneficia plenamente desses fluxos, pois, para além do tempo de permanência ser reduzido, o controlo desse mercado não está aqui sediado. As impressões dos principais operadores turísticos da TFT corroboram, pois, a opinião generalizada que dá conta da dependência comercial do turismo da região relativamente ao trade externo. Isto acontece enquanto que os operadores locais continuam a privilegiar a emissão de turistas em detrimento da recepção, por razões de vocação, mas também de rentabilidade no curto prazo.

Por tudo isto, o perfil do turista português que demanda a TFT reflecte, também, o próprio nível de desenvolvimento turístico da região. Não existindo experiências turísticas mais elaboradas e uma oferta de produtos turísticos mais complexos, então também não haverá estímulo para aumentar o nível de desenvolvimento turístico da região, pelo que dificilmente se poderão atrair clientelas mais segmentadas e mais qualificadas, com maiores níveis de despesa e de permanência.

O papel da cidade do Bragança também é relevante na organização comercial do mercado turístico interno na TFT, dado que os principais pacotes turísticos organizados têm normalmente aquela cidade como referência. Ora, é precisamente aqui que reside a grande diferença entre os conceitos ‘mercado interno’ e ‘mercado interno alargado’. Como este último também inclui o mercado emissor espanhol, a cidade fronteiriça de Miranda do Douro acaba por emergir, também, na organização comercial do turismo naTFT. Em suma, a criação de itinerários turístico-culturais na Terra Fria Transmontana terá que partir do reconhecimento de uma realidade que, como vimos de constatar, coloca alguns obstáculos. A deficitária organização comercial do sector turístico no Nordeste Transmontano acarreta consequências: a montante, é limitadora porque a região não possui uma oferta turística suficientemente desenvolvida para suportar produtos turísticos muito elaborados; a jusante, é castradora porque a procura turística efectiva na região normalmente não passa por circuitos organizados, comerciais ou outros, e quando o faz, isso foge ao controlo dos operadores turísticos regionais.

Do ponto de vista da sua organização institucional, a TFT está abrangida por um único órgão regional de turismo, a Região de Turismo do Nordeste Transmontano, com sede em Bragança. Cabe-lhe a promoção e a animação turística do Distrito de Bragança e desta área,

portanto o que é prosseguido malgrado todas as limitações financeiras e técnicas comuns a estas entidades. É ao nível da actuação da Região de Turismo que se encontra mais evidente a organização sectorial do turismo neste espaço, até pela manifesta ausência de outros actores representativos do sector. A UNISHNOR, uma entidade de carácter associativo da hotelaria ao nível da Região do Norte prepara a abertura de uma delegação em Bragança, o que poderá alterar a situação anterior a breve trecho. Numa perspectiva mais territorial da organização turística, cabe também às autarquias um papel relevante na promoção e animação turística dos respectivos concelhos, complementando os esforços da Região de Turismo, se bem que a uma escala municipal, o que por vezes produz visões fragmentadas e inconsequentes do ponto de vista da afirmação do destino 'Terra Fria Transmontana'. Este problema poderá ser minorado mediante uma intervenção mais activa do associativismo municipal, o que passa por um maior protagonismo, em matéria de desenvolvimento turístico, da Associação de Municípios da Terra Fria Transmontana. Um primeiro sinal de que existe uma viragem neste domínio é o projecto, actualmente em execução, da rota da natureza da Terra Fria da Transmontana. Outra entidade com responsabilidades acrescidas no desenvolvimento turístico deste espaço é o Instituto de Conservação da Natureza (ICN), através das estruturas dos dois Parques Naturais aqui presentes. A sua actuação, como já foi dito, deverá prender-se com o desenvolvimento do Turismo de Natureza e do Turismo Verde (este associado a formas mais activas de exploração turística do meio natural). Finalmente, tem cabido à Associação de Desenvolvimento 'CORANE' um papel mais activo ao nível do desenvolvimento do Turismo Rural, mediante a gestão de fundos comunitários vocacionados para o desenvolvimento do mundo rural. Neste plano, têm sido prosseguidas importantes iniciativas tendentes a criar condições para a exploração turística do mundo rural da TFT, de que bons exemplos são os Centros Rurais 'Montesinho' e 'Planalto Mirandês' (estas experiências deverão ter continuidade com os núcleos rurais 'Trás da Serra' e 'Raia', ao abrigo do Programa AGRIS). Para além das instituições já citadas, há outras a destacar:

- A diocese de Bragança (refira-se que a maioria do património arquitectónico e artístico da TFT, em particular o localizado em meio rural, é de raiz religiosa);
- O Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) e a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), pelas suas responsabilidades ao nível do património monumental;
- O Instituto Português de Museus, através das estruturas técnicas dos dois museus da TFT que incluem a rede nacional de museus;

- E, finalmente, o Instituto Politécnico de Bragança e o pólo de Miranda do Douro da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, pelo apoio científico que poderá ser requerido. O grau de exigência organizacional inerente à concretização de um projecto turístico-cultural com objectivos declarados de desenvolvimento local aconselha à promoção de parcerias institucionais equilibradas, associando entidades relevantes. Ora, as experiências recolhidas por várias regiões estrangeiras nesta matéria revelam que o desenvolvimento de iniciativas turísticas técnica e institucionalmente mais elaboradas e financeiramente mais exigentes nem sempre tem produzido resultados práticos consequentes. Por questões de natureza financeira, de interesses e vocações ou de simples definição de prioridades, são numerosos os exemplos falhados de iniciativas que exigiram, a dado momento, organização de recursos, parcerias responsáveis e objectividade temática. Este é também o risco associado a esta iniciativa, pelo que uma dimensão que deverá ser devidamente estudada é precisamente a da montagem do modelo institucional de execução (eficiência e eficácia da concretização) e de gestão (sustentabilidade) dos itinerários. Em contrapartida, há também casos de sucesso que mostram que, para regiões como esta, a criação de itinerários turísticos constitui um dos modelos de organização institucional do turismo mais adequados: seja porque potencia parcerias entre os agentes turísticos e entre estes e outras dinâmicas regionais; seja porque estimula o desenvolvimento equilibrado e sustentado da oferta turística local, dando-lhe referências e expectativas de desenvolvimento; seja porque baliza a procura turística da região por parte de turistas mais qualificados e mais atentos ao seu contexto físico e humano; seja, enfim, porque contribui de uma forma muito objectiva para a organização do produto turístico regional, o que beneficia todos os operadores turísticos e, por consequência, o conjunto da região.

O modo de organização encontrado para formatar os itinerários turístico-culturais (um itinerário principal que dá acesso a vários circuitos complementares) apresenta-se como a solução de compromisso possível para um significativo up-grade da organização turística da TFT: potencia a atracção de fluxos turísticos mais volumosos para este espaço e cria condições para uma maior selectividade desses fluxos. Esta também é uma solução de compromisso numa perspectiva de desenvolvimento local, concentrando os fluxos de turistas mais volumosos nos locais melhor preparados para os receber e manter, distribuindo-os pelo território, depois, de forma organizada, diminuindo os riscos de congestionamentos e

conflitos. A maior retenção desses fluxos turísticos traz associadas, também, novas oportunidades de desenvolvimento para as comunidades locais, em termos do aumento da actividade económica, da promoção directa dos produtos locais, da abertura de novas áreas de investimento e da criação de novos empregos. Essas oportunidades não se circunscrevem aos aspectos económicos, pois é previsível que a identidade da TFT e a auto-estima dos seus habitantes se reforce, que a notoriedade externa deste espaço aumente, que os seus recursos culturais sejam revalorizados e, por fim, que a sua vida cultural ganhe melhores condições de sustentabilidade. (Mapa 12).

De seguida apresentamos, detalhadamente, a proposta de itinerários. Primeiro surge o itinerário principal em torno da temática central. Depois aparecem quatro circuitos: dois por terras do Montesinho, dois em terras do termo da Terra Fria.



Mapa 12 – Itinerários turístico-culturais. Adaptado de Corane, 2005.



N

Escala 1:650000

## ITINERÁRIO PRINCIPAL

### Rota dos Castelos da Terra Fria Transmontana

Propõe-se a descoberta de um rico conjunto patrimonial em termos de arquitectura militar portuguesa de cunho medieval: o sistema defensivo do nordeste português. Ancorado nas velhas praças-fortes de Vinhais, Bragança e Miranda do Douro, este sistema era complementado por castelos, bastiões e atalaias de que restam, hoje, as fortificações de Algosó, Outeiro, Rebordãos, Vimioso e Baçal. A linha defensiva que começa em Vinhais, atravessa todos os concelhos da TFT e finda em Miranda aponta, como que de propósito, o percurso estruturante dos Itinerários Turístico-culturais, pois atravessa a maioria dos mais significativos valores patrimoniais da Terra Fria Transmontana, como que se de âncoras dos Itinerários se tratassem. Essa “âncoras” localizadas sobre esse percurso principal, são as “portas de entrada” dos circuitos complementares (mapa 13 e tabela 40).

Mapa 13 – Itinerário principal: A rota dos castelos da TFT. Adaptado de Corane, 2005.



Tabela 40 – Descrição do itinerário da Rota dos Castelos da Terra Fria Transmontana (TFT).  
Adaptado de Corane, 2005.



## ITINERÁRIO COMPLEMENTAR

### Circuito dos Altos Vales do Tuela e do Rabaçal

Delimitado a Norte pelas agruras das serras da Coroa e de Nogueira e atravessado pelos vales dos rios Tuela e Rabaçal (que eram grandes vias de acesso para as populações raia nas), este é um espaço geográfico de transição entre as terras frias e as terras quentes transmontanas. Desde tempos remotos, os pequenos povoados souberam desenvolver-se tirando partido do comércio transfronteiriço, das riquezas minerais e dos aluviões férteis dos rios e ribeiros. O circuito centra-se na descoberta de um conjunto de valores culturais muito próprios que resulta dos contactos entre a forte identidade cultural da TFT (em particular das Terras de Lomba) e realidades culturais vizinhas, mas ainda assim distintas (Mapa 14 e tabela 41).

Mapa 14 – Itinerário complementar: Circuito dos Altos Vale do Tuela e do Rabaçal. Adaptado de Corane, 2005



Tabela 41 – Descrição do itinerário do Circuito dos Altos Vale do Tuela e do Rabaçal.  
Adaptado de Corane, 2005.



## ITINERÁRIO COMPLEMENTAR

### Circuito das Três Serras

Num contexto geográfico de montanha dominado pelas serras da Coroa, Nogueira e Montesinho propõe-se a descoberta de algumas das aldeias mais recuadas do R. N. do Montesinho, marcadas por tradições comunitárias ainda vivas e por uma grande coesão estilística e arquitectónica. Sendo aqui mais raros os exemplos de arquitectura monumental, teve-se em devida conta a qualidade ambiental e paisagística do espaço percorrido e um conjunto de valores de profundo significado cultural, realçando a perfeita integração das comunidades locais no seu meio físico. Assim, o circuito agora proposto centra-se na descoberta dessa paisagem cultural viva e evolutiva que é o território do Parque Natural de Montesinho, um dos *ex-Ibris* da TFT (Mapa 15 e tabela 42).

Mapa 15 – Itinerário complementar: Circuito das Três Serras. Adaptado de Corane, 2005

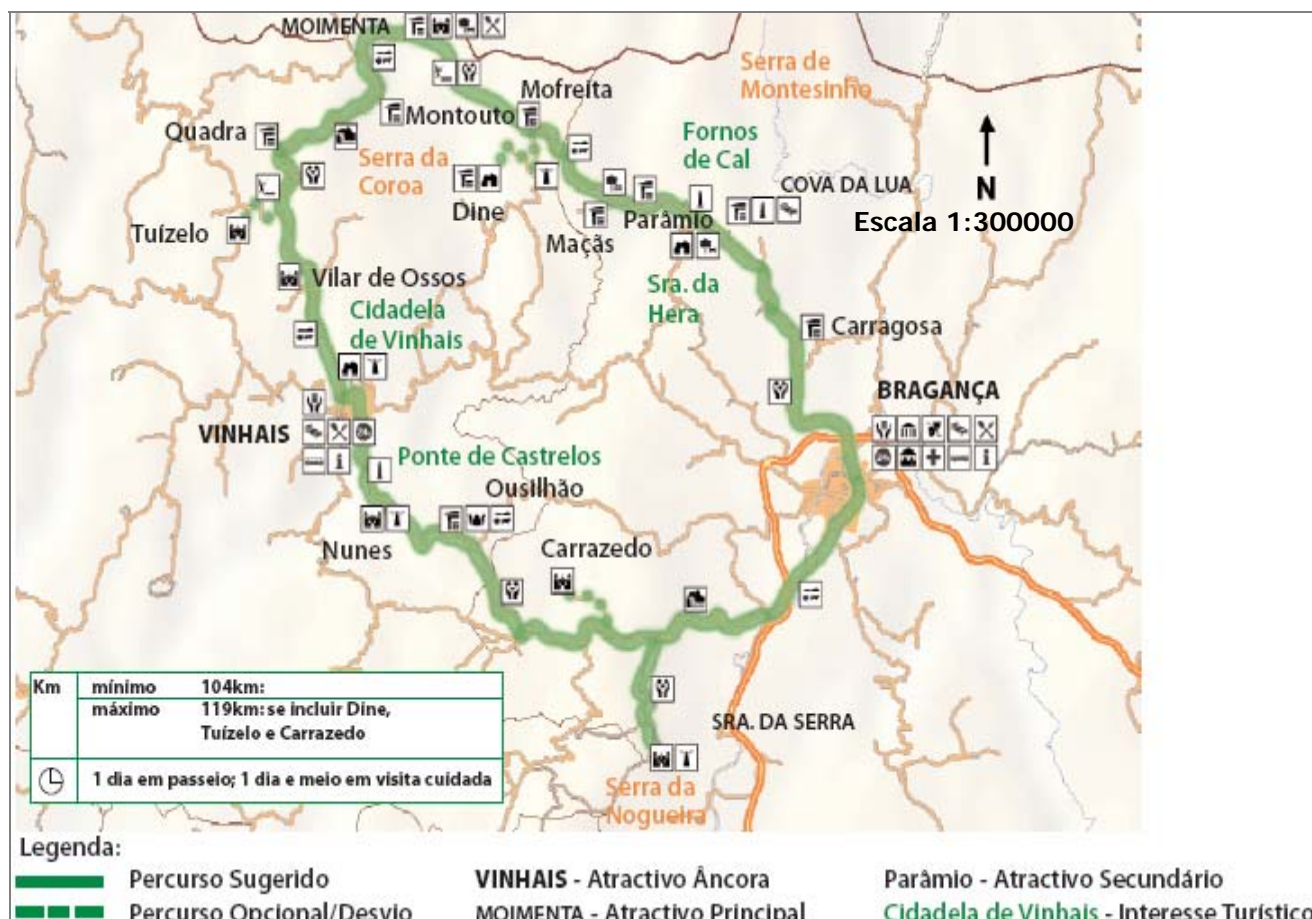




Tabela 42 – Descrição do itinerário do Circuito das Três Serras. Adaptado de Corane, 2005.



## ITINERÁRIO COMPLEMENTAR

### Circuito da Raia de Montesinho

A Serra de Montesinho, que deu nome a um dos mais importantes parques naturais nacionais, possui grande riqueza paisagística e ambiental. No entanto, estas serranias também são conhecidas pelas suas manifestações antropológicas e etnográficas. Marcado por forte isolamento, que é acentuado pela geografia, o povoamento de Montesinho produziu pequenas comunidades locais dispersas que preservaram hábitos comunitários e que puseram em comum muitos dos meios produtivos rurais. Em paralelo, a fronteira nunca foi verdadeiramente um factor que contrariasse a "boa vizinhança" com as comunidades espanholas. Ano após ano, a fronteira era atravessada por causa de um casamento, de uma visita a amigos ou de um negócio, gerando um forte sentimento de partilha cultural que Rio de Onor, mais que qualquer aldeia, exemplifica. Assim, propõe-se a descoberta das aldeias da raia da Serra de Montesinho e das suas vivas tradições comunitárias (Mapa 16 e tabela 43).

Mapa 16 – Itinerário complementar: Circuito da Raia de Montesinho. Adaptado de Corane, 2005

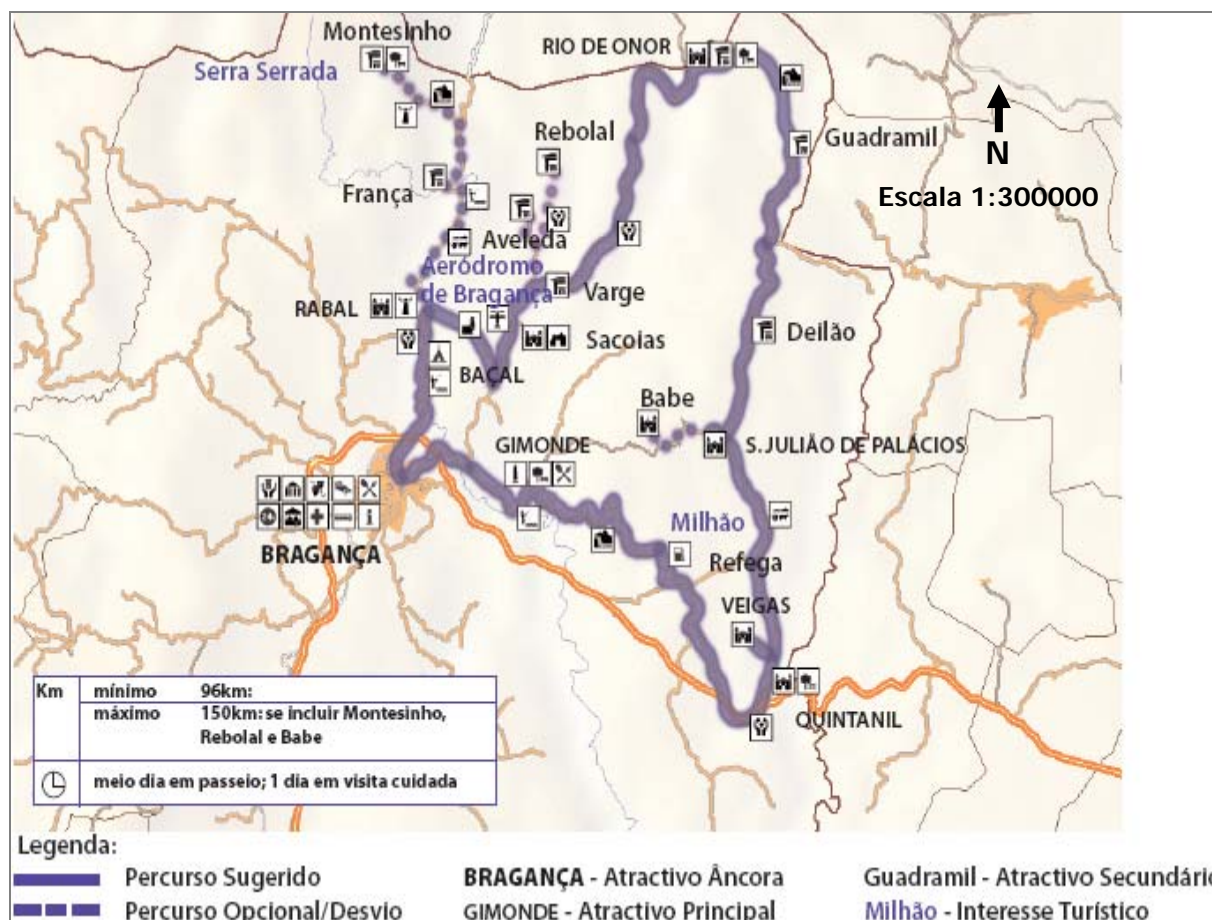


Tabela 43 – Descrição do itinerário do Circuito da Raia de Montesinho. Adaptado de Corane, 2005.





Os itinerários turístico-culturais da Terra Fria Transmontana não devem ser vistos apenas como um projecto de desenvolvimento turístico, mas também como um instrumento de desenvolvimento local deste espaço de Trás-os-Montes. Os percursos devem contribuir para que se alcancem objectivos de diversificação da actual oferta turística, de atracção de novos segmentos de procura e de criação de novos produtos turísticos, complementares dos actuais. É o caminho do "catching-up" do nível de desenvolvimento turístico da Terra Fria relativamente a destinos concorrentes; segundo, os percursos devem contribuir para assegurar, em todo este território, os mesmos níveis de oportunidade de desenvolvimento turístico, atenuando os efeitos da concentração turística nos seus principais centros urbanos, em particular em Bragança. É o caminho do crescimento sustentando, fazendo uso de todas as potencialidades do território e gerando novas oportunidades de desenvolvimento para as comunidades locais dos quatro concelhos. Acresce que o baixo nível de desenvolvimento turístico ainda patenteado pela TFT permitiu-lhe resguardar uma mística muito própria. O nordeste é para muitos portugueses um espaço virgem, um destino secreto, a última fronteira. Trata-se de um capital apelativo muito forte, culturalmente excêntrico, que aguarda para ser despoletado; por outro lado, nos últimos anos as autarquias e alguns agentes da sociedade civil têm animado a vida cultural local de forma persistente e cada vez mais ambiciosa, existindo alguns equipamentos culturais de nível nacional, como é o caso do Museu Abade Baçal.

As potencialidades turísticas da região fizeram surgir, timidamente, do esquecimento a pedra que renasceu de uma reconstrução onde se manteve o aspecto exterior de acordo com as características da arquitectura tradicional da região, bem como uma indução no cultivo dos produtos regionais e tradicionais de base doméstica, baseados na qualidade e não na quantidade. Estes produtos além de um complemento, representam uma componente indispensável da oferta turística que se defende para esta região do interior. A reunião dos produtos referidos com a beleza paisagística, o ambiente puro, o património, os costumes e as tradições é que compõem um *cabaz* que se pode chamar *qualidade de vida rural*. É esta qualidade de vida que os habitantes das grandes cidades procuram no campo por acreditarem que só ali podem encontrá-la.

Reside aqui a chave da complementarização da actividade turística com outros recursos locais; todos os envolvidos neste *cabaz* devem mostrar-se interessados em reunir esforços e definir estratégias no sentido de todos juntos proporcionarem a *qualidade de vida* cuja

essência só se obtém quando estão reunidos todos os ingredientes. Os campos em que se estabelecem complementaridades são de diversa ordem e têm já um peso considerável. Começaram as pequenas empresas construtoras com a reconstrução das habitações; como este tipo de obras exige trabalho e técnicas artesanais foi necessário criar gabinetes de apoio técnico. Em seguida podemos enumerar os agricultores, os criadores de gado, os apicultores, os artesãos e outra mão-de-obra local; de referir a importância que a existência de produtos certificados tem na divulgação e procura dos mesmos. Estabelecem-se, assim, ambivalências neste domínio que só beneficiam a região.

Por fim, começam a despontar alguns agentes de animação turística, mesmo que em moldes ainda pouco profissionais e empresariais. Estes sinais traduzem uma crescente dinâmica de procura de animação e de actividades turísticas e de lazer. Se o contexto turístico é mais favorável no círculo urbano de Bragança, também é inegável que os novos agentes tenderão a optar por seguir lógicas próprias que reforçarão a dimensão territorial do fenómeno turístico na Região e aumentarão a sua complexidade.

Acreditamos, já o dissemos, que podemos acompanhar o progresso sem perder a nossa identidade cultural e que é possível coexistirem ruralidade e desenvolvimento. Para relacionar estes dois parâmetros consideramos importante a realização de um questionário de inquérito (Anexo 9) e respectivo tratamento de dados divulgados por intermédio de gráficos. Assim, quanto à sua capacidade, em conjunto, a amostra recolhida envolveu 4 unidades com capacidade de 5 a 10 quartos, 13 unidades com capacidade de 11 a 20 quartos, 5 unidades com capacidade de 21 a 40 quartos, 1 unidade com capacidade de 41 a 60 quartos e 1 unidade com capacidade de 81 ou mais quartos (Gráfico 49).

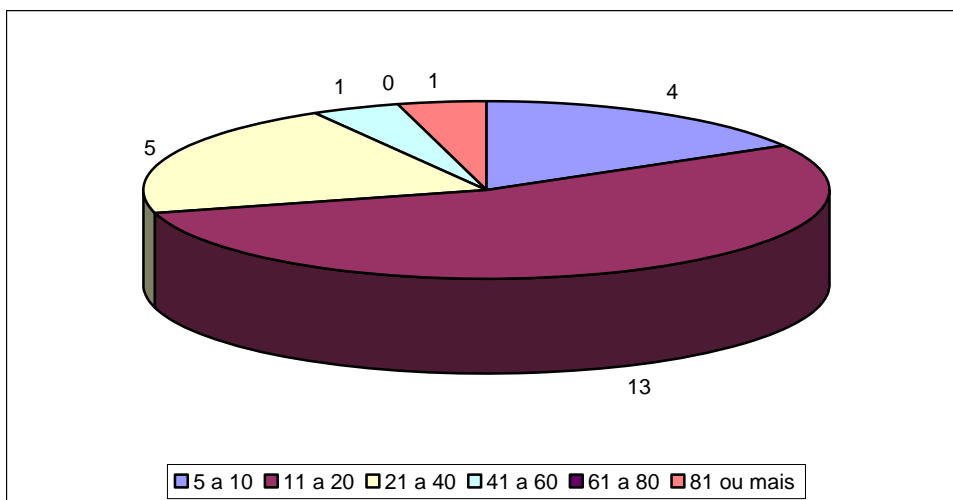


Gráfico 49 – Capacidade do número de quartos TU e TER



Quanto aos serviços de apoio e complementares, em conjunto, duas unidades têm piscina e cinco têm caça/pesca nas redondezas (Gráfico 50).

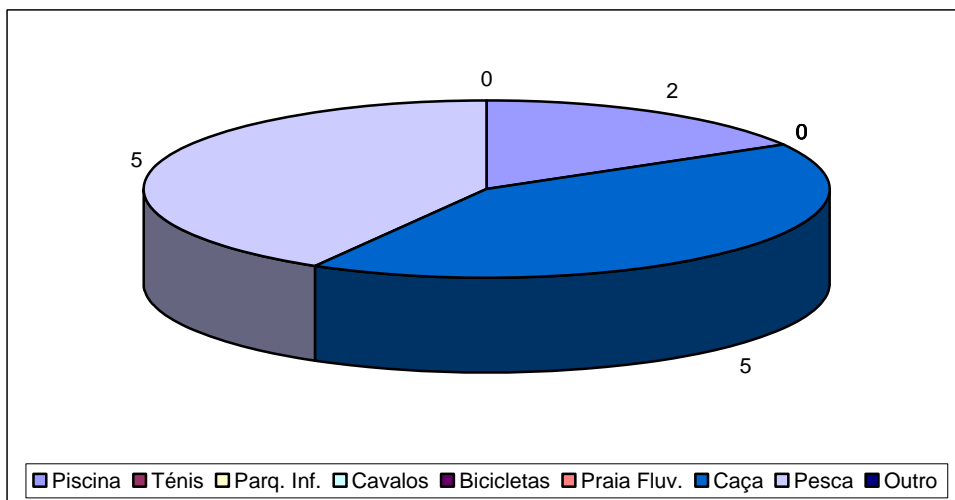


Gráfico 50 – Serviços de Apoio e Complementares em TER e TU

Relativamente à caracterização da clientela, os 24 inquiridos responderam que a clientela é maioritariamente nacional, sendo que sete dos inquiridos responderam que a procura é centrada num período, sendo o período de caça indicado por três, a pesca indicado por um e as férias foram indicadas também por apenas um inquirido. (Gráfico 51 e Gráfico 52).

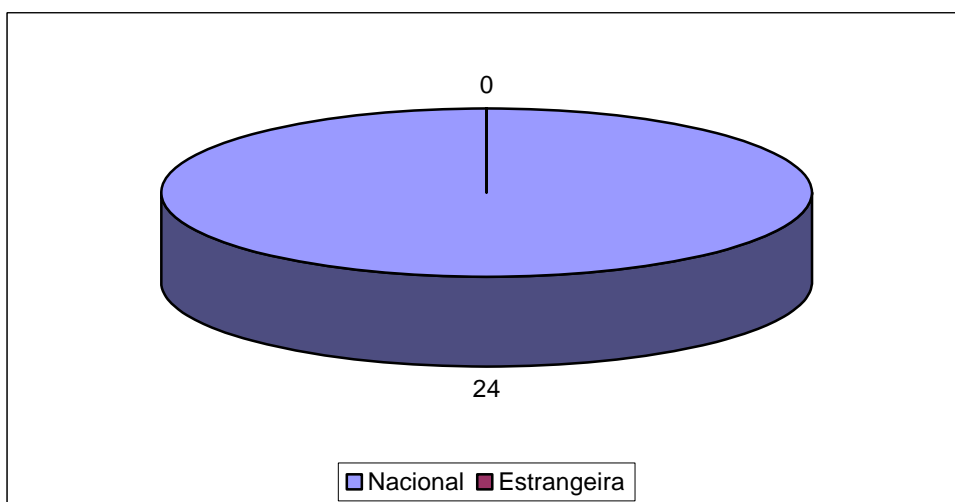


Gráfico 51 – Origem dos Turistas – TER e TU

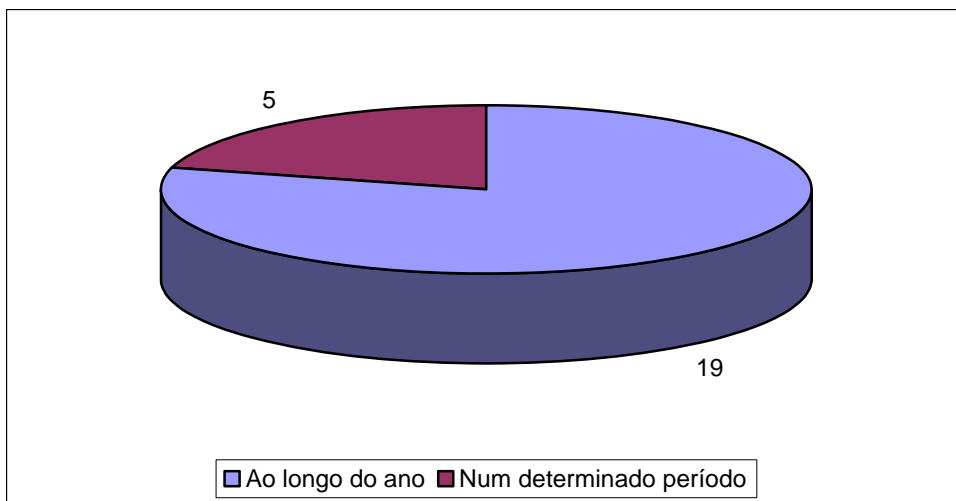


Gráfico 52 – A procura em TER e TU

As principais preferências dos turistas por ordem de preferência, em conjunto foram as seguintes (Gráfico 53):

A primeira preferência é a identidade cultural, para 18 dos inquiridos;

O ambiente é apontado em 2º lugar por 15 dos inquiridos;

A ruralidade é apontada em 3º lugar por 19 dos inquiridos.

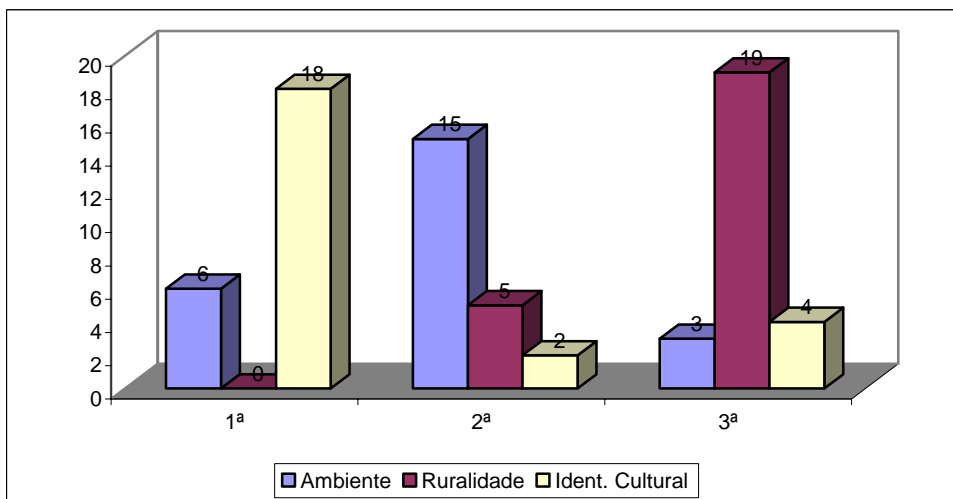


Gráfico 53 – As principais preferências dos turistas por ordem de preferência

Na questão da divulgação da actividade, em conjunto, 18 dos inquiridos responderam não e só 6 responderam sim; dos 6 que responderam sim, 4 divulgam-na junto da Comunicação Social e 2 junto de Clubes (Gráfico 54 e Gráfico 55).

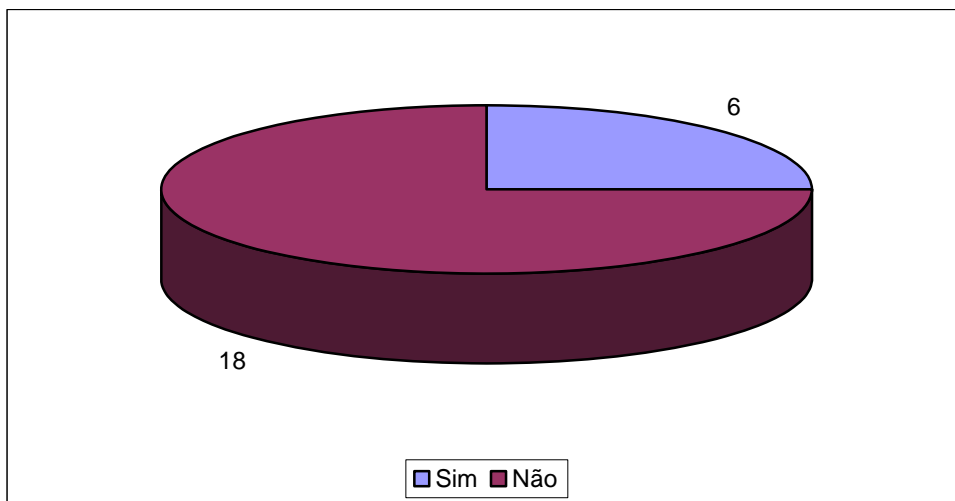


Gráfico 54 – A divulgação da actividade – TU e TER

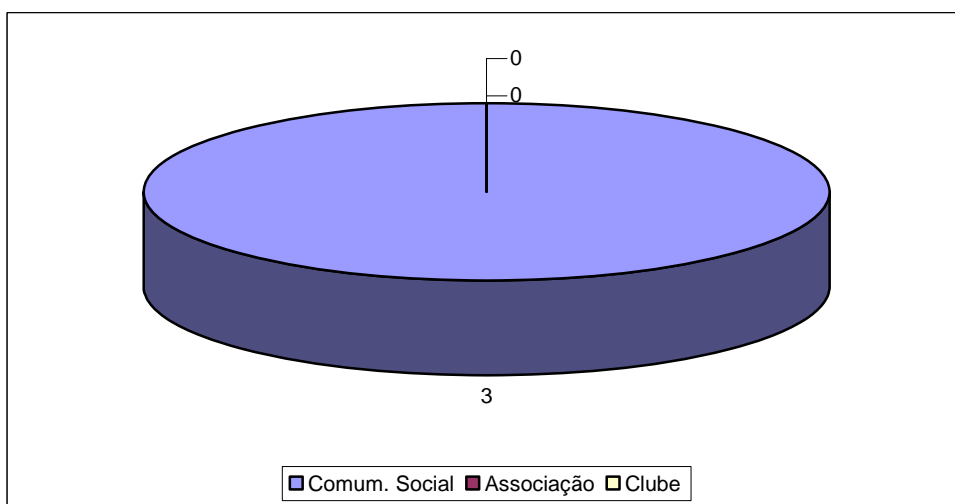


Gráfico 55 – Tipo de Entidade junto ao qual promove a Unidade Hoteleira

Relativamente à relação existente entre a actividade turística e o desenvolvimento sócio-económico e cultural dos concelhos concluímos que:

- No plano social, todos os inquiridos responderam que as relações da comunidade local à presença de turistas são maioritariamente positivas (Gráfico 56). Responderam que também são maioritariamente positivas as reacções provocadas nos turistas pelo contacto com a comunidade local (Gráfico 57).

Reacções da comunidade local à presença dos turistas

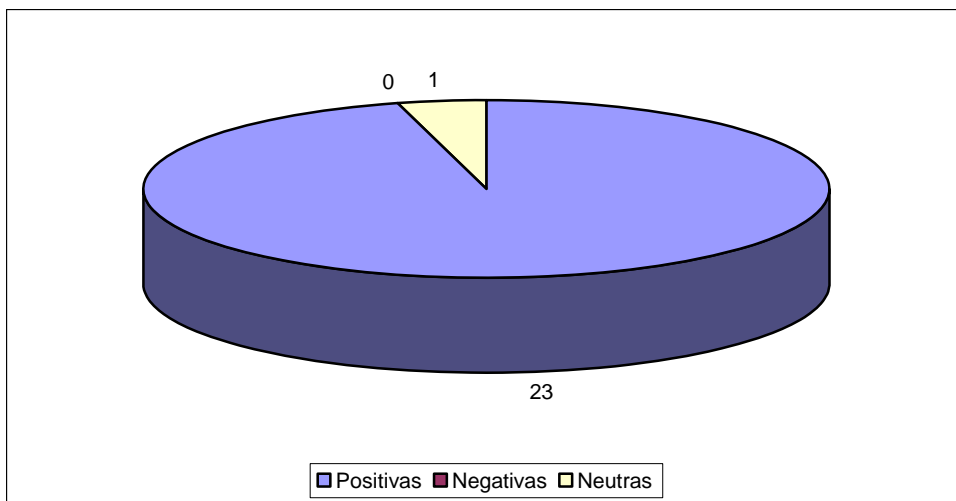


Gráfico 56 – Reações da comunidade local à presença dos turistas

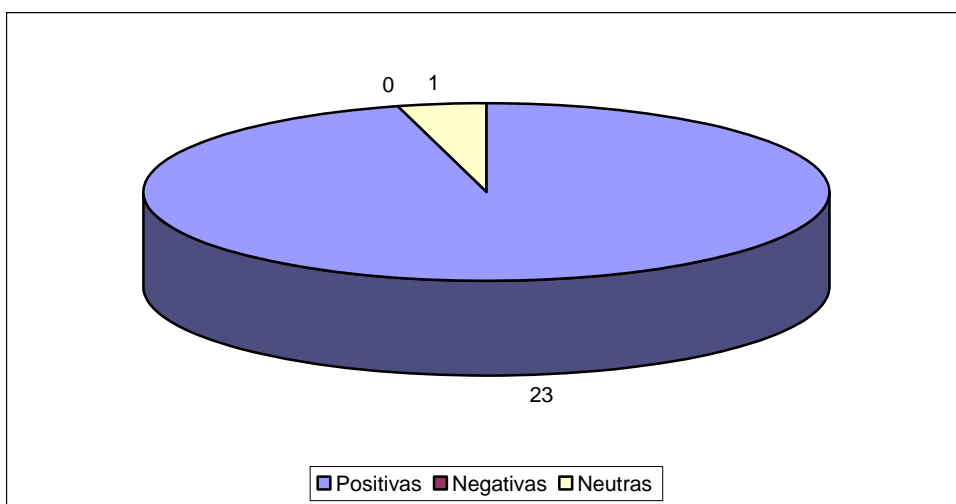


Gráfico 57 – Reações manifestadas pelos turistas

No plano económico, todos os inquiridos responderam *sim* quando se pergunta se a procura por parte de turistas (nacionais e estrangeiros) tem vindo a aumentar (Gráfico 58). Também todos responderam *sim* quando se pergunta se as actividades económicas da sua freguesia/concelho têm beneficiado com a abertura da sua unidade hoteleira.

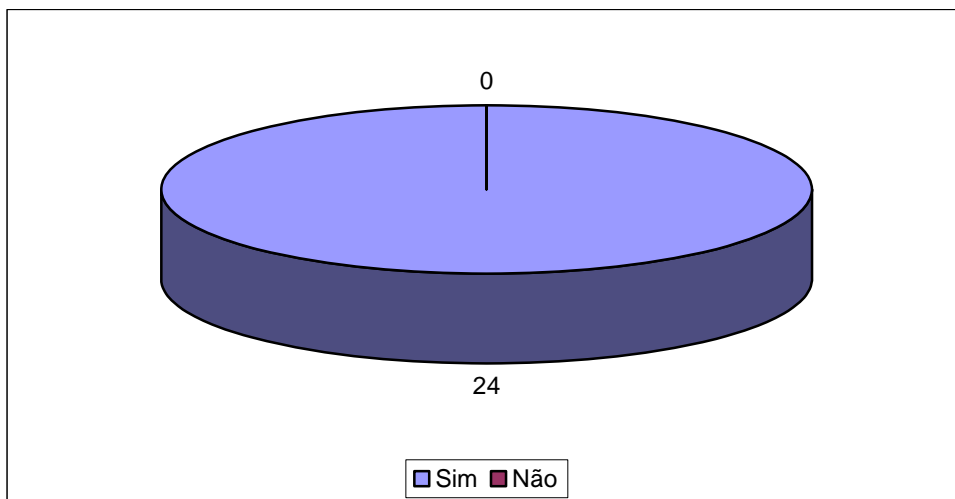


Gráfico 58 – A procura tem sido acentuada em TER e TU

Quanto aos domínios em que se tem estabelecido complementaridade as mais apontadas são, com 20 nomeações os restaurantes regionais e em outras actividades, o comércio e serviços com 12 nomeações, em 3º lugar com 4 nomeações estão os criadores de gado (Gráfico 59).

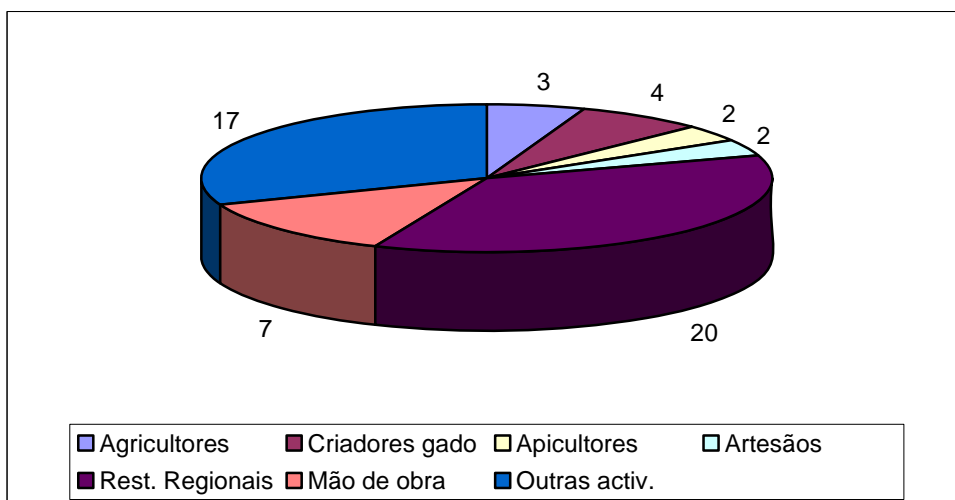


Gráfico 59 – Estabelecimento de complementaridades em TER e TU

No plano cultural, todos os inquiridos responderam que é positiva a presença de turistas, relativamente à conservação das características (rurais, ambientais e culturais) especiais dos concelhos (Gráfico 60).

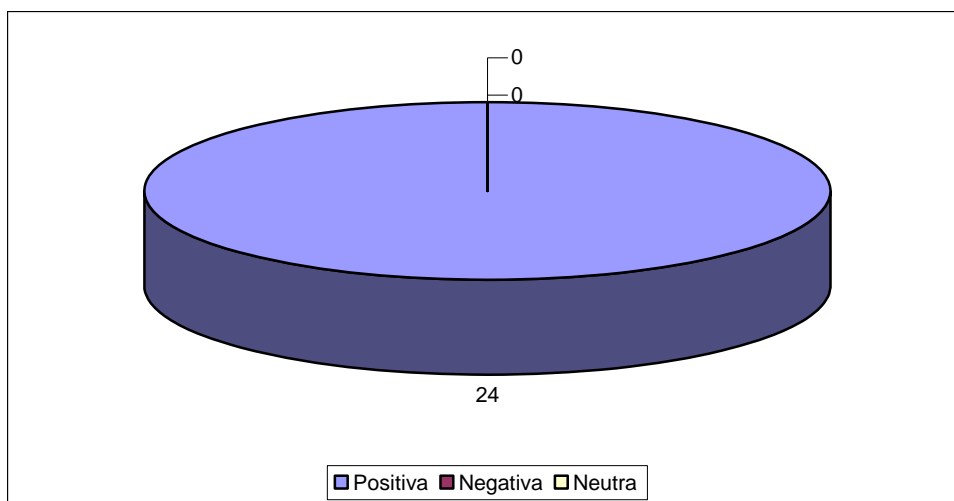


Gráfico 60 – Conservação das características especiais dos Concelhos

### 6.5. Os Sistemas de Apoio à Decisão

O Turismo é hoje, inequivocamente, um dos sectores económicos com mais elevada taxa de expansão e crescimento, sendo uma actividade única em termos de transversalidade de impactes. A actividade turística afecta, directa ou indirectamente, aspectos sociais, culturais e económicos tão vastos como o emprego, o desenvolvimento regional, a educação, transportes, finanças e impostos, etc. De facto, o turismo e o lazer têm conhecido um apreciável crescimento e constituem factores de dinamização da internacionalização da nossa economia. A sua horizontalidade, é sem dúvida, uma das responsáveis pelo protagonismo crescente de um sector que representa, para Portugal, uma oportunidade impar de revitalização do seu tecido empresarial, atendendo quer aos recursos excepcionais existentes, quer à sua emergente capacidade de desenvolvimento. Este por sua vez, está dependente da tomada de medidas que se tornam urgentes, quer ao nível da definição de políticas, quer na criação e implementação de instrumentos – financeiros, nomeadamente – que permitam o planeamento, gestão e controlo necessários ao desenvolvimento sustentável do Turismo.

Paralelamente, o recente desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC`s), inserido no contexto da Sociedade de Informação, revolucionou a economia global e as organizações, independentemente da sua dimensão, produção e cobertura geográfica. Sendo o Turismo uma actividade fortemente dependente da informação, a associação e o recurso às novas tecnologias, pode imprimir um novo ritmo, potenciar esforços e sinergias e otimizar a relação entre a procura e a oferta, conduzindo a uma cada vez mais eficaz gestão de recursos e de investimentos.

Olhando para o turismo numa óptica de mercado, confrontando a procura (turistas) e a oferta (hotéis, restaurantes, agências de viagens) e atendendo à própria intangibilidade dos produtos turísticos, verifica-se que embora a transacção de bens seja feita numa perspectiva mercantilista, ela baseia-se essencialmente na troca de informações entre a procura (motivações, necessidades, desejos) e a oferta (produtos e serviços existentes, preços, condições de acesso, etc).

A oferta é composta pelos fornecedores de serviços primários, maioritariamente (95,5%) pequenas e médias empresas, as companhias aéreas e outros fornecedores de transportes. Os intermediários representam a ligação profissional entre a oferta e a procura e entidades com interesse na gestão, planeamento e promoção dos destinos. Os fluxos de informação mais importantes são representados pelas linhas de ligação; a posição dos serviços *on-line* poderá ser mais ou menos próxima dos consumidores, dependendo dos agentes que venham a desempenhar este papel.

A convergência das telecomunicações, os media e as tecnologias de informação acrescida de factores como a globalização dos mercados, a emergência de novos competidores e as mudanças efectuadas ao nível das motivações dos consumidores, mostram que a integração das TIC`s no turismo trará vantagens para os dois sectores.

Para as TIC`s:

- ▣ Verá activada a pesquisa (pelas necessidades sentidas no sector do turismo);
- ▣ Poderá aumentar e desenvolver o emprego, diversificando;
- ▣ Verá promovida a inovação e o desenvolvimento de novas aplicações.
- ▣ Para o Turismo:
  - ▣ Terá o suporte de tecnologias apropriadas;
  - ▣ Poderá estimular e preservar o emprego;
  - ▣ Aumentar a sua competitividade;
  - ▣ Poderá criar serviços de valor acrescentado;
  - ▣ Ver aumentada a sua quota no mercado internacional

É na introdução das TIC`s no turismo que reside um conjunto de campos de inovação, tecnologias e metodologias em que era necessário avançar, entre as quais se destacam os Sistemas de Apoio à Decisão, enquanto instrumentos de monitorização e planeamento do turismo. É neste contexto, e considerando as potencialidades bem como as necessidades e carências do sector do turismo na Região, que surge a ideia da concepção de um Sistema de Apoio à Decisão (SAD), que permita a médio e longo prazo, favorecer o entendimento

espacial dos indicadores económicos e de performance, tornando-o num instrumento ímpar de planeamento ao dispor dos gestores de investimento turístico.

Pretende-se assim, criar um instrumento de planeamento e gestão do investimento turístico, que sirva de suporte à tomada de decisões, facilitando a tarefa dos gestores e avaliadores, e proporcionando uma gestão do investimento mais adequada às necessidades de cada região e às políticas de desenvolvimento definidas. Assim, os objectivos específicos da SAD a desenvolver serão:

1. A gestão eficiente e eficaz do investimento a realizar;
2. A optimização de recursos;
3. O aproveitamento de sinergias;
4. A maior adequação às políticas/estratégias definidas;
5. A maximização potencial do efeito multiplicador;
6. O desenvolvimento.





---

---

**PARTE IV**  
**ESTRATÉGIAS À ESCALA LOCAL**

---

---



*“É muito fácil  
plantar alfaces  
cava-se a terra  
e pouco mais  
comem os homens  
e os animais.*

*É muit fácil  
plantar alfaces  
com as palavras  
do dicionário  
ou com as pastas  
do ministério.*

*Se não fesse a trovoada,  
se não fosse o desavinho,  
se não o oídio, o mildio,  
se as carquejas dessem vinho...*

*Se tivesse mais videiras,  
se tivesse, se tivesse,  
se me fizessem Ministro,  
se a minha avó não morresse...”*

ANTÓNIO CABRAL (1999)



## CAPÍTULO 7 – ENTRADA NA UNIÃO EUROPEIA E AS DINÂMICAS LOCAIS

### 7.1. Mercado Único

Esta região fronteiriça e periférica, dentro da União Europeia, apresenta características físicas, socioeconómicas e culturais específicas. O pequeno comércio e o intercâmbio de produtos foi sempre um elo de ligação entre as populações vizinhas. Hoje, vivemos dentro da União Europeia, da Europa das Regiões. Perante este cenário, não se pode deixar de considerar, uma extensão da região em estudo, como tendo continuidade, pelas províncias de Zamora e Ourense e vice-versa.

*“Uma das preocupações da União Europeia, é a abolição progressiva de fronteiras e a criação de condições económicas adequadas, que originem fluxos económicos, e contribuam para a melhoria do nível de vida das regiões”* (FERNÁNDEZ, 1993). As políticas regionais europeias, estabeleceram prioridades, orientando-as na melhoria da organização territorial, atenuando os desequilíbrios existentes entre elas; a cooperação transfronteiriça, para a redução do isolamento de regiões periféricas e a conservação das áreas rurais. Com este objectivo, e tendo por base, apoiar a cooperação transfronteiriça e suavizar os contrastes socioeconómicos entre áreas fronteiriças vizinhas, foram criados os programas comunitários Interreg I (1990-1993) e Interreg II (1994-1999). Para além dos programas citados, interessava arquitectar um programa comunitário, que se dirigisse, em primeiro lugar, aos grupos de acção local, como matéria de desenvolvimento rural, tendo por objectivo impulsionar novos processos de aprendizagem e facilitar a experimentação de soluções. Foi então criado o programa Leader. Foi, neste contexto, que se criou em 1995, a Associação Corane, com representatividade institucional e capacidade técnica para planear e definir diagnósticos e estratégias capazes, tendo em vista, o desenvolvimento integrado dos concelhos da Terra Fria (concelhos de Bragança, Miranda do Douro, Vimioso e Vinhais) e assegura-se a viabilidade económica e financeira dos projectos. A Corane, para além de constituir um espaço de discussão e de definição de estratégias, actua no campo da definição, dinamização e concretização de acções e projectos, cujo objectivo tem sido o desenvolvimento integrado da região, com particular incidência, nas zonas rurais.

Assim, a inovação Leader, consistiu em recuperar, reintroduzir e “reciclar” para um novo desenvolvimento de conhecimentos técnicos e conhecimentos acumulados no passado, que, por diversas razões, haviam perdido o seu interesse económico e social para as

populações locais. A reintegração destes conhecimentos em benefício de produtos artesanais, agroalimentares, turísticos, culturais, etc. exigiu uma tomada de consciência do seu valor na “modernidade”. As linhas de intervenção do Leader baseiam-se, na obtenção de uma nova funcionalidade do espaço rural, como reserva natural e lugar de ócio. A aposta é feita, numa qualidade ambiental e na melhoria dos equipamentos rurais, sendo factor de atracção para a população urbana e que sirva de estímulo para a fixação das populações rurais. Possibilita o aproveitamento total das capacidades endógenas e a salvaguarda dos valores e das potencialidades existentes.

Em Portugal e no que respeita ao seu enquadramento em termos institucionais, salienta-se, a primeira Lei de Bases para a criação de Áreas Protegidas que aparece em 1970, Lei N° 9/70, de 19 de Junho, em que institui a figura de Parque Nacional, podendo estes incluir também Reservas (Integrais ou Natural). Até 1976 foram criadas ao abrigo desta Lei 12 Áreas Protegidas, como seja o caso por exemplo do Parque Nacional da Peneda-Gerês. Em 1975 dá-se a criação do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, passando a designar-se Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (SNPRCN), actualmente com a designação de Instituto da Conservação da Natureza (ICN). Sendo a ele quem actualmente compete a classificação e a gestão das Áreas Protegidas, estando sob a alçada do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais.

Em 1976 é publicada a nova Lei-Quadro, Dec.-Lei N° 613/76, de 27 de Julho, que revoga o anterior e introduz novos tipos de classificações, como seja o de Parque Natural, Sítios e Lugares Classificados. Até 1993 são criadas mais 45 Áreas Protegidas, entre as quais a do Parque Natural de Montesinho. A zona do P.N.M., constitui uma área protegida, ao formar um conjunto de “paisagens naturais, seminaturais e humanizadas” (PNM, 1997). A fauna, a flora, a geomorfologia, etc. são partes fundamentais do Parque, mas o homem, que se foi integrando a pouco e pouco, é outra peça fundamental deste mosaico que constitui o P.N.M. Assim, o Parque, foi incluído dentro do programa comunitário Rede Natura 2000, cujo primeiro objectivo é a manutenção da biodiversidade – preservação, protecção e melhoria da natureza – atendendo às necessidades económicas, sociais, culturais e regionais, com o fim de contribuir para um desenvolvimento sustentável (Directiva Comunitária 92/43/CEE do Conselho de 21 de Maio de 1992). A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica para o espaço Comunitário resultante da aplicação das Directivas n° 79/409/CEE (Directiva Aves) e n° 92/43/CEE (Directiva Habitats), e tem por objectivo contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens no

território europeu dos Estados-membros em que o Tratado é aplicável. É composta por áreas de importância comunitária para a conservação de determinados habitats e espécies, nas quais as actividades humanas deverão ser compatíveis com a preservação destes valores, visando uma gestão sustentável do ponto de vista ecológico, económico e social. Coloca em evidência a articulação entre a política de conservação e a política de desenvolvimento rural como uma questão estratégica em matéria de conservação da biodiversidade. Esta rede é formada por:

- Zonas de Protecção Especial (ZPE) estabelecidas ao abrigo da Directiva Aves, que se destinam essencialmente a garantir a conservação das espécies de aves, e seus habitats, e das espécies de aves migratórias cuja ocorrência seja regular;
- Zonas Especiais de Conservação (ZEC) – os Sítios da Lista Nacional e os Sítios de Importância Comunitária – criadas ao abrigo da Directiva Habitats, com o objectivo expresso de contribuir para assegurar a Biodiversidade, através da conservação dos habitats naturais) e dos habitats de espécies da flora e da fauna selvagens considerados ameaçados no espaço da União Europeia.

Em 1993 é publicada a actual Lei-Quadro em vigor, o Dec-Lei Nº 19/93, de 23 de Janeiro (actual Lei de Bases do Ambiente), que prevê a criação de Áreas Protegidas de âmbito regional e local, assim como a criação de Áreas Protegidas de estatuto privado. Prevendo também este diploma a reclassificação de todas as Áreas Protegidas. Tendo como figuras de protecção de âmbito nacional: parques nacionais, reservas naturais, parques naturais, monumentos naturais e reservas integrais; de âmbito regional ou local: paisagens protegidas e reservas integrais; e de estatuto privado: sítios de interesse biológico e reservas integrais. A percentagem de territórios classificados no âmbito da conservação da natureza, como Sítios da Lista Nacional (dos quais alguns entretanto classificados como SIC), como Zonas de Protecção Especial ou incluídos na Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP). Inclui-se ainda o somatório das áreas abrangidas por dois ou três estatutos de protecção, os quais nestas situações são contabilizados uma única vez. (Anexo 10).

Assim, o processo de classificação de Áreas Protegidas é conduzido pelo ICN. A classificação é feita por Decreto Regulamentar, que fixa condicionantes ao uso, ocupação e transformação do solo. Tendo igualmente de determinar o prazo de elaboração do Plano de Ordenamento. O Plano de Ordenamento é uma peça essencial para a gestão de Áreas Protegidas de âmbito nacional e regional, sendo a sua aplicação regulamentada pelo Dec.-Lei Nº 151/95, de 12 de Junho, relativo aos Planos Especiais de Ordenamento do Território



No âmbito do Programa Operacional da Economia, integrado no Terceiro Quadro Comunitário de Apoio a vigorar de 2000 na 2006, existe o SIVETUR, instrumento vocacionado para apoiar actividades turísticas. Este sistema tem por objectivos a implementação e o desenvolvimento de actividades de turismo, às quais seja conferido um carácter estratégico, quer pelos aspectos inovadores que estas actividades poderão reflectir, quer pelos efeitos multiplicadores que possam vir a gerar na actividade económica. Fala-se aqui, dos produtos turísticos de carácter estratégico a desenvolver em Áreas Protegidas (AP) ou em áreas contíguas àquelas, nomeadamente os projectos de Turismo Natureza, os quais, no âmbito do Programa Nacional de Turismo Natureza e por imposição dos próprios regulamentos só poderão ocorrer no seio da RNAP e aos projectos de Turismo Sustentável que se insiram naquela rede ou nas já referidas áreas contíguas.

Actualmente, domínios como o social, o regional, a indústria, o ambiente, a concorrência, os transportes, a agricultura e o comércio, entre outros, fazem parte de um conjunto de políticas e legislação comuns que, de uma forma ou de outra, têm contribuído para a integração europeia e têm permitido à Comunidade intervir de uma forma acentuada nas economias nacionais dos países integrados.

Com efeito, os diferentes sectores da actividade económica vão sendo afectados e vão enfrentando em maior ou menor grau de desenvolvimento os importantes desafios políticos, económicos e sociais da construção europeia.

O sector do turismo não é disso excepção. De facto a influência comunitária nesta matéria, tem sido relevante, nomeadamente pelo carácter multidimensional do Turismo, que o torna altamente vulnerável às repercussões resultantes da evolução europeia ao nível regional, político, social e económico, que afectam o sector em maior ou menor grau. Ao nível regional, destaca-se o papel dos fundos estruturais, que no âmbito dos quadros comunitários têm tido efeito no desenvolvimento do Turismo e, designadamente nas empresas ligadas ao sector. Ao nível político, é de referir o aumento supranacional de algumas Instituições Comunitárias e da consolidação de todo o processo de integração comunitário. Além disso, são já várias as políticas e acções comunitárias que pelo assunto que abordam afectam o desenvolvimento do Turismo e, conseqüentemente, a actividade empresarial. No que respeita à dimensão social, exemplos de medidas adoptadas pela União Europeia que afectam o Turismo são todas as acções que reforçam a circulação de pessoas e prestações de serviços num espaço comunitário sem fronteiras físicas, técnicas e fiscais. O reforço dos direitos e protecção do turista dentro da comunidade e as medidas criadas para apoio à formação

profissional qualificada são alguns exemplos concretos que têm influenciado o desenvolvimento do Turismo e, conseqüentemente, o desenvolvimento das empresas do sector na Europa comunitária. As acções de formação, educação e, nomeadamente, o reconhecimento de diplomas são, também, de referir nesta matéria. No contexto económico destaca-se de imediato, a implementação da União Económica e Monetária, que tal como a consolidação do mercado único, tem implicações significativas no sector do Turismo.

Poderiam ainda ser salientadas acções da União Europeia nos domínios ambiental e cultural que, indirectamente, têm influenciado o sector do turismo. De facto, a diversidade das acções comunitárias, mostram-nos que os efeitos que a Comunidade Europeia pode reflectir no Turismo e, nomeadamente, naquelas que dadas as suas características estão menos preparadas para esses efeitos, ou seja, as Pequenas e Médias Empresas (PMEs), podem ter variadas origens. Como são os casos relevantes de alterações ao nível de emprego, formação, competitividade e investimentos das empresas, traduzindo constantemente novos desafios para as empresas.

## **7.2. O Centro Rural de Montesinho**

A região em que se insere o **Centro Rural de Montesinho** situa-se na extremidade Nordeste de Portugal tendo ao longo dos tempos sofrido as conseqüências dessa situação periférica e fronteiriça. A par destas características – problemas, esta região é portadora de diversas potencialidades, resultantes de uma história sócio-económica e cultural específica.

Nesta área, a agricultura assume um papel preponderante reunindo potencialidades resultantes da especificidade que os condicionamentos físicos lhe impõem. Por isso mesmo sempre constituíu ocupação principal para a população. O excesso de mão-de-obra foi condicionante, o que acrescido a explorações sub dimensionadas e atomizadas, tornaram pouco competitiva e, sobretudo, não auto sustentada a prática agrícola.

Esta situação aliada a uma topografia pouco favorável condicionou o recente processo de mecanização, o que amplificou a crise sectorial, a que acrescem os fenómenos migratórios das décadas de 60/70 e 80/90 e subsequente envelhecimento da população residente. Era inevitável que se instalasse uma agricultura de subsistência sem características de competitividade, pouco evoluída e pouco rentável, muito dependente de subsídios e apoios. A este quadro já de si pouco favorável sempre se juntou a falta de circuitos comerciais minimamente organizados.

A actividade industrial sempre teve um papel insignificante em termos regionais, o que motivou excedentes de população activa e os consequentes fenómenos migratórios. Desencadeado este processo, surgiu como consequência um acentuado envelhecimento da rarefeita população rural dado o carácter selectivo do fenómeno migratório que atrai sempre os mais jovens. Nos concelhos do interior do nordeste 54,5% dos emigrantes saíam com idade inferior a 30 anos e 86.4% com idade inferior a 40 anos.

Actualmente, no **Centro Rural de Montesinho** a agricultura assume-se como a actividade principal e reúne potencialidades próprias da agricultura de montanha que têm de ser consideradas no processo de desenvolvimento regional.

Esta população exerce a actividade agrária predominantemente por conta própria, em explorações familiares, sendo os cereais de Inverno, a pecuária, a castanha e outros frutos secos as principais produções geradoras de rendimento.

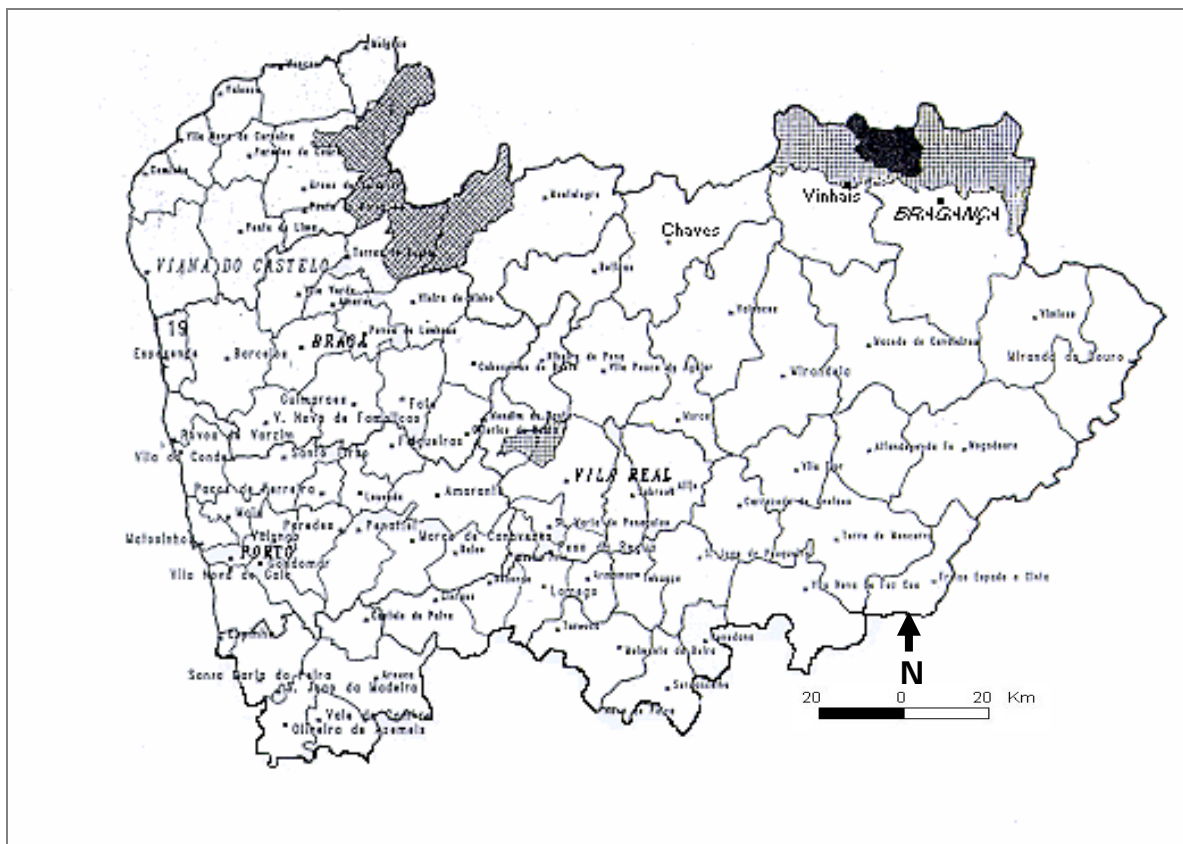
Fora da agricultura são, actualmente, reduzidas as perspectivas de emprego apesar de indícios de evolução no sector terciário, nomeadamente em actividades turísticas. No entanto boa parte da população activa procura uma ocupação fora das povoações do **Centro Rural de Montesinho**.

Se esse emprego é conseguido a nível do concelho continua quase sempre a haver um vínculo à aldeia, caso contrário só esporadicamente se dá esse contacto, podendo mesmo perder-se definitivamente.

Procura-se com este Centro Rural potenciar actividades que propiciem a inversão desta situação, desenvolvendo um projecto inovador e transferível no contexto do ambiente rural da Região de Trás-os-Montes. O programa dos Centros Rurais, financiado pelo Programa Potencial de Desenvolvimento Regional, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (Programa PPDR), teve como principal objectivo a criação de melhores condições nas aldeias, tornando-as mais atractivas, tentando-se deste modo fazer face ao problema da desertificação do meio rural, criando-se infra-estruturas, dar apoio ao turismo, valorizar as tradições e valores patrimoniais e assim valorizar os produtos tradicionais, como sejam os de denominação de origem protegida ou indicação geográfica de proveniência, como sejam a carne mirandesa, o cordeiro bragançano, o mel do parque de Montesinho, a castanha da Terra Fria, os enchidos (salpicão e linguça) de Vinhais, traduzindo-se na sua divulgação e valorização em termos de atracção turística.

### 7.2.1. Localização

Mapa 17 – Mapa de localização do Centro Rural de Montesinho



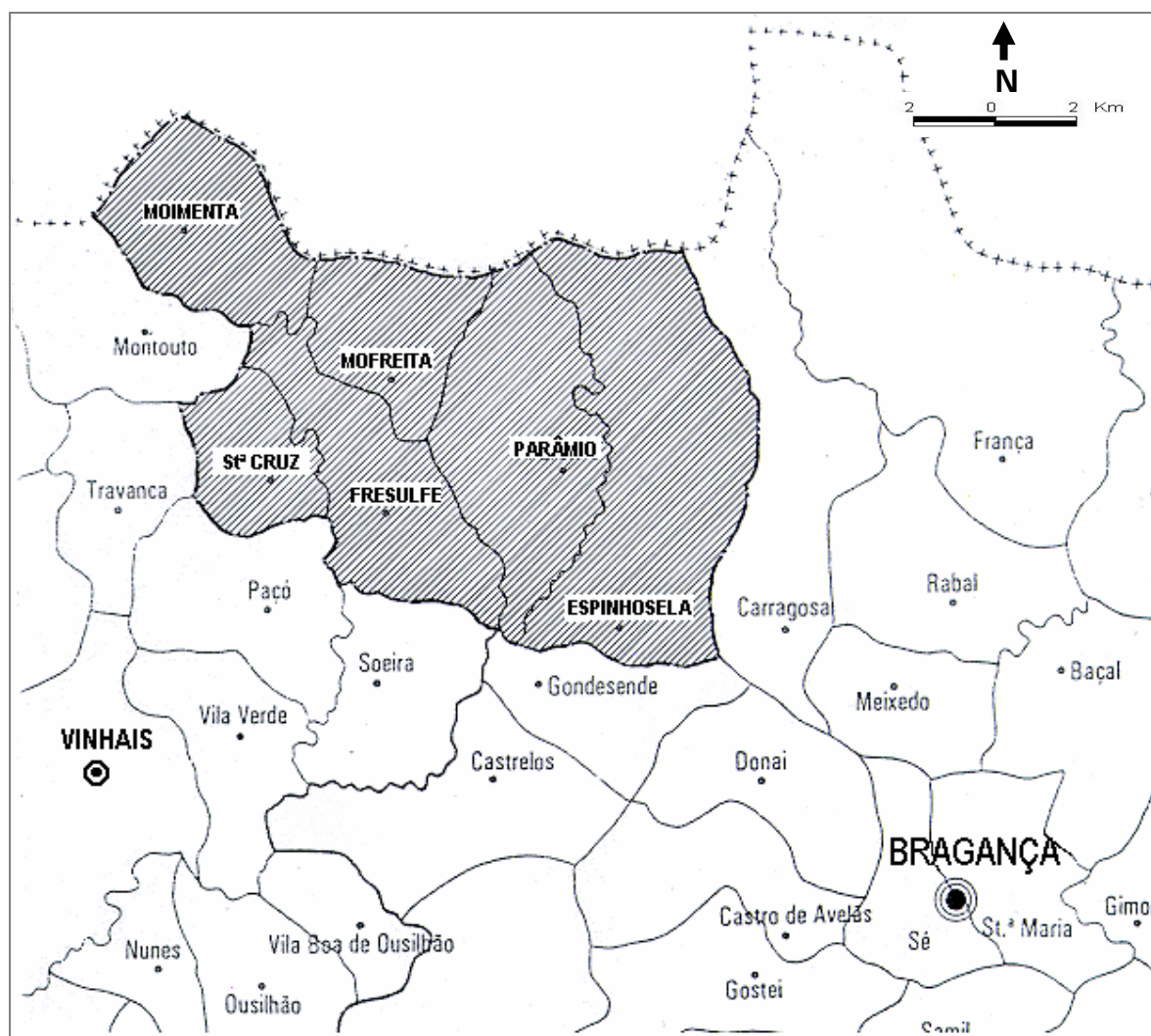
O **Centro Rural de Montesinho** situa-se no Parque Natural de Montesinho englobando quatro Freguesias do Concelho de Vinhais e duas Freguesias do Concelho de Bragança, num total de 13 povoações, ocupando uma área total de 118 Km<sup>2</sup>, na qual residem 1410 habitantes (Mapa 17 e tabela 44).

Tabela 44 – Freguesias pertencentes ao Centro Rural de Montesinho

POVOAÇÕES	FREGUESIAS	CONCELHOS
Cova de Lua Espinhosela Terroso Vilarinho	Espinhosela	Bragança
Fontes Maças Parâmio Zeive	Parâmio	
Dine Fresulfe	Fresulfe	Vinhais
Mofreita	Mofreita	
Moimenta	Moimenta	
Santa Cruz	Santa Cruz	

É limitado a Norte pelas regiões autonómicas espanholas de Castela e Leão e Galiza, enquanto que a nascente confronta com a Freguesia de Carragosa, a Sul com as Freguesias de Gondesende, Soeira e Paçó e a Poente com as Freguesias de Montouto e Travanca (Mapa 18).

Mapa 18 – Limites do Centro Rural de Montesinho



Esta área desenvolve-se num espaço planáltico, com uma altitude média de 850m, entre as Serras da Escusaña (alt. máx. 1146 m) a Norte, de Montesinho (alt. máx. 1482 m) a Nascente e da Corôa (alt. máx. 1272 m) a Poente, prolongando-se para Sul até encontrar a Serra da Nogueira (alt. máx. 1318 m). Do ponto de vista hidrográfico é sulcada pelos vales profundos e encaixados dos rios Tuela e Baceiro que nascendo em Espanha a cortam no sentido Norte-Sul.

Neste exemplo prático, centra-se a intervenção na qualificação dos parâmetros de comodidade das populações rurais, bem como, potenciar, pela valorização dos recursos endógenos e património, o aparecimento de oportunidades de trabalho que possam atrair a população jovem, invertendo o fenómeno de regressão sócio-económica existente.



Todas as povoações que integram este Centro Rural estão dotadas de acesso através de estradas pavimentadas em razoável ou bom estado de conservação, classificadas como estradas nacionais e estradas municipais.

Existem, no entanto, algumas ligações entre as aldeias deste Centro Rural efectuadas por estradas municipais, caminhos florestais e caminhos vicinais, dos quais alguns não pavimentados, nomeadamente a ligação Moimenta – Mofreita que por vezes se torna intransitável obrigando à realização de um percurso alternativo que eleva a distância de 11 para 58 Km (Mapa 19).

Mapa 19 – Estradas de Acesso ao Centro Rural de Montesinho

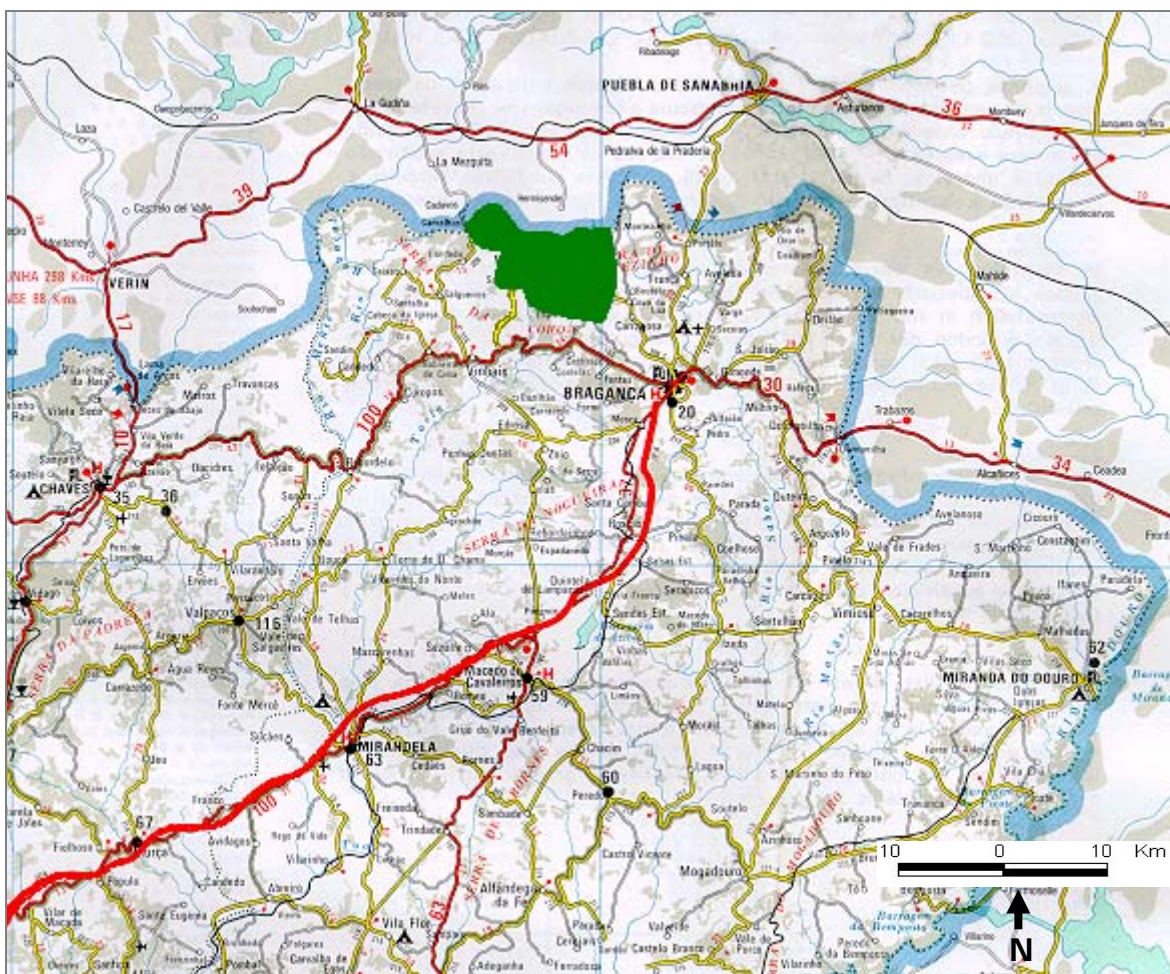


Tabela 45 – Acessibilidades internas e externas do Centro Rural.

POVOAÇÕES	DISTÂNCIAS (Km)								
	SEDE DE	EN 103	IP4	AUTOVIARIAS BAJAS		FRONTEIRA CARVALHAS		FRONTEIRA PORTELO	
	CONC ELHO			Por Mofreita	Por Vinhais	Por Mofreita	Por Vinhais	Por Mofreita	Por Vinhais
Cova de Lua	15	18	15	42	60	27	60	33	432
Espinhosela	14	10	14	46	68	31	60	38	48
Terroso	16	12	16	44	66	29	62	36	46
Vilarinho	18	21	18	39	63	24	57	36	46
Fontes	23	26	23	34	68	19	60	41	51
Maçãs	24	27	24	37	69	22	62	42	52
Parâmio	22	25	22	36	67	21	61	40	50
Zeive	25	28	25	32	69	17	59	42	52
Dine	18	15	30	27	72	12	57	45	55
Fresulfe	16	10	28	29	73	14	55	46	56
Mofreita	19	16	31	25	71	10	58	44	54
Moimenta	30	30	60	17	17	2	2	52	90
Santa Cruz	15	10	40	34	73	21	45	60	60

Fonte: Parque Natural de Montesinho

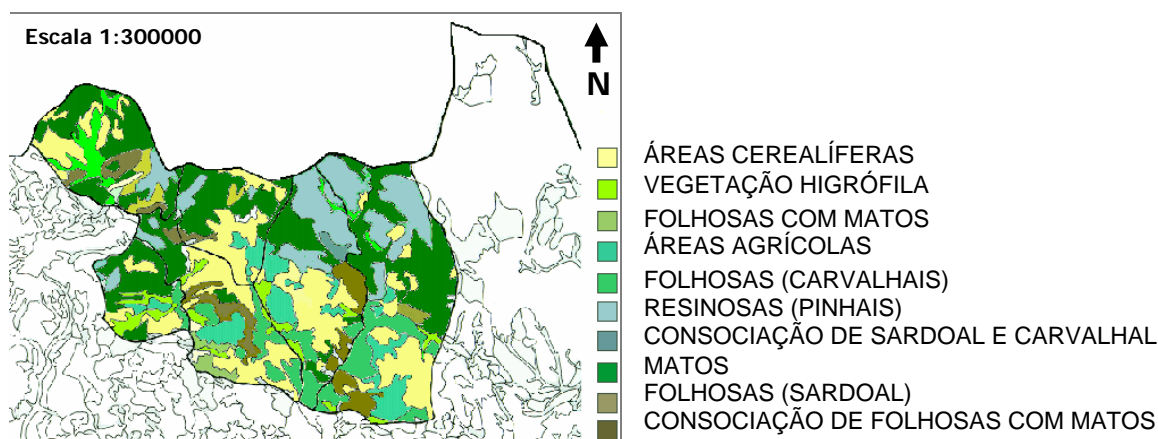
Como se verifica na tabela 45, a pavimentação do caminho municipal Moimenta/Mofreita revela-se de grande importância na racionalização das acessibilidades internas e externas deste Centro Rural, constituindo-se uma situação estruturante no contexto do **Centro Rural de Montesinho**.

A actividade turística, nas suas três vertentes, **ACOLHIMENTO, RESTAURAÇÃO E ANIMAÇÃO** constitui sem dúvida, um dos factores preponderantes de animação da actividade sócio-económica no **Centro Rural de Montesinho**, devido à quantidade de actividades geradas e potenciadas a montante e jusante, à grande carga de complementaridade que esta actividade contém e sobretudo à capacidade de atracção sobre as camadas mais jovens. Actualmente a oferta turística neste Centro Rural é ainda incipiente e claramente inferior à procura, sobretudo em algumas épocas do ano.

A região que integra o **Centro Rural de Montesinho (CRM)** caracteriza-se, em termos de património natural, pela enorme diversidade de habitats que alberga estreitamente relacionada com a variabilidade das condições geológicas, geomorfológicas, orográficas e climáticas.



Mapa 20 – Extracto da Carta de Vegetação do Parque Natural de Montesinho



No **Centro Rural de Montesinho**, as manchas de vegetação ocorrem com maior representatividade a Norte da estrada de ligação entre as povoações de Vilarinho e Parâmio e entre a Ribeira de Ferradosa e as povoações de Espinhosela e Terroso; caracterizam-se por apresentarem solos resultantes de rochas ultrabásicas, com elevados teores de magnésio, níquel e crómio, tóxicos para a maioria das plantas e albergando uma flora pouca variada exclusiva deste tipo de substrato (Mapa 20).

Estas comunidades vegetais, por apresentarem uma distribuição geográfica muito limitada, contêm elementos florísticos de grande raridade cuja conservação possui interesse a nível comunitário. Salientam-se as espécies *Jasione crispa* ssp. *serpentinica*, *Armeria eriophylla* e *Festuca brigantina*, endemismos da região, e ainda as espécies *Dianthus marizii*, *Festuca elegans*, *Santolina semidentata*, *Anthyllis sampaioana*, *Alyssum pintodasilvae*, entre outras.



Figura 8 – Carvalhal no vale do Rio Baceiro

Porém, as comunidades vegetais que, por excelência, caracterizam toda a área do Centro Rural entre os vales dos rios Baceiro e Tuela, são os carvalhais caducifólios dominados pela espécie arbórea autóctone *Quercus pyrenaica* (figura 8). Estes carvalhais contam-se entre os ecossistemas florestais de maior valor ecológico, cultural e paisagístico, estando-lhe associados agrupamentos florísticos de elevada riqueza, alguns deles unicamente existentes nesta região. Entre os valores florísticos exclusivos dos carvalhais ocorrentes nesta área, ou nas suas orlas, e cujo estatuto é considerado crítico ou em perigo de extinção a curto/médio prazo, contam-se as espécies *Centaurea triumfetti* ssp. *lingulata*, *Lathyrus pratensis*, *Arabis glabra*, *Avenula pubescens*, *Trifolium medium*, *Corydalis cava* ssp. *cava* e *Viola hirta*.

As principais linhas de água que atravessam a área do CRM, nomeadamente os rios Baceiro e Tuela e ribeira de Ferradosa, albergam galerias ripícolas cujas características permitem suportar importantes populações animais e vegetais, na sua maioria directamente dependentes da existência e manutenção destes espaços. O freixo (*Fraxinus angustifolia*), amieiro (*Alnus glutinosa*), choupo-negro (*Populus nigra*) e salgueiros (*Salix* sp.) contam-se entre as espécies arbóreas autóctones que dominam estas zonas.



Figura 9 – Lameiros em Cova de Lua

Associados aos cursos de água ocorrem extensas áreas de pastagens permanentes de valor incomparável. O tipo de gestão aplicado nestas zonas, com reduzida quantidade de adubos químicos e manutenção das técnicas de manejo tradicionais, tornam os lameiros locais de interesse prioritário cuja conservação deverá ser mantida a todo o custo. Salientam-se pela sua extensão, localização e importância ecológica, os lameiros situados ao longo da ribeira de Ornal (Cova de Lua) e rio Baceiro (moinhos de Terroso) (figura 9). Entre as espécies de maior relevância assinalam-se: *Carex elata* ssp. *elata*, *Luzula sylvatica* ssp. *henriquesii*, *Myosotis stolonifera* ssp. *hirsuta*, *Omphalodes nitida* e *Dianthus langeanus*. Para além destas,

apresentam ainda elevado valor entre as populações locais determinadas plantas usadas na medicina popular, nomeadamente *Ajuga pyramidalis* ssp. *meonantha*, *Dactylorhiza maculata*, *Thymus pulegioides* e *Viola bubanii*.

Todos os ecossistemas referidos são considerados habitats naturais de interesse comunitário em perigo de desaparecimento na sua área de repartição natural, e cujas características os tornam exemplos significativos do tipo de ecossistemas que representam; tal facto levou à sua inclusão na Directiva Habitats.

Por último, devem ainda referir-se os soutos, dominados pela espécie naturalizada *Castanea sativa* (castanheiro), como ecossistemas de enorme notoriedade em termos ecológicos e paisagísticos (figura 10). Porém, o valor destes espaços agro-silvo-pastoris revela-se mais significativo em termos sociais, dado serem produtores de castanha considerada como uma das principais fontes de rendimento das populações da região. Pela sua singularidade e extensão destacam-se os soutos localizados nas freguesias de Mofreita, Espinhosela e Parâmio.



Figura 10 – Castanheiro (*Castanea sativa*)

Em todas as formações vegetais referidas, excepto no caso dos soutos, os níveis de rentabilidade directa são baixos se analisados somente pelo prisma económico. No entanto, as potencialidades de aproveitamento destas áreas radicam sobretudo nas opções de uso múltiplo cujos dividendos económicos são difíceis, senão impossíveis, de quantificar. Salientam-se:

- 1) A criação de manchas vegetais cujo elevado grau de humidade edáfica, as tornam indispensáveis na profilaxia dos fogos florestais;
- 2) A ocorrência, especialmente nos carvalhais, de espécies susceptíveis de exploração por parte das populações locais; destaca-se o aproveitamento de cogumelos, frutos silvestres e flora melífera;
- 3) A possibilidade de utilização silvopastoril;
- 4) A importância vital na protecção dos solos contra a erosão e regularização dos leitos das linhas de água;
- 5) A possibilidade de fomentar a actividade turística e recreativa.

A riqueza florística e a diversidade da vegetação da área circunscrita neste Centro Rural, associada à variabilidade das condições geológicas e às diferentes influências climáticas determinam a presença de uma multiplicidade de unidades ambientais que se cruzam e dão origem a uma grande variedade de nichos ecológicos que, por sua vez, são o suporte de uma comunidade faunística que se caracteriza pela sua diversidade, riqueza e singularidade.

De facto, verifica-se nesta área a presença de ecossistemas bastante complexos e completos, nos quais a actividade humana se tem integrado de forma harmoniosa e pouco perturbadora, funcionando inclusivé em alguns casos como agente dinamizador, introduzindo maior diversidade ao nível da ocupação dos solos com a agricultura e a criação de pastagens e, desta forma, contribuindo para uma grande profusão de nichos ecológicos.



Figura 11 – Lobo ibérico (*Canis lupus signatus*)

Quando acima se refere “ecossistemas complexos e completos” pretende significar-se a existência de organismos consumidores pertencentes aos mais variados níveis tróficos onde não faltam sequer os grandes predadores, como o lobo-ibérico (*Canis lupus signatus*) e a águia-real (*Aquila chrysaetos*) (figura 11 e figura 12).



Figura 12 – Águia-real (*Aquila chrysaetos*).

A singularidade da comunidade faunística desta área prende-se não só com a sua complexidade mas também com a presença de “elementos notáveis” de entre os quais se salientam para os anfíbios a salamandra-de-costas-salientes (*Pleurodeles waltl*), o tritão-de-ventre-laranja (*Triturus boscai*), a rã-ibérica (*Rana iberica*), e o lagarto de água (*Lacerta schreiberi*), por se tratarem de endemismos ibéricos.

Relativamente à avifauna refere-se que esta área faz parte do território de dois casais da já citada águia-real (*Aquila chrysaetos*) (considerada em perigo de extinção no livro vermelho dos vertebrados de Portugal). Encontram-se aqui também outras espécies raras como o tartaranhão-azul (*Circus cyaneus*) e o bufo-real (*Bubo bubo*); e espécies vulneráveis como o tartaranhão-caçador (*Circus pygargus*), o picanço-de-dorso-vermelho (*Lanius collurio*) e o melro-d’água (*Cinclus cinclus*). A área deste Centro Rural está completamente incluída na Zona de Protecção Especial para as Aves de Montesinho (Z.P.E. Montesinho – criada ao abrigo da Directiva 79/409/CEE).





Figura 13 – Javali (*Sus scrofa*)

De entre os mamíferos destacam-se algumas espécies mais ameaçadas como o insectívoro toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*); os quirópteros morcego-de-ferradura-grande e pequeno (*Rhinolophus ferrumequinum* e *R. hipposideros*) e o morcego-rato-grande e pequeno (*Myotis myotis* e *M. blythii*); e ainda os carnívoros lobo-ibérico (*Canis lupus signatus*), gato-bravo (*Felis silvestris*), marta (*Martes martes*), arminho (*Mustela erminea*) e lontra (*Lutra lutra*). Dentro desta classe são ainda de referir algumas espécies presa que, embora não sejam raras nem estejam em perigo de extinção, são fundamentais para a sobrevivência dos níveis tróficos superiores e que aqui têm a possibilidade de evoluir com os seus predadores naturais. Referimo-nos ao coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus*), à lebre (*Lepus capensis*), ao javali (*Sus scrofa*) e ao corço (*Capreolus capreolus*) (figura 13). Damos algum destaque a este último (corço) cuja distribuição em Portugal se circunscreve principalmente a norte do Rio Douro.

Muitas destas espécies são raras, encontram-se ameaçadas de extinção, ou estão mesmo extintas em vários países europeus, o que realça a grande importância faunística desta área no contexto nacional e europeu. As povoações que constituem o **Centro Rural de Montesinho**, reúnem um conjunto de características geo-físicas, culturais, ambientais e patrimoniais que potenciam a conceptualização de um Plano Integrado de Desenvolvimento, constituído por um conjunto de projectos satélite, que propiciarão a criação de uma rede estruturante e do ambiente necessário ao sucesso deste programa. O objectivo principal deste plano, consiste na concepção e desenvolvimento de instrumentos de suporte e de referência, cuja articulação constituirá a estrutura do **Centro Rural de Montesinho**, no âmbito da melhoria e concretização de actividades económicas, sociais, culturais e ambientais, no quadro dos elementos e recursos em presença. Deverá ter como característica fundamental uma

intervenção sistemática no terreno, concretizada no apoio e dinamização das unidades produtivas existentes e o incentivo à criação de novas micro-estruturas empresariais, processo para o qual contribuirá o investimento na melhoria do suporte público, criando um ambiente potenciador da actividade económica.

Entendemos que, apenas através da criação de um cenário sólido e diversificado, contribuiremos de forma vital para a criação de uma rede estruturante de desenvolvimento, cujas características de complementaridade e articulação sinérgica poderão inverter o processo regressivo em presença, bem como constituir uma proposta inovadora e transferível no contexto regional.

A articulação com todos os programas operativos de planeamento e ordenamento e projectos de desenvolvimento das instituições intervenientes na zona, torna-se fundamental, como forma de optimização de recursos direccionados para a qualificação social e ambiental bem como a dinamização do sistema patrimonial e do tecido produtivo e a valorização dos factores de identificação cultural.

Alguns dos vestígios mais antigos da ocupação humana nesta área remontam à Pré-história Recente, embora o prosseguimento dos estudos arqueológicos possa revelar uma ocupação mais antiga. A Lorga de Dine é uma cavidade funerária que poderá revelar-se uma importante jazida para a compreensão da ocupação humana deste território durante o Calcolítico e a Idade do Bronze. Esta estação arqueológica foi objecto de várias campanhas de escavação estando o espólio exumado a ser objecto de estudo e classificação para que possa ser musealizado.



Figura 14 – Castro da Carcaveilha – Dine

Do I Milénio a.C. são conhecidos alguns povoados fortificados de que destacamos a Cigadonha de Moimenta, a Carcaveilha de Dine (figura 14), a Torre de Maçãs ou o Castro de Zeive, entre outros.

Durante a ocupação romana uma nova dinâmica de povoamento foi introduzida neste território fruto do processo romanizador que a ocupação germânica virá aviltar. A presença do elemento germânico reconhece-se, por exemplo, no topónimo Fresulfe que deriva de um nome pessoal com aquela origem.

Durante a Baixa Idade Média e a Idade Moderna esta área esteve repartida pelos municípios de Paçó e Bragança. A actual freguesia de Santa Cruz fez parte integrante do Concelho de Paçó até à sua extinção em 1836, enquanto as restantes freguesias estiveram sob a alçada administrativa de Bragança.

A estação arqueológica dos Casarelhos, em Cova de Lua, documenta um antigo povoado cuja ocupação se inicia no período romano e chega até à Idade Média, extinguindo-se em seguida. Ainda do período medieval destacam-se alguns elementos arquitectónicos tardo-românicos da Igreja matriz de Espinhosela e a ponte velha de Moimenta sobre o rio Tuela.



Figura 15 – Igreja Matriz da Moimenta



Figura 16 – Recolhimento de raparigas das Irmãs Oblatas do Menino Jesus – Mofreita



Na aldeia de Moimenta assumem ainda relevo o Solar dos Ataídes e a Igreja Matriz (figura 15), classificada como Imóvel de Interesse Público (D. L. nº 516/71 da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes do ministério da Educação Nacional) que se destaca pelos seus valores arquitectónicos e artísticos, sobretudo, setecentistas. Deste período é também o Recolhimento de raparigas das Irmãs Oblatas do Menino Jesus, na aldeia de Mofreita, que se encontra actualmente em ruínas (figura 16).

Em Cova de Lua e Dine restam ainda vestígios de uma actividade industrial extinta -o fabrico da cal- corporizados nas ruínas dos fornos de cal que são importantes peças do património industrial desta área

Na actualidade, as aldeias do Centro Rural, repartidas pelos Concelhos de Bragança e Vinhais, preservam ainda algumas estruturas sociais e económicas comunitárias que se mantiveram devido ao isolamento geográfico que até à algumas décadas se fez sentir, bem como hábitos de solidariedade de que as festas e romarias são um testemunho vivo.

As festas, elo de ligação entre as aldeias e pretexto para o reencontro entre familiares e amigos, são importantes meios de socialização (figura 17).



Figura 17 – Festa na aldeia da Moimenta

Há aldeias onde ainda se praticam trabalhos colectivos de interesse para a comunidade e onde subsiste a tradição das trocas recíprocas de trabalho gratuito (“tornajeiras”), nomeadamente nas tarefas das colheitas. Existem também propriedades comunitárias, os baldios, que são terras que podem ser usadas por todos os vizinhos da aldeia como pastagens, para a recolha de lenha ou para a recolha de material vegetal para fazer estrume. Outro aspecto do comunitarismo existente nestes aglomerados rurais é a existência de estruturas

sócio-económicas comunitárias de que os moinhos, as forjas, os fornos e os lagares cuja manutenção e gestão estão a cargo da comunidade.

A arquitectura tradicional do **Centro Rural de Montesinho** é o resultado do aproveitamento dos materiais da região para a construção dos edifícios. Deste aproveitamento resultam exemplos representativos do invulgar domínio e conhecimento das potencialidades das matérias-primas e suas técnicas de trabalho. Este perfeito conhecimento do meio natural que integram e dos materiais que ele proporciona está presente nos conjuntos edificados e em edifícios dispersos com funções específicas de apoio à actividade agrícola que pontuam a paisagem do centro rural.

De forma genérica os edifícios da região são construídos com os materiais disponíveis na vizinhança da povoação, podendo observar-se a diferente utilização da pedra de xisto em todas as aldeias, com excepção da aldeia de Moimenta onde é empregue a pedra de granito, ou ainda, a utilização de coberturas em lousa ou telha cerâmica de meia cana e por elementos estruturais e de acabamento em madeira (figura 18).



Figura 18 – Casa típica no Centro Rural de Montesinho

Estas características são comuns a todo o património edificado particular e comunitário. No património comunitário destacam-se vários grupos de edifícios que pela sua função são caracterizadores da actividade económica de cada aldeia, nomeadamente pombais, moinhos, forjas e lagares de vinho.

Os pombais são construções peculiares pela sua planta maioritariamente em forma de ferradura que se evidenciam na paisagem local. Surgem isolados ou em grupo ocupando encostas soalheiras na periferia das aldeias como bem exemplifica o grupo de pombais de Cova de Lua (figura 19).



Figura 19 – Pombais em Cova de Lua

O trabalho do ferro, sobretudo para forjar e apontar as alfaias agrícolas e elaborar as ferragens para a construção civil, podia ser executado nas forjas comunitárias presentes nos aglomerados como, por exemplo, em Moimenta.

Os lagares e os moinhos são outros equipamentos importantes no equilíbrio das estruturas económicas rurais. Os moinhos de rodízio são quase todos de uso comunitário e aproveitando a força motriz dos cursos de água disponíveis continuam ainda hoje a ser imprescindíveis na moagem do grão de trigo, centeio e milho (figura 20).



Figura 20 – Moinho de Santa Cruz

Esta riqueza arquitectónica vernacular tem, ainda, outra expressão noutras construções, nomeadamente fontes de mergulho, igrejas e capelas que constituem um grupo de infra-estruturas básicas para a vida comunitária destes aglomerados.

No **Centro Rural de Montesinho** torna-se premente a valorização destas construções vernaculares principalmente pelo seu valor patrimonial e interesse sócio-económico que algumas apresentam.

O **Centro Rural de Montesinho**, integrado na Terra Fria Transmontana, possui uma cultura gastronómica rica, farta e diferenciada. Dos produtos mais afamados da região destacam-se o presunto e os enchidos, nomeadamente o salpicão e a chouriça de carne que possuem Indicação Geográfica Protegida, a par da alheira, dos azedos e do butelo. A excelência das pastagens naturais (lameiros) e dos matos propiciam a criação de gado bovino, caprino e ovino que são a base dos pratos de carne.

Da alcatra ou chã de fora da vitela de Raça Mirandesa é confeccionada a tradicional e succulenta Posta Mirandesa (figura 21).





Figura 21 – Posta Mirandesa

O ensopado de borrego e o cabrito assado são outros pratos habituais na cozinha da região, assim como, os confeccionados à base de carnes de caça, sendo de destacar o arroz de lebre e os estufados de javali e perdiz.

Representam ainda papel importante na gastronomia deste Centro Rural os pratos de espécies piscícolas autóctones – truta-fario, boga, escalo e barbo – destacando-se as trutas com presunto ou em molho de escabeche. Todos estes pratos podem ser acompanhados de variadíssimos legumes de origem local, como a batata, os grelos, os espigos, feijões em grão ou com casca, agriões. Por ocasião das festas pascais o Folar, pão enriquecido com ovos e manteiga recheado com enchidos e presunto, é uma especialidade presente em todas as casas.

Da análise dos dados e elementos expostos, verifica-se nesta área a prevalência de estrangulamentos que condicionam a implementação de um processo de desenvolvimento:

<b>Fraquezas e Ameaças</b>
Localização numa região definida de montanha, periférica no contexto regional e internacional, como atesta o limite norte do território do <b>Centro Rural de Montesinho</b> onde convergem as fronteiras portuguesa e regional da Galiza e Castela e Leão.
Deficiência ao nível, sobretudo, das acessibilidades internas no <b>Centro Rural de Montesinho</b> .
Deficiente sinalização indicativa e informativa no <b>Centro Rural de Montesinho</b> .
Elevado nível de analfabetismo e deficiente qualificação académica e profissional da população activa.
Regressão demográfica acentuada acrescida de uma elevada percentagem de

população envelhecida
Deficiências acentuadas ao nível de saneamento básico e recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos.
Níveis de atendimento médico sanitários insuficientes.
Degradação acentuada de elementos do património cultural, histórico-arquitectónico.
Acentuado fenómeno de aculturação e abandono ou adulteração de actividades culturais tradicionais.
Perda acentuada das características arquitectónicas e urbanas dos aglomerados com a resultante perda ou inexistência de qualidade do espaço construído.
Perda de qualidade ambiental e paisagística resultante dos incêndios e práticas florestais baseadas em monoculturas de espécies inadaptadas.
Desequilíbrio percentual na distribuição de população activa por sectores de actividade, o que condiciona a oferta e procura de trabalho, inibindo a realização de mais valias sobre a transformação e comercialização dos recursos locais.
Incipiente oferta turística aos níveis de acolhimento, restauração e animação sendo que a procura excede a oferta.
Pouco dinamismo e capacidade de intervenção das Associações Locais quer sejam de índole produtiva, lúdica, cultural ou ambiental.
Dificuldades na concretização de circuitos de distribuição das populações locais.

Verifica-se que existem no **Centro Rural de Montesinho** condições naturais para o desenvolvimento de uma base produtiva viável desde que haja uma mobilização integrada das potencialidades existentes, em função da valorização das actividades tradicionais e de critérios de inovação, complementaridade e estímulo de dinâmicas sócio-culturais.

Considerando que as maiores potencialidades do **Centro Rural de Montesinho** se situam nas áreas da agricultura, pecuária e turismo, inventariou-se de forma tão exaustiva quanto possível os elementos, situações e características que definam o potencial de recursos desta área e que constituirão a estrutura da ESTRATÉGIA que potenciará o processo de desenvolvimento:

<b>Forças e Oportunidades</b>
Localização na zona de contacto entre Trás-os-Montes e Galiza e Castela e Leão o que acresce a fácil acessibilidade a um eixo fundamental da rede viária espanhola e europeia (autovia das Rias Bajas).
Rede de acessibilidades internas e externas em razoável ou bom estado de conservação e considerada completa, à excepção do troço Moimenta/Mofreita. Considera-se ainda bastante importante a proximidade ao IP 4.
Localização em percursos recomendados a visitantes.
Enquadramento numa área protegida com elevado valor ambiental e paisagístico, destacando-se a nível nacional pela relevância do seu património natural, bem como pela existência de significativo património edificado. A sua localização no Parque Natural de Montesinho, torna esta zona beneficiária do disposto na Resolução do Conselho de Ministros de 5 de Junho de 1996, bem como das mais valias promocionais, qualitativas e de investimento resultantes do estatuto de área protegida.
Existência de significativas singularidades culturais, etnográficas, paisagísticas e naturais.
Elevado nível de cobertura de infraestruturas básicas, à excepção de recolha e tratamento de efluentes domésticos e resíduos sólidos urbanos, cuja situação se prevê corrigida a curto/médio prazo.
Apetência para o desenvolvimento de novas actividades, nomeadamente relacionadas como turismo ambiental e turismo no espaço rural.
Existência de singularidades ambientais, paisagísticas e culturais que podem propiciar o estabelecimento de uma oferta específica especializada.
Integração do <b>Centro Rural de Montesinho</b> na área geográfica de várias produções agrícolas ou pecuárias classificadas com Denominação de Origem ou Produto com Indicação Geográfica.
Existência na região de capacidade instalada para formação académica e profissional das camadas jovens.

Verifica-se que, ao contrário dos estrangulamentos anteriormente enumerados, grande parte das potencialidades deste Centro Rural são estruturantes. Num processo de desenvolvimento como o que se pretende implementar no **Centro Rural de Montesinho** a existência destas potencialidades indicia-nos rumos estratégicos para o Plano Global de Intervenção e a convicção que este programa constituirá a interrupção de um percurso estático que se vem arrastando há várias décadas e que se impõe ultrapassar.

Feita a análise de fraquezas e ameaças e forças e oportunidades verifica-se que os bloqueios são reversíveis e conjunturais, resultando do imobilismo de anos de isolamento físico, social e económico. No entanto no capítulo das forças e oportunidades verifica-se serem estas estruturantes e caracterizadas por parâmetros de especificidade e de diversidade. Na abordagem a qualquer estratégia para o **Centro Rural de Montesinho** parece-nos haver uma situação sobre a qual assenta a estrutura do Plano de Intervenção:

- ▣ A existência de um significativo património natural, paisagístico e cultural que se traduz na harmoniosa compatibilidade entre a ambiência rural e meio natural.
- ▣ Em áreas como esta, os valores existentes são condicionados e resultantes da actividade humana desenvolvida no espaço envolvente. Numa altura em que surgem profundas alterações no mundo rural colocam-se-nos algumas questões:
- ▣ Como manter um nível de rendimento para as populações que permita a manutenção de actividades económicas compatíveis com os aspectos da qualidade ambiental?
- ▣ Como criar condições para a fixação de populações jovens no meio rural, assegurando a manutenção do quadro cultural de referência e do equilíbrio entre o desenvolvimento rural e a qualidade ambiental?

Torna-se necessário que, de um modo concertado se tomem medidas que viabilizem um processo de desenvolvimento sustentado, com base na estabilização da população residente e na valorização do potencial humano, natural e cultural de que o **Centro Rural de Montesinho** dispõe. Para tanto, urge implementar um conjunto de medidas, das quais se destacam as seguintes:

- ▣ Satisfação das necessidades básicas e qualificação urbana dos aglomerados, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida das populações residentes;
- ▣ Promoção do ordenamento e qualificação do espaço rural e divulgação, não só dos recursos regionais, como dos valores culturais existentes no **Centro Rural de Montesinho**;



- ▣ Valorização e modernização das técnicas e tecnologias produtivas tradicionais e aplicação de soluções inovadoras que contemplem a integração intersectorial e induzam e incentivem a complementaridade entre actividades potenciadoras e geradoras de emprego;
- ▣ Valorização do tecido sócio-económico, através da promoção e estímulo de especificidades, potenciadoras de diversificação sectorial necessária à fixação de jovens.

Pretende-se assim, conseguir rendimentos alternativos e consequentemente oportunidades de trabalho que permitam manter e fixar populações residentes, preconizando e aplicando um modelo de desenvolvimento sustentado que vise a melhoria da qualidade de vida das populações e a valorização do património cultural, natural e paisagístico existente. Qualquer medida ou plano de intervenção deverá sempre acautelar a manutenção da identidade própria da região e ser conduzida com o envolvimento e participação activa das comunidades locais, individualmente ou através das suas Associações ou Autarquias.

Este Plano de Intervenção tem como objectivos específicos a qualificação sócio-económica e ambiental das populações que habitam o **Centro Rural de Montesinho** através do estímulo da dinâmica sócio-cultural e económica assente na qualidade dos espaços urbanos e qualificação patrimonial. Criam-se assim condições de inversão do fenómeno de desertificação e envelhecimento demográfico e da valorização do ambiente rural pelo estímulo à inovação e complementaridade que conduzirão ao aparecimento de oportunidades de trabalho e criação de condições de fixação da população jovem.

O turismo rural é um dos objectivos prioritários deste Centro Rural por dois motivos:

- ▣ Em primeiro lugar porque aqui se encontram razões naturais, históricas e humanas que potenciam o afluxo de visitantes, naturais e estrangeiros, devido à sua inclusão no Parque Natural de Montesinho;
- ▣ Em segundo lugar porque este tipo de turismo obrigará à criação de pequenas infraestruturas turísticas, e consequentemente induzirá ao estabelecimento de relações de compromisso entre os potenciais agentes de desenvolvimento levando-os a actuar de um modo concertado no processo dinâmico de desenvolvimento.

A venda directa dos produtos agrícolas, a oferta de uma culinária típica, de um artesanato autêntico, a construção ou reabilitação de casas com o fim de constituir uma “rede” de casas de turismo em espaço rural e incentivando a criação de actividades complementares

(percursos turísticos, canoagem e equitação, etc) poderão ser outras fontes de receita para os habitantes da região que também beneficiam culturalmente com o convívio de quem os visita.

O objectivo primordial da estratégia de desenvolvimento da agricultura, visa em primeiro lugar, reforçar a capacidade competitiva do sector. Neste âmbito, a produção de produtos certificados de qualidade poderá constituir uma via de desenvolvimento para a zona. A queda dos rendimentos agrícolas, os excedentes a nível europeu, as ameaças de desertificação das zonas sensíveis, as preocupações das populações pelo ambiente, a procura por parte dos consumidores de produtos não uniformizados mas apresentando todas as garantias em termos de qualidade e higiene são factores que exigem a elaboração e aplicação de políticas de qualidade a todos os níveis.

Tem-se revelado recentemente grande entusiasmo pela transformação local do produto e por circuitos de comercialização mais curtos, isto é, a venda local. Este fenómeno baseia-se na vontade de um número crescente de agricultores de assegurarem os seus rendimentos, aumentando o valor acrescentado da sua actividade. Uma das orientações possíveis consiste em efectuar no local a transformação dos produtos. Poder-se-ia observar, assim, o aumento da produção de mel, compotas, carnes, fumeiros, frutos secos, madeiras, etc. Assim, há que apostar neste campo criando e apoiando circuitos de distribuição e comercialização garantindo sempre a qualidade e autenticidade. Os produtos locais são a relação directa com a cultura rural que deve ser valorizada em relação estreita com o mercado do lazer e do turismo rural.

A implementação deste Centro Rural, e de acordo com os objectivos delineados para este território (a qualificação sócio-económica e ambiental das populações que habitam aí), é a de criar condições que potenciem o desenvolvimento de actividades económicas, sociais, culturais e ambientais, que contribuam para inverter a situação de fragilidade desta região (a desertificação e o envelhecimento demográfico), e a valorização do ambiente rural pelo estímulo à inovação e complementaridade que levará ao surgimento de oportunidades de trabalho e à criação de condições de fixação de população jovem. Verifica-se no terreno que há uma certa satisfação por parte das populações locais ao presenciarem um melhoramento progressivo das suas aldeias (os projectos já implementados permitiram o embelezamento do local), conduzindo deste modo ao que tanto se apela, à melhoria das suas condições de vida e satisfação das necessidades. Denota-se uma “nova” motivação das populações locais, bem como dos seus representantes (Presidentes da Junta), no envolvimento e participação em todo o processo de implementação dos projectos.

### 7.3. Parques Com Vida

As Áreas Protegidas e em particular os Parques da Região Norte detêm uma visibilidade turística assinalável, decorrente dos seus valores naturais, paisagísticos, históricos e culturais, bem como das condições de oferta que já apresentam. Contudo e por razões várias, nem sempre esta visibilidade tem sido capitalizada pelos territórios em geral e pelos actores locais em particular.

O projecto Parques Com Vida, inserido no Programa de Iniciativa Comunitária EQUAL, visa a promoção dos territórios dos quatro Parques da Rede Nacional de Áreas Protegidas na região Norte (Parque Nacional da Peneda Gerês, Parque Natural do Alvão, Parque Natural de Montesinho e Parque Natural do Douro Internacional), através da constituição de uma Marca Colectiva que congregue os diversos actores locais em volta de uma estratégia comum de valorização do agro-alimentar (restauração), artesanato, alojamento e animação turística. De acordo com a metodologia definida, o Parques Com Vida representa a oportunidade de “sentar à mesa”, empresários, Câmaras Municipais, administração dos Parques, Regiões de Turismo, artesãos e produtores de agro-alimentares, debatendo estratégias, identificando descorindo sinergias e complementaridades na optimização turística dos recursos endógenos dos territórios.

A constituição desta Marca Colectiva para os serviços locais – alojamento, restauração, animação turística e venda ao público, poderá assumir-se como instrumento de agregação, organização e promoção destes territórios. Com vista à prossecução destes objectivos, o Parques Com Vida desenvolverá as seguintes actividades:

#### **Actividade 1** – Criação de Marca Colectiva

A criação de uma Marca Colectiva de Associação que integra os serviços da restauração, alojamento, animação turística e pontos de venda ao público (agro-alimentares e artesanato) para a totalidade dos 13 concelhos dos 4 Parques na Região Norte da Rede Nacional das Áreas Protegidas. Com a Marca “Parques Com Vida” pretende-se que os empresários e outros actores locais através da discriminação positiva de serviços de qualidade capitalizem as mais valias associadas à visibilidade turística do Parque onde se inserem. Por outro lado a Marca constitui-se como uma rede que explora e concretiza as complementaridades entre os diversos serviços prestados por forma à sua optimização enquanto recurso turístico.

## **Actividade 2 – Sessões de Trabalho com os aderentes à Marca**

As sessões de trabalho constituem-se como fórum de discussão reunindo os promotores do projecto, os potenciais aderentes e outras entidades implicadas no desenvolvimento dos territórios. São objectivos destes fóruns, a definição do compromisso Parques Com Vida e do modelo de gestão da Marca, a formação dos potenciais aderentes com vista à melhoria da qualidade dos serviços prestados, à apropriação das novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC), cumprimento do quadro normativo da Marca, culminando com a concretização dos primeiros aderentes à Marca.

## **Actividade 3 – Definição de estratégia promocional para a Marca**

A criação de uma Marca que congrega os serviços (restauração, alojamento, animação turística e pontos de venda ao público), fundamenta-se na necessidade de obter maior visibilidade e atractividade junto dos potenciais clientes. Com vista à prossecução deste objectivo torna-se essencial definir um plano de marketing, onde sejam identificadas as estratégias a adoptar. Este plano deverá orientar-se em dois eixos: um eix interno, direccionado para os potenciais aderentes e o segundo dirigido aos clientes. A sustentabilidade da Marca depende em muito da eficácia da sua promoção, pelo que esta terá de representar mais do que meras acções pontuais e avulsas, devendo consistir num plano rigoroso rumo à credibilidade e consolidação no âmbito interno e externo da Marca.

## **Actividade 4 – Organização de Rotas Temáticas**

Constata-se já a existência nestes territórios de grande número de rotas (percursos e trilhos pedestres, todo o terreno, equestres, entre outros) que devido a deficiências promocionais e de cooperação entre instituições locais, não se apresentam como reais “produtos” turísticos qualificados. Esta falta de organização e visibilidade das rotas existentes por um lado, e a ausência de interligações sectoriais por outro, terão de levar a procurar, organizar e promover as rotas existentes, bem como desafiar os diferentes ramos de actividade (actores locais) para a criação conjunta de uma rota que concretize em rede os aderentes à Marca. Pretende-se assim, criar sinergias, potenciar a cumplicidade local, a identificação dos aderentes com a Marca e o conceito que lhe está subjacente, facultando ao visitante o contacto e usufruto da maior diversidade de serviços possível nestes territórios.

## **Actividade 5 – Concepção de software de apoio ao público-alvo**

A concepção de dois software de apoio ao público-alvo, cria uma plataforma de promoção para a Marca (site) e um instrumento que disponibilize interactivamente ao turista

e/ou visitante informação, orientação e acesso aos prestadores de serviços dos territórios (Personal Digital Assistant – PDA). A introdução das NTIC assume-se como um meio de valorização e incentivo ao consumo das produções locais e contribui para uma melhor organização da oferta turística dos territórios.

#### **Actividade 6 – Criação de Observatório da Marca**

A integração na entidade gestora de um Observatório procura aferir no tempo o impacto das actividades turísticas nos territórios, as necessidades formativas dos actores locais, os perfis profissionais emergentes, bem como caracterizar a procura turística perspectivando a sua evolução. Desta forma assume-se como um precioso auxiliar para a gestão da Marca, contribuindo para uma melhoria gradual e contínua da qualidade dos serviços prestados e da credibilidade e visibilidade da Marca, o que deverá conduzir a um acréscimo de visitantes e/ou turistas bem como do número de aderentes à Marca.

#### **Actividade 7 – Formação aos Aderentes**

A formação visará a capacitação de empresários e trabalhadores no compromisso Parques Com Vida, a introdução das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, entre outros a identificar pelos aderentes.

Ao nível transnacional o projecto celebrou o acordo “Equal Mountain Oportunities” com parceiros italianos, com o projecto “Valorizzazione delle risorse endogene della aree montane della Campania”, e polacos, com o projecto “Sudety – Szansa dla mlodych”. Realça-se aqui, a constituição de parcerias para a promoção das áreas de montanha dos três países bem como a troca de experiências entre os actores locais que contribuem para o desenvolvimento.

### **7.4. Terres de Rivieres**

Perante a presente situação e uma utilização desequilibrada da água, com consequências incontornáveis nos ecossistemas como, as inundações, a degradação das paisagens, as nossas sociedades são ameaçadas particularmente ao nível do aprovisionamento da água. A água é um factor essencial e determinante para o desenvolvimento sócio-económico, vantagem competitiva e da qualidade de vida, devendo ser encarada como um recurso natural estruturante e estratégico. Os terrenos fluviais são férteis, pelo que são frequentemente utilizados para a agricultura.

Terres de Rivieres, tem como objectivo, a gestão em comum das competências e problemáticas das comunidades, com partilha de saber-fazer e conhecimentos. Esta missão em comum, caracteriza-se através da organização de colóquios, congressos e reuniões de trabalho. A água é um património comum inalienável e a sua utilização é um direito humano primordial, que é urgente proteger.

A gestão durável da água dos rios, exige uma cooperação entre a humanidade aos níveis administrativa, cultural e geográfico. A Union des Terres de Rivieres (U. TdR), é uma rede europeia de parceiros que têm procedido à partilha de experiências e conhecimento nos impactos da sociedade, e uso da terra e água. Os parceiros buscam desenvolver e levar a cabo as medidas meio ambientais e económicas sustentáveis, para o benefício de todos os cidadãos da União Europeia.

O ambiente é cada vez mais sentido como um factor determinante da qualidade de vida e da vantagem competitiva das regiões, pelo que é fundamental a recuperação da qualidade da água, a valorização, a protecção e gestão equilibrada dos recursos hídricos, bem como a sua harmonização com o desenvolvimento regional e sectorial através da racionalização dos seus usos. Para o aproveitamento sustentável dos recursos hídricos a política do ambiente tem por fim atingir e garantir a continuidade da utilização dos recursos naturais, quantitativa e qualitativamente, como pressuposto básico de um desenvolvimento sustentável.

No que concerne ao desenvolvimento deste projecto na região, essencialmente a sua temática consiste na valorização das paisagens fluviais, reflectindo sobre as condições actuais dos rios e das suas margens, na perspectiva do seu aproveitamento económico. Este é o objectivo da componente 3, abordando os temas: a água e a sociedade (utilização, riscos e perigos); revalorização das vias fluviais e criação de empregos; valorização turística dos rios e paisagens fluviais: protecção, reabilitação, actividades náuticas e festas; troca de experiências, desenvolvimento de estratégias de promoção de um turismo fluvial e rural durável; estratégias comparativas de desenvolvimento.

Consta neste projecto, e na componente 3, um conjunto de parcerias extremamente importante para a exequibilidade do mesmo onde se referem:

- Douro Histórico;
- Saint-Mammés;
- Syndicat des Berges sur l'Adour;
- Université de Toulouse;
- RákócziFalva;

- UTdR;
- ADICES;
- ADAE.

Para a concretização dos objectivos, como se pode constatar, é fundamental ter em conta que este é um projecto a nível transnacional, pelo que os parceiros deverão trabalhar em conjunto e de forma continuada, de forma a otimizar a cooperação e o verdadeiro trabalho em parceria. Até à data, a implementação no terreno resume-se na preparação de um workshop cuja temática consiste na “Valorização Turística dos rios, paisagens fluviais: protecção, revalorização, actividades náuticas e festas”, debatendo entre outros assuntos as alternativas económicas para os rios de Montanha.

---

## **PARTE V**

### **ANÁLISE E CONCLUSÕES**

---





*“Sem musa que me inspire,  
Canto como um pedreiro  
Que, de forma singela,  
Embala a sua pedra pela serra fora...  
Upa! Que lá vai ela!  
Upa! Que vai agora!*

*A pedra penitente que eu arrasto  
Tem o tamanho de uma vida humana.  
E só nesta toada a movimento,  
Embora o salmo já me saia rouco.  
Upa! Meu sofrimento!  
Upa! Que falta pouco...”*

MIGUEL TORGA (1999)



Acreditamos, já o dissemos, que podemos acompanhar o progresso sem perder a nossa identidade cultural e que é possível coexistirem ruralidade e desenvolvimento. Salientamos que o Parque Natural de Montesinho apresenta uma situação privilegiada, uma vez que partilha um espaço entre Portugal e Espanha, devido à sua proximidade com outras Áreas Protegidas de profundo valor turístico, designadamente o Parque Natural del Lago de Sanabria y alrededores e a Reserva Regional de Caza de la Serra da Culebra que constituem uma das regiões mais conservadas da Península Ibérica quer do ponto de vista natural, quer arquitectónico e cultural. “É urgente desenvolver um conhecimento aprofundado, rigoroso e isento da realidade fronteiriça e das especificidades destes territórios, de modo, a ultrapassar a síndrome “*de costas voltadas*”, vigente em muitas consciências, e o *fosso territorial* que continua a separar a grande maioria da fronteira luso-espanhola” (Caramelo: 2007, p.31). São vários os aspectos que em termos de conservação há muito aproximam estas áreas protegidas, a fauna, com especial destaque para o lobo, e os incêndios, em que as relações se têm aprofundado, e continuam a dar mostras em termos de resultados efectivos. Existe no meio de todo este cenário um conjunto de características que se podem tornar numa mais valia, como seja a qualidade das paisagens, um património artístico e cultural de elevado valor, um conjunto de produtos de qualidade, que aliados a uma crescente procura turística em áreas do interior, contribuirá para o desenvolvimento desta área. Tornou-se assim interessante estudar os pontos comuns e as diferenças específicas entre estas abordagens ao desenvolvimento local no sentido de conhecer o seu potencial de transferibilidade. No que diz respeito às características do caso de estudo:

	Parque Natural de Montesinho
Contexto	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Interior rural</li> <li>– Fraca intervenção do poder local</li> <li>– Fraca intervenção da comunidade</li> <li>– Uma base de pequenas explorações agrícolas e artesãos</li> </ul>
Problemas	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Dependência duma agricultura e exploração florestal em declínio</li> <li>– Baixos rendimentos e elevado desemprego</li> <li>– População dispersa e em declínio</li> <li>– Redução no sector dos serviços</li> <li>– Fracas infraestruturas físicas</li> <li>– Falta de cultura empresarial</li> <li>– Baixas competências na população</li> </ul>

Estratégia	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Plano integrado</li> <li>– Diversificação económica</li> <li>– Estimular o empreendedorismo</li> <li>– Melhorar competências</li> <li>– Melhorar a qualidade de vida</li> <li>– Melhorar os serviços locais</li> <li>– Capacidade de construção</li> <li>– Protecção ambiental</li> </ul>
Estruturas e funções	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Parcerias entre agentes locais</li> <li>– Poder local como promotor da iniciativa</li> <li>– Centros locais de recursos</li> <li>– Equipa de técnicos locais para criar capacidade de construção</li> </ul>
Acções chave	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Turismo rural e cultural</li> <li>– Apoio às empresas locais</li> <li>– Formação para a população local e os técnicos de desenvolvimento</li> <li>– Tele-centros</li> <li>– Serviços e infraestruturas para as crianças e a comunidade</li> <li>– Proteger a herança cultural</li> <li>– Modernização da agricultura</li> </ul>

Pensamos que será a existência duma estratégia clara para o desenvolvimento territorial que poderá ser entendida pela população local e provocar a sua adesão, o que, em nosso entender, isso não se manifesta positivamente na estratégia desenvolvida pelo Parque, havendo somente iniciativas “epidérmicas” em oposto à necessidade da transversibilidade dos projectos desenvolvidos. Daí a necessidade de realizar actividades que possam ouvir a população local, aferir dos seus problemas e das soluções propostas, para que possam surgir soluções à medida que contam com o apoio dos locais, mas também que sejam coerentes com as políticas *top-down* nacionais.

Atendendo a que as áreas protegidas tem um papel importante não só na conservação da natureza mas também na promoção e apoio ao desenvolvimento, e atendendo aos vários tipos de relações que se têm estabelecido aos vários níveis entre ambos os lados da fronteira, surge a cooperação como o meio eficaz para o aprofundar das relações e tirar partido de todas as oportunidades que esta área oferece. Ligada a esta questão da cooperação entre ambas as

partes da fronteira, neste espaço, surge uma outra que se prende com a efectivação dessa cooperação através de mecanismos mais eficazes e abrangentes, como seja a da figura de área protegida transfronteiriça (Parque Natural Transfronteiriço). A suposta tomada de novas atitudes e de propostas inovadoras, em termos conceptuais e aplicados implicará um conjunto de estratégias: uma revisão radical das políticas e acções públicas; uma colaboração entre territórios e autoridades à escala subnacional modificando o marco clássico das relações internacionais exigindo uma escala de proximidade<sup>21</sup>; uma aplicação de políticas específicas às questões quotidianas, isto é, tentar solucionar os problemas dum modo vertical e, ao mesmo tempo, deve-se dar continuidade e estabilidade aos contactos transfronteiriços entre entidades locais ou regionais e entre instituições públicas e privadas.

Outro ponto fulcral é a questão dos financiamentos. É óbvio que a capacidade de uma organização assegurar o orçamento para desenvolver as suas actividades é o alicerce de qualquer estratégia. À escala nacional e regional, sabemos que as políticas territoriais europeias descansam sobre um pilar que podemos classificar de histórico, o FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional). Desde 1975, vem promovendo a “coesão económica e social mediante a correcção dos principais desequilíbrios regionais e na participação no desenvolvimento e na conversão das regiões, garantindo ao mesmo tempo uma sinergia com as intervenções de outros Fundos Estruturais. As políticas do FEDER encontraram um apoio e complemento na iniciativa INTERREG, cujo objectivo geral se mantém: “que as fronteiras nacionais não sejam um obstáculo para o desenvolvimento equilibrado e a integração do território europeu”<sup>22</sup>. Os casos referidos demonstram como é importante diversificar a origem dos financiamentos, desde fundos públicos (comunitários, nacionais e regionais) até ao sector privado e ao auto-financiamento, para evitar descontinuidades temporais que possam colocar em causa a prossecução dos objectivos. Por vezes as melhores parcerias não são necessariamente as mais inclusivas, por vezes tendem a resultar melhor as estabelecidas em tornos de um núcleo formado por parceiros com importância estratégica e/ou de recursos. É que as parcerias possuem um “ciclo de vida” que precisa de ser entendido e gerido para que

---

<sup>21</sup> O Tratado de Valência (Outubro de 2002) firmado entre Espanha e Portugal sobre a cooperação transfronteiriça entre entidades e instâncias territoriais, que entrou em vigor em Janeiro de 2004, chega um pouco atrasado, quando a cooperação leva praticamente três lustros de trabalho nas áreas fronteiriças. A cobertura legal dá apoio às entidades e às autoridades locais para a constituição de comunidades de trabalho à escala subregional.

<sup>22</sup> Convém assinalar que a iniciativa se desenvolveu através de três capítulos:

- “o fomento do desenvolvimento regional integrado entre as regiões fronteiriças vizinhas, incluídas as fronteiras exteriores e determinadas fronteiras marítimas (Capítulo A).
- “a contribuição para a integração territorial harmoniosa de toda a comunidade (Capítulo B).
- a melhoria das políticas e técnicas de desenvolvimento regional e coesão mediante a cooperação transnacional e interregional (Capítulo C).

sejam sustentáveis, isto é, sobrevivam ao impacto inicial e possam se adaptar a mudanças de circunstâncias. Por isto, se é desejável que nas fases iniciais haja uma participação de todas as franjas da comunidade, de forma a estabelecer e comunicar uma visão alargada para a estratégia a seguir, no longo prazo as parcerias alargadas podem tornar-se ineficientes pela dificuldade em comunicar e gerar consensos.

O desenvolvimento local sustentável é feito com base no aproveitamento dos recursos locais, que vão desde os recursos naturais até ao capital humano local, como já vimos. Aqui merecem destaque as actividades de promoção do empreendedorismo de novos negócios. Mas estas actividades devem ser promovidas em consonância com as consequências da globalização económica, em termos de ameaças e oportunidades: abrem-se novos mercados e tem-se acesso a novos conhecimentos e tecnologias, mas o desenvolvimento só será sustentável se a economia local conseguir a competitividade necessária para se enquadrar num mercado cada vez mais global. Recorrendo ao modelo de análise de SWOT, que relaciona os pontos fortes e fracos de cada fileira com as oportunidades e ameaças do meio envolvente:

<b>Forças e Oportunidades (Mel)</b>
O produto beneficia de DOP
Aumento do número de colmeias
A produtividade tem melhorado, o que o torna interessante do ponto de vista económico
Elevada abundância de recursos hídricos
Elevadas extensões agrícolas
A apicultura beneficia de apoios comunitários no âmbito dos Programas Operacionais de Agricultura e Desenvolvimento Rural – AGRO, AGRIS e Programa Acções de Melhoria à Produção e Comercialização do Mel
O dinamismo da associação representativa da produção e Entidade Gestora da DOP é forte
Existe empresa de transformação
O produto possui boa qualidade organolética
Aumento da diversificação do produto
Possibilidade de articulação com frutos secos locais, como a noz, a castanha, (...)

<b>Fraquezas e Ameaças</b>
Verifica-se um envelhecimento da população
Faltam recursos humanos qualificados na gestão da fileira
Agressividade climática nos períodos de Inverno e Verão
Acessibilidades deficientes aos apiários e consequente não rentabilização do produto
Aumento da taxa de desertificação

<b>Forças e Oportunidades (Castanha)</b>
Custos de produção são baixos e as margens brutas relativamente elevadas
Expansão e renovação da área de soutos
A área da cultura está a crescer a nível local
O produto beneficia de DOP
O sistema de produção é facilmente adaptável ao modo de produção biológico
A cultura beneficia de apoios comunitários no âmbito das medidas agro-ambientais
Regista-se um aumento da produção a nível regional
Os usos do produto são diversos
Existe empresa de comercialização e transformação nos limites da área do parque
A cultura tem forte representatividade na agricultura local
Procura assegurada por força das tradições (Turismo em Espaço Rural, alimentação humana e animal)
Produto de exportação com boa cotação de mercado. Bom rendimento para os agentes envolvidos.
Mercado nacional e europeu não saturado e que procura, de forma crescente, a qualidade, a diversidade e a tipicidade
Existem organizações locais representativas do sector



<b>Fraquezas e Ameaças</b>
A rede de comercialização é deficiente
Heterogeneidade dos produtores. Pulverização e pequena dimensão das explorações. Esquema de comercialização quase dependente dos intermediários.
Fraca sensibilidade dos agentes à valia da castanha pela via dos signos de qualidade. Venda a granel.
Tendência para a monocultura do castanheiro na Terra Fria Transmontana (TFT).
Inexistência do cadastro dos castanheiros existentes.
Concorrência voraz na compra e não associativismo na venda. Concorrência desleal. Especulação.
Excessivo poder negocial das grandes superfícies.
Há falta de mão-de-obra para tarefas relativas à produção. Êxodo rural. Envelhecimento dos produtores
As doenças do castanheiro têm alastrado
As explorações são de pequena dimensão

<b>Forças e Oportunidades (Porco Bísaro)</b>
Os produtos apresentam IGP e outros DOP
Os produtos têm sabor característico devido ao modo particular de alimentação
Os produtos são certificados
Os produtos são utilizados para pratos da gastronomia tradicional
Estes produtos aparecem nas feiras locais de produtos tradicionais
O cartaz turístico da “feira do fumeiro” atrai visitantes
A viabilização do matadouro concelhio para abate destes animais
Existem empresas de comercialização e transformação nos limites da área do parque
Existem circuitos de comercialização adequados
O dinamismo da associação representativa da produção e Entidade Gestora da certificação é forte
<b>Fraquezas e Ameaças</b>
Desenvolvimento intensivo em zonas exteriores aos limites do parque
Aumento da desertificação
Relativo encravamento geográfico e fracas acessibilidades intra-regionais
Os processos de licenciamento das unidades de produção e transformação são pesados e burocráticos
Massificação da produção, originando a perda das características regionais
Canais paralelos de comercialização

<b>Forças e Oportunidades (Raça Mirandesa)</b>
O produto tem sabor característico devido ao modo particular de alimentação
O produto é certificado
O produto beneficia de DOP
O produto é utilizado para pratos da gastronomia tradicional
Este produto aparece nas feiras locais de produtos tradicionais
A viabilização do matadouro concelhio para abate destes animais
Existem empresas de comercialização e transformação nos limites da área do parque
Existem circuitos de comercialização adequados
O dinamismo da associação representativa da produção e Entidade Gestora da certificação é forte
A criação da raça beneficia de apoios comunitários
<b>Fraquezas e Ameaças</b>
O modo de produção biológico está pouco dessiminado
Baixo número de produtores jovens, em explorações de maior dimensão
Aumento da desertificação
Verifica-se a concorrência da produção estrangeira
Relativo encravamento geográfico e fracas acessibilidades intra-regionais

<b>Forças e Oportunidades (Ovelha Churra Galega Bragançana)</b>
O produto tem sabor característico devido ao modo particular de alimentação
O produto beneficia de DOP
O produto é certificado
O produto é utilizado para pratos da gastronomia tradicional
Utilização da lã no fabrico de artigos de artesanato como mantas e tapetes
Contribuem para a manutenção da paisagem e da sua diversidade no controlo do coberto arbustivo, matos e infestantes e melhoria da fertilidade dos solos
Este produto aparece nas feiras locais de produtos tradicionais
A viabilização do matadouro concelhio para abate destes animais
Existem circuitos de comercialização adquados
O dinamismo da associação representativa da produção e Entidade Gestora da certificação é forte
A criação da raça beneficia de apoios comunitários
<b>Fraquezas e Ameaças</b>
Aumento da desertificação
Relativo encravamento geográfico e fracas acessibilidades intra-regionais

A rede de comercialização é deficiente
Desvio na aptidão de terrenos vocacionados para silvo-pastorícia
Falta de mão-de-obra para tarefas relativas à produção

<b>Forças e Oportunidades (Produtos Hortícolas)</b>
Existe grande diversidade de produtos
Os produtos têm sabor característico devido ao modo particular de produção
A produção respeita técnicas tradicionais de adubação, utilizando estrume de animais
Os locais de produção localizam-se na proximidade das aldeias
São utilizados em pratos da gastronomia tradicional
Aperecem em feiras locais dos “produtos da terra”
<b>Fraquezas e Ameaças</b>
As produções destinam-se a consumo próprio
Deficiência na comercialização dos produtos
Não são considerados como culturas de rendimento
Não são considerados estratégicos para o desenvolvimento local

Em suma e após a análise efectuada, verificamos que: 1) trata-se de produções com elevada importância para a economia local; 2) os sistemas de produção são tradicionais; 3) alguns produtos apresentam DOP, outros IGP e outros não possuem qualquer enquadramento e não beneficiam de apoios públicos (produtos hortícolas); 4) são procuradas pelos visitantes e turistas; 5) surgem nas feiras de produtos tradicionais e lojas especializadas; 6) a criação e retenção local de valor acrescentado são reduzidas.

<b>Forças e Oportunidades (Turismo)</b>
A diversidade da paisagem aliada à elevada riqueza do património natural
A certificação de diversos produtos locais, garante da qualidade e autenticidade regional, constituindo um factor atractivo e diferenciador da região
A diversidade do artesanato regional constitui outro elemento diferenciador da identidade
Alguns projectos de valorização dos produtos regionais, como sejam o das “Cozinhas Tradicionais de Fumeiro” poderão representar uma mais valia na dinamização e promoção do turismo
A existência de um rico e diversificado património histórico-cultural
O património etnográfico representa um dos seus mais importantes recursos turísticos, de que são exemplos a riqueza, a variedade e a genuidade dos costumes e tradições da expressão folclórica associada às festividades religiosas e profanas

Potenciação do turismo na eventual exploração do aeródromo de Bragança, através da realização de voos comerciais
A tendência emergente do modelo dos 3 L's – Lore, Landscape and Leisure (Tradições, Paisagem e Lazer), encerrando esta região um imenso potencial
A recuperação de aldeias para o turismo através do recurso a fundos comunitários (LEADER, AGRIS) representa uma oportunidade para o relançamento do desenvolvimento do Nordeste Transmontano
A promoção de iniciativas de cooperação transfronteiriça (Interreg)
<b>Fraquezas e Ameaças</b>
Ausência e deficiente sinalética turística e direccional
O abandono das práticas agrícolas e rurais representa um enorme revés na manutenção da paisagem que, em alguns locais é visível, apresentando-se abandonado
A concentração da oferta de restauração e de alojamento quase exclusivamente nas sedes dos concelhos dificulta a difusão e dispersão dos eventuais fluxos turísticos que afluem ao Nordeste Transmontano
A riqueza do património gastronómico carece de maior oferta em termos de restauração e de maior e melhor promoção no mercado, valendo-se das classificações de qualidade controlada e de denominação de origem
Ausência de uma estratégia de desenvolvimento turístico que represente os interesses de todas as entidades que desenvolvem iniciativas relacionadas com a actividade turística (associações de desenvolvimento, associações empresariais, entidades ligadas à promoção turística, entidades relacionadas com a gestão do património com utilização turística, etc.).
Falta de recursos humanos qualificados no sector, tendo implicações a vários níveis, designadamente na engenharia e concepção do produto turístico, prestação de serviços de informação turística, de hotelaria e de restauração
Oferta reduzida de equipamentos e espaços para o acolhimento de Congressos, Convenções e Seminários – aspecto crucial para o segmento de turismo do marketing-mix
A região apresenta elevados défices em quase todas as variáveis do marketing-mix: <ul style="list-style-type: none"> <li>– Promoção/Comunicação</li> <li>– Ausência de uma marca/identidade que seja apelativa e represente o potencial turístico que a região encerra</li> <li>– Ausência de uma estratégia de Comunicação e Promoção que congregue todos os esforços empreendidos pelas várias entidades/organizações neste âmbito</li> </ul>
Perda de competitividade relativamente a destinos/regiões concorrenciais, com a mesma tipologia de oferta
As assimetrias de desenvolvimento do território face às Regiões Autónomas de Castela e-Leão e Galiza poderão representar um risco de influências não-recíprocas no que concerne ao potencial de desenvolvimento turístico – esta região poderá vir a sofrer uma perda de competitividade ao nível da atractividade turística
Persistência dos principais estrangulamentos ao nível de infra-estruturas básicas de suporte à actividade turística, nomeadamente acessibilidades, ordenamento paisagístico, qualidade ambiental, entre outros.
Uma política deficiente de gestão de recursos financeiros, que têm prazos limitados de aplicação e exigem uma fiscalização e acompanhamento permanentes

A análise feita leva-nos a dizer que o turismo na região está difusamente localizado, não dispondo de uma massa crítica suficiente para se impor no mercado turístico nacional e transfronteiriço, apresentando grandes e graves debilidades a nível financeiro, da organização empresarial e da qualidade da mão-de-obra empregada. Em contrapartida, dispõe de um enorme e diversificado potencial turístico: no âmbito do denominado turismo de natureza poderá oferecer turismo de montanha, de espaços naturais, eco-turismo, agro-turismo, turismo em espaço rural, turismo cinegético e turismo de aventura; no que respeita ao turismo cultural, a região em estudo pode oferecer um vasto e rico património etnológico – festas e tradições populares, artesanato e gastronomia como um património não menos importante formado por monumentos, museus e circuitos históricos e arqueológicos.

Com este tão vasto e diversificado património turístico é natural que o sector tenha vindo, nos últimos anos a crescer e a ganhar uma importância relativa no contexto das actividades económicas da região. É, no entanto, também importante o desenvolvimento de uma gestão integrada de pequenos conjuntos, ou seja, a congregação de entidades de um e outro lado da fronteira, que possuam objectivos e dimensão iguais, de forma a trabalharem em conjunto, com vista a atingir a mesma meta, uma vez que, apesar do elevado montante financeiro e o predomínio da componente material e infra-estrutural do PPE (Programa Operacional Interreg II Cooperação Transfronteiriça Portugal/Espanha) ter contribuído consistentemente para a melhoria das infra-estruturas da região, pouco terá contribuído para combater o “fosso territorial” que separa os dois lados da fronteira, visto ter quase exclusivamente apoiado projectos desprovidos de lógicas transfronteiriças não se *ajustando* às comunidades e espaços locais fronteiriços. O reforço destes conjuntos é um passo importante para se criar uma estrutura conjunta mais abrangente, onde o desenvolvimento económico, através do aproveitamento das várias potencialidades, aliado a uma conservação conjunta dos valores naturais, se afirme e promova toda a área em termos de atractividade.

Não chega, no entanto, no nosso entendimento, implementar projectos novos, por mais arrojados que eles sejam: é necessário reorganizar todo o sector, estabelecendo sinergias, envolvendo promotores públicos e privados e é sobretudo fundamental garantir a formação e a requalificação dos recursos humanos, uma vez que são as pessoas os destinatários de todo o esforço que urge desenvolver. Para além destes pressupostos, a necessidade da questão da avaliação para uma disseminação torna-se ainda mais importante. Esta deve levar em conta que os objectivos do desenvolvimento local não estão apenas associados ao crescimento económico e à criação de empregos, mas também a combater a exclusão social, a proteger o

meio ambiente e as amenidades locais e a melhorar a governança. E se é certo que estes objectivos estão interligados e as medidas aplicadas têm efeitos transversais, é necessário distingui-los para obter uma avaliação correcta no curto prazo que dê conta dos ganhos obtidos.

Estes mecanismos servem sobretudo como exemplo e inspiração para os agentes no terreno, ou dito de outro modo, como mecanismos de aprendizagem. O objectivo é criar redes de conhecimento e aprendizagem que sintetizem práticas inovadoras e identifiquem ideias e métodos que possam ser adaptados a áreas com problemas semelhantes, surgindo assim centros de transmissão de ideias e conhecimento que contribuam para a emergência de *learning regions*.

É pois no contexto da transferibilidade de modelos enquanto parte integrante dum processo de aprendizagem e adaptação, que faz sentido estudar os factores de sucesso e “boas práticas” nas políticas de desenvolvimento local. Este sucesso de iniciativas locais necessita de ter asseguradas algumas condições de partida, como canais de comunicação e mecanismos de coordenação a funcionar entre os actores envolvidos (transmissores e receptores), a evidência da validade da experiência modelo e dos factores chave do sucesso, uma experiência compatível com as características da área de intervenção, a existência de benefícios mútuos e, por último, que exista o tempo necessário para um eficaz processo de aprendizagem.

Essencialmente somos da opinião que as políticas de desenvolvimento para esta área terão que assentar as suas raízes teóricas em torno dos seguintes pontos de partida: a utilização do potencial de desenvolvimento existente no território pelos actores locais; e as formas de organização dos sistemas produtivos locais. Sabemos assim que pensar as estratégias do desenvolvimento local na sociedade actual, é delinea-las em função de uma economia cada vez mais globalizada. O “microcosmos continental” da península ibérica mantém uma posição privilegiada no novo marco de relações, em que os processos de globalização deram uma nova dimensão geopolítica, económica e social que deve classificar-se de estratégica tanto à escala europeia como internacional<sup>23</sup>. Neste contexto, a dicotomia local/global é substituída por uma relação de mais ou menos inter-conexões, isto é, uma economia de rede.

---

<sup>23</sup> Segundo Cabero Diéguez, V. no prólogo do livro de Caramelo, S.: *União Europeia, Fronteira e Território*, Campo das Letras, Iberografias, 11, CEI, Guarda, (2007,p.13); as directrizes actuais tendentes a reduzir as disparidades e as divergências entre regiões, devemos recordar a estratégia aprovada pelo Conselho Europeu de Lisboa (2000), que persegue a consolidação do emprego, a competitividade económica e a coesão social no contexto de uma economia e sociedade fundada no conhecimento.

Existe agora uma nova centralidade. De região periférica no contexto nacional, passou a favorecida quando a referência se virou para o espaço ibérico e da união europeia. Para esta nova centralidade contribuíram factores endógenos (construção do IP4 e alguma, pouca, melhoria nas vias intra-regionais, na requalificação dos equipamentos do aeródromo municipal de Bragança) e factores exógenos (possível estação do TGV da linha Madrid/Vigo em Puebla de Sanábria). Assim, o enquadramento de uma política de desenvolvimento nesta área passa por uma estratégia de desenvolvimento por *clusters* (ambiente/energia; turismo; sectores tradicionais; sectores inovadores) onde se devem ter como objectivos a criação dum limiar mínimo de densidade material e institucional onde a actuação se exerce em dois níveis:

- ▣ O nível quantitativo – hardware – dos bens públicos e infra-estruturas produzidas pelo Estado, condição necessária mas não suficiente para a densidade institucional;
- ▣ O nível qualitativo – software – da produção de informação e conhecimento local, podendo assim gerar a “parte que falta” para o surgimento da densidade institucional.

A conclusão desta dissertação é a de que estas políticas de desenvolvimento devem ser feitas em estratégias integradas horizontalmente, pela cooperação dos diversos actores locais, e verticalmente, combinando estratégias e apoios locais, regionais, nacionais e supra-nacionais, o que não se verifica de uma forma eficaz - os princípios e linhas orientadoras indicadas na Estratégia Territorial Europeia podem aplicar-se como marco da cooperação transfronteiriça<sup>24</sup>.

As ferramentas existentes, necessitam essencialmente dum limiar mínimo de competências dos actores locais para que possam “arrancar”e também perfilar-se de uma forma clara que os territórios não são estanques e os processos de desenvolvimento não são pertença exclusiva de nenhum agente, contribuindo assim para a promoção e surgimento de novos agentes com capitais de competências. Não se trata pois de duplicar actuações e despesas, mas de otimizar práticas e fundos, numa base de competição que leve em conta as necessidades, mas também a qualidade e a viabilidade das estratégias e dos actores locais.

No que toca à região, o que falta (ou ainda vai faltando) são as (actuais) capacidades organizativas e institucionais, de liderança e mobilização, pelo que devemos então olhar para

---

<sup>24</sup> Na Estratégia Territorial Europeia (1999, p.38) assinala-se:

- “A aplicação das opções políticas baseiam-se num princípio de subsidiariedade. Portanto, é necessário uma estreita cooperação com as políticas sectoriais entre si e com as autoridades competentes do ordenamento do território (cooperação horizontal), por um lado, e entre as políticas à escala comunitária, transnacional, regional, por outra (cooperação vertical). A cooperação é a chave de uma política integrada de desenvolvimento territorial e supõe um valor acrescentado em relação à aplicação de políticas sectoriais de modo isolado

as capacidades potenciais dos actores locais. Se a estratégia integrar de uma forma global, não de uma forma “epidérmica”, a promoção e a integração das competências do território e do potencial humano, permite-se que estes territórios quebrem o círculo vicioso de estagnação em que se encontram, gerando a capacidade local de construção, isto é, uma comunidade que assegura o seu próprio desenvolvimento.





## BIBLIOGRAFIA

- (1971) – Decreto Lei nº 516/71 da Direção Geral do Ensino Superior e das Bela Artes do Ministério da Educação Nacional.
- (1979) – Directiva Comunitária 79/409/CEE da Zona de Protecção Especial para as aves de Montesinho. (Z. P. E. Montesinho).
- (1991) – Excerpts from As Regiões de Turismo e os anos 90. Turismo Actualidade.
- (1992) Directiva Comunitária 79/49/CEE do Conselho de 21 de Maio de 1992, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens.
- (1992) Directiva Comunitária 92/43/CEE do Conselho de 21 de Maio de 1992, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens.
- (1995) Organização de António Barreto – *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Lisboa. Lisboa.
- (1996) *Directiva Comunitária 1107/96 do Conselho de 12 de Junho de 1996, relativa ao registo de produtos DOP.*
- (1996) *Directiva Comunitária 1236/96 do Conselho de 1 de Julho de 1996, relativa ao registo de produtos DOP.*
- AFONSO, B. (1995) – *Ex-votos e Religiosidade Popular no Distrito de Bragança*. Edição da Região de Turismo do Nordeste Transmontano.
- AGROCONSULTORES & COBA (1991) – *Projecto de Desenvolvimento Rural integrado Trás-os-Montes, Carta de Solos, Carta de Uso Actual da Terra e Carta de Aptidão da Terra do Nordeste de Portugal*. UTAD, Vila Real.
- AGUIAR, C. (1996) – *Cronologia e Vegetação das Serras de Nogueira e Montesinho*. Seminário de Recursos Naturais do Nordeste Transmontano. Vol. I.
- ALONSO, J. L. y MÉNDEZ, R. (2000) – *Innovación, pequeña empresa y desarrollo local en España*. Cívitas, Madrid.

- ALVES, F. (1972) – *Reitor de Baçal, “ Rifões Populares – Locuções Proverbiais,” Memórias Arqueológicas, Históricas do Distrito de Bragança*, Arqueológica, Etnográfica e Arte, Bragança. Reedição do Museu Abade de Baçal, II Edição TomoX.
- ALVES, F. (1982) – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, Volumes I, III, IV, VI e VII.
- AMIN, A.; THRIFT, N. (1994) – *Living in the global* in Amin, Ash; Thrift, Nigel (Org.) *Globalization, Institutions and Regional/Developmente in Europe*, Londres, Oxford University Press/European Science Foundation.
- ANDRADE, M. (1995) – *Introdução à Metodologia do Trabalho Científico*. Elaboração de trabalhos de graduação, São Paulo, Atlas.
- ANTUNES, A., MENDES, E. (2001) - *O Turismo na Última Década*, in Cadernos Temáticos, INFTUR.
- ARRAW, K. (1962) – *The Economics Implications of Learning by Doing*, Review of Economics Studies.
- ARROTEIA, J. (2002) – *A Mobilidade dos Recursos Humanos*, in José Costa ( coord.), *Compêndio de Economia Regional*. APDR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional.
- AYDALOT, P. (1985) – *Economie Régionale e Urbaine*. Paris, Economie.
- AYDALOT, P. (1986) – *Milieus Innovaterus en Europe*. Gremi, Paris.
- AZEVEDO, J. (1998) – *Parque Natural de Montesinho, Património Natural Transmontano*, Mirandela.
- BARATA, J. (1964) – *O Turismo em Portugal*. CEPS Lisboa.
- BENNET, R. J.; KREBS, G. (1991) – *Local Economie Development*. Londres, Beihaven Press.
- BOWDITCH, J.; BUONO, A. (2000) - *Elementos de Comportamento Organizacional*. Editora Pioneira.
- BRAMANTI, A. (1999) – *De L’Espace au Territoire: Développement Relationnel et Competitivité Territoriale. L’Aproche du Gremi dans le Debat Contemporain*, Revue D’Economia Regionale et Urbaine, 3, 429-448.

- CABALLERO, P. (1998) – *Área Periférica, de borde, transfronteirija: Área protegida*. Parque Natural de Montesinho.
- CABERO, V. (1993) – *Estudio Regional de la Zona Fronteiriza de Salamanca con Portugal*.
- CABERO, V. (1996) – *Los Espacios Naturales Protegidos: El dilema entre la conservacion y el desarrollo local*. Universidad de Salamanca.
- CABRAL, A. (1985) – “*Património Cultural: Algumas Reflexões e um Desafio*” in Estudos Transmontanos nº 3 Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real.
- CABRAL, A. (1999) – *Antologia dos Poemas Durienses*. Editora Tartaruga. Chaves.
- CAMAGNI, R.; MAILLAT, D.; MATTEACCILOI, A. e PERRIN, J. C. (1999) – *Le Paradigme du Milieu Inovateur dans L’Economie Spatiale Contemporaine*, Revue D’Economie Regionale et Urbaine, 3, 424-428.
- CARAMELO, S. (2007) – *União Europeia, Fronteira e Território*. Campo das Letras – Editores, Porto
- CARNEIRO, M. J. (2003) - *A Importância da análise do posicionamento das áreas protegidas portuguesas*. Seminário de Investigação em Turismo, Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo, Ciclo de Debates 2001, Livro de Actas, 145-160.
- CASTRO, A. (1992) – *Gazeta das Aldeias* – Julho Vol.97
- CAVACO, A. (1995) *As Regiões de Fronteira – Inovação e Desenvolvimento na Perspectiva do Mercado Único Europeu*. Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- CAVACO, C. (1996) – *Do despovoamento rural ao desenvolvimento local: desafio ou utopia?*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- CEPEDA, F. J., (1988) – *Emigração, Regresso e Desenvolvimento no Nordeste Interior Português*. Dissertação de Doutoramento. UTAD. Vila Real.
- CERQUEIRA, C. E. D. (2001) - *As parcerias no desenvolvimento local: o papel dos agentes de mediação numa abordagem territorial do desenvolvimento*. Dissertação de mestrado. FE. Universidade de Coimbra.
- CHIAVENATO, I. (1985) – *Recursos Humanos na Empresa*, Atlas, Lisboa.

- CICLO DE DEBATES (2000) – *Livro de Actas*. Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo.
- CICLO DE DEBATES (2001) – *Livro de Actas*. Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo.
- COURLET, C. (1999) – *Territoire e Développement*. Revue D’Economie Regionale et Urbaine.
- CRISTOVÃO, A. (1994) – *Do Sistema de Formação e Visitas à Investigação e Desenvolvimento de Sistemas Agrários: “Análise Crítica de um Percurso,”* in Revista economia e Sociologia.
- CRISTOVÃO, A. (1994) – *Para uma nova Extensão Rural: Reflexão em quatro Pontos*, in Economia e Sociologia.
- CRISTOVÃO, A.; CABERO, V.; BAPTISTA, A. ( 2005) – *Dinâmicas Organizacionais e Desenvolvimento Local no Douro~Duro*.
- CRISTOVÃO, A.; PEREIRA, F. (1995) – *“Extension Reform in Portugal. A Case Study Illustrated by the Experience of the Interior North”*. World Bank. No prelo.
- CRISTOVÃO, A.; TIBERIO, M.; CABERO, V. (2005) – *Microproduções Agrícolas e Desenvolvimento Local no Douro~Duro*.
- Dec. Lei nº 19/93, de 23 de Janeiro, Rede Nacional de Áreas Protegidas.
- Dec. Lei nº 355/79, de 30 de Agosto, Diploma de Criação do Parque Natural de Montesinho.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA, nº 29, 4 de Fevereiro de 1994, Lisboa.
- DIÉGUEZ, V. (1983). *“Modelos de Gestión y Ordenación de los Espacios Naturales. Ejemplos Fronteirizos”* in III Coloquio Ibérico de Geografía, Barcelona.
- DIÉGUEZ, V. (1995). *“La Visión Regional Castellano-Leonesa de la Raya de Portugal”* in La Cooperación de Castilla y León con Portugal, Cortes de Castilla y León, Valladolid.
- DIÉGUEZ, V. (1995). *“Los Espacios Naturales Protegidos: el Dilema entre la Conservación y el Desarrollo Local”* in La Cooperación de Castilla y León con Portugal, Cortes de Castilla y León, Valladolid.
- DIÉGUEZ, V. C. (2004) - *Bordes y márgenes del territorio en Castilla y León: integración y cooperación*. Revista de Economía y Finanzas de Castilla y León. Caja Duero, 9, 79-95.
- DRATM (1998) – *In Folheto de Apresentação das Jornadas da Castanha – Bragança*.

- DRUCKER, P. (1994) – *La innovación y el Empresario Innovador*. Planeta, Barcelona.
- ESTROSI, C. (1997) “*Les Régions Frontalières: Situación Économique et Coopération Internationale*”, in *Problèmes Économiques*, Nº 2505, 29 Janvier.
- FEDERAÇÃO DOS PARQUES NATURAIS E NACIONAIS DA EUROPA (1993) – *Loving Them to Death? The need for Sustainable Tourism in Europe’s Nature and National Parks*.
- FERNÁNDEZ, L. C .M.; GALLEGO, J. A. L. (2004) - *Concentración y difusión de la actividad industrial en Castilla y León. El papel de las infraestructuras de transporte en las dinámicas territoriales*. *Revista de Economía y Finanzas de Castilla y León*. Caja Duero, 9, 53-76.
- FERNÁNDEZ, M. J. (1993) – *La Situación Económica de Castilla y León y la Zona Fronteriza*. Universidad de Valladolid.
- FERRÃO, J. (1995) – *Três Décadas de consolidação do Portugal Demográfico Moderno*. Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- FLORENCE, D. (2004) – *Inquérito sobre o Turismo em Massa. A Ecologia Face ao Território*, Instituto Piaget.
- FONSECA, L (1996) – *Portugal nos fins do Milénio: Imagens e itinerários da transformação social*. Departamento de Geografia. Centro de Estudos Geográficos. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- FORTIN, M. F.; *et al.* (1988) – *Sexualité et Contraception à L’adolescence*. Apprentissage et Socialisation, nº 11 (1). Décarie Éditeur Inc., Montréal..
- FURIÓ, E. (1996) – *Desarrollo Territorial y Procesos de Innovación: los Milieux Innovateurs, Ciudad y Territorio*. *Estudios Territoriales*, Vol. XXVIII, nº 110, 639-649.
- GAFEIRA, C. (1989) – *Parque Natural de Montesinho. População*. Divisão de Ordenamento e Projectos. Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza. Lisboa.
- GAFEIRA, C. (1995) – *Alguns indicadores sobre Habitação e População no Parque Natural de Montesinho*. Divisão de Ordenamento e Avaliação de Áreas Protegidas. Lisboa.
- GARAFOLI, G. ( 1994) – *Os Sistemas de Pequenas Empresas* in Benko Georges; Lipietz, Allain (org.). *As Regiões Ganadoras*, Oeiras Celta Editora.

- GASPAR, J. (1993). *As Regiões Portuguesas*, MPAT – Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional, Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, Lisboa.
- GONÇALVES, D. A. (1980) – *O Meio Natural*, in Parque Natural de Montesinho. Ed. Serviço Nacional de Parques.
- GONÇALVES, D. A. (1985) – *O Clima e os Ecosistemas Agro-Ecológicos do Parque Natural de Montesinho*. Ed. Serviço Nacional de Parques.
- GOROFOLI, G. (1992) – *Endogenous Development and Southern Europe: on Introduction*, in Gorofoli, Giorechino (Org.), *Endogenous Development and southern Europe*, Aldershot, Avebury.
- GUERRA, C. (1994) – *O homem faz as Casas, as Casas fazem o Homem!* Manual de Recuperação e Construção. Parque Natural de Montesinho. Bragança.
- HERMAN, J. (1983) – *Les langages de la Sociologie*. Col. «Que Sais-Je?», P.U.F., Paris.
- HERRERO, L. M. J. (2002) - *La sostenibilidad como proceso de equilibrio dinamico y adaptación al cambio*. ICE Desarrollo Sostenible, 800, 65-84.
- HESPAÑA, P. (1996) – *Modernização Compulsiva, Mal-Estar Social e Conflitualidade*. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Coimbra.
- HESPAÑA, P. (2003) – *Os Estudos Rurais e a Economia Agrária. Novas Oportunidades e Desafios à Investigação*. Comunicação apresentada no V colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais. Bragança, 2003.
- INSTITUTO DO AMBIENTE (2002) - *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável*. Versão para discussão pública.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – *Recenseamento Geral da População de 1940, 1950, 1960, 1970, 1981, 1992, 2002*. Lisboa.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1989) – *Recenseamento Agrícola no Continente e Ilhas Adjacentes – Região Norte*, 1989. Lisboa.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, (1991) – Censos.
- INTERREG. III A. – Douro/ Duero Sec.XXI

- JACINTO, R. (1995). *As Regiões Portuguesas de Fronteira: Perspectivas de Desenvolvimento e de Cooperação Transfronteiriça*. in Cadernos de Geografia, nº 14, F.L.U.C., Coimbra.
- JIMÉNEZ, E. A.; MARTÍNEZ, J. D. S. (2004) - *La planificación del desarrollo sostenible en los Parques Naturales de Andalucía. El ejemplo del Parque Natural de las Sierras de Cazorla, Segura y las Villas*. Revista de Economía y Finanzas de Castilla y León Caja Duero, 9, 175-200.
- KAISER, B. (1998) – *Réinventer la Ruralité – Quelle place pour les agriculteurs?.* Nouvelles Functions de L’agriculture et de L’espace Rural. Paris, INRA.
- KRUGMAN, P. (1991) – *Increasing Returns and Economic Geography*, Journal of Political Economie.
- Lei nº 11/87, de 7 de Abril, Lei de Bases do Ambiente.
- LOPES, E. (2002) – *O Investimento em Capital Humano e o Desenvolvimento Rural*, in José Costa (coord.) *Compêndio de Economia Regional*. APDR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional.
- LOPES, J. (1995) – *A Economia Portuguesa*. Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- LUCAS, R. (1988) – *On the Mechanics of Economic Development*, Journal of Monetary Economics.
- M.A. Decreto Regulamentar Nº 5-A/97, de 4 de Abril, que Estabelece a Reclassificação do Parque Natural de Montesinho, (D.R. Nº79 – I Série B, 4 de Abril de 1997).
- MAILAT, D.; KEBIR, L. (1999) – *Learning Region et Systèmes Territoriaux de Production*, Revue D’Economia Regionale et Urbaine, 3, 429-448.
- MARSHALL, A. (1961) – *Principles of Economics*, Londres, Macmillan.
- MARTINEZ PUCHE, A. (2001) – *El desarrollo rural/local integrado y el papel de los poderes locales*. Publicaciones Universidad de Alicante, Alicante.
- MEIRINHOS, J. (1995). *Zamora/Trás-os-Montes, que Possibilidades de Cooperação* in La Cooperación de Castilla y León con Portugal, Cortes de Castilla y León, Valladolid.
- MÉNDEZ, R. (1996) – *Procesos de Innovación en el Territorio: Los Medios Innovadores* in Innovación, Pequeña Empresa y Desarrollo Local en España. Capitulo I.



- MOREIRA, N. (1984) – *Os Sistemas de Agricultura do Nordeste*. Seminário “A Agricultura Portuguesa”, 26-30 de Novembro. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real.
- MSI (Missão para a Sociedade da Informação) (1997). Ministério da Ciência e Tecnologia, Portugal. Livro Verde para a Sociedade de Informação em Portugal.
- OCDE (1995) – *Local Economies and Globalization*. Disponível [Online]: <http://www.oecd.org/tds/bis/nb20.htm>, [10 Novembro 2001].
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL E TURISMO (OMT), (1993) – *Sustainable Tourism Development: Guide for Local Planners*.
- ORTIGÃO, R. (1980) – *As Farpas*. Tomo X. Círculo de Leitores. Lisboa.
- OWENS, I.; WILSON – *Information and Business Performance: a Study of Information Systems and Services in High-Performing Companies*.
- PEREIRA, F. A. (2004) - Identidades profissionais, trabalho técnico e associativismo /cooperativismo agrário em Trás-os-Montes e Alto Douro – uma construção identitária partilhada. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- PEYRACHE-GADEAU, V. (1999) – *La Contribution de Philippe Aydalot a L’Edification de la Théorie des Milieux Innovateurs*, Revue D’Economie Regionale et Urbaine, 3, 617-632.
- PIRES, E. C. R. (2004) - *As Inter-relações Turismo, Meio Ambiente e Cultura*. Série Estudos. Instituto Politécnico de Bragança.
- PIRES, J e MOREIRA, N. (1995) – *O Subsistema Pecuário da Bovinicultura na área do Parque Natural de Montesinho*. Instituto Politécnico de Bragança. Série Estudos. Escola Superior Agrária. Bragança.
- Plano Director Municipal (PDM) (1994) – Bragança: Relatório.*
- Plano Director Municipal (PDM) (1994) – Vinhais. População e Economia (Memória Descritiva). Vol. II.*
- PLANQUE, B. (1984) – *Tchnologies nouvelles et Reorganization Spatiale* in Aydalot, Philippe (Org.) *Crise et epoce*, Paris, Economicie.
- PNA, P. (1988) – *O Turismo no Século XX*. Lucidus Publicações Lda. Lisboa.

- POLÉSE, M. (1998) – *Economía Urbana y Regional: Introducción a la Relación entre Territorio y Desarrollo*. Livro Universitário Regional, Cartago, Costa Rica.
- POLIT, D. F.; HUNGLER (1995) – *Nursing Research: Principles and Methods*. 4ª ed., Philadelphia: J. B. Lippincott Co.
- PRESSAT, R. (1983) – *El Análisis Demográfico: Métodos, Resultados, Aplicaciones*. Fondo de Cultura Económica. México.
- REIS, C. (1993) – *Planeamento Estratégico de Sistemas de Informação*. Lisboa: IA Ed. Presença.
- REIS, J. (1992) – *Os Espaços da Indústria – A Regulação Económica e o Desenvolvimento Local em Portugal*. Porto, Afrontamento.
- RIBEIRO, O. *Povoamento e Circulação*, in Geografia de Portugal.
- RODRIGUES, A. P. e COSTA, C. (1995) – *Programa Zonal, Parque Natural de Montesinho*. Regulamento (CEE) N° 2078/92. Documento de trabalho. Instituto de Conservação da Natureza. Bragança.
- ROMER, P. (1986) – *Increasing Returns and Long-Run Growth*, Journal of Political Economie.
- ROSA, M. T. (1995) – *O Envelhecimento e as Dinâmicas da Demográficas da População Portuguesa a partir de 1960: dos dados ao dilema*. Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- SANCHEZ-LOPEZ, F. *Impacts Différencies dès Facteurs Exogènes sur les Zones Rurales de L'Espagne et du Portugal*, in Le Développement Régional dans le Contexte Européenne, Territoires D'Europe, Vol. III.
- SERRÃO, J. (1982) – *A Emigração Portuguesa*. Livros Horizonte. 4ª Edição. Lisboa.
- SIMÕES, J. & CEPEDA, F. (coord.). (1996). – *A Região Fronteiriça de Trás-os-Montes: Diagnóstico e Estratégia de Desenvolvimento*, Fundación Hispano-Portuguesa «Rei Afonso Henriques», Zamora.
- SNPRPP. (1980) – *Parque Natural de Montesinho*, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, Lisboa.

- TEYSSANDIER, J-P. (2004) - *O turismo sustentável e os agentes locais- ferramentas de acompanhamento*. Seminário de Investigação em Turismo, Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo, Ciclo de Debates 2001, Livro de Actas, 39-46.
- TORGA, Miguel (1999) – *Poemas Ibéricos*. Antologia Poética. Ed. Dom Quixote, 5ª Ed..
- TRIGAL, L., GONZÁLEZ, R. & GUICHARD, F. (1997). *La Articulación Territorial de la Raya Hispano-Portuguesa*. Actas Simposium. Vilar Formoso, 1996, Fundación Rei Afonso Henriques, Zamora.
- TRIGAL, L., GUICHARD, F. & Otros. (1993). *Tras-os-Montes/Zamora. La Frontera que nos Une*, Disputación Provincial de Zamora, Zamora.
- UTAD (2005) – Vice-reitoria para a Investigação e Cooperação, Vila Real.
- V.V.A.A. (1993) – *Frontera e Desarrollo: El Programa Transfronteirijo de España y Portugal*. Jornadas de Estudios Salamanca.
- V.V.A.A. (1996) – *Dinamismos Socioeconómicos e (Re)Organização Territorial: Processos de Urbanização e de reestruturação produtiva*. Instituto de Estudos Geográficos. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.
- VARAJÃO, J. (1998) - *A Arquitectura da Gestão de Sistemas de Informação*. FCA, Editora de Informática..
- VÁSQUEZ-BARQUERO, A. (1999) - *Desarrollo, redes y Innovación*. Módulo, Ediciones Pirámide.
- WILSON, T. D. (1989) – *Towards in Information Management Curriculum*. Journal of Information Science, Vol. 15, nº 4/5, 203-209.

---

---

## **ANEXOS**

---

---



---

---

**ANEXO 1**

**Inquérito aos Produtores da Raça Mirandesa e Ovelha Churra**

**Galega Bragançana**

---

---



## QUESTIONÁRIO

Este questionário pretende estudar alguns aspectos relacionados com a produção da Raça Mirandesa e Ovelha Churra Galega Bragançana. Irá ser realizado aos produtores da Raça Mirandesa e Ovelha Churra Galega Bragançana.

### 1. Produções

1.1. Para a criação da raça bovina mirandesa/ovelha churra galega bragançana recorre a fundos próprios ou a apoios específicos.

Sim  Não

Se respondeu sim, quais? \_\_\_\_\_

1.2. Em que ano é que iniciou a criação?

\_\_\_\_\_

1.3. Quantos bovinos/ovinos cria por ano?

\_\_\_\_\_

1.4. Fornece e cria outros produtos?

Mel

Castanha

Nogueira

Porco bísaro

Ovelha (Churra)

Raça bovina mirandesa

Outra

Qual? \_\_\_\_\_

1.5. Qual a finalidade da criação?

Auto consumo

Para venda em vida

Para venda em morto

Outra



Qual? \_\_\_\_\_

1.6. Qual a alimentação fornecida aos animais?

Rações

Batatas

Milho

Castanha

Verduras

Outros

Quais? \_\_\_\_\_

1.7. Para que instituições são vendidos esses bovinos/ovinos?

Talho

Fábricas

Particular

Outros locais

Quais? \_\_\_\_\_

1.8. Quais os produtos que fabrica através da raça Mirandesa ou da ovelha churra galega bragançana?

Lácteos

Farináceos

Carnes

Outros

Quais? \_\_\_\_\_

*Obrigado pela sua colaboração!*

---

---

**ANEXO 2**  
**Património**

---

---



## BRAGANÇA



Fig.1: Ponte de França



Fig 2: Igreja de São Bartolomeu, paroquial de Rabal



Fig.3: Igreja de Santo André,  
matriz de Meixedo



Fig 4: Igreja de Cova de Lua



Fig.5: Lagar comunitário de Guadramil



Fig.6: Igreja de São Miguel de Varge Aveleda Baçal



Fig.7: Igreja de Nossa Senhora da Assunção, paroquial de Sacoias



Fig.8: Igreja de São Vicente de Veigas



Fig.9: Igreja de São João Baptista, matriz de Parâmio



Fig.10: Igreja Paroquial de Vila Nova

Gondesende



Fig.11: Igreja de São Calisto, paroquial de Oleiros



Fig.12: Ponte de Gimonde



Fig.13: Igreja de São Lourenço, paroquial da Petisqueira



Fig.14: Igreja de São Bartolomeu, paroquial de São Julião



Fig.15: Fonte de Mergulho e Bebedouro



## VINHAIAS



Fig.1: Igreja de São Martinho, matriz de Soeira



Fig.2: Igreja de Santo Estevão de Fresulfe



Fig.3: Pelourinho de Paço



Fig.4: Cigadonha/Cigarrosa





Fig.5: Igreja de São Vicente,  
Paroquial de Mofreita



Fig.6: Igreja de São Pedro,  
paroquial de Montouto



Fig.7: Igreja de Santa Marinha,  
paroquial de Pinheiro Novo



Fig.8: Igreja de São Pedro,  
paroquial de Quirás



Fig.9: Igreja de Santa Helena,  
paroquial de Santa Cruz



Fig.10: Igreja de Santa Eulália,  
paroquial de Santalha



Fig.11: Igreja de São Mamede,  
paroquial de Travanca



Fig.12: Igreja de Santo André,  
paroquial de Tuizelo



Fig.13: Igreja de São Miguel,  
paroquial de Vila Verde



Fig.14: Igreja de São Cipriano,  
paroquial de Vilar de Ossos



Fig.15: Pelourinho de Viar Seco de Lomba

---

---

## **ANEXO 3**

### **Artesãos**

---

---



## ARTESÃOS DO CONCELHO DE BRAGANÇA

<i>NOME</i>	<i>ENDEREÇO</i>	<i>TIPO DE ARTESANATO</i>
António Joaquim Fernandes	Nogueira	Trabalhos em Madeira
Branca Maria Campos António J. Fernandes	Nogueira	Escultura em Madeira Instrumentos Musicais
Elias Trino	Babe	Cestaria
Olema Pires	Bragança	Cestaria
Ilda dos Santos Ferreira	Baçal	Tecelagem/Bordados
João Baptista	Bragança	Trabalhos em Madeira
José dos Santos Vaz	Varge	Máscaras
José Galrrinho	Bragança	Trabalhos em Madeira
José Mendes	Bragança	Trabalhos em Pedra
Maria Conceição Português	Babe	Cestaria
Maria José Machado	Bragança	Rendas e Bordados
Lurdes Barros	Bragança	Trabalhos em Barro
Julieta Alves Rosário	Bragança	Barro de Pinela
Estela Gomes	Bragança	Arranjos Florais
D. Cidália	Bragança	Arranjos de Velas de Mel

## ARTESÃOS DO CONCELHO DE VINHAIS

<i>NOME</i>	<i>ENDEREÇO</i>	<i>TIPO DE ARTESANATO</i>
Maria do Rosário F.P. Diegues	Vilar de Peregrinos	Trabalhos em Barro
Dionaldo Lécio Alves Pereira	Vinhais	Trabalhos em ferro forjado
Laucena Glória Pires	Vinhais	Cestaria e arranjos florais
Maria Adélia Gomes Afonso	Vinhais	Cestaria
Luzia Inês Pereira A.Coelho	Lagarelhos	Bordados
Cidália de Jesus Silva S. Dias	Rebordelo	Pintura à mão, arte sacra, etc.
Victor Carlos Pires	Vinhais	Miniaturas em Madeira
António José Fernandes do Vale	Vila Boa	Máscaras em Madeira e Bordados
Sandra Maria Paulino Gomes	Vinhais	Trabalhos em Estanho
José David Afonso	Vinhais	Máscaras em Madeira
Maria Otilia	Cidões	Cestaria
Tozé Vale - 934330905	Vila Boa	Máscaras e cajados em madeira
Isabel Maria G Castanheira Santos	Vinhais	Bordados e Cestaria
Maria Aurinda	Vinhais	Cestaria
Maria Laura Gonçalves Rodrigues	Vinhais	Arranjos Florais
Ramiro Manuel Martins Lousada	Edral	Trabalhos em Madeira Silvestre
Maria Otilia	Cidões	

---

---

**ANEXO 4**  
**Evolução Demográfica no P.N.M.**

---

---





**Bragança**

<b>Lugares</b>	<b>1991</b>	<b>2001</b>	<b>Var. %</b>
Aveleda	335	251	-25.07
Babe	398	277	-30.40
Baçal	503	370	-26.44
Carragosa	321	260	-19.00
Castro de Avelãs	26	46	76.92
Deilão	260	222	-14.62
Donai	377	333	-11.67
Espinhosela	410	304	-25.85
França	331	303	-8.46
Gimonde	343	351	2.33
Gondesende	242	216	-10.74
Meixedo	201	188	-6.47
Parâmio	400	286	-28.50
Quintanilha	328	301	-8.23
Rabal	318	189	-40.57
Rio de Onor	153	113	-26.14
São Julião	345	275	-20.29

**Vinhais**

<b>Lugares</b>	<b>1991</b>	<b>2001</b>	<b>Var. %</b>
Edral	66	49	-25.76
Fresulfe	151	100	-33.77
Mofreita	97	44	-54.64
Moimenta	249	183	-26.51
Montouto	201	140	-30.35
Paço	255	238	-6.66
Pinheiro Novo	170	127	-25.29
Quirás	337	224	-33.53
Santa Cruz	103	72	-30.10
Santalha	447	312	-30.20
Sobreiro de Baixo	270	242	-10.37
Soeira	148	114	-22.97
Travanca	150	118	-21.33
Tuizelo	617	482	-21.88
Vila Verde	281	242	-13.88
Vilar de Ossos	431	345	-19.95
Vilar Seco	357	290	-18.77
Vinhais	134	122	-8.96





























---

---

**ANEXO 5**  
**Abastecimento de Águas e Saneamento**

---

---





## Vinhais

Lugares	Abastecimento Domiciliário de Água Potável		Saneamento				Tratamento de Esgotos: Fossas Sépticas			
	Sim	Não	Sim	Não	Previsto	Em execução	Sim	Não	Previsto	Em execução
Sandim	x	-	-	x	-	-	-	x	-	-
Dine	x	-	-	x	-	-	-	x	-	-
Fresulfe	x	-	-	x	-	-	-	x	-	-
Mofreita	x	-	-	x	-	-	-	x	-	-
Moimenta	x	-	x	-	-	-	x	-	-	-
Carvalhas	x	-	-	x	-	-	-	x	-	-
Casares	x	-	-	x	-	-	-	x	-	-
Cerdedo	x	-	-	x	-	-	-	x	-	-
Landedo	x	-	-	x	-	-	-	x	-	-
Montouto	x	-	-	x	-	-	-	x	-	-
V. das Touças	x	-	-	x	-	-	-	x	-	-
Paço	x	-	x	-	-	-	x	-	-	-
Quintela	x	-	-	x	-	-	-	x	-	-
Pinheiro Novo	x	-	x	-	-	-	-	x	-	-
Pinheiro Velho	x	-	-	x	-	-	x	-	-	-
Sernande	x	-	x	-	-	-	-	x	-	-
Cisterna	x	-	-	x	-	-	-	x	-	-
Edroso	x	-	-	x	-	-	-	x	-	-
Quirás	x	-	x	-	-	-	-	x	-	-
Vilarinho	x	-	-	x	-	-	x	-	-	-
Santa Cruz	x	-	-	x	-	-	-	x	-	-
Contim	x	-	-	x	-	-	-	x	-	-
Penso	x	-	-	x	-	-	-	x	-	-
Santalha	x	-	-	x	-	-	-	x	-	-
Seixas	x	-	-	x	-	-	-	x	-	-
Sobreiró Cima	x	-	x	-	-	-	x	-	-	-
Soutelo	x	-	-	x	-	-	-	x	-	-
Soeira	x	-	-	x	-	-	-	x	-	-
Travanca	x	-	-	x	-	-	-	x	-	-
Cabeça Igreja	x	-	-	x	-	-	-	x	-	-
Nuzedo Cima	x	-	-	x	-	-	-	x	-	-
Peleias	x	-	-	x	-	-	-	x	-	-
Quadra	x	-	-	x	-	-	-	x	-	-
Salgueiros	x	-	-	x	-	-	-	x	-	-
Tuizelo	x	-	x	-	-	-	-	x	-	-
Prada	x	-	-	x	-	-	-	x	-	-
Vila Verde	x	-	-	x	-	-	-	x	-	-
Lagarelhos	x	-	-	x	-	-	-	x	-	-
Vilar de Ossos	x	-	-	x	-	-	-	x	-	-
Zido	x	-	x	-	-	-	x	-	-	-
Gestosa	x	-	x	-	-	-	x	-	-	-
Passos	x	-	x	-	-	-	x	-	-	-
V. Seco Lomba	x	-	x	-	-	-	x	-	-	-
Rio de Fornos	x	-	-	x	-	-	-	x	-	-

## Bragança

Lugares	Abastecimento Domiciliário de Água Potável		Saneamento				Tratamento de Esgotos: Fossas Sépticas			
	Sim	Não	Sim	Não	Previsto	Em execução	Sim	Não	Previsto	Em execução
Aveleda	X	—	—	X	—	—	—	X	—	—
Varge	X	—	—	X	—	—	—	X	—	—
Babe	X	—	X	—	—	—	—	X	—	—
Labiados	X	—	—	X	—	—	—	X	—	—
Baçal	X	—	—	X	—	X	—	X	—	—
Sacoias	X	—	—	X	—	—	—	X	—	—
Vale de Lamas	X	—	—	X	—	—	—	X	—	—
Carragosa	X	—	—	X	—	—	—	X	—	—
Qta. Rio Frio	X	—	—	X	—	—	—	X	—	—
Soutelo	X	—	—	X	—	—	—	X	—	—
Grandais	X	—	—	X	—	—	—	X	—	—
Deilão	X	—	—	X	—	X	—	X	—	X
Petisqueira	X	—	—	X	—	—	—	X	—	—
Vila Meã	X	—	—	X	—	—	—	X	—	—
Donai	X	—	—	X	—	—	—	X	—	—
Lagomar	X	—	—	X	—	—	—	X	—	—
Sabariz	X	—	—	X	—	—	—	X	—	—
Vila Nova	X	—	—	X	—	—	—	X	—	—
Cova da Lua	X	—	—	X	—	—	—	X	—	—
Espinhosela	X	—	—	X	—	—	—	X	—	—
Terroso	X	—	—	X	—	—	—	X	—	—
Vilar. Cova Lua	X	—	—	X	—	—	—	X	—	—
França	X	—	X	—	—	—	—	X	—	—
Montesinho	X	—	—	X	—	—	—	X	—	—
Portelo	X	—	X	—	—	—	—	X	—	—
Gimonde	X	—	—	X	—	X	—	—	—	X
Gondesende	X	—	—	X	—	—	—	X	—	—
Oleiros	X	—	—	X	—	—	—	X	—	—
Portela	X	—	—	X	—	—	—	X	—	—
Meixedo	X	—	X	—	—	—	—	X	—	—
Oleirinhos	X	—	X	—	—	—	—	X	—	—
Fontes Transb.	X	—	—	X	—	—	—	X	—	—
Maçãs	X	—	—	X	—	—	—	X	—	—
Parâmio	X	—	—	X	—	—	—	X	—	—
Zeive	X	—	—	X	—	—	—	X	—	—
Quintanilha	X	—	X	—	—	—	—	X	—	—
Refega	X	—	—	X	—	—	—	X	—	—
Veigas	X	—	—	X	—	—	—	X	—	—
Rabal	X	—	X	—	—	—	—	X	—	—
Guadramil	X	—	—	X	—	—	—	X	—	—
Rio de Onor	X	—	—	X	—	—	—	X	—	—
Caravela	X	—	—	X	—	—	—	X	—	—
Palácios	X	—	—	X	—	—	—	X	—	—
S. Jul. Palácios	X	—	—	X	—	X	—	X	—	—

---

---

**ANEXO 6**  
**Recolha de Lixo**

---

---



### Freguesias do Concelho de Vinhais Colocação de Contentores

Lugares	Nº de Contentores
Sandim	1
Dine	3
Fresulfe	2
Mofreita	3
Moimenta	12
Carvalhas	2
Casares	2
Cerdedo	1
Landedo	1
Montouto	2
Vilarinho das Touças	1
Paço	4
Quintela	2
Pinheiro Novo	2
Pinheiro Velho	2
Sernande	1
Cisterna	2
Edroso	4
Quirás	4
Vilarinho	2
Santa Cruz	2
Contim	1
Penso	2
Santalha	5
Seixas	4
Sobreiró Cima	7
Soutelo	2
Soeira	7
Travanca	5
Cabeça Igreja	1
Nuzedo Cima	4
Peleias	2
Quadra	2
Salgueiros	6
Tuizelo	8
Prada	3
Vila Verde	5
Lagarelhos	7
Vilar de Ossos	8
Zido	3
Gestosa	3
Passos	5
Vilar Seco de Lomba	2
Rio de Fornos	6

### Freguesias e suas anexas do Concelho de Bragança Colocação de Contentores

Juntas	Nº de Contentores	Anexas	Nº de Contentores
Alfaião	6		
Aveleda	5	Varge	3
Babe	9	Labiados	3
Baçal	8	Sacoias	5
		Vale de Lamas	7
Calvelhe	5		
Carragosa	4	Soutelo	4
		Quintas de Rio Frio	0
Carrazedo	5	Alimonde	5
Castrelos	7	Conlelas	6
Castro de Avelãs	4	Fontes Barrosas	4
		Grandais	3
Coelhoso	27	Quintas de Montesinho	2
Deilão	6	Petisqueira	3
		Vila Meã	4
Donai	4	Lagomar	3
		Sabariz	3
		Vila Nova	3
Espinhosela	8	Cova de Lua	5
		Vilarinho	4
		Terroso	6
Falde	3	Carcedo	3
França	5	Montesinho	3
		Portelo	3
Gimonde	17		
Gondesende	4	Oleiros	4
		Portela	4
Gostei	6	Formil	6
		Castanheira	3
Grijó de Parada	8	Freixedelo	5
Izeda	43		
Macedo do Mato	5	Frieira	5
		Sanceriz	3
Meixedo	4	Oleirinhos	2
		Quintas de Reconco	0
Milhão	5	Quintas do Vilar	1
		Quintas de Vale Prados	1
Mós	3	Paçó de Mós	5
Nogueira	9	Mosca	3
Outeiro	8	Paradinha de Outeiro	9
Parada	26	Paredes	14
		Quintas de Aveleda	0
Paradinha Nova	12	Paradinha Velha	2
Parâmio	6	Fontes	4
		Maçãs	4
		Zeive	5
Pinela	7	Vale Verde	3
Pombares	3		
Quintanilha	12	Refega	4

		Veigas	3
Quintela de Lampaças	7	Bragada	3
		Veigas de Quintela	3
Rabal	16		
Rebordaínhos	5	Pereiros	2
		Quinta do Arufe	0
		Quinta dos Vales	0
Rebordãos	10	Sarzedá	5
Rio Frio	8	Paço	10
Rio de Onor	4	Guadramil	3
Salsas	14	Freixeda	3
		Chãos	2
		Quinta Fernandes	0
		Moredo	5
		Vale de Nogueira	7
Samil	9	Cabeça Boa	20
		S. Lourenço	1
Stª Comba de Rossas	13		
Santa Maria			
S. Julião de Palácios	7	Caravela	3
		Palácios	5
S. Pedro de Serracenos	10		
Sé			
Sendas	4	Fermentãos	4
		Vila Franca	3
Serapicos	7	Carçãozinho	3
		Vila Boa	4
Sortes	3	Lanção	3
		Vidoedo	3
Zoio	6	Refoios	2
		Martim	3





---

---

## **ANEXO 7**

### **Carta de Potencialidades de Sobrevivência da *Apis mellífera***

---

---







---

---

**ANEXO 8**  
**Análise de Cluster**

---

---









---

---

## **ANEXO 9**

### **Potencialidades Turísticas dos Concelhos de Bragança e Vinhais**

---

---



**ESTUDO SÓCIO-ECONÓMICO E CULTURAL  
DOS CONCELHOS DE BRAGANÇA E VINHAIS**  
*Potencialidades Turísticas/Turismo em Espaço Rural (TER)*

2006

## QUESTIONÁRIO

Este questionário pretende recolher informação sobre as potencialidades turísticas do concelho de Bragança e Vinhais e dirige-se a proprietários de unidades hoteleiras e a proprietários de unidades de Turismo em Espaço Rural (TER).

No desenvolvimento deste projecto as suas opiniões são importantes e é fundamental que responda com sinceridade e franca reflexão pessoal.

A resposta a cada um dos itens efectua-se marcando com X a quadrícula correspondente à resposta pretendida à excepção dos itens 1.1.; 1.2.; 1.4.; 3.1. e 43.3..

No preenchimento deste questionário os proprietários de unidades hoteleiras (turismo urbano) não devem ter em conta os clientes cuja estadia esteja exclusivamente relacionada com negócios.

1. Classificação
- |   |                      |                          |
|---|----------------------|--------------------------|
| { | Turismo Urbano       | <input type="checkbox"/> |
|   | Turismo de Habitação | <input type="checkbox"/> |
|   | Turismo Rural        | <input type="checkbox"/> |
|   | Agroturismo          | <input type="checkbox"/> |
|   | Outro                | <input type="checkbox"/> |

1.1. Capacidade: Número de Quartos \_\_\_\_\_ Número de Camas \_\_\_\_\_

1.2. Serviços de apoio e complementares

Serviços	Dentro da Unidade	Fora da Unidade (km)
Piscina		
Ténis		
Parque Infantil		
Cavalos (Equitação)		
Bicicletas (BTT)		
Praia Fluvial		
Zona de Caça		
Zona de Pesca		
Outro (qual?)		

2. Caracterização da clientela

2.1. A clientela é maioritariamente de origem

Nacional  Estrangeira

2.2. A procura verifica-se:

Ao longo do ano

Centrada num determinado período

Qual? \_\_\_\_\_

3. Principais preferências dos Turistas que recebe

3.1. As preferências dos turistas que recebe dirigem-se por ordem de preferência para (1º, 2º, 3º):

Caça	}	ambiente	<input type="checkbox"/>
Pesca			
Paisagem			
Ar puro e natureza			
Prática de desporto livre			
Modo de vida rural	}	ruralidade	<input type="checkbox"/>
Campos cultivados			
Artes e ofícios tradicionais			
Arquitectura rural			
Monumentos	}	identidade cultural	<input type="checkbox"/>
Costumes e tradições			
Feiras e romarias			
Gastronomia regional			

4. Divulgação da actividade

4.1. Promove (divulga) a unidade hoteleira/TER junto de alguma entidade?

Não  Sim

4.2. Se respondeu sim indique o tipo de entidade:

Comunicação Social

Associação

Clube

4.3. Identifique (nome) a(s) entidade(s): \_\_\_\_\_

5. A actividade turística e o desenvolvimento sócio-económico e cultural do concelho

5.1. No Plano Social

5.1.1. As reacções da comunidade local à presença de turistas são maioritariamente:

Positivas  Negativas  Neutras

5.1.2. As reacções provocadas nos turistas, pelo contacto com a comunidade local são maioritariamente:

Positivas  Negativas  Neutras

5.2. Plano Económico

5.2.1. Salvo algum ano menos bom, desde a abertura da unidade hoteleira/TER a procura por parte de turistas (nacionais e estrangeiros) tem vindo a aumentar?

Sim  Não

5.2.2. As actividades económicas da sua freguesia/concelho têm beneficiado com a abertura da sua unidade hoteleira/TER

Sim  Não

Se respondeu sim, em que domínios se tem estabelecido complementaridade?

Com os agricultores

Com os criadores de gado

Com os apicultores

Com os artesãos (tecelagem, cestaria, ...)

Com os restaurantes regionais

Com a mão de obra local

Com outras actividades

Indique quais \_\_\_\_\_

### 5.3. No Plano Cultural

5.3.1. Relativamente à conservação das características (rurais, ambientais e culturais) especiais do concelho considera que a presença de turistas é:

Positiva

Negativa

Neutra

*Muito Obrigado pela sua colaboração!*





---

---

## **ANEXO 10**

### **Mapas**

---

---









